



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

NEIDE QUEIROZ DE ANDRADE

**DOMÍNIO DA NARRATIVA: O CAMPO JORNALÍSTICO E A COBERTURA
SOBRE DROGAS**

Recife

2024

NEIDE QUEIROZ DE ANDRADE

**DOMÍNIO DA NARRATIVA: O CAMPO JORNALÍSTICO E A COBERTURA
SOBRE DROGAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia.
Área de concentração: Mudança social.

Orientadora: Profa. Dra. Patricia Bandeira de Melo

Recife
2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Andrade, Neide Queiroz de.

Domínio da narrativa: o campo jornalístico e a cobertura sobre drogas /
Neide Queiroz de Andrade. - Recife, 2024.
170f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
2024.

Orientação: Patrícia Bandeira de Melo.
Inclui referências e apêndices.

1. Campo jornalístico; 2. Critérios de noticiabilidade; 3. Construção de
notícias; 4. Fonte jornalística; 5. Drogas. I. Melo, Patrícia Bandeira de. II.
Título.

UFPE-Biblioteca Central

NEIDE QUEIROZ DE ANDRADE

DOMÍNIO DA NARRATIVA: o campo jornalístico e a cobertura sobre drogas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: 20/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Patrícia Bandeira de Melo (Presidente/Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Rattón Junior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Paula Reis Melo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

DEDICATÓRIA

Para Ésten Figueiredo de Andrade (*in memoriam*), de quem, no início dos anos 2000, ouvi pela primeira vez a palavra “maconheiro”. Estávamos na nossa casa, em Peixinhos, na periferia de Olinda. Eu devia ter entre sete e oito anos de idade, mas já me considerava pré-adolescente. Meus primos mais velhos sempre usavam a gíria “tá ligado?” Era a moda da época. Falei alguma coisa e completei com “tá ligado, vizinho?” Imediatamente aqueles olhos com as pálpebras caídas sob os óculos de lentes grossas e largas, meio amareladas, se viraram para mim; vi o bigode grisalho de perto, na boca séria, e sabia que vinha uma repreensão. Junto a isso, o dedo indicador na mão gorda e as unhas bem cortadas apontavam para mim como quem me dá uma lição:

- Não repita isso! “Tá ligado” é gíria de maconheiro! Entendeu?

E ali ficou negritado que eu não podia ser maconheira, nem muito menos parecer com uma. Eu não sei se o avô que me deixou aos oito anos de idade teria orgulho da mulher que eu me tornei. Com certeza, tudo que sou hoje é, em grande parte, fruto das influências das suas lutas sindicais e da posição de classe de quem é neta de um interiorano de Pirauá (PE), feirante e que foi analfabeto até a vida adulta. Guardo comigo a sede de justiça do meu avô, mas não o seu conservadorismo. Eu gosto de pensar que, se tivéssemos oportunidade, conseguiríamos aprender um com o outro. Gosto de pensar que ele me ouviria e que a gente se influenciaria. Agora, prestes a defender a dissertação de mestrado, me sinto como a criança de quem ele levantou a franja um dia e falou: “Eu preciso ver o rosto da menina!” Queria, hoje, mostrar a ele o meu rosto - sem grandes conservadorismos, mas que, como ele, e em memória dele, luta pela justiça, pelo amor radical, pela felicidade plena e por um mundo solidário.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não foi feita sozinha em nenhum momento. Agradeço a Deus por, em todo o tempo, ter sido afetada por pessoas, o que me levou a observar as disputas nos discursos sobre drogas e, posteriormente, fazer questionamentos. Diante disso, agradeço aos que me formaram enquanto profissional, desde a turma da Secretaria de Saúde do Recife, meus mentores Jaqueline Macedo e Manoel Filho, com quem conheci a Rede de Atenção Psicossocial. Agradeço às minhas parceiras Solange e Wanessa, cujas indignações na Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas me trouxeram até aqui.

Agradeço aos meus amigos da Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU), por sonharem junto comigo desde a seleção no mestrado até a entrega da dissertação. Obrigada por se reunirem comigo depois do horário, para que eu assistisse às aulas, obrigada por vibrarem comigo a cada conquista e, principalmente, por acreditarem. Aqui, eu lembro de Nahyara Batista, que segurou a minha mão antes, durante e depois dessa loucura toda. Também lembro de Juliana Marques, Josenildo Gomes, Inspetor Nilton, Viviane Lima, Kelly Pereira, Carlos Miranda, Antônio Henrique, André Luís, Dalmário e Indira. Lembro de agradecer a todos os estagiários nos nomes de Guilherme Camilo, Derhison Fernando e Bárbara Santiago - que também me ensinam a fazer jornalismo.

Aos amigos do Gabinete de Imprensa, que dividem a loucura diária de uma rotina cheia de emoções. Lembro-me de Sofia Costa Rêgo, que acreditou em mim desde o início, Lina Fernandes, que nunca economizou esperança e fé em mim. Lembro-me de Luizy Silva, cuja semelhança nos desafios entre trabalho e pesquisa nos fez amigas. Bárbara Franco, de um coração gigante e que me acolhe tão bem. Salatiel Cícero, cujo sorriso é um verdadeiro abrigo acolhedor. Lorena Andrade e Ariana Catunda, por toda troca. Felipe Vieira, por, enfim, ser Felipe Vieira nas nossas conversas das 15h. Recordo de Mylena Galdino, pela revisão exemplar no final deste trabalho. Lembro, na intenção de jamais esquecer, do meu eterno amigo Daniel Tavares, que, quando em vida, conversou sobre sonhos comigo. Te carrego no meu coração e na minha lembrança, Dani!

Lembro dos meus chefes, Taciana Ferreira, que vibrou comigo na conquista da seleção; Iara Lima, que me fez acreditar que seria possível; Otávio Batista, por ser cada dia mais leve (saudades, Tavv!). Agradeço a toda equipe da Vital Strategies, em especial ao time de comunicação da Iniciativa Bloomberg de Segurança Viária Global, a leveza e parceria de vocês fez toda a diferença no fim desta jornada.

Agradeço a quem foi generoso pra me trazer até aqui. Meus professores da graduação: Ana Carolina Leão, Ana Carolina Cavalcanti, Rodrigo Martins e Marcos Araújo; à minha primeira orientadora no PPGS, Maria Eduarda da Mota Rocha, que representou, para mim, muito mais que uma professora, mas um exemplo a ser seguido pela competência, conhecimento, acolhimento e ética. Agradeço, ainda (rsrs), à generosidade da minha segunda orientadora, Patricia Bandeira de Melo, por acreditar nesse projeto e me conduzir até a defesa. A contribuição dela foi essencial para que eu tivesse o melhor dos dois mundos - a sociologia, com Maria Eduarda, e a comunicação, com Patricia. Também contribuíram com esse trabalho os professores José Luiz Ratton, do PPGS-UFPE, e Paula Reis, do PPGCOM-UFPE, ambos com observações teóricas e metodológicas preciosas durante a qualificação do projeto, que enriqueceram o trabalho final, obrigada!

Sou grata aos meus colegas de turma - Marcele, Guilherme, Itamá, Bruno, Lara, David, Daniela e Daniele - por serem generosos comigo, por compartilharem essa loucura do ensino remoto e por serem tão presentes, mesmo que por chamadas de vídeo. Aos meus amigos de fé e luta: Camila Rago, Adriana, Dyego, Renata, Jackson Augusto, Eliel e Diogo, por me fazerem acreditar que esse projeto tinha algum sentido.

Agradeço também aos entrevistados que, com generosidade, falaram comigo por pelo menos uma hora, tiraram as minhas dúvidas, foram leves, compartilharam informações para que essa pesquisa fosse possível. E, por compartilharmos da mesma profissão, também torceram por mim e pela conclusão desta pesquisa.

Agradeço a Rosane Corrêa, cujo trabalho me acolheu e me deu forças para continuar até o final. Eu não teria conseguido chegar até aqui sem acompanhamento terapêutico. Em um país que não reconhece a pesquisa como um trabalho, que marginaliza pesquisadores e jornalistas, ter um emprego enquanto pesquisa é desafiador em nível físico e emocional. Estar saudável se tornou um ato de resistência nos últimos anos e, graças à vacina e à terapia, estou aqui.

Agradeço ao meu irmão de alma, Eric Schneider, por ouvir meu grito do outro lado do oceano e, mesmo assim, conseguir me acalantar. Eu ainda guardo em mim a certeza de um mundo com vários tons de azul onde seremos felizes. No mesmo espaço ou não, estaremos sempre juntos e em plenitude de vida.

Aos meus amigos e amigas de sempre: Rute, Marina, Thaís, Thainá, Duana, Pamella, Davi, Daniel, Pedro Simas, Marcelino, Aécio, Domingos Sávio, Rafael Arruda, Eduardo Mafra, Pedro Pontes, Cleyton Cabral, Robson Lopes e Viviane Bastos, vocês são a minha alegria!

A Pedro Queiroz, meu doce amor, por existir em mim e por me deixar existir nele. Meu porto, meu parceiro, a pessoa com quem escolhi dividir a vida, os meus medos e conquistas.

Obrigada por acreditar que esse trabalho terminaria mesmo quando eu achei que não conseguiria. Bom junho, Pepinho!

Por último, mas também o mais importante: lembro que, nesse período de mestrado, que se misturou ao período de pandemia da covid-19, com tristeza e ansiedade espalhada em tanta gente, eu chorei, e chorei muito, por diversos motivos. Na maioria desses momentos, eu estava exausta. E, aqui, eu termino agradecendo a minha avó, Olineas Andrade, que escreveu esta dissertação comigo quando me levava comida ao lado do computador, porque eu realmente não conseguia sair dali entre as aulas e o trabalho. Agradeço a mainha, Edneas Andrade, que ouviu inúmeras vezes os meus desabafos, foi o meu suporte e, por longos dois anos, o único abraço que pude ter. Escolher te amar todos os dias foi uma decisão da qual não me arrependo.

Como eu disse, eu não cheguei sozinha. O caminho foi longo, complicado e cheio de dificuldades. Muitas vezes eu até me perguntei "*onde eu fui amarrar meu burro?*" Mas, no fim das contas, eu estou grata por trilhar tudo isso e, mais ainda, por ter vivido essa experiência com essas pessoas ao meu lado.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como as disputas internas no campo jornalístico em Pernambuco afetam a construção de notícias sobre drogas. Para isso, foram analisados os portais JC Online, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco, com uso da abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso. Em seguida, analisamos entrevistas semiestruturadas com atores do campo jornalístico, tais como repórteres e editores dos jornais estudados, além de assessores de imprensa das polícias civil e militar do estado. A investigação partiu de conceitos teóricos, como os de campo social, capital cultural e arbitrário cultural, de Pierre Bourdieu; critérios de noticiabilidade e análises das teorias do jornalismo, feitas por Nelson Traquina; e teóricos da Análise do Discurso, como Eni Orlandi, Michel Foucault e Jean-Jacques Courtine, e as características dos verbos introdutórios de opinião, estudadas por Luiz Antônio Marcuschi para o estudo das narrativas dos jornais. A pesquisa procurou identificar critérios sociais, organizacionais e individuais para examinar a construção de notícias sobre drogas nos jornais estudados. As conclusões apontam que as notícias sobre drogas são construídas a partir das disputas travadas em outros campos sociais, que afetam o campo jornalístico e produzem violência simbólica a partir do silenciamento de setores que não conseguem ter espaço narrativo para opinar sobre o proibicionismo e antiproibicionismo do consumo de drogas.

Palavras-chave: campo jornalístico; critérios de noticiabilidade; construção de notícias; fonte jornalística; drogas.

ABSTRACT

This research aims to analyze how internal disputes in the journalistic field in Pernambuco impact the construction of news about drugs. To achieve this, the portals JC Online, Diário de Pernambuco, and Folha de Pernambuco were examined using the theoretical and methodological approach of discourse analysis. Subsequently, we analyzed semi-structured interviews with key figures in the journalistic field, such as reporters and editors from the studied newspapers, as well as press officers from the civil and military police of the State. The investigation was based on theoretical concepts such as social field, cultural capital, and cultural arbitrary by Pierre Bourdieu; news values criteria and analyses of journalism theories by Nelson Traquina; discourse analysis theorists such as Eni Orlandi, Michel Foucault, and Jean-Jacques Courtine, and the characteristics of opinion-introducing verbs studied by Luiz Antônio Marcuschi for the study of newspaper narratives. The research aimed to identify social, organizational, and individual criteria to examine the construction of news about drugs in the studied newspapers. The findings indicate that news about drugs are constructed based on disputes in other social fields that affect the journalistic field, producing symbolic violence through the silencing of sectors that do not have a narrative space to express opinions on drug prohibitionism and anti-prohibitionism.

Keywords: journalistic field; news values criteria; news construction; journalistic source; drugs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Assuntos das publicações sobre drogas na Folha PE	65
Gráfico 2 – Frequência das fontes ouvidas nas publicações da Folha PE	70
Gráfico 3 – Frequência das assinaturas publicações da Folha PE	71
Gráfico 4 – Critérios de noticiabilidade identificados na cobertura sobre drogas da Folha PE	74
Gráfico 5 – Assuntos das publicações sobre drogas no Diario de Pernambuco	79
Gráfico 6 – Frequência das fontes ouvidas nas publicações do Diario de Pernambuco	84
Gráfico 7 – Frequência das assinaturas nas publicações sobre drogas no Diario de Pernambuco	84
Gráfico 8 – Critérios de noticiabilidade identificados na cobertura sobre drogas do Diario de Pernambuco	86
Figura 1– Representação fotográfica de tráfico de drogas no Diario de Pernambuco	88
Gráfico 9 – Assuntos das publicações sobre drogas no JC Online	90
Gráfico 10 – Frequência das fontes ouvidas nas publicações do JC Online	93
Gráfico 11 – Frequência das assinaturas nas publicações sobre drogas no JC Online	94
Gráfico 12 – Critérios de noticiabilidade identificados na cobertura sobre drogas do JC Online	96
Figura 2: representação fotográfica de tráfico de drogas no JC Online	98
Quadro 1 – Estrutura do lide da reportagem e sua ordem no texto	100
Quadro 2 – Trechos que vinculam o tráfico e consumo de drogas à violência	101
Quadro 3 – Discursos de poder – de oposição no segundo texto	102
Quadro 4 - Ocorrências de discursos ligados à censura nas entrevistas coletadas	119
Quadro 5 – Ocorrências de discursos ligados à estrutura das redações nas entrevistas coletadas	130
Quadro 6 – Ocorrências de discursos ligados à relação com assessoria de imprensa nas entrevistas coletadas	134
Quadro 7 – Ocorrências de discursos ligados à visão de mundo nas entrevistas coletadas	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Substantivos com maior incidência e suas frequências na Folha de Pernambuco	65
Tabela 2 – Grupos semânticos dos substantivos com maior frequência nos textos da Folha de Pernambuco	67
Tabela 3 – Crimes mencionados e seus tipos entre violento e não violento na Folha de Pernambuco	69
Tabela 4 – Verbos introdutores de opinião e suas frequências – Folha de Pernambuco	72
Tabela 5 – Substantivos com mais incidência e suas frequências no Diário de Pernambuco	79
Tabela 6 – Grupos semânticos dos substantivos com maior frequência nos textos do Diário de Pernambuco	81
Tabela 7 – Crimes mencionados e seus tipos entre violento e não violento no Diário de Pernambuco	82
Tabela 8 – Verbos introdutores de opinião e suas frequências – Diário de Pernambuco	85
Tabela 9 – Substantivos com mais incidência e suas frequências no JC Online	90
Tabela 10 – Grupos semânticos dos substantivos com maior frequência nos textos do JC Online	91
Tabela 11 – Crimes mencionados e seus tipos entre violento e não violento no JC Online	92
Tabela 12 – Verbos introdutores de opinião e suas frequências no JC Online	94
Tabela 13 – Análise comparativa - frequência das assinaturas das publicações	104
Tabela 14 – Análise comparativa - assuntos das notícias veiculadas	105
Tabela 15 – Análise comparativa - grupos semânticos dos principais vocábulos	108
Tabela 16 – Análise comparativa - crimes mencionados além do “tráfico de drogas” e semelhantes	109
Tabela 17 – Análise comparativa - frequência das fontes ouvidas - frequência das fontes ouvidas	110
Tabela 18 – Análise comparativa - frequência das fontes ouvidas - incidência de discursos como citações diretas	112
Tabela 19 – Análise comparativa - critérios de noticiabilidade identificados	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. ESPAÇO DE DISPUTAS: O CAMPO JORNALÍSTICO E O SEU PROCESSO DE MEDIAÇÃO DAS LUTAS	22
1.1 O CAMPO JORNALÍSTICO E SUAS CARACTERÍSTICAS	22
1.2 O CAMPO JORNALÍSTICO E AS NOTÍCIAS SOBRE DROGAS: AS DISPUTAS TRAVADAS	25
1.3 UM INTERMEDIÁRIO CULTURAL	34
1.3.1 O campo jornalístico como intermediário cultural – nível social	36
1.3.2 O campo jornalístico como intermediário cultural – nível organizacional	43
1.3.3 O campo jornalístico como intermediário cultural – nível individual	45
2. COMO AS NOTÍCIAS SÃO? A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	48
2.1 A CONCEITUAÇÃO DOS VALORES-NOTÍCIA EM NELSON TRAQUINA	49
2.1.1 Valores-notícia de seleção - critérios substantivos	51
2.1.2 Valores-notícia de seleção - critérios contextuais	56
2.1.3 Valores-notícia de construção	57
2.2 FONTES JORNALÍSTICAS	57
2.2.1 Tipificação das fontes jornalísticas	57
2.2.2 A legitimação das fontes jornalísticas e dos discursos na imprensa	59
2.3 O DESENHO DAS NOTÍCIAS E OS QUESTIONAMENTOS QUE ELE TRAZ	64
2.3.1 As palavras utilizadas, fontes e a semântica	64
2.3.1.1 Folha de pernambuco	64
2.3.1.2 Diário de pernambuco	79
2.3.1.3 Jc online	89
2.3.2. Análise comparativa	104
3. O <i>ETHOS</i> JORNALÍSTICO E A LEGITIMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	115
3.1 DISPUTAS ENTRE O POLO ECONÔMICO E O <i>ETHOS</i> JORNALÍSTICO - CASOS DE CENSURA	119
3.2 DISPUTAS ENTRE O POLO ECONÔMICO E O <i>ETHOS</i> JORNALÍSTICO - ESTRUTURAS DAS REDAÇÕES	129
3.3 DISPUTAS ENTRE O POLO ECONÔMICO E O <i>ETHOS</i> JORNALÍSTICO - TENSÕES COM AS ASSESSORIAS DE IMPRENSA	134

3.4 DISPUTAS ENTRE O POLO ECONÔMICO E O <i>ETHOS</i> JORNALÍSTICO - A VIVÊNCIA CONSERVADORA DOS PRÓPRIOS JORNALISTAS	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
BIBLIOGRAFIA	162
APÊNDICE A	169
APÊNDICE B	170

INTRODUÇÃO

A cobertura da política de drogas pela imprensa de Pernambuco é o objeto desta pesquisa. Os objetivos foram analisar o campo jornalístico (BOURDIEU, 1997) pernambucano e identificar o processo de construção de notícias sobre o tema no estado, bem como observar as disputas de sentido travadas dentro do campo. Para isso, fizemos uma análise do discurso (COURTINE, 2014; ORLANDI, 2001; FOUCAULT, 2014; MARCUSCHI, 1991) de três portais de notícia do estado: os jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e Folha de Pernambuco, nos meses de abril e maio de 2021.

A investigação foi produzida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE), durante os anos de 2020 e 2023, sendo 2020 e 2021 o principal período da pandemia da covid-19, que afetou, em parte, a metodologia da pesquisa. Especificamente no que diz respeito à escolha do *corpus*, a ideia inicial seria fazer um resgate histórico dos jornais impressos. Entretanto, como a análise dos textos foi feita durante o período da pandemia, optamos por utilizar o formato *online* das publicações, porque o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, órgão que reúne as edições antigas dos jornais do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco, não estava disponível naquele momento. Escolhemos, então, trabalhar com esses três veículos, os principais jornais da cidade, em suas versões *online*.

A escolha do recorte da política de drogas foi feita porque identificamos que drogas é um assunto que tangencia várias áreas importantes da sociedade – tais como saúde, segurança pública, assistência social. Por isso, julgamos importante analisar o posicionamento de jornais e repórteres sobre drogas, assim como identificar as forças que disputam o discurso como um poder no campo jornalístico. Em primeiro lugar, a escolha da temática é necessária porque, na Lei de Drogas (Lei Federal nº 11.343/2006)¹, temos estabelecido que as políticas devem girar em torno de três eixos: segurança pública, saúde e assistência social. O que identificamos, no entanto, é um debate pautado, em sua maioria, pela segurança pública, ao que resta questionar: é um posicionamento do jornal tratar drogas meramente como um caso de polícia? Os jornalistas acham que drogas são apenas um caso de polícia? As políticas de segurança pública pautam ativamente os jornais com informações sobre drogas?

¹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Em segundo lugar, a escolha do recorte desse assunto é importante devido às consequências da política de guerra às drogas – como o aumento da vulnerabilidade, o encarceramento em massa e a morte precoce de pessoas da população negra e periférica (MOREIRA, 2018). Torna-se necessário identificar os posicionamentos sobre o tema tanto no que diz respeito à segurança pública, que elucida as disputas entre o proibicionismo e o antiproibicionismo, quanto no que diz respeito à saúde e à assistência social em relação às abordagens de abstinência ao uso de drogas e de redução de danos do seu consumo. Na primeira abordagem, determina-se que o indivíduo não pode mais usar as substâncias; na segunda, prevê-se o consumo, mas aplicam-se técnicas para torná-lo menos nocivo.

Em ambos os casos, temos a dualidade entre punitivismo e antipunitivismo, conservadorismo e anticonservadorismo, repressão e autonomia. Dessa maneira, identificar dados nos textos e nas narrativas dos integrantes do campo jornalístico em relação ao discurso presente nas notícias e ao posicionamento sobre essas abordagens é necessário para desnaturalizar a construção do discurso jornalístico e revelar as estruturas de poder que afetam o campo.

Optamos por aplicar metodologias qualitativas, entre as quais a Análise do Discurso e a análise de entrevistas semiestruturadas. Inicialmente, realizamos uma pesquisa teórica quanto ao objeto das teorias do jornalismo e chegamos à análise construtivista de Nelson Traquina (2008; 2005), Rodrigo Alsina (2009), Nilson Lage (2014) e Felipe Pena (2020). Discutimos conceitos como os de “critérios de noticiabilidade” (TRAQUINA, 2008), *ethos* jornalístico, lide e pirâmide invertida (TRAQUINA, 2005), notícia e sua construção (ALSINA, 2009), fontes jornalísticas e seus tipos (LAGE, 2014) e problemas centrais nas teorias do jornalismo (PENA, 2020; TUCHMAN 1978, 1993).

Trouxemos teóricos importantes para a Análise do Discurso, tais como Orlandi (2001, 2007), Courtine (2014), Foucault (1970) e Marcuschi (1991). Também debatemos conceitos bourdieusianos, como “campo social”, “*habitus*”, “capital cultural”, “capital simbólico”, “violência simbólica”, “intermediário cultural” e “arbitrário cultural” (BOURDIEU, 1992; 1997; 1983; 2014; 2018; 2017; 2023), além da ideia de vocação (WEBER, 2013). A partir dessas observações, chegamos aos principais questionamentos deste trabalho: “Como as notícias sobre drogas são em Pernambuco?” e “Por que elas são como são?” Para responder à primeira pergunta, fizemos uma busca da palavra “droga” nos textos jornalísticos do período selecionado e separamos as notícias a serem analisadas, delimitando o período de abril e maio de 2021, intervalo em que todos os jornais tinham conteúdos disponíveis. No JC Online, foram

22 publicações selecionadas; no portal Folha PE, 37 publicações; e, no portal Diário de Pernambuco, 41 publicações encontradas.

Continuando a investigação, realizamos a análise do discurso do *corpus*, separando as categorias que permitiram identificar e contabilizar as frequências das narrativas das fontes jornalísticas utilizadas segundo seus tipos, os tipos de discurso, a forma como o assunto das drogas era abordado nas narrativas, as fontes das fotografias e as assinaturas das reportagens. A partir da verificação das frequências, conseguimos identificar as vozes que são legitimadas para ocupar espaço na imprensa e, conseqüentemente, as que, na maioria das vezes, são deslegitimadas. Utilizamos teóricos como Orlandi (2001; 2007) para observar a construção do discurso a partir do silêncio posto pelo campo jornalístico, assim como Marcuschi (1991), para analisar os verbos introdutores das opiniões colocadas em discurso direto (entre aspas) nos textos e as diferenciações das forças e significações desses verbos, no que diz respeito a discursos identificados como de poder ou popular. Também identificamos os valores-notícia das publicações e realizamos uma problematização teórica acerca desse conceito.

O objetivo desse movimento de identificar e analisar os valores-notícia é o de desnaturalizar a prática jornalística e ações como escolher quais fatos serão notícias, quais questionamentos serão feitos, quais fontes serão ouvidas, qual abordagem será dada e quais fotografias serão utilizadas. Essas atividades, que fazem parte da rotina do campo jornalístico, não são naturais, mas estruturadas socialmente e estruturantes do campo jornalístico como um *habitus* (BOURDIEU, 2017) da profissão. Na maioria das vezes, esse *habitus* serve aos interesses da classe dominante, devido à necessidade do trabalhador de subordinar-se às regras do mercado de trabalho jornalístico, determinado pelos empresários (empregadores) do campo. Aliada à análise de discurso, realizamos uma análise de conteúdo, quando contabilizamos os vocábulos e suas frequências, separamos em grupos semânticos e identificamos, a partir disso, os assuntos dos quais se fala na imprensa quando se fala em “drogas”.

Começamos, então, a problematização para identificar as forças que afetam o campo jornalístico na construção de notícias, o que nos deu subsídios para a elaboração das entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados foram diretamente contatados pela pesquisadora. Inicialmente, elencamos seis entrevistados: um editor e um repórter em cada veículo. A estrutura das entrevistas foi feita em etapas cronológicas, com perguntas sobre a infância e a adolescência, fase da faculdade e fase profissional. Além de questionamentos sobre o uso ou vivência com drogas, procuramos identificar a visão que os profissionais têm sobre a própria profissão, com perguntas como “Por que você decidiu estudar jornalismo?”, “Quem são os profissionais que te inspiram?” “Em que momento você virou jornalista?” ou “Quais os seus

sonhos profissionais?” Procuramos, ainda, saber informações sobre a rotina no jornal, a estrutura das redações, a linha editorial e o quanto os jornalistas se sentem livres para cobrir a temática sobre drogas.

A Análise do Discurso também nos levou a identificar uma supremacia das fontes oficiais, especialmente da Polícia Civil e da Polícia Militar no assunto sobre drogas. Por isso, incluímos mais dois entrevistados: os assessores de imprensa da Polícia Civil de Pernambuco e da Polícia Militar de Pernambuco, totalizando oito entrevistados na pesquisa. No caso dos assessores de imprensa, procuramos informações acerca de suas visões de mundo sobre o assunto, mas também sobre suas estratégias para divulgação de conteúdos na imprensa, assim como a estrutura das suas equipes e se houve mais investimentos nas assessorias nos últimos anos.

Dessa forma, os objetivos desta etapa da pesquisa foram entender o processo de construção das notícias nos três portais analisados, verificar as disputas dentro do campo jornalístico que afetam a cobertura e observar o quanto a cultura jornalística impacta o discurso sobre drogas. No que diz respeito à cultura jornalística, constatamos uma frustração devido ao poder dos campos econômico e político, que diminui a possibilidade dos profissionais de elaborar textos jornalísticos com conteúdos mais densos, apurados e com mais liberdade de informação.

Para fazer as entrevistas, foram mapeados um editor e um repórter que trabalhassem intensamente com o tema, e fomos adequando às possibilidades do jornal. No JC Online, no período da pesquisa, o editor do portal era responsável pela editoria de Cidades e pela cobertura de segurança pública, acumulando atividades de repórter e editor. Para manter a metodologia com um repórter e um editor, buscamos um repórter que escrevesse notícias sobre diversos temas. Apesar de estar se consolidando como setorista em outro campo, ele ainda elaborava notícias sobre drogas no portal. Isso deve-se ao fato de o Jornal do Commercio ainda ter a cultura dos jornalistas setoristas e, por isso, é mais rara a existência de repórteres generalistas.

Na Folha PE, o editor do portal é responsável por todas as editorias do *site* e o repórter foi um profissional ligado ao portal que cobre todas as editorias, mas, principalmente, a de Cotidiano, na qual entram os assuntos do Recife e Região Metropolitana, incluindo segurança pública, saúde e assistência social. No caso do Diário de Pernambuco, a entrevista foi feita com o editor de Local, equivalente às editorias de Cidades, no JC, e Cotidiano, no Folha PE. Ele edita tanto o jornal impresso quanto o portal no que diz respeito à essa editoria.

Após a realização das oito entrevistas semiestruturadas, fizemos uma pequena pesquisa documental, buscando portarias técnicas do Governo de Pernambuco quanto ao trato da

comunicação social e posicionamentos do Sindicato de Jornalistas de Pernambuco (Sinjope) sobre as condições de trabalho dos jornalistas. Essa etapa foi necessária a partir das entrevistas que citaram documentos como esses ou também os fatos registrados nos documentos encontrados.

Assim, esta dissertação se divide em três partes principais: o primeiro capítulo, com uma abordagem teórica, traz problematizações bourdieusianas acerca da Teoria dos Campos Sociais e à sua análise de classes. Discutimos conceitos como o de “violência simbólica”, “capital cultural” e “capital simbólico”, que são utilizados para explicar as disputas travadas no campo e seus processos. Refletimos também acerca do conceito de “intermediário cultural”, trazido por Bourdieu (2018) como uma atividade semelhante à do crítico de arte, que tem o potencial de legitimar a cultura e produzir significado sobre os bens culturais. Identificamos essa atividade no próprio campo jornalístico acerca da política de drogas. A cultura sobre drogas no campo jornalístico é exposta nas notícias como um produto das disputas no campo e gera interpretações e significados acerca dos fatos sobre drogas. Daí, o campo jornalístico contribui para a construção da cultura sobre os assuntos dos quais fala.

No segundo capítulo, debatemos teoricamente as bases da Análise do Discurso que aplicamos na pesquisa, apresentando a Análise do Discurso e as categorias quantificadas em gráficos e tabelas para melhor compreensão dos leitores. Também realizamos, ao fim do segundo capítulo, uma análise comparativa entre os jornais, identificando possíveis motivos para as publicações aparecerem como aparecem. Destacamos, em toda a análise do discurso, os eixos social, organizacional e individual, pautada na ideia de que o *habitus* é estruturado e estruturante, ou seja, o *ethos* jornalístico é próprio do profissional como indivíduo que estrutura o campo, mas também vem estruturado pelo próprio campo em nível social e organizacional, que afeta o jornalista em sua produção narrativa.

O terceiro capítulo expõe a análise das entrevistas semiestruturadas com os jornalistas do campo que cobrem política de drogas, assim como os assessores de imprensa de segurança pública. Apresentamos problematizações acerca da força dos veículos de imprensa, da censura, do posicionamento do repórter e, principalmente, das frustrações dos jornalistas ao tentar exercer a profissão e se verem limitados pela força que os campos econômico e político têm imposto ao campo jornalístico. Outro ponto importante é o poder dos órgãos oficiais na imprensa, tanto no que diz respeito à verba de publicidade quanto no que tange ao poder das assessorias de comunicação em produzir conteúdo diante do enfraquecimento das redações tradicionais.

As escolhas metodológicas permitiram uma análise para observar o campo jornalístico a partir dos seus profissionais e as forças que incidem sobre eles, visto que, no fim das contas, são eles quem produzem as notícias. Entretanto, buscamos observar essas forças nas disputas dos discursos por compreender que a construção da notícia se dá no eixo individual, mas são estruturadas pelos eixos social e organizacional, uma vez que os jornalistas precisam manter seus empregos e fazem parte de um contexto no qual a política de comunicação não é, em grande parte, independente. Ou seja, os veículos jornalísticos são empresas que dependem dos seus anunciantes e têm seus próprios interesses políticos e econômicos.

1. ESPAÇO DE DISPUTAS: O CAMPO JORNALÍSTICO E O SEU PROCESSO DE MEDIAÇÃO DAS LUTAS

Neste capítulo, traçaremos a conceituação teórica de “campos sociais”, de acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983, 1992, 1997, 1999, 2004, 2017, 2018, 2023), além de tratar das características do campo jornalístico e seu funcionamento para mediação das disputas entre os diversos segmentos da sociedade.

Compreender os processos dessa mediação é importante para analisar a construção das notícias, uma vez que estas são o produto da atividade de mediação que o campo jornalístico desenvolve por meio de disputas simbólicas.

1.1 O CAMPO JORNALÍSTICO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O conceito de “campos sociais” na teoria bourdieusiana traz a ideia de espaços estruturados nos quais se travam disputas sociais. Bourdieu (1983) estabelece algumas características gerais dos campos, como a de que, no interior de cada um (seja o campo político, o acadêmico, o jornalístico) se desenrolam lutas com dinâmicas específicas, conforme as regras do jogo em cada campo – utilizando a metáfora de um campo de futebol. Assim, as disputas são travadas pelos indivíduos dentro do campo.

Bourdieu (1983) estipula uma dicotomia entre o novo e o dominante, o que tenta se inserir no campo e o que já está estabelecido e legitimado, respectivamente. O autor explica que, para que haja o funcionamento do campo, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas a pleitear esse jogo. Ao se envolverem nessas disputas, os atores, pouco a pouco, adquirem disposições para pensar, perceber, sentir e agir no campo, isto é, o *habitus* requerido para participar do jogo.

O habitus é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (principium divisionis) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o habitus, ou seja, a capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida. (BOURDIEU, 2017, p. 162).

Esse princípio gerador funciona como um conjunto de crenças nas regras do campo e é capaz de legitimar o indivíduo como pertencente àquele espaço de disputa. O criador da Teoria do Campo Social (1983) traz a principal disputa no campo como a distribuição do capital

específico, ou seja, o capital legitimado nesse espaço para ter a maior capacidade de conversão nos outros capitais. O autor ainda destaca o que chama de “acordo entre os antagonistas” (BOURDIEU, 2017, p. 91), que é uma concordância entre os indivíduos de que aquele capital legítimo merece ser disputado na crença das regras do jogo.

Dessa maneira, ele acredita que quanto mais se adquire disposições para participar do jogo tal como ele está estabelecido, maior é a correspondência entre o *habitus* do indivíduo e as estruturas do campo. Além disso, o sociólogo destaca o “monopólio da violência legítima” como um objetivo das disputas no campo. A violência legítima se configura como uma autoridade específica, característica dos agentes do campo.

No caso do campo jornalístico, particularmente aqueles que ocupam os cargos de gestão e chefia, detêm autoridade para definir o que é ou não um fato noticiável para construir notícias e gerar significações sobre os acontecimentos para a sociedade. Com isso, essa autoridade gera uma violência legitimada – a autorização para definir quem fala e quem cala – que é realizada pelo trabalho do jornalista, mas é construída a partir de uma série de disputas que antecedem a construção do texto da notícia, em si. Entendendo que a construção de notícias se dá em nível individual, mas ocorre, primeiramente, em nível social e organizacional, iniciaremos o debate quanto a essas disputas ainda neste capítulo. Dessa forma, argumentaremos que o jornalista está inserido na própria disputa, uma vez que deseja se legitimar entre os pares, mas também precisa garantir o próprio emprego e, para isso, deve seguir os interesses do próprio jornal, que afeta as regras do jogo. Essas disputas constroem, assim, o discurso jornalístico sobre determinados temas.

No que diz respeito ao campo jornalístico, essas características são vistas a partir das disputas pela veiculação de discursos nos conteúdos dos jornais. Nesse contexto, identificamos a violência que é legitimada pela autoridade do jornalista no campo, decorrente das disposições expressas em suas práticas, por exemplo, ao selecionar o que é ou não notícia segundo os critérios de noticiabilidade que abordaremos no próximo capítulo. Isso se dá porque é no campo jornalístico que estão os profissionais legitimados para essa atividade, sendo o discurso jornalístico uma forma de exercício de poder (FOUCAULT, 2014), ou seja, em um espaço limitado de jornal, a permissão do discurso para um implica, em grande parte das vezes, na não permissão para outros.

Sendo assim, consideramos que há uma correlação entre a ideia bourdieusiana de violência legítima e o pensamento de Nelson Traquina (2005), que fala da profissão dos jornalistas como uma profissão legitimada para dar notícias, isto é, para realizar a atividade de observar os fatos e definir o que ocupará espaços nos jornais para ser distribuído como

informação, de maneira massiva para a sociedade. Esse autor traça um histórico da atividade jornalística para ser legitimada como profissão, isso porque era comum que profissionais de diversas áreas realizassem a atividade.

É precisamente com o estabelecimento do *lead*² como convenção que podemos identificar a crescente afirmação de uma autoridade profissional, embora já tivessem existido outras manifestações de crescentes saberes ligados à atividade jornalística, tais como: 1) a estenografia, 2) a invenção de novos gêneros, como a entrevista e a reportagem; e 3) a elaboração de uma linguagem específica. Com a pirâmide invertida³, os jornalistas, cada vez mais, tomaram como sua prerrogativa afirmar algo sobre o mais vasto sentido político da mensagem. Toma-se como certo o direito e a obrigação do jornalista de mediar e simplificar, cristalizar e identificar os elementos políticos no acontecimento noticioso (TRAQUINA, 2005, p. 89).

Nesse processo de “afirmar algo sobre o mais vasto sentido político da mensagem” e, com isso, gerar significações sobre os acontecimentos, o campo jornalístico se torna dependente de forças externas, assim como é capaz de impactar outros campos. Sendo assim, se o campo econômico afeta o que o jornalismo vai falar devido à audiência e à manutenção dos leitores para aumentar as métricas de engajamento e, com isso, conseguir mais verbas de publicidade, por exemplo, o campo político também é diretamente afetado pelo jornalístico, mesmo com uma correlação de forças diferentes (BOURDIEU, 1997). Patricia Bandeira de Melo (2010) fala na imprensa como uma instituição que tem um processo de legitimação em duas vias - a autora mostra que a imprensa media os discursos de diversos segmentos sociais - e, nessa mediação, atribui valores e significações - enquanto ganha legitimação pelo processo de mediar os discursos.

A imprensa é, então, um campo cuja legitimidade é delegada pelos demais campos sociais que compõem a estrutura social - justiça, política, economia etc - ao servir de espaço de mediação de seus discursos. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que os meios de comunicação são mais que mediadores: a imprensa é também protagonista, por ser o local de construção de narrativas dos e sobre os demais segmentos sociais. Enquanto cada segmento busca se legitimar na medida em que tem parte de seu discurso expresso e difundido pela mídia, os meios de comunicação se legitimam exatamente por serem os responsáveis pela elaboração e difusão de diversas representações discursivas. (MELO, 2010, p. 151).

É importante observar que a significação do lugar dado ao campo jornalístico como “mediador” traz consigo a ideia de “imparcialidade”, “justiça” e “verdade”, que são valores

² *Lead* ou *lide* é um jargão jornalístico para se referir ao primeiro parágrafo do texto noticioso, que deve responder, pelo menos, às principais perguntas consideradas por esses profissionais: O que? Quem? Onde? Como? Quando? Por quê? Funciona como uma técnica de escrita do texto, assim como uma técnica de apuração, para que os profissionais saibam quais são as informações mínimas necessárias para veiculação das notícias.

³ Pirâmide invertida é uma técnica de escrita jornalística na qual as informações consideradas mais importantes são colocadas no topo do texto, não necessariamente em ordem cronológica.

identificados no *ethos*⁴ jornalístico (TRAQUINA, 2008). A figura do “mediador” traz consigo a ideia de justiça, imparcialidade e, portanto, não entregue às paixões, mas sim à sobriedade. Sendo assim, traz uma legitimidade de quem fala a verdade e se legitima através da prática de validar as vozes dos outros campos. Dessa forma, faz-se necessário desnaturalizar a mediação dos debates por meio do campo jornalístico (MELO, 2010).

1.2 O CAMPO JORNALÍSTICO E AS NOTÍCIAS SOBRE DROGAS: AS DISPUTAS TRAVADAS

Em *A Distinção: crítica social do julgamento*, Bourdieu (2017) analisa a relação entre classe e grupos de *status*, conceituado por Max Weber (1974) como uma coletividade dos estilos de vida. Bourdieu (2017) identifica, em Weber, uma separação entre classe e *status*, sendo a classe ligada à economia e o *status* ligado ao simbólico. Para o sociólogo francês, a classe não pode ser reduzida às relações econômicas e, por isso, a classe em Bourdieu implica na análise das relações simbólicas.

Louise Claudino Maciel (2018) aborda teorias sociológicas de estratificação social e cita obras de Weber e Bourdieu que analisam a estruturação das classes sociais do ponto de vista cultural e econômico. Segundo ela, “essas teorias enfatizam que, ao lado das dimensões econômicas, as dimensões culturais são primordiais para compreensão das fronteiras simbólicas entre os grupos sociais e dos processos de sua reprodução” (MACIEL, 2018, p. 31).

A autora destaca a ideia weberiana de grupos de *status*, na qual honra e prestígio eram valores, assim como os bens econômicos. Em seus estudos, Weber (1974) diferencia a riqueza cultural da econômica, mas reconhece que, para manter um estilo de vida distinto e próprio de membros de um estamento, é necessário estar economicamente condicionado para isso.

Posteriormente, Bourdieu (2017) aprofunda a noção simbólica e cultural na sua teoria de estratificação social, por meio dos conceitos de capitais diferenciados, que podem ser reconvertidos em outros - com maior ou menor potencial de conversão, a depender do capital e do campo de atuação. Na concepção bourdieusiana, a classe social é dividida pela acumulação do capital econômico e cultural. Dessa forma, as classes populares teriam menos capital econômico e cultural, enquanto as classes dominantes teriam mais, estabelecendo, com isso,

⁴ Pini (2022) explica o conceito de *ethos* na antiguidade clássica e traz a noção ontológica abordada por Aristóteles. A autora explica que o filósofo compreende o *ethos* como algo que emerge da forma como se vive, se existe, se toma decisões. Nessa perspectiva, o *ethos* jornalístico funciona como um comportamento comum aos pares no campo, uma identificação de características comuns na maneira de tomar decisões, na existência e na forma de exercer a profissão dos jornalistas.

uma relação vertical. Além do mais, o autor observa as frações de classe, dividindo entre grupos com mais capital econômico ou grupos com mais capital cultural, estabelecendo, assim, uma relação horizontal.

Consideramos importante observar a abordagem desse sociólogo (2017) para a classe média, no que diz respeito a uma boa vontade cultural, ou seja, a uma identificação da cultura legítima com o desejo de compreender:

A boa vontade cultural exprime-se, entre outros aspectos, por uma escolha particularmente frequente dos testemunhos mais incondicionais de docilidade cultural - escolha de amigos "instruídos", gosto por espetáculos "educativos" ou "instrutivos" - muitas vezes, acompanhados por um sentimento de indignidade ("a pintura é boa, mas difícil", etc.) proporcional ao respeito concedido. (BOURDIEU, 2017, p. 300).

O modelo de classes proposto por Bourdieu (2017) também prevê a distribuição ocupacional do trabalho em que as classes dominantes (burguesia) são ocupadas por industriais, executivos dos setores privados e professores universitários; as classes populares (operárias) são formadas por trabalhadores manuais e agrícolas. Enquanto isso, uma espécie de classe média, a pequena burguesia, é composta por pequenos empresários, técnicos, secretárias e professores de ensino fundamental. Assim, para ele, a distribuição das classes é dada pelo acúmulo de capital econômico e cultural. Observando o jogo entre esses capitais nas classes dominantes, esse estudioso afirma que professores universitários, por exemplo, são mais dotados de capital cultural, enquanto grandes executivos são mais dotados de capital econômico. "Quando diferenças de capital econômico e cultural são percebidas como diferenças de honra, funcionam como o que Bourdieu chamou de capital simbólico" (WEININGER 2015, p. 116). Daí a junção entre economia e cultura para formação do capital simbólico como expressão da posição de classe na concepção bourdieusiana.

A teoria das classes sociais deve, portanto, superar a oposição entre as teorias objetivistas que assimilam as classes (nem que seja para demonstrar por absurdo sua inexistência) a grupos discretos, simples, populações enumeráveis e separadas por fronteiras objetivamente inscritas na realidade, e as teorias subjetivistas (ou, se quisermos, marginalistas) que reduzem a "ordem social" a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais, ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificantes, pelas quais os agentes classificam a si e aos outros. (BOURDIEU, 2013, p. 108).

Deste modo, Bourdieu (2017) observa os estilos de vida como manifestações da classe social e posiciona o *habitus* como um princípio unificador desses estilos de vida - quer dizer, de escolhas, de bens e de práticas. Dessa forma, a maneira de falar, de comer, o consumo de

arte, a maneira de se informar, o formato da escrita, que são algumas manifestações de estilos de vida identificados nas entrevistas qualitativas mostradas adiante com jornalistas dos três jornais de Pernambuco (Jornal do Commercio, Diario de Pernambuco e Folha de Pernambuco), terminam sendo a manifestação da própria classe social.

O conceito de *habitus* na teoria do intelectual que embasa este capítulo é comparado ao comportamento de um jogador de futebol, que tem fluência nos movimentos e não necessariamente pensa racionalmente antes de agir. Portanto, o *habitus* é um conjunto de práticas incorporadas de forma inconsciente, socialmente construído, que implica em ações geradas de formas não racionais (WEININGER, 2015), mas que pode levar o indivíduo a se situar de modo racional no campo (BOURDIEU, 2004). Esse movimento é a incorporação da própria cultura da classe.

Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como “distintos”, “vulgares”, etc. A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva. (BOURDIEU, 2017. p. 164).

Sendo o *habitus* práticas incorporadas, ele vai interferir nas trocas de capital simbólico e influenciar diretamente na classe e na legitimidade do indivíduo em pertencer ao campo. Ele funciona como um sistema de disposições incorporadas para um conjunto de práticas dentro de um determinado campo, que traduz os estilos de vida. Por isso, ao analisar o *habitus* de classe no contexto do campo jornalístico, além das suas características estruturais – como as disputas simbólicas e a reação dos indivíduos à estrutura do campo – se faz necessário observar outros dois elementos:

a) **as características organizacionais**, como as redações com poucos profissionais, o fortalecimento das assessorias de imprensa, os relacionamentos estreitos entre profissionais de redação e os assessores;

b) **a figura do jornalista de maneira individual**, porque o *habitus* é estruturado pelo indivíduo e estruturante deste, estabelecendo um elo relacional. Ou seja, além de expressar o *habitus* incorporado em sua relação no campo – maneiras de escrever, narrar e interpretar o mundo (TRAQUINA, 2005) – também estrutura o *habitus* dentro do campo. Esse movimento do indivíduo para estruturar o *habitus* é a dimensão individual, necessária à análise. Por isso, é preciso analisar as acumulações de capitais dentro do campo, especialmente os capitais

simbólico, cultural e social, para observar a capacidade de os jornalistas colocarem seu *ethos* em prática em detrimento das dimensões econômicas.

Além dos capitais econômico e cultural, Bourdieu (2004) apresenta o capital simbólico, que se expressa por meio da legitimação de pertencer ao campo (o prestígio nesse espaço é um capital ligado à ideia de honra). Esse capital simbólico ainda reúne os capitais cultural, social e econômico e é adquirido a partir da conversão do capital de mais valor no campo. A exemplo do campo acadêmico, o capital simbólico será mais validado para quem possuir maior capital cultural, que é o capital mais valorizado neste campo. Nesse caso, o capital econômico estará em segundo plano para a obtenção do capital simbólico e, embora esteja relacionado com o capital cultural, não o determina. Dessa maneira, o capital simbólico se expressa como um prestígio no campo, uma legitimação em fazer parte daquele espaço de disputas. Esse capital se dá pela conversão dos capitais no campo, obtida a partir do capital legitimado.

Sabe-se que o campo jornalístico traz para os seus profissionais a necessidade de certas competências adquiridas por processo de socialização ou de certificação profissional – tais como formular pautas e planejar coberturas jornalísticas, dominar a linguagem apropriada para os diferentes meios de comunicação e modalidades tecnológicas, edição de texto, imagem e som etc. Além disso, existem competências que podem ser obtidas com a certificação, mas algumas delas são adquiridas bem antes, durante a socialização primária, na família, como a escrita em norma culta e o consumo de bens culturais ou o conhecimento de outros idiomas.

Esses elementos podem indicar uma distinção social no campo, que vai abrir mais possibilidades para quem desenvolveu essas habilidades previamente. Quem mais consegue aprimorar essas competências no campo terá a tendência a alcançar espaços de legitimação – ou seja, de honra – entre os pares. Essas competências são entendidas pelo que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1992) chamaram de “capital cultural”. Esse capital cultural faz parte do *habitus* do campo, em outras palavras, quanto mais capital cultural, maior a possibilidade de se legitimar como pertencente ao campo, porque aquele torna mais possível a performance do *habitus*.

O conceito de capital cultural é uma resposta de Bourdieu e Passeron (1992) para compreender o motivo pelo qual algumas crianças têm um bom desempenho na escola e outras não (NOGUEIRA, 2017). Para além de uma resposta biológica de uma aptidão natural, Bourdieu e Passeron procuravam uma explicação sociológica para o caso e encontraram ligações entre o desempenho escolar dos estudantes e a socialização na cultura das classes dominantes, especialmente na família. O desempenho escolar atrelado à cultura dominante se

dá, principalmente, porque consideram a cultura dos grupos sociais dominantes como a cultura “legítima”.

Essa legitimação da cultura é analisada na Sociologia do Gosto, formulada pelo sociólogo francês. Para Bourdieu (2017), os estudantes socializados na família de classe dominante, com uma cultura tida como legítima no espaço escolar, têm desempenho melhor no espaço de ensino porque detêm o conhecimento acerca do que é considerado relevante para a formação escolar, levando, inclusive, à violência simbólica contra os grupos dominados. Isto significa que a escola valoriza e fomenta as competências que já estão presentes na cultura das classes dominantes.

Em vista disso, podemos identificar três tipos de capital cultural: o estado incorporado, que é o conhecimento acumulado adquirido e herdado, que se expressa no próprio corpo do indivíduo - práticas, posturas, habilidades linguísticas, gostos; o estado objetivado - medido pelos bens materiais e culturais que possui, como livros, obras de arte; e o estado institucionalizado, quando o conhecimento é reconhecido por credenciais acadêmicas ou qualificações profissionais e é medido, principalmente, pelos diplomas e certificados escolares (BOURDIEU, 2017; BOURDIEU E PASSERON, 1992; NOGUEIRA, 2017).

Diante disso, é certo, por exemplo, que os capitais econômico e cultural estão vinculados ao capital simbólico porque têm o seu poder de conversão de um capital para outro. Em outros termos, os capitais econômico e cultural estão diretamente ligados à posição de classe, mas não são invariáveis. Por isso, veremos jornalistas de prestígio, ou que o buscam, vindo de posições não tão abastadas economicamente, mas com um grau de capital cultural elevado, o que possibilita a acumulação de capital simbólico a partir da maior possibilidade de exercer o *ethos* jornalístico com o capital cultural incorporado.

Neste cenário, a legitimação da cultura em um campo gera o capital cultural, que é um indicativo de classes e frações de classes sociais, de acordo com Bourdieu (2017), enquanto a deslegitimação de certos tipos de capital cultural é um meio para divisão de classes. Dessa forma, analisaremos a estrutura do campo jornalístico a partir da lógica de classe nas disputas por capitais. De um lado, consideramos os detentores de capitais econômicos representados pelos donos de jornais, grandes empresários, a classe política e representantes do Estado. De outro, os detentores de capital cultural, que são especialistas em políticas de drogas, segurança pública ou direitos humanos; professores de universidade, como sociólogos, advogados e médicos; ativistas ligados à oposição dos governos, focados em direitos humanos, população carcerária, além dos próprios jornalistas que, muitas vezes, demonstram uma boa vontade cultural no que diz respeito ao assunto de drogas - demonstram querer saber sobre o assunto e

estarem abertos à novas informações, mas ainda não falam ativamente sobre isso nas suas publicações. Isso emerge em suas narrativas nas entrevistas, quando usam expressões como “eu preciso ler mais sobre o isso”, como veremos no terceiro capítulo.

Nesta pesquisa, o nosso interesse está em observar o discurso jornalístico como um intermediário cultural, para legitimar ou deslegitimar práticas por meio da sua atividade de produzir significações sobre os fatos. Ao dar ênfase a certo tipo de discurso sobre drogas – neste caso, o proibicionista – o jornalismo pernambucano faz emergir o fenômeno do “arbitrário cultural” (BOURDIEU E PASSERON, 1992), que é a noção de que a cultura dominante é aceita e legitimada como uma cultura universal. Quando observamos os discursos sobre drogas nos jornais e não encontramos um questionamento da política proibicionista pelos jornalistas, tanto nas publicações quanto nas entrevistas feitas para o presente trabalho desta pesquisa, identificamos que, no campo jornalístico, a política proibicionista é aceita como única saída possível para a questão das drogas, funcionando como um arbitrário cultural, isto é, parece ser a única possibilidade para lidar com o uso e a venda de drogas.

Na nossa investigação, o sentido de arbitrário cultural se dirige ao processo de definição do que é ou não notícia, uma seleção que acontece embasada nos critérios de noticiabilidade, mas que ainda assim estão embebidas de arbitrariedade, quer dizer, que as atribuições de sentido de valor a determinados fatos como noticiáveis e a outros como não-noticiáveis estão carregados de arbitrariedade e, como veremos, muitas vezes, usam os critérios de noticiabilidade para mascarar esse teor arbitrário como “objetividade”. Essa arbitrariedade, em certa medida, reflete a dominação de um grupo sobre outro na sociedade e, no campo jornalístico, reflete a aceitação e a legitimidade social do que os gestores dos meios de comunicação e, em última instância, o repórter considera como fato jornalístico, excluindo, muitas vezes, discursos de oposição e populares sobre os fatos noticiados, enquanto dá voz a outros, especialmente de grupos dominantes, como os discursos oficiais.

Com isso, o conceito de arbitrário cultural se faz necessário na análise da relação de legitimação e deslegitimação dos discursos que terão espaços nas notícias, assim como as fontes que serão legitimadas para ocupar essas narrativas, com suas ideias, opiniões e significações sobre os fatos. Esse fenômeno será importante para pensar respostas acerca do motivo pelo qual não são questionadas as prisões e mortes por tráfico de drogas ou pela normalidade com que se consome e comercializa drogas em ambientes mais abastados, sem ser considerado como notícia, sem haver consequências policiais pelo enquadramento como crime de tráfico.

A cultura jornalística, ao que tudo indica, funciona ancorada à classe econômica dominante, visto que, apesar de os jornalistas, de modo geral, não pertencerem a esta classe,

precisam se submeter às regras e às demandas impostas pelos jornais onde trabalham, além da dimensão social, que, muitas vezes, apresenta um conservadorismo dominante. Dessa forma, os repórteres têm o discurso atravessado por fatores como a precarização do trabalho, a dependência econômica das empresas onde trabalham, a censura e a própria cultura conservadora.

Conseqüentemente, as narrativas vêm, em grande parte, dessa perspectiva, de um profissional que precisa manter o seu emprego e compreende os interesses empresariais. Apesar dessa submissão, os jornalistas são os profissionais legitimados para contar as histórias do dia a dia à população. Essas histórias, então, chegam construídas a partir das relações de poder que se desenham no campo jornalístico. Nesse contexto, temos que a cultura legitimada pelos jornalistas são as postas como legítimas na sociedade, mas a cultura que esses profissionais são autorizados a legitimar, na maioria das vezes, é a cultura que favorece a classe econômica dominante.

É importante observar que a cultura dominante no *ethos* do campo jornalístico é compartilhada entre os pares no que diz respeito à ética liberal, com valores como a busca pela verdade, a democracia liberal, o trabalho árduo em prol da verdade (TRAQUINA, 2008), que, inclusive discursivamente, coadunam com o espírito do capitalismo destacado em Weber (2013), que traduz a relação do trabalho na modernidade como uma “vocação”. Ou seja, a relação do trabalho como uma vocação e não como um meio de subsistência está intimamente atrelada ao simbólico, ao prestígio social de ter a aprovação do divino.

Por isso, encarar o trabalho como vocação é a busca pelo reconhecimento simbólico, pelo prestígio no campo, não necessariamente pelo pagamento financeiro. Sendo assim, analisar esse discurso é essencial para identificar que, apesar de, economicamente, os jornalistas não pertencerem à classe dominante, em muitos casos, pertencem a ela em um nível simbólico e cultural, daí a necessidade de observar a posição de classe sob a ótica econômica e simbólica.

Nas obras do jornalista e professor Nelson Traquina (2005), encontra-se um resgate histórico da formação do campo jornalístico em dois eixos: econômico, para trazer o caráter de negócio da indústria jornalística; e ideológico (chamado, neste trabalho, de *ethos* jornalístico⁵), para explicitar o caráter de serviço público essencial às democracias modernas – a entrega de

⁵ O *ethos* jornalístico é exposto em Traquina (2005) como uma cultura da profissão, características compartilhadas entre os pares. Escolhemos trazer essa nomenclatura para nos referir à cultura profissional e às ideias dos jornalistas acerca da profissão – pautada em ideais como verdade, investigação, democracia, liberdade de imprensa. Isso porque o termo “ideológico” já está utilizado na problematização acerca da Análise do Discurso de linha francesa, discutida, aqui, a partir de autores como Courtine, Orlandi e Althusser, que trazem a noção de ideologia não como um conjunto de ideais, como visto em Traquina, mas sim como um posicionamento do sujeito a partir da luta de classes.

informações. Para isso, o autor se baseia nos conceitos bourdieusianos de campo e *habitus*, visando categorizar práticas identificadas na performance dos profissionais de jornalismo.

Como elementos que caracterizam a prática jornalística para formação de notícias, Traquina (2008) destaca fatores como o imediatismo, a forma de dar notícia e a escolha de um fato como notícia. Ainda acrescenta que essas práticas funcionam como um *modus operandi*, um comportamento específico dentro do campo, valorizado pelos demais agentes e que, se executado de acordo com o que é posto na regra da ordem social, é capaz de atribuir prestígio, capital simbólico. Sendo assim, os comportamentos dos jornalistas para escolher notícias, valorizar o imediatismo e até mesmo elaborar o texto, caracterizam um *habitus* dentro do campo, isto é, quanto mais incorporados, mais os indivíduos são legitimados para pertencer àquele espaço.

Um conceito importante utilizado por Traquina (2008) é o de “critérios de noticiabilidade”, características dos acontecimentos que fazem o jornalista identificar valores para determinar se e quando um fato pode se tornar ou não uma notícia. Morte, novidade, pessoa pública, proximidade ou abrangência são alguns exemplos desses valores. Para o autor, os critérios de noticiabilidade são:

[...] o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“newsworthiness”). (TRAQUINA, 2008, p. 63).

Os critérios de noticiabilidade, ou valores-notícias, são características identificadas nos fatos para que se tornem notícias nos jornais. Esses critérios, entretanto, variam com valores como interesses públicos e a possibilidade de construção dos conteúdos a partir das condições das redações jornalísticas. A consideração do que é interesse público ou não e a própria capacidade dos veículos de imprensa serão problematizados aqui porque, no fim das contas, as notícias são veiculadoras de discursos identificados na sociedade.

Problematizaremos, então, o motivo de certos assuntos serem considerados com mais valor-notícia que outros e como isso gera uma cobertura jornalística praticamente homogênea em mostrar informações de interesse governista, a depender do grupo ou partido político que esteja no poder.

Nesse esforço, a perspectiva relacional será essencial para a análise das construções das notícias acerca do tema "drogas". Isso porque, à medida que identificamos os discursos legitimados pelo campo jornalístico para aparecer nas notícias e auxiliar na construção das histórias - protagonizadas, aqui, pelas polícias e pelos especialistas, como veremos adiante –,

realizamos o trabalho de identificar os grupos cujos discursos não aparecem. Ou seja, são silenciados na construção do discurso da imprensa, que dá espaço a outras vozes referentes às classes e frações de classe, em sua maioria, dominantes.

Orlandi (2007) identifica o silêncio como fundante do próprio discurso. Dessa forma, compreendendo o discurso como uma materialização da ideologia (ORLANDI, 2001) e uma manifestação de poder (FOUCAULT, 2014), caracterizada como produto da ideologia (COURTINE, 2017), sendo esta uma expressão da luta de classes (ALTHUSSER, 1985), compreendemos que o discurso jornalístico é fruto de uma disputa nesse campo, influenciados por outros campos, como o político, o econômico e o religioso.

Apesar da construção desse discurso ser uma materialização da ideologia (ORLANDI, 2001), que é fruto da luta de classes (ALTHUSSER, 1985), caracterizando a perspectiva social, as notícias são atravessadas por elementos da perspectiva individual – passando pela organizacional (TRAQUINA, 2008). Dessa maneira, é preciso compreender a diferença entre “discurso” e “notícia”. Portanto, o “discurso” é a manifestação da ideologia como produto da luta de classes (COURTINE, 2014; ORLANDI, 2001), enquanto as notícias, por outro lado, são os textos onde vários discursos serão veiculados, daí a necessidade de compreensão das perspectivas individuais e organizacionais – que passarão por questões como o formato do texto, os critérios de noticiabilidade e o posicionamento de cada jornalista.

Dito isso, a observação das relações entre os atores do campo com o fato noticiado se faz necessária para a problematização sobre a formação das notícias. No caso das políticas de drogas, elas afetam principalmente, pessoas negras e pobres, trazendo efeitos como o encarceramento em massa, a evasão escolar, o trabalho infantil e o aumento da violência nas áreas periféricas (FIORE, 2012). A partir disso, identificamos a classe social como um componente marcante para direcionar as consequências da política de drogas atual.

Melo, Miranda e Benzaquen (2011) argumentam sobre as crenças e o discurso da mídia acerca do consumo de *crack*. Os autores mostram que não há, na literatura médica, dados suficientes para vincular o uso do *crack* à violência, ou quanto ao vício a partir do primeiro uso. Em detrimento disso, explicam que a imagem da mídia quanto ao *crack* é a de que ele vicia, após o primeiro consumo, e que sempre causa alterações violentas nos usuários. Sabemos que o *crack* é uma droga de consumo mais barato e que as consequências da política proibicionista são sentidas pelas classes mais baixas. Como indica o Departamento Penitenciário Nacional (2014), 75% dos encarcerados têm até o ensino fundamental completo, informação que indica baixa renda. Ao associar o uso e a venda de drogas à violência, temos uma justificativa para a política proibicionista e de guerra às drogas, que vitima pessoas mais

pobres. Desse modo, podemos compreender que a predominância do discurso proibicionista nos jornais, especialmente sobre o *crack*, é, sobretudo, a predominância de uma visão que traz consequências às classes dominadas.

Como vamos observar nos critérios de noticiabilidade, veremos que o assunto de “drogas” pode ser tratado como violento na mídia devido ao valor-notícia de “infração” que toma mais força quando há “violência” (TRAQUINA, 2008). Dessa forma, as infrações ligadas ao uso e à venda de drogas devem ser noticiadas, em sua maioria, quando há violência, o que gera uma significação de que o uso de drogas sempre gera violência, a partir das representações dadas nas notícias.

Luiza Assis Falcão (2018) estudou o campo jornalístico em Pernambuco a partir da cobertura da Parada da Diversidade. Nesse estudo, é possível observar alguns pontos congruentes à política de drogas - como a questão do conservadorismo, assim como a influência da reação do público e a disputa de narrativa tomada pelos movimentos sociais. Entretanto, alguns pontos sobre o campo jornalístico não podem ser acessados, como, por exemplo, a relação com as fontes oficiais ligadas ao poder público e o silenciamento para as ideias que disputam espaço, seja na narrativa jornalística, seja no campo da política de drogas.

À vista disso, observar o campo jornalístico a partir da cobertura da política de drogas permite dimensionar opiniões políticas, conservadorismo, as vivências de classe e frações de classe, assim como as regras do campo afetando a cadeia produtiva das notícias. Os dois polos selecionados para observação - editores/repórteres e assessores de imprensa - permitem a visão de atores estabelecidos no campo.

1.3 UM INTERMEDIÁRIO CULTURAL

Para a análise das notícias sobre drogas veiculadas nos três principais portais jornalísticos de Pernambuco, julgamos necessário definir o conceito de notícia. Como resultado da atividade jornalística, a notícia é “uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente” (ALSINA, 1996, p. 185) e, por ser um processo “historicamente condicionado” (VIZEU, 2014, p. 76) é, ao mesmo tempo, uma narrativa do contexto social e um produto deste mesmo contexto. Logo, é construída a partir de perspectivas diferenciadas e de disputas entre diversas categorias no campo jornalístico.

De acordo com Van Dijk (1990, p. 34 *apud* VIZEU, 2014, p. 67) é preciso debater a notícia numa perspectiva interdisciplinar, associando “o discurso analítico, psicológico e

sociológico do discurso informativo e dos processos jornalísticos”, o que demonstra a relevância dos estudos sociológicos sobre o tema.

Em particular, quando se observa que a narrativa jornalística é uma representação escalonada da narrativa da realidade, dentro dos parâmetros que o capitalismo permite à prática jornalística, percebe-se que o jornalismo é um produto social funcional à estabilidade do capitalismo (MEDINA, 1978; MARCONDES FILHO, 1986). Dessa forma, as notícias são a materialização narrativa das disputas discursivas no campo jornalístico. Na análise do discurso jornalístico que iremos empreender, identificaremos as narrativas aparentes e silenciadas, que mostrarão quem exerceu o poder do discurso e, relacionalmente, quem foi violentado pelo silenciamento. Marcondes Filho destaca que

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. (MARCONDES FILHO, 1986, p. 13).

Miguel Rodrigo Alsina (2009) traz o conceito de acontecimento como dependente do conceito de sentido. Segundo ele, “Não existe leitura da realidade que seja descontextualizada e que não esteja objetivada. O sujeito observador é o que lhe oferece sentido ao acontecimento” (p. 113). Baseado em problematizações de Berger e Luckmann (2014), Alsina (2009) traz a ideia de que a construção da realidade social é feita a partir da relação com o conhecimento. O autor ainda traz a dimensão do silêncio na perspectiva relacional entre “enxergar e ocultar” (2009, p. 115) a partir do sistema cultural do observador.

Essa relação entre fala e silêncio (ORLANDI, 2007) e de enxergar e ocultar acontecimentos (ALSINA, 2009) produz discursos – que, por conceito, é a materialização da luta de classes (ORLANDI, 2001) e uma manifestação de poder (FOUCAULT, 2014) que traça o sentido pelas falas, pelos silêncios e pelos silenciamentos. Com isso, quando essas disputas são travadas no campo jornalístico, se materializam na publicação ou na não publicação de notícias – a depender do interesse de quem vence a disputa. Assim, a notícia é o espaço para a veiculação do discurso jornalístico. Sendo o campo jornalístico o espaço de construção desse discurso, é importante compreender a “construção” das notícias como um processo de disputa pelo discurso, uma vez que a exposição do discurso na notícia possui regras e padrões textuais, que podem ser observadas em nível estrutural do texto e em nível discursivo.

Desse modo, o texto das notícias traz, em sua maioria, a estrutura de pirâmide invertida (PENA, 2020), ou seja, uma estrutura que não é feita apresentando as informações em ordem

cronológica, mas sim em ordem de importância, na qual as informações compreendidas como mais importantes devem estar no primeiro parágrafo. Para isso, responde-se, pelo menos, às seguintes perguntas: O quê? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê?

Essa disposição, somada à similaridade das notícias nos diversos jornais, leva a naturalizar a formação das notícias como se os jornalistas apenas seguissem regras. Entretanto, a própria atividade de olhar para o fato e decidir qual é o “o quê?” a ser noticiado já é uma decisão construída socialmente. Sendo assim, os caminhos que levam à construção das notícias e à decisão de o que e como vai ser noticiado é o nosso problema de pesquisa a partir do seguinte questionamento: “Por que as notícias sobre drogas são como são na imprensa pernambucana?”

Para isso, julgamos importante observar o campo jornalístico como um intermediário cultural, por ser esse mediador dos discursos de diversos setores da sociedade (MELO, 2010). Entretanto, apesar de o jornalista, em nível individual, ter a mão que escreve a notícia, a construção desse texto passa, além do nível individual, pelos eixos social e organizacional, que discutiremos a seguir.

1.3.1 O campo jornalístico como intermediário cultural – nível social

Assim como um crítico de arte ou o curador de museu, o jornalista - dentro da estrutura de gestão do veículo de comunicação - tem a tarefa de, observando os fatos que chegam ao seu conhecimento, decidir o que será ou não notícia. Essa decisão se dá por meio de critérios de noticiabilidade que analisaremos no próximo capítulo. Porém, a escolha para o uso desses critérios passa pela classe social.

Se o campo tem suas regras para manter ou favorecer a permanência de profissionais que, em sua maioria, compartilham a cultura da classe dominante ou pequeno-burguesa, as notícias serão, em grande parte, socialmente construídas pelas lentes dessas posições de classe.

De acordo com a pesquisa do Perfil do Jornalista Brasileiro⁶, atualizada em 2021, 67,8% dos jornalistas se identificam como da cor branca; 61,6% não têm filhos; 42,3% possuem ensino superior completo e 28,6% realizaram especialização. Esses fatores de cor e nível de escolaridade indicam uma socialização em classes mais abastadas e, no caso de não ter filhos, a possibilidade de maior investimento na carreira para alcançar rendas mais elevadas e capital cultural mais legitimado.

⁶ Disponível em:

<<https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Dos respondentes da pesquisa indicada, 60,2% estudaram em universidade privada e 46% em universidade pública (federal ou estadual). Além disso, 74,1% foram estagiários de jornalismo durante a graduação. A renda bruta mensal variava de R\$ 5.501 a R\$ 11.000 em 27,1% dos casos, e de R\$ 2.201 a R\$ 3.300, em 15,6% dos casos analisados em 2021. Em 13,5% dos casos, os jornalistas recebiam entre R\$ 3.301 e R\$ 4.400, em valores também de 2021. À pergunta “Sua remuneração líquida mensal é suficiente para sempre arcar com suas despesas mensais?” 40,1% responderam que “sim”, 23,9% responderam que “às vezes” e 11,1% responderam que “não, fico sempre devendo”.

Por fim, um ponto importante levantado pela pesquisa é “Como você ingressou em seu trabalho atual?”, ao que 26% responderam "processo seletivo realizado pelo contratante” e 20,8% responderam “indicação de amigo ou colega”. Há, ainda, os que foram convidados (17,2%), que prestaram concurso público (10,5%), os que abriram uma empresa (6,7%), os que foram empregados em continuação do estágio ou *trainee* (5,1%), prestadores de serviços (3,6%), cargo de confiança em órgãos públicos (3,5%), os que ingressaram em uma iniciativa independente ou alternativa de jornalismo (2,7%), os que se submeteram a seleção por empresa de recrutamento (1,9%), os que têm algum vínculo familiar (0,4%) e outros (1,4%). (LIMA et al., 2021).

Os dados, comparados aos que traremos nas entrevistas, indicam que a categoria dos jornalistas tendem a ocupar uma fração de classe média, com mais capital cultural e menos capital econômico, uma vez que a valorização do jornalista vem muito mais pela legitimação e aquisição de capital simbólico. E o capital simbólico, no campo jornalístico, é conquistado a partir da legitimação do profissional no seu campo e a possibilidade de exercer o *ethos* jornalístico, isto é, com a legitimação da cultura do jornalista como a cultura dominante. Fazendo uma comparação com os dados da pesquisa de 2021, mencionada nos parágrafos anteriores, conseguimos ver um nicho de grande demanda por capital social para a inserção no mercado de trabalho, com a necessidade de indicação de amigo ou colega.

Pierre Bourdieu (1997) fala dos jornalistas com suas “lentes” para enxergar o mundo. Pensando nisso, é preciso destacar que o *habitus* dos indivíduos que formam o campo jornalístico se constitui em um conjunto de atitudes legitimadas como sistema de disposição e funcionam de forma estruturada (social) e estruturante (organizacional e individual). Dessa forma, o que chega ao público como notícia é o produto das disputas entre os campos. Sendo assim, as “lentes” para dar a significação das disputas no campo da política de drogas estão no campo jornalístico.

Por esse motivo, o campo jornalístico funciona como um intermediário cultural para trazer significação sobre os fatos ocorridos no campo da política de drogas. Um jornalista sozinho não forma a notícia, bem como a empresa sozinha também não, mas sim o conjunto das disputas simbólicas que são travadas no campo para decidir o que é ou não um fato jornalístico, quem fala nas narrativas e quem silencia nessas narrativas. Portanto, essas disputas definem o “o que é notícia?” e “como as notícias são?”

No que diz respeito aos assuntos sobre drogas, cuja cobertura jornalística é o objeto de estudo desta pesquisa, as disputas travadas no campo político ⁷ giram em torno de conservadorismo e anticonservadorismo. Em registro feito no dia 4 de novembro de 2019 no site da Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputadas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) defenderam a liberação do uso terapêutico e medicinal da *Cannabis sativa*, enquanto um deputado do Partido Progressistas (PP) se posicionou sobre a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal descriminalizar o porte de drogas.

Ontem demos um grito pedindo que o Supremo reveja esse posicionamento. Não é o momento de o Brasil descriminalizar as drogas”, pontuou. Collins defende mais debates e estudos sobre os impactos da decisão nas áreas social, de segurança e saúde pública. “Nosso País está preparado para essa mudança? E se essa medida instalar o caos?”, questionou, lembrando que o uso abusivo de drogas está relacionado aos índices de violência. (ALEPE, 2019).

É de conhecimento público, entretanto, que o deputado do PP, Pastor Cleiton Collins (como se denomina na política), um dos principais porta-vozes da guerra às drogas no estado de Pernambuco, é um líder evangélico que construiu a sua rede com base em uma comunidade terapêutica⁸, a Sociedade Assistencial Saravida e, por isso, depende da guerra às drogas para manter o seu capital político.

Um outro indicativo da disputa da pauta de drogas no campo político é a lista de entidades habilitadas a participar de uma assembleia eleitoral no Conselho Estadual de Políticas

⁷ Descriminalização e uso medicinal de drogas motivam debate em plenário. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/2019/11/04/descriminalizacao-e-uso-medicinal-de-drogas-motivam-debate-em-plenario/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

⁸ Comunidades terapêuticas são instituições que abrigam usuários de drogas e, geralmente, têm caráter religioso, em sua maioria cristão evangélico. Os representantes dessas entidades, no contexto pernambucano, reivindicam que essas instituições façam parte do Sistema Único de Saúde, o que é questionado devido à necessidade da laicidade no serviço de saúde e a garantia da política de Redução de Danos convencionalizada na Rede de Atenção Psicossocial (Raps), uma vez que as comunidades terapêuticas trabalham com a prática de abstinência total das drogas.

Sobre Drogas de Pernambuco (CEPAD) ⁹, publicada em 2021. Entre os representantes de conselhos de classe dos trabalhadores da assistência social e saúde estão os conselhos regionais de fisioterapia e terapia ocupacional, psicologia, enfermagem e serviço social.

Há, além disso, instituições de políticas de redução de danos do consumo de drogas, como a Escola Livre de Redução de Danos, assim como representantes de instituições de atenção e cuidados aos usuários de drogas e seus familiares, protagonizados por comunidades terapêuticas, em sua maioria, ligadas às igrejas evangélica ou católica: Comunidade Acolhedora Terapêutica São Miguel Arcanjo; Sociedade Assistencial Saravida; Centro de Prevenção às Dependências; Comunidade Terapêutica Projeto Compaixão; Associação Filantrópica de Assistência Social Recanto Fênix; Centro de Reabilitação Sara Nordeste; Centro de Recuperação Rosa de Saron; Casa de Recuperação Projeto de Deus (CEPAD, 2021).

Essas disputas, que nos eixos da saúde e da assistência social são travadas principalmente entre a defesa da redução de danos - que prevê práticas como o consumo controlado de entorpecentes e a substituição gradual de drogas mais nocivas por outras menos prejudiciais - e a defesa da abstinência do consumo de drogas, são análogas ao antiproibicionismo e ao proibicionismo no eixo de segurança pública. Isso porque a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que integra as políticas de saúde e assistência social, prevê uma abordagem antiproibicionista para o usuário de drogas, através da prática da redução de danos, que aceita que o indivíduo pode consumir drogas e não tem o objetivo principal de fazer com que pare de usar, mas visa diminuir os danos causados pelo uso abusivo, a partir de uma política de redução do consumo ou troca de substâncias mais nocivas por outras menos prejudiciais. Conforme a portaria que institui a RAPS:

Art. 2º Constituem-se diretrizes para o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial:

[...]

VIII - desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos;

[...]

XII - desenvolvimento da lógica do cuidado para pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, tendo como eixo central a construção do projeto terapêutico singular ¹⁰.
(Ministério da Saúde, 2011).

⁹ Disponível em:

<https://www.prevencao.pe.gov.br/images/conselhos/Publicacao_Entidades_Habilitadas_15.06.2021.pdf>.

Acesso em: 10 jan. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html> Acesso em: 10 jan.2023.

O proibicionismo estabelecido traz consequências, como o alto índice de pessoas periféricas assassinadas na guerra às drogas, o encarceramento em massa de jovens negros, o empobrecimento de famílias e a dificuldade de acesso ao tratamento para dependentes químicos (FIORE, 2012). Dessa forma, as lutas são travadas entre os que desejam manter a guerra às drogas - por motivos diversos, como os de manter o poder das milícias na periferia ou acumular capital econômico e político por meio de igrejas e comunidades terapêuticas – e entre os que desejam acabar com a guerra às drogas, também por motivos políticos, sociais, ou individuais, no caso das populações marginalizadas.

Além da Escola Livre de Redução de Danos - que faz um trabalho educativo junto a usuários de drogas para levar informações, especialmente de saúde, sobre os efeitos das substâncias e as possibilidades de diminuir os riscos ao utilizá-las -, a cidade do Recife também é palco de atuação para a Rede de Feministas Antiproibicionistas (Renfa) - que traz como principal pauta o encarceramento de mulheres por envolvimento com drogas, assim como da Marcha da Maconha - que pauta a legalização da erva. Podemos encontrar outros movimentos antiproibicionistas - tais como o Gabinete de Assessoria Jurídica Popular (Gajop), o Fórum Popular de Segurança Pública, Movimento PE de Paz, mas esses últimos trazem como pauta principal a segurança pública, não apenas uma política diferenciada de drogas.

A forte incidência dos órgãos policiais como fonte jornalística em detrimento dos movimentos de representação da sociedade civil revela a legitimação destes órgãos como fontes oficiais. É importante lembrar que órgãos públicos de saúde e assistência social não aparecem com a mesma frequência que a polícia como fonte no *corpus* separado sobre drogas, pelo contrário, o discurso dos órgãos oficiais, que está na grande maioria das publicações, é aquele proveniente das polícias. Fontes como secretarias de saúde ou de assistência social não são ouvidas sobre esse assunto – e cabe, aí, tanto a questão organizacional, de que não são feitas publicações porque os jornalistas não recebem *releases* sobre drogas vindos das pastas de saúde e assistência social; quanto a social, pois os jornalistas não procuram os órgãos de saúde e de assistência social porque têm confiança nos órgãos de polícia e acreditam ser um assunto de segurança pública, não de assistência social ou de saúde. Como veremos adiante, todos os jornalistas entrevistados acreditam que drogas e violência estão necessariamente interligadas, apesar de, muitas vezes, terem eles mesmos sido usuários de drogas ilícitas sem que estivessem envolvidos em situações de violência.

A Lei de Drogas (11.343/2016) estabelece que as políticas de drogas devem ser feitas no âmbito da saúde, da assistência social e da segurança pública, com o objetivo de coibir o tráfico de drogas como um crime, mas também de oferecer o cuidado necessário ao usuário,

especialmente ao dependente químico. Entretanto, como veremos adiante, a cobertura massiva dos jornais analisados é feita no contexto da guerra às drogas no que diz respeito à segurança pública. Em alguns casos, a disputa é mostrada, mas, na maioria deles, as narrativas das polícias permanecem e trazem o debate sobre drogas como algo estritamente ligado à violência.

Algo a salientar é que a posição de classe poderá influenciar na abordagem dos jornalistas, mas, principalmente, é importante perceber que a construção das notícias é feita, quase que exclusivamente, pelas classes dominantes - em sua maioria, além do repórter que escreve e, em grande parte, representa os interesses do empregador, as pessoas que falam são entidades de órgãos públicos, especialmente polícias. Quando há um contraponto, vêm das opiniões de especialistas, legitimados, principalmente, pelo capital cultural certificado. Bourdieu (2017) analisa esse fenômeno como uma carência de capital cultural das classes populares, que não se consideram legitimadas a falar. Ou seja, especialistas, órgãos públicos, falam, enquanto as classes populares calam. Mas é importante destacar também que a própria rotina das redações contribui para o silenciamento das classes populares, como veremos adiante. Uma vez que os jornalistas precisam apurar informações a partir das redações, sem sair a campo, estão cada vez mais restritos às suas próprias redes de contato que, sendo maior ou menor, sempre é limitada e traz menos possibilidade de acessar os discursos populares, já que os indivíduos das classes populares têm menos influência para ter acesso e falar com a imprensa.

Percebemos, assim, um movimento do próprio campo para manter a ordem social que, neste caso, é a proibicionista. Em um movimento de: ASSESSORIA PRODUZ RELEASE > ENVIA PARA IMPRENSA > IMPRENSA PUBLICA, não há, na maioria das notícias publicadas sobre drogas, um questionamento ao texto enviado pelas assessorias, nem mesmo um contraponto vindo de algum movimento social, que tenta entrar na disputa do espaço na cobertura, mas que, muitas vezes, não segue as regras do jogo do campo jornalístico – como a de enviar *releases* com reportagens pré-formadas às redações. Além dessa questão organizacional, existe o próprio conservadorismo dos jornalistas em não ter opinião formada sobre o assunto ou mesmo o mínimo de informações que lhes deem segurança para opinar durante as entrevistas desta pesquisa. A maioria responde dizendo que precisa ler mais um pouco sobre a questão. Apesar desse pouco conhecimento admitido, assuntos sobre drogas são publicados diariamente nos jornais.

No caso da cobertura analisada, identificamos discursos de oposição vindos de especialistas e representantes de ONGs ou movimentos sociais. Isso pode acontecer tanto porque essas fontes procuram e são procuradas pelos jornais, quanto porque as fontes de classes populares não procuram, nem são procuradas por eles. Sendo assim, de um lado, o campo

jornalístico não fala ou fala muito pouco (numa expressão maior de narrativas emocionais e apelativas) com as classes populares, de outro, as classes populares não se sentem legitimadas para falar com o campo jornalístico. Essa não procura do campo jornalístico pelas classes populares se dá, muitas vezes, pelo julgamento do repórter em acreditar que não existem informações importantes vinda daquelas pessoas, como veremos nas entrevistas, mas, principalmente, pela estrutura organizacional que, ao não permitir que o repórter vá à rua com tanta frequência, estabelece uma distância com as fontes populares que são encontradas, efetivamente, no próprio local do acontecimento. A distância do repórter da rua, somada, muitas vezes, ao posicionamento de legitimar apenas as fontes oficiais faz com que as notícias sejam contadas apenas pelos detentores dos discursos de poder.

É importante observar o efeito das notícias na disputa entre os diversos campos no qual o campo jornalístico intermedeia – tais como o político e o religioso, nos quais podemos identificar disputas de sentido acerca do assunto drogas. O texto jornalístico, desse modo, funciona como espaço da materialização da violência simbólica produzida no campo jornalístico, uma vez que expõe falas e silêncios vindos de um discurso que, como poder, é a recompensa das disputas do campo. Isto é, o texto jornalístico expõe o discurso das classes dominantes e silencia o discurso das classes populares a partir da legitimação que o campo jornalístico dá a quem pode ou não falar. Lembrando que, por conceito, a violência simbólica é a manifestação do capital simbólico, ou seja, o prestígio adquirido por meio da incorporação do *habitus* do campo ou os acessos a determinados espaços no campo, como, nesse caso, o jornalístico, com eventos que “caracterizam tanto os dominantes, quanto os dominados”. (WEININGER, 2015, p. 116).

À medida em que o texto jornalístico sobre drogas dá espaço para falas de fontes como o governo e os especialistas, silenciando fontes como os usuários de drogas, os traficantes e as suas famílias, tem-se uma ordem de quem pode falar (com discurso legitimado pelo campo jornalístico) e quem deve calar (com o discurso deslegitimado pelo campo jornalístico). Isso estabelece a caracterização entre dominantes e dominados, fazendo emergir, na prática, o capital simbólico representado no prestígio de poder ao não veicular o seu discurso. Assim, nessa percepção de quem pode falar, emerge a violência simbólica contra quem deve calar.

Veremos, adiante, nas entrevistas, que a violência simbólica, que emerge a partir da identificação do capital simbólico, expressa-se na relação entre os atores do campo. Quanto aos jornalistas entrevistados, eles conseguem identificar a diferença de capital simbólico em si e nos outros, o que pode gerar um sentimento de insatisfação e frustração quando analisam o próprio trabalho. Ou, ainda, de orgulho, a depender da trajetória. Parte dessa insatisfação se dá

pelos valores-notícia apresentados, porque, muitas vezes, os valores-notícias substantivos, que dizem respeito às características dos fatos, são colocados de lado e os valores-notícia de construção são priorizados, ou seja, os fatos que são mais possíveis na construção da notícia. Essa prática se choca com o *ethos* jornalístico e com as crenças dos jornalistas de que a sua atividade lhes obriga a vigiar os três poderes e mostrar a verdade, gerando, assim, um sentimento de frustração.

Conceitualmente, os valores-notícia são propostos como um conjunto de elementos identificados nos fatos para classificar como notícia maior ou menor e como não-notícia (TRAQUINA, 2008). Essa seleção do que ocupa ou não os espaços nos jornais é o trabalho para o qual os jornalistas são legitimados, por seu *habitus* profissional, a fazer. Esse processo de legitimação para ser um jornalista, no entanto, requer uma série de características de adequação a um *ethos* jornalístico.

Adequar-se é pertencer ao campo. Esse pertencimento depende da vinculação a uma redação de jornal que, no fim das contas, além de filtrar profissionais dotados de capital cultural, também exige (ainda que de forma subliminar) que os interesses dos empresários detentores dos meios de comunicação sejam protegidos. Entram, aí, as características organizacionais no campo jornalístico para a construção das notícias.

1.3.2. O campo jornalístico como intermediário cultural – nível organizacional

A perspectiva organizacional do campo jornalístico como intermediário cultural entre ele e os demais campos sociais será exposta de maneira mais aprofundada no terceiro capítulo, durante as análises das entrevistas, quando os profissionais vão falar das suas relações com as chefias das redações, com os jornais e com as assessorias de imprensa, bem como os jornalistas das assessorias de imprensa das polícias Civil e Militar também vão abordar questões relativas ao campo jornalístico.

Previamente, é importante destacar que o modelo de comunicação da sociedade brasileira e, em especial, da pernambucana, traz sérias dificuldades no que diz respeito à liberdade de imprensa. Os principais portais de notícias do Recife analisados neste trabalho - Folha de Pernambuco, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio - são financiados como empresas privadas, o que gera uma relação de patrão-empregado entre jornais e jornalistas, deixando evidente o que o jornalista e pesquisador norte-americano Nelson Traquina (2008) chamou de “eixo econômico”.

Veremos, nas análises das entrevistas, que, na disputa entre o eixo econômico e o *ethos* jornalístico, o eixo econômico saiu vitorioso no campo jornalístico em Pernambuco. Atualmente, o cenário é de um esvaziamento das redações em decorrência de demissões para o corte de gastos e, com isso, uma precarização do trabalho dos profissionais que permaneceram responsáveis pela produção jornalística. Enquanto os jornalistas, dotados do *ethos* da profissão, sonham em fazer grandes reportagens, investigar, apurar, criticar governos e fazer valer o ideal de imprensa como um “quarto poder”, ou seja, um instrumento de fiscalização dos três poderes, na prática, os interesses corporativos dos jornais têm se sobressaído por meio do interesse dos jornalistas em se manter no campo, seja pelo capital simbólico que detém, por atuar em uma redação, seja pela necessidade financeira de estar empregado.

É importante destacar que isso gera um sentimento de frustração, especialmente nos jornalistas mais novos, que sonham em performar o *habitus* do campo, mas têm cada vez menos oportunidades de, por exemplo, ir às ruas apurar informações ou fazer reportagens de páginas inteiras que são, geralmente, mais aprofundadas e garantem mais prestígio. Em vez disso, os profissionais são cada vez mais cobrados pelas audiências e pelos acessos nas redes sociais e nos sites, o que leva à produção de conteúdos voltados para o entretenimento e não necessariamente para informação. Conteúdos cujo principal critério de noticiabilidade é o inesperado - para gerar curiosidade do público e, com isso, mais acessos - são mais valorizados, como discutiremos na observação das entrevistas. Isso ocorre, principalmente, pelos problemas financeiros enfrentados nas redações. Essas questões já são problemáticas porque, entre os principais compradores de espaços de publicidade nos jornais, estão a Prefeitura do Recife e o governo do estado de Pernambuco.

Quando o veículo enfrenta problemas financeiros (como é o caso da Folha de Pernambuco, externado adiante), veremos que a abordagem das notícias é cada vez mais voltada para fazer prevalecer o discurso governista. A questão da publicidade paga com verba governamental é um problema, porque torna o jornal dependente dos interesses do governo: quanto mais estreita e simbiótica é essa relação, maior a dificuldade de os profissionais manifestarem o seu *ethos* e, portanto, fortalecerem a prática jornalística, uma vez que, quanto maior a necessidade financeira, mais os interesses econômicos das empresas jornalísticas vão se sobressair.

Isto posto, identificamos que os jornalistas são profissionais que ocupam espaço em uma classe média, voltados mais para frações de classe detentoras de uma dimensão maior de capital cultural do que de capital econômico, que disputam um capital simbólico no campo jornalístico. Na disputa por esse capital simbólico, muitas vezes, o capital econômico é deixado de lado

quando vislumbram a oportunidade de exercer o *ethos* da profissão, como veremos nas entrevistas, por exemplo, no caso de jornalistas que dobraram a carga horária de trabalho, sem receber por horas-extras, no intuito de publicar uma reportagem maior e mais detalhada. Isso se ancora no conceito weberiano de “vocação”, no qual o trabalhador tem a intenção de exercer a sua vocação e, só depois, de ter de volta o capital econômico.

Notamos também um sentimento de frustração no jornalista, por se importar com o capital simbólico e em manifestar o *ethos* da profissão, mas, ao fim, não ter a recompensa nem pelo prestígio nem pelo capital econômico. Isso se dá tanto em nível territorial, uma vez que as redações analisadas no Recife não são grandes redações do país e não têm grandes possibilidades para os repórteres se destacarem, quanto em nível organizacional, pelos interesses dessas redações, que se coadunam cada vez mais com os governos locais, que são grandes anunciantes e que têm interesses nos vários assuntos abordados nos meios de comunicação. No caso das drogas, por exemplo, o de manter o discurso proibicionista prevalece sobre outras possibilidades de sentido sobre a questão. Paralelamente às questões do enfraquecimento financeiro dos jornais, que têm como consequência menos profissionais nas redações, observamos o crescimento das assessorias de imprensa, com diversos tipos de comunicadores como jornalistas, publicitários, fotógrafos, etc. Isso dá ao poder público o potencial para publicar seus discursos nas notícias, tanto no que diz respeito aos interesses dos jornais - pela manutenção dos contratos publicitários - quanto no que diz respeito aos interesses dos governos - que produz materiais e consegue a sua veiculação nos jornais.

1.3.3 O campo jornalístico como intermediário cultural – nível individual

Ao analisar o processo para legitimação dos críticos de arte em seu ofício, Bourdieu (2018) questiona de onde vem o poder de consagrar, que é reconhecido ao comerciante de arte.

Ainda aqui, a resposta carismática se oferece já pronta: os *grandes marchands*, os *grandes* editores, são “descobridores” inspirados que, guiados por sua paixão desinteressada e irrefletida por uma obra, “fizeram” o pintor ou o escritor, ou então, permitiram-lhe que ele se fizesse amparando-o nos momentos difíceis, respaldados na fé que haviam colocado nele, orientando-o com seus conselhos e livrando-o das preocupações materiais. (BOURDIEU, 2018, p. 23).

Em sua análise, Pierre Bourdieu (2018) observa a necessidade de uma denegação do capital econômico para a valorização da arte por si só. Essa valorização de uma riqueza cultural da parte do crítico de arte eleva o valor da sua capacidade em exercer a atividade e,

consequentemente, o valor da própria obra a ser legitimada por esse crítico. Existe, aí, uma valorização de figuras que estariam preocupadas apenas com o valor simbólico da obra, sem amarras com o capital econômico.

No campo jornalístico, esse processo se dá na construção de notícias, uma vez que cultura jornalística prevê uma serventia dos profissionais ao interesse público, de modo que existe a necessidade de investigar informações, servir ao público fatos que consideram de interesse público, “ajudar as pessoas”, (como ouvimos, diversas vezes, nas entrevistas), além de mediar o debate entre o público e as autoridades. Entretanto, é interessante notar o espaço que o jornalista ocupa nesse meio, porque, apesar de, econômica e culturalmente pertencerem, em grande parte, a uma classe média, distanciam-se das classes mais baixas, ao se verem sob a responsabilidade e, com isso, o poder, de “ajudar as pessoas”, de “mediar o debate”. Esse é um ponto importante, porque divide os espaços no campo e dá ao profissional jornalista, afetado pela dinâmica do campo e suas limitações, o poder de decidir quem fala e quem cala, gerando, assim, a violência simbólica.

Na análise do processo de legitimação de produtos culturais, Bourdieu (2018) identifica a necessidade de os críticos de arte se consolidarem por meio de uma denegação dos bens econômicos, valorizando a legitimação simbólica. No caso do jornalismo, Traquina (2008) identifica o polo econômico - protagonizado pelos empresários donos de jornais - e o *ethos* jornalístico. Dessa forma, tal como os críticos de arte, os jornalistas se comportam identificando a profissão como uma vocação, uma devoção, um dever a despeito de receber ou não os salários ou ganhar ou não pelas horas extras dedicadas para reportagens mais aprofundadas. Muitas vezes, um prêmio ou a própria publicação da reportagem em página inteira já é um pagamento que satisfaz esses indivíduos, como veremos durante as análises das entrevistas.

Na sociedade, os jornalistas são os profissionais legitimados como detentores da capacidade de julgamento do que pode ou não ser uma notícia. Isso porque são indivíduos dotados de uma qualificação que cria neles disposições para um conjunto de práticas características do seu grupo (BOURDIEU, 1999) (capital cultural incorporado), o que lhes conferem um diploma (capital cultural institucionalizado) e a expressão, em suas práticas profissionais, de capacidades culturais em que demonstra o capital incorporado, geralmente alinhado com a cultura das classes dominantes - boa escrita, expressão, entendimento das regras do campo jornalístico e de língua estrangeira e conhecimento político (capital cultural objetivado). (BOURDIEU; PASSERON, 1992; BOURDIEU, 2017; NOGUEIRA, 2017).

Esses indivíduos, muitas vezes detentores dos três tipos de capital cultural, são legitimados pela sociedade para exercer a atividade de observar um fato e dizer se aquilo é ou

não digno de se tornar uma notícia. Entretanto, apesar da legitimação do público, precisam se submeter às demandas impostas pelo eixo econômico das organizações jornalísticas. Ou seja, depender de mão de obra e espaço na próxima edição do jornal para analisar os fatos e veicular discursos sobre eles é uma atividade feita pelos profissionais jornalistas, mas afetada por dimensões organizacionais e sociais do campo. Dessa forma, a veiculação dos produtos vem com os valores das frações de classe dominantes, seja porque o jornalista está identificado, ideologicamente, com esses valores, seja porque os interesses que vêm dos eixos sociais e organizacionais exigem discursos e significações que priorizem os interesses das classes dominantes.

Os jornalistas, então, contribuem para a construção do campo jornalístico e esse campo age como intermediário cultural, cujas lentes para enxergar o mundo ajudam a formar a visão de mundo do público, que o legitima enquanto competente para elaborar a notícia. São atores que detêm, por meio do seu capital simbólico, o “poder de consagrar, além de objetos (é o efeito de grife ou de assinatura) ou pessoas (pela publicação, exposição, etc), portanto, de dar valor e obter benefícios dessa operação.” (BOURDIEU, 2018, p. 20).

Desse modo, os jornalistas carregam consigo o poder simbólico de dizer os fatos que serão ou não notícia, de permitir as fontes que serão ouvidas, tudo isso transpassado pela sua lente, isto é, pela sua visão de mundo, construída pelo *ethos* jornalístico e pelo *habitus* de classe que, devido aos meios do próprio campo jornalístico, tende a ser um *habitus* de classe dominante. Entretanto, na prática, exercer esse poder simbólico está condicionado às permissões dadas pelas estruturas organizacionais e sociais, limitando as possibilidades desses profissionais.

2. COMO AS NOTÍCIAS SÃO? A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Esta pesquisa é pautada no questionamento inicial e comum às várias teorias do jornalismo ao perguntar: por que as notícias são como são? (PENA, 2020). Esse questionamento é o primeiro passo para desnaturalizar a formação das notícias e trazer luz aos processos sociais que afetam a construção de um conteúdo jornalístico a partir de um fato, enquanto outros acontecimentos não levam à demanda de tempo dos profissionais e espaço nas edições. No entanto, a tarefa de encontrar o motivo pelo qual as notícias são como são exige, antes, um diagnóstico de como elas são, para a partir daí, traçar novas perguntas mais específicas sobre a construção das notícias.

Como já dissemos, nesta pesquisa, analisamos a cobertura sobre drogas nos portais Folha de Pernambuco (FP), Diário de Pernambuco (DP) e JC Online (JC), cujas redações são localizadas no Recife. As notícias colhidas para análise foram veiculadas entre abril e maio de 2021. Faz-se necessário salientar que o tema da cobertura sobre drogas foi escolhido porque é alvo de disputa simbólica em diversos campos.

As drogas representam estilos de vida diferenciados, seja no uso recreativo, medicinal ou no não uso; seja na vulnerabilidade que leva ao mercado desses produtos, considerado como crime e, portanto, tráfico, reprimido a partir de práticas políticas que defendem a proibição ou descriminalização e em ações policiais, além dos dispositivos de saúde pública e religiosos, com estratégias diferenciadas. Assim sendo, as drogas deslocam-se em disputas de sentido e são, dessa forma, pano de fundo de disputas por estilos de vida.

As relações com esses elementos representam o que Bourdieu (2017) chamou de *habitus* de classe. Diante disso, perguntar como as notícias são engloba, também, saber quem elas representam, quem são as fontes ouvidas, quais são as versões representadas, seus protagonistas e os assuntos englobados. A partir desse diagnóstico, perguntamos o porquê as notícias são como são.

Detalharemos, mais à frente, os critérios de noticiabilidade destacados por Nelson Traquina (2008) e os seus conceitos. Cabe negritar, contudo, o caráter valorativo dado a esses itens. Por exemplo, o autor destaca a morte como um critério de noticiabilidade. Isso quer dizer que, no meio de um acontecimento, se houver uma morte, existe uma possibilidade maior de o fato ser noticiado. Além disso, traz o caráter da personificação, com um destaque para o protagonista do acontecimento, em caso de ser uma figura pública. Temos, então, que a probabilidade de uma morte ser noticiada em caso de uma figura pública é maior do que se o indivíduo for desconhecido. Essas práticas constituem um conjunto de construções sociais

vindas dos movimentos de legitimação e deslegitimação dos setores, um movimento do campo jornalístico, que exerce a função de levar significações aos fatos ocorridos no mundo e de legitimar ou deslegitimar discursos sobre esses fatos.

Paula Reis Melo (2010) destaca o caráter cultural da noticiabilidade e argumenta sobre a importância de desnaturalizar os enquadramentos dados aos fatos pelo campo jornalístico porque, apesar de parecer natural, por fazer parte da rotina dos jornalistas, é uma construção social que varia, inclusive, com o tempo.

Por serem os acontecimentos determinados culturalmente, os valores-notícia mudam no tempo conforme a dinâmica social. Assuntos que anteriormente não eram tratados pela mídia, hoje são notícia e, em alguns casos, demandam espaço específico, a exemplo da seção “ciência/meio ambiente”. Esta mudança se relaciona diretamente com as novas áreas de interesse da sociedade e, em consequência, pela atuação crescente dos respectivos grupos organizados que, diante da necessidade de darem visibilidade às suas causas, provocam o campo jornalístico a se debruçar sobre eles. O resultado disso é que se convertem em fontes de informação. **Assim, a seleção das informações e o modo de serem apresentadas refletem os enquadramentos mais consensuais da sociedade.** (REIS MELO, 2010, p. 6, grifo nosso).

Veremos os enquadramentos consensuais aparecerem na forma de notícia por motivos como, por exemplo, a consonância como um critério de noticiabilidade destacado em Traquina (2008), isto é, o fato de ser uma história sem controvérsias, capaz de ser entendida pelo público e, principalmente, que reafirma uma crença já existente. Além disso, há o caráter governista dos jornais, no caso do Diário e da Folha de Pernambuco e o caráter conservador ligados às classes A e B, que é o público do Jornal do Commercio, como veremos nos relatos dos entrevistados no próximo capítulo.

Esse conjunto de construções sociais, que define as disputas simbólicas dentro do campo jornalístico, nos ajudam a explicar por que as notícias são como são. É isso que esta pesquisa pretende elencar no contexto da cobertura jornalística sobre drogas em Pernambuco.

2.1. A CONCEITUAÇÃO DOS VALORES-NOTÍCIA EM NELSON TRAQUINA

Os critérios de noticiabilidade, ou valores-notícia, são elementos dos fatos que fazem com que eles tenham mais probabilidade de serem publicados no jornal. Esses fatos, entretanto, são subjetivos e, para serem tratados como fatos jornalísticos, dependem da subjetividade compartilhada no *ethos* profissional dos jornalistas. Por exemplo: em caso de uma greve de rodoviários, é comum ver os telejornais ao vivo nas paradas de ônibus mostrando o transtorno que os passageiros sofrem sem transportes. Nesse caso, o “o que” da notícia muda de “greve de rodoviários” para “transtorno causado pela greve de rodoviários” e a greve passa ser o “por quê?”.

É interessante perceber, neste exemplo, porque isso se justifica, na teoria jornalística, pelo critério de noticiabilidade “abrangência”, mostrando que a rotina da cidade muda e muitas pessoas são afetadas. Porém, essa prática leva ao silenciamento ou a minimização do peso dos motivos da greve. Caso ela fosse o “o que?” os motivos seriam “o porquê?”, mas, a greve passa a ser o motivo do transtorno na construção dos discursos.

Dessa forma, apesar de os critérios de noticiabilidade aparecerem como regra, são construções sociais que trazem consequências e fortalecem o discurso jornalístico, como um poder para influenciar as possibilidades de significações sobre o mundo e, ainda, gerar violência simbólica pela deslegitimação das falas das classes populares. Segundo Hall (Hall, 1984 *apud* Traquina, 2008, p. 86), “parece que estamos lidando com uma ‘estrutura profunda’, cuja função como mecanismo de seleção é invisível, mesmo para aqueles que profissionalmente têm que operar com ela”.

O professor e pesquisador Nelson Traquina (2008) separa os valores-notícias de seleção, que são critérios dados aos fatos para selecionar se devem ou não ser apurados como notícias. Na seleção, está o que ele chama de “critérios substantivos” e “critérios contextuais”, os primeiros dizem respeito às características do próprio fato, enquanto os segundos dizem respeito ao tempo e lugar que o fato ocorreu, situações contextuais que trazem ou não mais possibilidade de aquilo ser ou não uma notícia.

Esse teórico do jornalismo problematiza os valores-notícia como critérios que fazem parte do *ethos* jornalístico. Como veremos adiante, os critérios trazem um formato de ser ou não ser notícia, entretanto, essa aplicação é enviesada, principalmente, para mostrar fatos pontuais e não problemáticos, trazendo a sensação de informações publicadas sem o aprofundamento das questões sociais, ao que vale perguntar: de quem é esse discurso sem aprofundamento veiculado na imprensa? Quem se beneficia?

No caso da política de drogas na cobertura da chacina do Jacarezinho¹¹, por exemplo, que mostrava a morte das pessoas, chegou-se a questionar a atuação da polícia, mas em nenhum momento se questionou a Lei de Drogas e a política proibicionista, porque debater essa estrutura, nesse caso, requer mexer com a ordem social, os governos – sejam de qualquer grupo político – e a polícia. Esse enfrentamento depende não somente do posicionamento dos repórteres, mas, principalmente, das organizações jornalísticas, que, por sua vez, têm fortalecido os critérios de noticiabilidade do proibicionismo. Assim, seja no eixo dos valores-

¹¹ A chacina do Jacarezinho ocorreu em 6 de maio de 2021, no Rio de Janeiro, durante uma operação da Polícia Civil que resultou em 29 pessoas mortas. Foi a operação policial mais letal ocorrida nessa cidade.

notícia substantivos, como a infração, ou nos valores-notícia de construção, como divulgação de imagens e informações, o tráfico de drogas enquanto um crime se torna noticiável com o auxílio das grandes assessorias de imprensa dos órgãos públicos.

2.1.1 Valores-notícia de seleção - critérios substantivos

Em suas investigações, Traquina (2008) destaca a **morte** como o primeiro critério de noticiabilidade. Ele afirma que “onde há morte, há jornalistas” (Traquina, 2008, p. 79), ao que questionamos qual é o motivo de haver mortes e choros legitimados ou não nos meios de comunicação, mortes que são lamentadas e outras não nos jornais? Prova disso é o grande número de notícias sobre a Chacina do Jacarezinho, na Folha de Pernambuco e o baixo número de notícias sobre o mesmo assunto nos outros dois jornais analisados. Algumas mortes têm mais visibilidades que outras, isso porque trazem consigo outros critérios de noticiabilidade, como a **notoriedade**, outro valor substantivo, que diz respeito ao destaque do ator principal do fato, mas o que é a notoriedade se não as relações sociais e as trocas simbólicas?

A característica de ser notório prevê um capital simbólico para considerar aquele indivíduo como importante o suficiente para merecer espaço no jornal. A **proximidade** também é um valor-notícia fundamental, de forma que uma morte por uso de drogas tem mais chance de virar notícia nos jornais analisados se ela acontecer na capital pernambucana, visto que é o local da redação dos jornais - isso se perde, no entanto, com o fato de os jornais terem cada vez menos equipe e contratos com agência de notícias de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Dessa forma, cabem os critérios de noticiabilidade de construção, que serão abordados adiante.

A **relevância** é outro valor-notícia destacado. “Este valor-notícia corresponde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas” (TRAQUINA, 2008, p. 80). É importante destacar, aqui, a subjetividade desse valor-notícia, especialmente no que diz respeito à ordem social posta. Muitas vezes, o “relevante” não é necessariamente o que afeta mais as pessoas, mas sim o que afeta pessoas específicas da classe dominante.

Por exemplo, quando vemos a cobertura da política de mobilidade, observamos uma diferença nos discursos de benefícios para carros ou transportes públicos coletivos. Prova disso foi a cobertura da implantação da faixa exclusiva para ônibus na Avenida Antônio de Goes, uma das principais vias da Zona Sul da cidade, no Bairro do Pina, considerado como área nobre. Apesar de a maioria das pessoas estarem nos ônibus e não nos carros, o que se falava, em muitos casos, era sobre o aumento do congestionamento para os que estariam nos veículos

particulares¹² e não no benefício de garantir que a maioria das pessoas em transporte público, não enfrentasse congestionamentos naquela via.

Na política de drogas, temos uma população carcerária entre as maiores do mundo, mas isso é silenciado. O fato da representação da população carcerária ser de maioria negra e periférica pode ser relevante para a maioria da sociedade brasileira, que é negra. Contudo, essa relação entre vulnerabilidade social e encarceramento por drogas é silenciado, dando lugar ao discurso religioso ou policial, cujo sentido do proibicionismo é legitimado nas páginas dos jornais tradicionais.

[...] a história do paradigma proibicionista, como muitas das políticas públicas implementadas pelos Estados, fez-se por uma apropriação desigual do locus de decisão política pelos diferentes atores sociais, não obstante sua formalização representativa. Dessa forma, as consequências das políticas de drogas são avaliadas a partir de pesos políticos muito desiguais. Exemplo mais dramático dessa desigualdade é a banalização da vitimização fatal e do encarceramento precoce de populações que residem em zonas pobres e periféricas do país, grande parte delas sob a justificativa da repressão ao tráfico, ou sob a égide arbitrária dos seus controladores. A minimização dos danos relacionados ao consumo dessas substâncias hoje ilícitas é um objetivo inescapável de qualquer política, mas a urgência de se reavaliar o atual modelo teria outro apelo, caso as vítimas fossem brancas e moradoras de bairros de classes média e alta. Nos Estados Unidos, a comparação entre o crescimento do uso de crack nos anos 1980 e 1990 e a explosão de mortes por overdose de opióides na década atual é um bom exemplo de mobilização desigual da opinião pública. Enquanto no primeiro caso, em que a comunidade negra era o grupo populacional sobrerrepresentado entre consumidores, a demanda foi prioritariamente por ações criminalizantes, a vitimização preponderante de brancos, por conta do uso descontrolado de opióides, tem despertado de maneira muito mais frequente cobranças públicas, sob a perspectiva do controle e do cuidado em saúde pública. (FIORE, 2018, p. 6).

Para Maurício Fiore (2018), a política proibicionista de drogas funciona como um método para subjugar os setores mais pobres da sociedade e, por meio do autoritarismo, levá-los à morte e ao encarceramento. É curioso que essas consequências não sejam notícias por meio do critério de *abrangência*, uma vez que essa política vitima ou põe em risco a parcela que é maioria na sociedade brasileira. Vemos, aí, emergir o arbitrário cultural – seja por assumir, por exemplo, que a maioria é quem está nos carros, no caso do corredor exclusivo para ônibus, seja por assumir que a guerra às drogas traz segurança. O engarrafamento e a insegurança de que os jornais falam, o fazem por ser abrangente, mas *para quem?* E, então, veremos emergir um discurso que trata como único o discurso que serve, na maior parte das vezes, à classe dominante.

¹² Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/jc-transito/noticia/2018/02/28/retencoes-na-avenida-antonio-de-goes-continuam-grandes-apos-faixa-azul-329477.php>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

O valor **novidade** também é destacado como um critério substantivo e, aqui, o consideramos como o principal valor-notícia, porque se não houver novidade no fato, não há o que se chama de “gancho jornalístico”¹³, não há justificativa para a publicação no jornal do cotidiano tido como *hard news* (TUCHMAN, 1978)¹⁴. O professor Traquina (2008) também destaca o fator **tempo** em dois formatos: na necessidade de produzir conteúdos atuais e no uso do tempo como um motivo para trazer o assunto à tona como, por exemplo, a cada 11 de setembro, relembrar o atentado às torres gêmeas, ocorrido em 2001 nos Estados Unidos.

Já a **notabilidade**, trazida pelo autor como “a qualidade de ser visível, de ser tangível” (TRAQUINA, 2008, p. 82), é um método usado, por exemplo, nos protestos com muitas pessoas portando cartazes ou nos protestos em que ateam fogo em pneus para serem vistos, ou o critério de “acontecimentos visíveis”, como um assassinato em via pública, ocorrências que envolvam grande número de pessoas e estejam, de alguma forma, visíveis. A seguinte problematização de Traquina é essencial:

O valor-notícia da notabilidade alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos e não problemáticas. O campo jornalístico tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas. O trabalho jornalístico é, como já tivemos a oportunidade de ver, uma atividade prática onde os jornalistas lutam constantemente contra a tirania do fator tempo. O ritmo do trabalho jornalístico exige ênfase sobre acontecimentos e não sobre problemáticas. (TRAQUINA, 2008, p. 82).

Mas o que seria essa “tirania do fator tempo” senão uma demanda criada pelo próprio mercado jornalístico? Não há tempo para apurar informações, para abordar as problemáticas por conta da própria necessidade que as grandes organizações jornalísticas impõem aos profissionais pelo furo de reportagem, pelo tempo real e por notícias cada vez mais novas, sem tempo de maturação. A criação dessa demanda, porém, gera o que Traquina observou acima, como um campo que tem “dificuldades na abertura de problemáticas”. Além disso, temos que o enfraquecimento das redações gera dificuldades de noticiar apenas os fatos, levando à reprodução de *releases*¹⁵ e notícias de agências.

¹³ Gancho jornalístico é o motivo para que o assunto se justifique como notícia e abra espaço para o desdobramento da discussão do assunto.

¹⁴ *Hard news* são as chamadas notícias mais novas, apuradas de última hora, valorizadas no campo jornalístico como as notícias diárias para manter o público sempre atualizado, escritas de forma mais objetiva e imparcial, sobre temas de relevância pública mais clara. Há, no entanto, a necessidade de desdobramentos e aprofundamentos dos assuntos como questões sociais, que o formato de *hard news* não suporta, devido à rapidez entre a ocorrência, apuração e veiculação das informações. Em contraposição, há as chamadas *soft news*, notícias leves, de cariz humano, com maior carga de subjetividade e criatividade (TUCHMAN, 1978).

¹⁵ *Press releases* ou *releases* são textos utilizados por assessorias de imprensa e enviados aos jornalistas de redação. Eles têm o formato de uma matéria jornalística, entretanto, com o conteúdo de interesse de divulgação para o cliente do assessor de imprensa.

Essa problematização é essencial para observar a cobertura sobre drogas, que tem grande incidência nos jornais diários analisados, mas com ocorrências tratadas como fatos isolados. Esses fatos, porém, alimentam questões sociais de alto impacto, como o encarceramento em massa; a superlotação das cadeias; a vulnerabilidade social; a violência e a morte de pessoas negras, que, na verdade, não são episódios isolados. Essa dificuldade do jornalismo em aprofundar os fatos e debater as problemáticas pode se dar pelo posicionamento das redações jornalísticas e dos repórteres, mas também se sustenta na rotina produtiva que obedece à lógica burguesa de produção de notícias como mercadoria. Exige-se, assim, alta produtividade em baixo tempo e pouca maturação, com cada vez menos pessoas nos jornais, o que leva a uma diminuição das possibilidades de aprofundamento.

O próximo valor-notícia elencado pelo pesquisador Nelson Traquina é o **inesperado**, isto é, o que surpreende a expectativa tanto da comunidade jornalística, quanto a expectativa que a comunidade jornalística acredita que é a do seu público. O valor **conflito** ou **controvérsia** é trazido como “violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos”. (TRAQUINA, 2008, p. 84).

O autor também destaca a **violência** e a **infração** como critérios ligados. A transgressão das regras, ao que destaca: “assim podemos compreender a importância do crime como notícia”. (TRAQUINA, 2008, p. 85). Aqui, se justifica grande parte das notícias sobre drogas ser feita com o critério de infração. Todavia, o que questionamos é a ordem social posta, devido ao fato de essas infrações noticiadas serem ligadas às pessoas de classes sociais populares, que nem mesmo são ouvidas nas notícias. Dessa forma, a justificativa pelo critério de noticiabilidade é feita, mas a aplicação não se dá da mesma maneira para notícias sobre indivíduos de diversas classes sociais.

Traquina (2008, p. 85) destaca que “qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência lhe estiver associada”. Esse fato é importante porque não significa que o tráfico de drogas, por si só, seja um crime violento, mas sim que a “infração” e a “violência” são dois critérios de noticiabilidade que, quando ocorrem no mesmo fato, têm mais probabilidade de se tornar notícia. Dessa forma, o tráfico de drogas é narrado pelos jornais como violento, enquanto as ocorrências de tráfico não violentos podem não ocupar espaços nos jornais por terem menos valores-notícia.

A antropóloga Alba Zaluar (2004) argumenta que a violência no tráfico de drogas é fruto de uma economia capitalista na qual os indivíduos da periferia sofrem uma espécie de acumulação primitiva, do ponto de vista marxiano. Ela mostra que o mercado de drogas funciona para dar lucro a grandes ricos, como fazendeiros, empresários e políticos. Mas o ônus

do mercado recai sobre a periferia, assim como a relação de violência, que se explica pela relação de acesso rápido ao dinheiro e trabalho precarizado, no qual as pessoas pagam com as próprias vidas quando as classes superiores não obtêm o lucro. A pesquisadora soma a isso uma cultura de “masculinidade das ruas”, que traz o homem como um ser violento, que precisa mostrar à mulher que tem dinheiro e é capaz de dar a provisão, além de uma disputa por ser mais forte. Dessa maneira, o tráfico, em si, não é associado à violência, mas sim a uma série de questões que, quando desnaturalizadas, podemos identificar como fundadoras da violência a partir de relações de opressão.

Jean Daudelin e José Luiz Ratton (2017) expõem, com base em Paul Goldstein (1985), a violência farmacológica (decorrente do efeito das substâncias nos indivíduos) e a violência que se pratica contra os usuários de drogas. Em terceiro lugar, vem a violência do mercado de drogas. "Este tipo de violência está ligado, fundamentalmente, mas não exclusivamente, à ilegalidade do mercado de drogas" (DAUDELIN e RATTON, 2017, p. 116), trazendo, aí, a necessidade de desnaturalizar a relação entre a violência e o mercado de drogas, uma vez que, apesar de existir, traz motivos mais profundos e relacionados, em parte, à própria política.

No entanto, os autores argumentam que a ilegalidade, por si só, não explica a violência no mercado de drogas, já que existem registros de mercados ilegais que são pacíficos.

Os mercados de drogas de natureza pacífica mais conhecidos são os que fornecem drogas para consumidores de classes médias e altas dos países desenvolvidos. O consumo amplo e muitas vezes pesado de cocaína em pó, metanfetamina, *ecstasy*, maconha e, nos anos recentes, de *designer drugs* simplesmente não tem associação com altos níveis de violência. (DAUDELIN e RATTON, 2017, p. 117).

Os pesquisadores associam a violência física ao tipo de mercado de drogas, dividido entre: a) aberto - no qual estranhos podem interagir; e b) fechados - no qual apenas pessoas que se conhecem podem interagir. Os autores sinalizam que os mercados fechados são mais seguros e menos violentos.

Em primeiro lugar, as transações podem facilmente ser mantidas em segredo, tornando as perturbações provocadas pela atuação policial mais difíceis e com resultados improváveis. [...] Em tais mercados, a violência física, ou ameaça do seu uso, é efetivamente substituída pela sanção social (desaprovação, implícita ou não, vergonha, ostracismo e, em última instância, exclusão). (DAUDELIN e RATTON, 2017, p. 118-119).

Um fator importante para a fonte de violência física no mercado de drogas é o débito. Daudelin e Ratton (2017) mostram que é uma alternativa dos traficantes no contexto em que não podem utilizar os meios legais para fazer a cobrança. Dessa maneira, é possível identificar fatores que levam o mercado de drogas à violência, mas é necessário buscar explicações mais

aprofundadas e cobrar ações efetivas dos órgãos de segurança pública para a redução da violência. O discurso que identificamos nos jornais, porém, é o de que o tráfico de drogas e o seu consumo geram - natural e quase obrigatoriamente - violência física, precisando, inclusive, ser prevenido.

É importante destacar que a prática de definir o que é notícia, por meio desses valores, fortalece o discurso de que o tráfico é violento e combatê-lo traria mais segurança, sendo as reportagens um método utilizado pelos órgãos de polícia para garantir mais sensação de segurança e mais sensação de proatividade do governo do estado.

O **escândalo** também é um critério e a divulgação desse fato como notícia traz a legitimação do jornalista como um guardião da democracia, próprio do *ethos* da profissão. Embora o caminho para publicar denúncias de escândalos de famosos ou políticos passem pelo jogo de poder nos interesses das organizações jornalísticas, a descoberta, a apuração e a publicação dos escândalos rendem ao repórter capital simbólico no campo, devido ao *ethos* da profissão.

2.1.2. Valores-notícia de seleção - critérios contextuais

O primeiro valor-notícia contextual trazido por Traquina (2008) é o de **disponibilidade**, ou seja, a facilidade de cobertura do fato. O equilíbrio trazido com “a noticiabilidade de um acontecimento pode estar relacionada com a quantidade de notícias sobre esse assunto” (TRAQUINA, 2008, p. 89). A **visibilidade**, especialmente para veículos de imagem, como a televisão, elementos visuais que garantam conteúdos em fotos ou vídeos.

A **concorrência** também funciona como critério. Sendo assim, um furo ou a exclusividade ganham destaque nas publicações. Além dos já mencionados, há o chamado **dia noticioso**, que diz respeito aos dias com muitos acontecimentos, em contraposição a outros, que não contam com tantos episódios noticiáveis.

No Recife, é possível observar uma dependência das fontes oficiais. Dessa forma, em dias como feriados, em que os órgãos públicos não trabalham, ou mantêm apenas os serviços essenciais, verificamos conteúdos diferentes pela falta das fontes habituais. Conteúdos que, normalmente, não entrariam na programação dos jornais, como fontes independentes – advogados, especialistas, programação de lazer, com as chamadas *soft news* a ingressar na pauta midiática.

2.1.3 Valores-notícia de construção

O jornalista norte-americano Nelson Traquina (2008, p. 91) destaca que “por valores-notícia de construção entendem-se os critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia”. O autor ainda destaca a **simplificação**, ou seja, a característica de o acontecimento não ser complexo nem ambíguo, de a notícia ser escrita de forma simples para ser compreendida. A **amplificação** também é um destaque para que a notícia seja mais notada, como o exemplo de que “*Brasil* chora a morte de Senna”.

A **personalização** facilita a identificação, valorizando os atores envolvidos no acontecimento. A **dramatização** é o processo de reforçar o lado emocional, como ocorreu em algumas fotografias da chacina do Jacarezinho que mostravam sangue e sofrimento de famílias. Por fim, a **consonância**, que prevê uma continuidade na narrativa já estabelecida como lógica, o que é problemático no que diz respeito à “busca pela verdade”, uma vez que traz como valor-notícia a afirmação de verdades já estabelecidas.

Utilizamos esses conceitos de valores-notícias para identificá-los no *corpus* da pesquisa, composto por publicações dos três jornais analisados. Os resultados serão mostrados adiante, ainda neste capítulo.

2.2. FONTES JORNALÍSTICAS

2.2.1 Tipificação das fontes jornalísticas

O jornalista Nilson Lage (2014) divide as fontes jornalísticas em três grupos - oficiais, oficiosas e independentes; primárias e secundárias; testemunhas e *experts*. No caso do primeiro grupo, o autor explica que as fontes oficiais são ligadas aos órgãos governamentais e têm autorização para falar em nome desses órgãos, enquanto as oficiosas são ligadas aos governos, mas não têm autorização de dar aquela informação que, geralmente, é dada sob sigilo de fonte. Já as fontes independentes, não são ligadas ao governo - são relacionadas a movimentos sociais, como ativistas e especialistas.

Lage (2014) alerta para os interesses das fontes oficiais e das oficiosas, seja no que diz respeito ao interesse das fontes oficiais em adquirir ou preservar capital político, seja no interesse das fontes oficiosas em denunciar ou difamar uma gestão ou prejudicar políticas públicas. Dessa forma, é necessário que os jornalistas estejam atentos e tenham mecanismos de checagem dos fatos. No caso da presente pesquisa, notamos que nenhum dos repórteres e editores entrevistados tinham mecanismos de verificação de fatos e informações vindas dos

órgãos públicos. Todos os entrevistados afirmaram confiar nos *releases* dos governos como uma verdade, tendo em vista que são “fontes oficiais”, atribuindo, assim, o valor de verdade e elas, como veremos no próximo capítulo.

O mecanismo utilizado na cobertura analisada é o do jornalismo declaratório, que é concebido a partir de construções adverbiais (MARCUSCHI, 1991), como “de acordo com”, “segundo”, “conforme”. O uso desses advérbios e frases reduzem a responsabilidade do jornal e do jornalista em caso de informações falsas, mas que, ainda assim, veiculam e difundem uma informação sem checagem (TUCHMAN, 1993). Chagas (2022) apresenta a problematização de que a prática do jornalismo declaratório, ou seja, a veiculação de informações com base apenas nas declarações das fontes, é problemática para a realização de atividades que baseiam o fazer do jornalismo, como a verificação de informações, o aprofundamento e a desconfiança.

O linguista Luiz Antônio Marcuschi argumenta que as construções adverbiais podem ser utilizadas para relatar opiniões, assim como verbos (que analisaremos com mais detalhes adiante), nominalização (citando diretamente o indivíduo que fala e trazendo uma caracterização, como "a informação de fulano"; ou "a confirmação do governo"; ou também "o elogio ao gestor"). Em relação às construções adverbiais, ele afirma que elas trazem uma característica de aparentar neutralidade (MARCUSCHI, 1991), mas introduzem um discurso literal ou parafraseado que, no fim das contas, dão espaço para esse discurso sem uma análise crítica aprofundada do texto jornalístico. É o caso de expressões como "segundo fulano" ou "a seu ver".

Essas formas deixam as opiniões por conta de quem as emite. Assumem a posição de desenvolver a responsabilidade do dito ao próprio autor da opinião [...]. Trata-se de um recurso muito delicado ao referir a opinião parafraseadamente, pois o redator pode parafrasear a opinião de alguém e apresentá-la como literalmente dada. (MARCUSCHI, 1991, p. 76).

No que diz respeito à proximidade das fontes com o acontecimento, Lage (2014) destaca os tipos primária e secundária. As fontes primárias seriam as que estão diretamente ligadas ao fato - no caso da cobertura da guerra às drogas, seriam os policiais que realizaram a prisão, os vizinhos que presenciaram o acontecimento ou o próprio preso. Já as fontes secundárias são as que apuram informações dadas pelas primárias - como aconteceu, para qual unidade prisional foi levado, etc. Nesse caso, as fontes secundárias podem ser os advogados que analisam e tipificam os crimes, os delegados que observam um relatório policial e repassam ou a assessoria de imprensa, que apura informações dos policiais e gestores e repassa para a imprensa, muitas vezes impedindo a entrevista com a fonte primária.

Há, além da prática do jornalismo declaratório, o uso do tempo verbal no futuro do pretérito, como é o caso de "teria" ou "estaria" Melo e Assis (2016) argumentam que é um discurso de má fé utilizado na imprensa que, na realidade, não traz um fato checado, isto é, um fato válido como verdade para se tornar notícia a partir de etapas como apuração, checagem e recolhimento de provas do conteúdo a ser divulgado, como se espera do produto jornalístico. Dessa maneira, o uso do futuro do pretérito é feito no caso de uma hipótese da informação ainda não checada, mas que, ao ser veiculada pela imprensa, traz consigo o selo de "verdade" esperado para essa instituição.

As “testemunhas e *experts*” são destacadas, respectivamente, como pessoas que presenciaram a cena noticiada e também os especialistas no assunto. Lage (2014) explica, porém, que as testemunhas podem não ser fontes confiáveis, devido às emoções, e que o melhor relato seria o imediato, porque, caso haja tempo para guardar a informação, a lembrança pode criar narrativas. Já os especialistas tendem a defender, em suas declarações, o que acreditam, como destaca o autor.

Além de identificar as fontes, trataremos, neste capítulo, os tipos de discursos. Antônio Marcuschi (1991) identifica dois principais tipos de discursos: os de poder, que se dividem em oficiais, ligados ao governo e às forças armadas; para-oficiais, que são os discursos que não vêm do governo, mas se alinham a eles, como os de empresas; e os discursos de oposição, como os de especialistas e políticos de oposição, que têm poder, mas não coadunam com as fontes oficiais. Além desses, há os discursos populares, que vêm de pessoas anônimas no noticiário, como veremos, por exemplo, na cobertura do Jacarezinho, que não identifica as testemunhas (em alguns casos, por proteção da fonte, em outros, revelando uma desvalorização da fala).

2.2.2 A legitimação das fontes jornalísticas e dos discursos na imprensa

Consideramos importante conceituar as fontes jornalísticas, expor as suas classificações e problematizar a existência (discurso) e a inexistência (silêncio) de certas fontes no conteúdo publicado nos jornais. Com isso, veremos que a incidência do discurso de poder é desproporcionalmente maior que a do discurso popular.

Como mediador, o campo jornalístico pode, nessa configuração, levar a narrativa do governo aos cidadãos, mas não está levando o discurso dos cidadãos ao governo. Nesse cenário, é essencial a compreensão de que os critérios de noticiabilidade são elementos construídos com base nas relações sociais - seja em nível social, organizacional ou individual. Eni Orlandi (2007) traz o silêncio como fundante do próprio discurso. Isso significa que o discurso da

imprensa, nesse caso, é construído não apenas pelo que apresenta, mas também pelo que oculta no seu texto. Isso porque, analisando o que se coloca, é possível perceber dois padrões – seja para ouvir o discurso oficial, seja para ouvir o discurso de oposição, mas sempre com espaço para o discurso de poder (MARCUSCHI, 1991). Ainda assim, é possível ver, nitidamente, a demonstração do arbitrário cultural no texto, uma vez que não há, em nenhum momento, nas notícias sobre drogas, um questionamento da política proibicionista, no que diz respeito à segurança pública.

O único questionamento à política de drogas que aparece no *corpus* da notícia é o que traz a questão para fins medicinais, ou seja, a política de drogas pode ser questionada quando se recomenda, a um grupo de pessoas, o consumo de determinada substância por questões de saúde, mas essa política não é questionada quando outro grupo é penalizado por questões de vulnerabilidade social. Sendo assim, o arbitrário cultural do entendimento do uso de drogas como algo que deve ser proibido porque é violento e criminoso é perene no discurso jornalístico analisado.

Dessa forma, a escolha das fontes - que é, em essência, a legitimação do discurso de uns e o silenciamento do discurso de outros, já que o espaço do jornal é finito - é um produto da incorporação dos valores-notícia na prática profissional. É necessário observar que cada campo possui regras e desafios específicos e esse jogo de regras do campo jornalístico e de disputas pelo capital simbólico (o prestígio) é importante para perceber o porquê da legitimação de certas fontes das notícias.

Destacamos, então, a dimensão **social** no que diz respeito à legitimação das fontes no campo e identificamos a ideia da fonte oficial com o seu valor de verdade. Também é fundamental examinar as categorias das fontes e suas legitimações, porque isso tem origem no próprio discurso, fora do campo jornalístico, com disputas históricas, como a legitimação da figura do médico, do governo; passando, relacionalmente, pela deslegitimação de fontes como mulheres e loucos, militantes de oposição, etc.

O filósofo Michel Foucault (2014) traz a ideia do discurso verdadeiro.

Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Essa oposição entre razão e loucura para dar a autorização ao discurso é, na verdade, um instrumento de poder. Foucault enxerga o discurso não apenas como um meio para conseguir poder, mas sim como o próprio poder:

[...] O discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Sendo o discurso um poder, haverá disputa pelo direito de discursar nos diversos espaços, e na imprensa não é diferente. Nesse campo, essa disputa se firma pela legitimação. Quando realizamos a análise do discurso, identificamos uma presença forte das fontes oficiais, seguidas de fontes independentes - como especialistas e representantes de movimentos sociais, ambas incluídas no que Marcuschi (1991) identifica como discurso de poder. Fontes testemunhais, que seriam classificadas como discursos populares, por Marcuschi (1991), de pessoas envolvidas no fato, são minoria. Posto isso, é imprescindível notar que esse processo de legitimação se dá tanto pela sociedade - que tem nas fontes oficiais o valor de verdade e dá o poder do capital cultural certificado dos especialistas, quanto pela imprensa, que segue o caminho da sociedade e reafirma essa legitimidade discursiva.

Ao se debruçar sobre a análise do discurso, Marcuschi (1991) identifica os verbos introdutórios de opinião e as suas relações com os tipos de discurso (de poder ou populares, como vimos nos tópicos anteriores). O autor destaca que os verbos agem sobre os conteúdos, emitindo um posicionamento para dar mais ou menos poder, veracidade e credibilidade à fala exposta. Sendo assim, o redator é tanto receptor da fala da fonte quanto emissor e, ao emitir essa fala, expressa uma opinião por meio de verbos (ex: o governador *afirmou*); nominalização (ex: as *declarações* de Paulo Câmara (PSB)); construções adverbiais (ex: *na opinião de* Paulo Câmara (PSB)); dois pontos ou inserção aspeada (ex: *Paulo Câmara: Vamos investir no Pacto Pela Vida*).

Marcuschi (1991) também categoriza os tipos de discursos para análise. A depender da fonte, tem-se um tipo de discurso:

- a) Discurso oficial - autoridades, órgãos de polícia, de justiça e de saúde, além de outros órgãos;
- b) Discurso para-oficial – imprensa (quando uma reportagem serve de fonte para outra, a exemplo de: “De acordo com informações do Jornal O Globo” [...])

- c) Discurso de oposição – especialistas, representantes da ONU e de outros órgãos internacionais¹⁶.

A partir da identificação dos discursos, analisaremos os verbos que introduzem as opiniões dessas fontes para, em seguida, nos debruçarmos sobre o posicionamento da reportagem.

Antes de partirmos para as análises, consideramos essencial apresentar a questão **organizacional** dos veículos de imprensa que fazem parte da pesquisa. As entrevistas realizadas com os jornalistas dos veículos analisados nos mostram que as redações são enxutas, com profissionais recém-formados ou mesmo estagiários. Os inquiridos informam que as apurações são feitas diretamente das redações, sem muitas possibilidades de irem aos locais de ocorrência dos fatos. Ao mesmo tempo, as assessorias de imprensa das polícias são cada vez maiores e capazes de produzir conteúdos, o que fortalece os critérios de noticiabilidade de construção - tornando os fatos e suas fontes cada vez mais possíveis de ocupar espaços nos jornais.

No eixo organizacional, cabe tanto a análise das possibilidades que o veículo de imprensa dá à cobertura dos fatos, quanto os cuidados com os interesses desses veículos. Como veremos adiante, com a análise das entrevistas, profissionais da Folha de Pernambuco, por exemplo, não podem questionar a política de drogas, principalmente, porque devem ser governistas devido à publicidade do jornal, cujos principais clientes são a Prefeitura do Recife e o governo do estado. Já os profissionais do Jornal do Commercio revelam se sentir de mãos atadas tanto pelo setor jurídico do jornal, que previne o veículo de processos por causa das publicações, quanto por causa das possibilidades de conseguir fontes diferenciadas, uma vez que precisam apurar informações diretamente das redações.

No eixo **individual**, a diversidade das fontes se dá pelo acesso dos jornalistas e, aqui, com o capital social, especificamente, para conhecer fontes diferenciadas, assim como a própria escolha em legitimar e questionar certas fontes. Isso passa pela opinião pessoal dessas fontes e pode funcionar como mecanismos de combate à censura nos jornais - se não pode, por exemplo, questionar a política de drogas, pode ouvir críticas de outras fontes e publicá-las, mas isso vai depender, também, do capital cultural e simbólico do jornalista para usar dessas estratégias e não sofrer represálias. Conforme afirma a socióloga Gaye Tuchman (1993, p. 82), “ao acrescentar nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que

¹⁶ A categoria de “ONU e outros órgãos internacionais” pode ser incluída no discurso para-oficial, a depender do contexto. Entretanto, neste caso, incluímos no discurso de oposição porque as reportagens em que aparecem são de uma oposição à atuação do Governo do Rio de Janeiro no que diz respeito ao Massacre do Jacarezinho. Essas fontes trazem em seu discurso a cobrança de investigações e informações sobre o caso.

outros digam o que ele próprio pensa”. Para ela, esta é uma forma de proteger o jornalista de seus superiores nas redações.

Dessa forma, é importante destacar a diferenciação entre os caminhos das fontes. Por exemplo, uma fonte oficial é procurada pelos jornalistas, mas também procura esses profissionais com pautas já prontas em textos, imagens e até mesmo porta-vozes e sonoras¹⁷ para as emissoras de rádios e televisões. As fontes independentes podem estar em um espaço de disponibilidade, mas nem sempre de procurar os jornalistas - o acesso pode se dar por assessoria de imprensa, e-mail ou telefone. Além disso, nem sempre as fontes independentes têm o mesmo interesse em disputar o espaço dos jornais como as fontes oficiais. Um professor universitário, por exemplo, pode ser procurado por um repórter para dar uma opinião, mas dificilmente vai ter uma equipe de assessoria de imprensa para produzir conteúdos e divulgar, como fazem as fontes oficiais.

As fontes testemunhais, que são as que menos aparecem nas matérias analisadas, estão em uma posição de serem procuradas pelos jornalistas - ao menos no que diz respeito à política de drogas. Sabemos, por exemplo, que os jornais dispõem de ferramentas como o *WhatsApp*¹⁸ e, há décadas, o *Jornal do Comercio* utiliza o espaço da *Voz do Leitor*¹⁹. Entretanto, a cobertura massiva sobre drogas é feita com informações das próprias polícias - nem mesmo as secretarias de saúde e assistência social têm tanto protagonismo, provavelmente porque divulgam muito menos informações ligadas a esse assunto.

Então, como as notícias sobre drogas chegam prontas nos *press releases* das polícias, informações de fontes testemunhais não chegam nas páginas dos jornais, visto que o texto jornalístico é feito, na maioria das vezes, a partir da publicação, na íntegra, do material enviado pelas assessorias de imprensa ou pela publicação de outro texto elaborado a partir do *release* das polícias como fonte.

¹⁷ Sonoras são as falas dos entrevistados que podem ser gravadas em áudio, para rádios e podcasts, por exemplo, ou em vídeos, para veículos como a televisão.

¹⁸ Aplicativo de *smartphone* para rede social utilizado no telefone celular para troca de mensagens instantâneas via *internet*.

¹⁹ A *Voz do Leitor* é uma página do *Jornal do Comercio* na Editoria de Opinião destinada à opinião dos leitores enviadas via carta, e-mail, redes sociais, telefone ou *WhatsApp*. Geralmente, os assuntos giram em torno de acontecimentos políticos ou estrutura da cidade (buracos, sinalização de trânsito, serviços de saúde etc). Os textos têm, em média, um parágrafo. As assessorias dos órgãos citados enviam respostas que também são publicadas nesse espaço.

2.3 O DESENHO DAS NOTÍCIAS E OS QUESTIONAMENTOS QUE ELE TRAZ

2.3.1 As palavras utilizadas, fontes e a semântica

O primeiro ponto que escolhemos destacar na análise do discurso das publicações jornalísticas a serem investigadas foi a seleção das palavras mais representativas acerca do tema em estudo e a posterior frequência, levando em conta que as palavras utilizadas podem trazer significações valorativas, expondo posicionamentos e opiniões - conscientes ou, ainda, frutos do meio -, assim como têm o potencial de delinear um campo semântico do qual se fala, o que é um dado importante no que diz respeito à narrativa sobre drogas, já que esse campo semântico também se coloca como uma disputa (FIORE, 2012). Também destacamos o assunto do qual se fala em cada reportagem, demonstrando, assim, as diferenciações entre os veículos analisados.

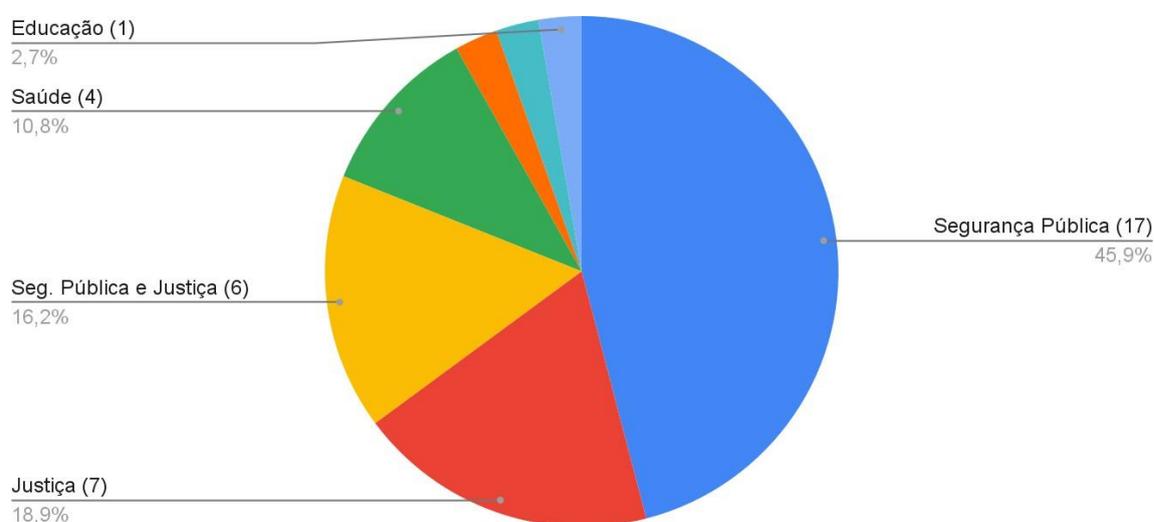
Segue, abaixo, a exposição dos dados das notícias examinadas nos três veículos de imprensa e, posteriormente, uma análise comparativa.

2.3.1.1 Folha de pernambuco

Na análise do portal Folha PE, foram destacadas 37 publicações sobre drogas (sendo 20 reportagens e 17 notícias)²⁰. O assunto que mais foi abordado foi o de segurança pública, seguido de justiça, conforme o Gráfico 1 adiante:

²⁰ Diferenciamos notícias e reportagens pelo nível de profundidade dado ao assunto. Em caso de publicações com reprodução de informações oficiais, sem questionamentos e sem desdobramentos focando, principalmente, na informação mais atual, categorizamos como “notícias”. Caso a publicação traga desdobramentos, analisando fatos, apurando informações com fontes variadas, categorizamos “reportagem”. Isso foi feito na análise dos três jornais nesta pesquisa.

Gráfico 1 - Assuntos das publicações sobre drogas na Folha PE



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Com o uso do *site* RotaSul, realizando a checagem com a ferramenta Linguística Insite, fizemos a contagem dos vocábulos e separamos os substantivos que mais aparecem nas reportagens analisadas na Folha PE. O substantivo ou nome é uma classe de palavras variáveis com que se designam ou se nomeiam as coisas, sendo, por isso, classificada como a expressão concreta dos sentidos, por tentar traduzir a essência ou a substância daquilo que representa, apresentando propriedades ideais ou comuns de indivíduos e objetos. Isso demonstra a importância de identificá-los no discurso jornalístico.

A maior frequência foi a de designações ligadas à polícia, seguidos de substantivos ligados à morte, como mostra a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1- Substantivos com maior incidência e suas frequências na Folha de Pernambuco

SUBSTANTIVO	OCORRÊNCIAS POR VOCÁBULO	OCORRÊNCIAS POR GRUPO DE SINÔNIMOS
Polícia	143	346
Policial	72	
Policiais	68	
Agentes	33	
PM	16	
Corporação	14	
Mortos	76	200
Mortes	40	
Corpos	18	
Mortas	17	
Homicídios	18	
Letal	21	
Morte	10	

Operação	131	167
Operações	36	
Rio de Janeiro	67	81
RJ	14	
Pessoas	79	79
Ação	63	73
Ações	10	
Comunidade	31	72
Favela	29	
Comunidades	12	
Jacarezinho	70	70
Drogas	54	54
Criminosos	20	70
Crime	20	
Crimes	13	
Ministério Público	28	48
MP-RJ	20	
Tráfico	46	46
Estado	35	35
STF	35	55
Supremo Tribunal Federal	20	
Investigação	34	34
Ocorrência	21	34
Ocorrências	13	
Local	31	31
Segurança	30	30
Direitos Humanos	25	25
Vítimas	25	25
Prisão	23	23
Arma	12	23
Fuzis	11	
História	22	22
Justiça	22	22
Suspeitos	22	22
Decisão	22	22
Maconha	21	21
Pandemia	21	21
Grupo	17	17
Isolamento	16	16
Hospital	16	16
Crianças	16	16
Fachin	15	15
Saúde	14	14
Delegado	14	14
Moradores	14	14
Registros	14	14
Governador	13	13
Sociedade	13	13
Violência	13	13
Denúncia	13	13
Confronto	13	13
Brasil	12	12
Casa	12	12
Redução	12	12
Cis	12	12
Sociais	12	12
Informações	12	12
Socorro	12	12

Inteligência	12	12
Execução	12	12
Perícia	12	12
Expedidos	11	11
Cocaína	11	11
Dados	11	11
Legalidade	11	11
Traficantes	11	11
Departamento	11	11
Circunstâncias	11	11
Jovens	10	10
Projeto	10	10
Relatório	10	10
Familiares	10	10
Presos	10	10
Força	10	10
Remoção	10	10

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Adiante, na Tabela 2, separamos os vocábulos identificados na Tabela 1 em grupos semânticos, com o objetivo de verificar os assuntos mais falados no que diz respeito à cobertura sobre drogas. O eixo “poder público” apareceu em 770 ocorrências textuais, seguido por “violência e criminalidade”, com 464 vocábulos. Cabe, aqui, lembrar a problematização anterior quanto ao uso do critério de noticiabilidade de “infração”, que toma mais poder quando há violência. Dessa forma, o tráfico de drogas tem mais possibilidade de virar notícia quando está ligado à violência.

Essa é uma narrativa que se dá por conta do *habitus* da profissão jornalística, legitimada no campo, que conduz à divulgação com maior frequência de assuntos de drogas quando é ligado a um crime violento. Porém, isso não significa que, na prática, a maioria das atividades relacionadas ao tráfico de drogas estejam ligadas a crimes violentos. Sabemos, no entanto, que existem transações e atividades não violentas relacionadas ao comércio de drogas, especialmente ligadas às classes médias e altas.

Apesar disso, o potencial de virar notícia é diferenciado, porque as ações de “infração” e de “violência” são critérios de noticiabilidade que caracterizam os fatos como “noticiáveis”. Isso é importante para desnaturalizar as notícias e identificar, na narrativa jornalística, um padrão de fatos que precisam se encaixar para formar os jornais, o que afeta a própria noção da construção da realidade social.

Tabela 2 - Grupos semânticos dos substantivos com maior frequência nos textos da Folha de Pernambuco

GRUPO SEMÂNTICO	OCORRÊNCIAS	VOCÁBULOS	OCORRÊNCIAS POR VOCÁBULO
Poder público	770	Polícia	143
		Policial	72

		Policiais	68
		Agentes	33
		PM	16
		Corporação	14
		Operação	131
		Operações	36
		Ministério Público	28
		MP-RJ	20
		Estado	35
		STF	35
		Supremo Tribunal Federal	20
		Investigação	34
		Ocorrência	21
		Ocorrências	13
		Segurança	30
		Fachin	15
		Delegado	14
		Governador	13
		Registros	14
		Inteligência	12
		Relatório	10
		Remoção	10
		Departamento	11
		Perícia	12
		Expedidos	11
Violência e criminalidade	464	Mortos	76
		Mortes	40
		Corpos	18
		Mortas	17
		Homicídios	18
		Letal	21
		Criminosos	20
		Crime	20
		Crimes	13
		Tráfico	46
		Vítimas	25
		Armas	12
		Fuzis	11
		Prisão	23
		Suspeitos	22
		Violência	13
		Denúncia	13
		Confronto	13
		Execução	12
		Traficantes	11
		Morte	10
		Presos	10
Localização	266	Rio de Janeiro	67
		RJ	14
		Comunidade	31
		Favela	29
		Comunidades	12
		Jacarezinho	70

		Local	31
		Brasil	12
Pessoas anônimas	142	Pessoas	79
		Crianças	16
		Jovens	10
		Familiares	10
		Moradores	14
		Sociedade	13
Substâncias	86	Drogas	54
		Maconha	21
		Cocaína	11
Justiça	47	Direitos Humanos	25
		Justiça	22
Saúde	30	Hospital	16
		Saúde	14
Contextual	21	Pandemia	21
Sem contexto nítido	275	Ação	63
		Ações	10
		História	22
		Decisão	22
		Grupo	17
		Isolamento	16
		Redução	12
		Cis	12
		Informações	12
		Casa	12
		Sociais	12
		Socorro	12
		Dados	11
		Legalidade	11
		Circunstâncias	11
		Projeto	10
		Força	10

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao todo, nas reportagens analisadas, são feitas 75 menções a crimes, a maioria deles violentos, como demonstra a Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Crimes mencionados e seus tipos entre violento e não violento na Folha de Pernambuco

TIPO DE CRIME	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR TIPO DE CRIME	CRIME MENCIONADO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR CRIME
VIOLENTO	35	Massacre	1
		Estupro	1
		Corrupção	1
		Sequestro/Sequestro de trens	6
		Execução	7
		Assassinato/Homicídio/Homicídio triplamente qualificado	9
		Aliciamento de adolescentes/de menores/de crianças	9

		Violação de Direitos Humanos	1
NÃO VIOLENTO	28	Tráfico de drogas/de entorpecentes/internacional de drogas	25
		Violação de cena de crime	1
		Lavagem de dinheiro	1
		Falsidade ideológica	1

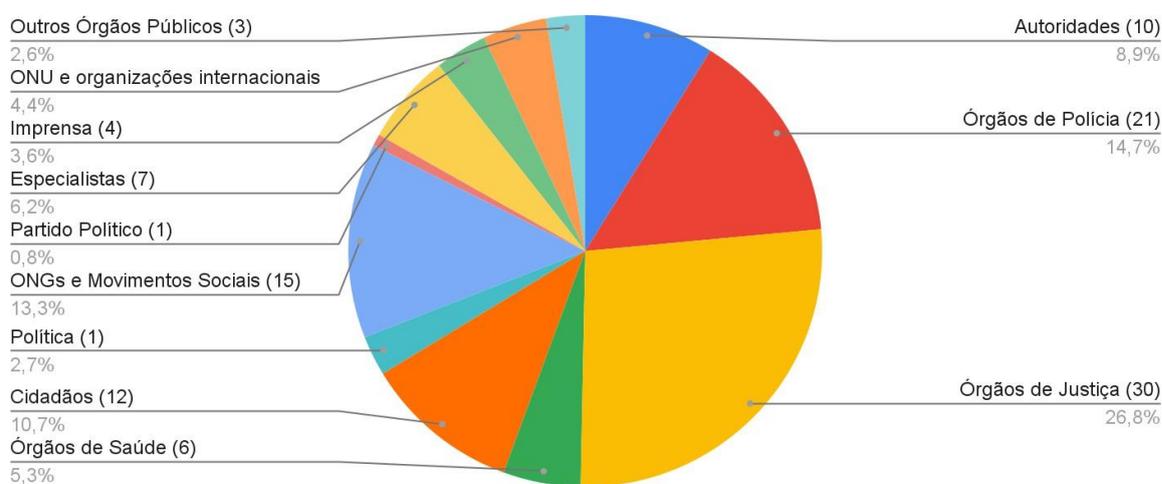
Fonte: Elaboração própria, 2023.

A partir da busca por "drogas" na Folha de Pernambuco, foram encontradas as nomeações para 12 tipos de drogas (maconha, cocaína, haxixe, morfina, heroína, metanfetamina, álcool, tabaco, cigarro, psicodélicos, sedativos e lança-perfume). Essas drogas aparecem em 14 notícias do *corpus*. Em 23 das 37 notícias, nenhuma droga é mencionada. Entretanto, entre as ocorrências de drogas mencionadas, 68% são ilícitas. De maneira que "morfina" é citada em apenas uma reportagem, "álcool", em três, "tabaco", em duas e "cigarro" em uma publicação.

Posteriormente, analisamos as fontes ouvidas nas publicações do portal da Folha de Pernambuco, contabilizando as frequências. O resultado foi uma incidência de 10,5% de discursos populares, representado na categoria de "cidadãos", enquanto 89,5% das fontes representam discursos de poder, divididos nas categorias de discurso oficial, para-oficial e de oposição.

Em seguida, no gráfico 2, apresentamos as fontes ouvidas pela Folha de Pernambuco, com os órgãos de justiça e os órgãos de polícia liderando em 40,7% dos casos.

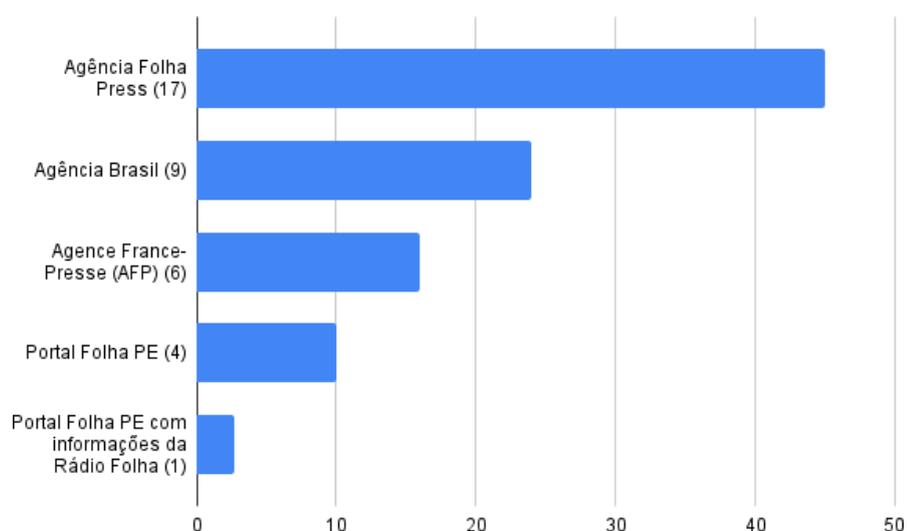
Gráfico 2 - Frequência das fontes ouvidas nas publicações da Folha PE



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Apesar de manter, majoritariamente, o discurso de poder na veiculação das suas notícias por meio de fontes oficiais e independentes, a Folha de Pernambuco foi o veículo que teve a maior variação no cardápio de fontes, dentre os jornais analisados, como mostraremos na continuação deste capítulo. Isso reforça a hipótese da responsabilidade da estrutura organizacional, pois 85% das notícias veiculadas no portal da Folha de Pernambuco não foram produzidas pelo jornal, e sim por agências de notícias, conforme o Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Frequência das assinaturas publicações da Folha PE



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na análise das entrevistas com jornalistas, apresentada no próximo capítulo, questionamos o motivo para a veiculação do grande número de conteúdo sobre o Jacarezinho. No entanto, observamos, aqui, a capacidade em estrutura de equipe para que o jornal elabore notícias sobre drogas, pois o assunto é produzido pela própria redação em apenas 12% dos casos. Grande parte das notícias advém de agências de notícias ou de material de assessorias de imprensa, o que acaba gerando o problema de diminuição da produção de conteúdo local sobre o assunto. Entre as reportagens feitas pelo jornal, quatro recorrem apenas às fontes oficiais e uma utiliza só fonte independente. Todas, porém, foram elaboradas a partir de *releases* enviados à redação.

Consideramos importante trazer a noção de “heterogeneidade no discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2011). Em seus estudos, a linguista Jacqueline Authier-Revuz retoma a noção bakhtiniana de que nenhum discurso é inédito, mas sempre constituído de discursos anteriores à sua formação e, de forma inconsciente, o sujeito reproduz esse discurso. Identificamos, na

metodologia utilizada, o que Authier-Revuz (2011, p. 6) classifica como "formas marcadas de heterogeneidades", que podem ser identificadas por meio das citações diretas na narrativa jornalística (que aparece regularmente no recurso ao jornalismo declaratório). Nesse caso, teremos, em nosso *corpus*, citações diretas de fontes ou de informações concedidas por órgãos públicos.

A forma de heterogeneidade marcada deve ser analisada e contabilizada, como faremos em seguida, porque aparece expressa literalmente no discurso. Esse modelo difere da heterogeneidade constitutiva, que está dentro do discurso de forma integrada e subconsciente, necessitando de análise mais profunda para que seja possível identificar a alteridade - ou seja, a presença de outras vozes na narrativa jornalística que não seja aquela que aparece de forma clara no texto. Desse modo, podemos identificar quem é legitimado para falar e quem sofre a violência simbólica de calar para, dessa maneira, com falas e silêncios (ORLANDI, 1942), observarmos a construção do discurso.

Analisamos, aqui, os verbos utilizados para se referir às citações diretas das fontes ouvidas, isto é, às formas de heterogeneidade marcadas apresentadas nos textos. Sendo assim, identificamos as citações diretas, as fontes e separamos, na Tabela 4, os verbos e os tipos de discursos aos quais eles se referem, assim como as suas frequências.

Tabela 4 - Verbos introdutórios de opinião e suas frequências – Folha de Pernambuco

TIPO DE DISCURSO	Nº DE OCORRÊNCIAS		VERBOS	Nº DE OCORRÊNCIAS
Discurso de poder – Discurso oficial	80		Afirmar	27
			Dizer	23
			Informar	6
			Defender	4
			Continuar	3
			Finalizar	2
			Acrescentar	2
			Divulgar	2
			Antecipar	1
			Anunciar	1
			Completar	1
			Criticar	1
			Declarar	1
			Detalhar	1
			Escrever	1
			Explicar	1
	Lamentar	1		
	Mencionar	1		
	Ordenar	1		
Discursos de poder – Discurso para-oficial	11		Dizer	3
			Explicar	2
			Alertar	1
			Calcular	1
		Declarar	1	

		Lembrar	1
		Pedir	1
		Sugerir	1
Discurso de poder – Discurso de oposição	36	Afirmar	8
		Questionar	5
		Classificar	3
		Criticar	3
		Declarar	2
		Informar	2
		Apontar	1
		Defender	1
		Destacar	1
		Detalhar	1
		Divulgar	1
		Escrever	1
		Lembrar	1
		Pedir	1
		Ponderar	1
		Pontuar	1
		Posicionar	1
Publicar	1		
Resumir	1		
Discursos populares	21	Dizer	12
		Afirmar	2
		Contar	2
		Declarar	1
		Denunciar	1
		Narrar	1
		Relatar	1

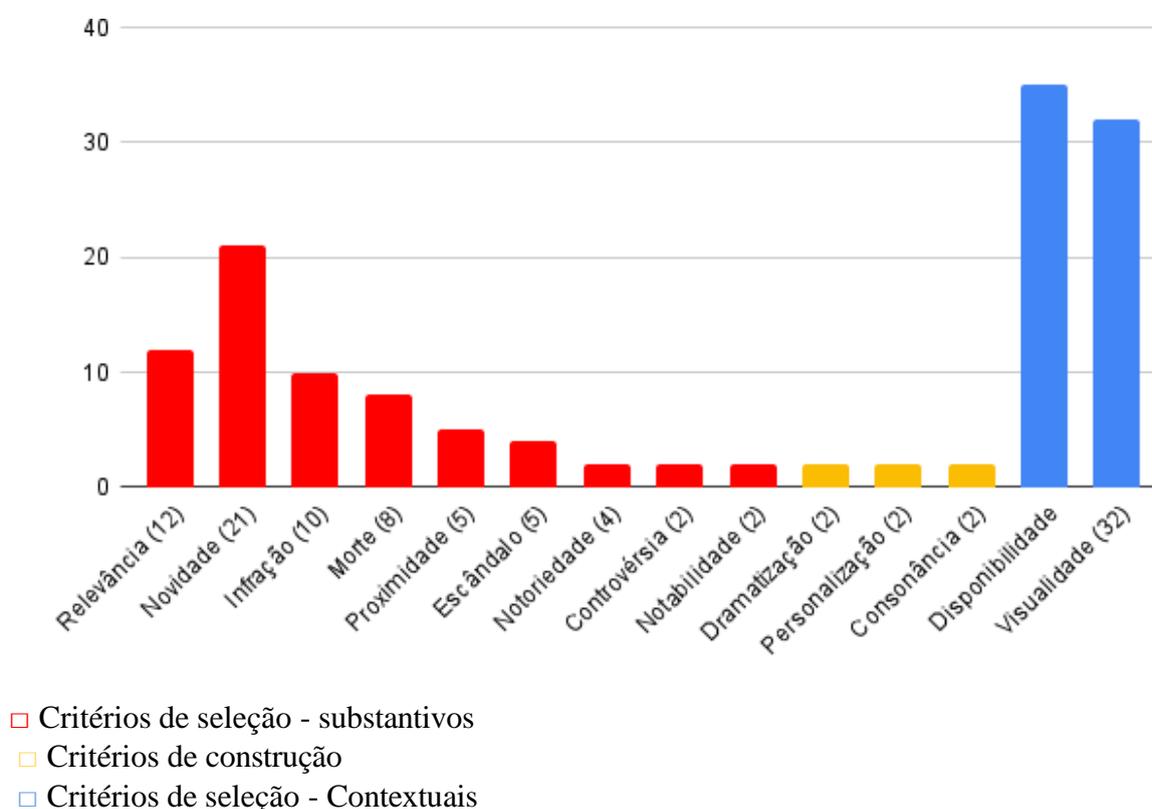
Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao observar os dados da tabela anterior, a primeira informação que vemos, que se soma às dos gráficos anteriores, é a da alta incidência de discursos de poder. Enquanto foram registradas 127 inserções de falas de discurso de poder nas publicações, apenas 21 tiveram discursos populares. Quanto à força dos verbos, observamos, no caso dos discursos oficiais, a maior incidência em *afirmar* (27), que indica posição de afirmações positivas (MARCUSCHI, 2001). Há também o registro de verbos que trazem uma proatividade do discurso oficial, como *informar* (6), *divulgar* (2), *anunciar* (1) *escrever* (1) e *detalhar* (1), além de *explicar* (1), que dá a ideia de uma posição de conhecimento a ser compartilhado.

Outro ponto interessante é o discurso de poder no eixo de oposição, que traz o verbo *afirmar* (8), mas também os que são organizadores de um momento argumentativo, tendo como exemplo: *questionar* (5), *classificar* (3), *defender* (1), *detalhar* (1), *ressaltar* (1) e verbos indicadores de argumento, que é o caso de: *posicionar* (1), *apontar* (1), *criticar* (2). No que diz respeito aos discursos populares, além de mais da metade ser o verbo *dizer* (12), sem força enunciativa, houve, também, *contar* (2) e poucas incidências com os verbos *narrar* (1), *relatar* (1) e *denunciar* (1), que trazem o caráter testemunhal como força de sentido.

Na continuação da análise, no Gráfico 4, adiante, mostramos os critérios de noticiabilidade identificados na cobertura analisada. Ao todo, foram 14 critérios repetidos em 151 ocorrências – isso porque uma publicação pode ter mais de um critério de noticiabilidade. Aqui, é importante atentar para o critério contextual “disponibilidade” em 100% dos casos – seja com informações de assessoria de imprensa ou de agências de notícias. A “visibilidade” aparece em 32 das 35 publicações analisadas, dado que há a disponibilização de imagens, seja pelas agências de notícias ou assessorias de imprensa. Em apenas um caso a imagem foi produzida pela própria Folha de Pernambuco. Nos outros, as publicações foram veiculadas com imagens da *internet*.

Gráfico 4 - Critérios de noticiabilidade identificados na cobertura sobre drogas da Folha PE



Fonte: Elaboração própria, 2023.

O primeiro ponto a ser problematizado na cobertura da Folha de Pernambuco é o destaque dado à operação da Polícia Civil na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Subvertendo a lógica da proximidade como um valor-notícia de seleção - ou seja, fatos que acontecem em ambientes geograficamente e culturalmente próximos à redação do jornal têm mais probabilidade de serem construídos como uma notícia (TRAQUINA, 2008), a operação

do Jacarezinho foi notícia na Folha de Pernambuco, especialmente com a colaboração da agência Folhapress.

Veremos, adiante, que o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio também abordaram o caso, mas em proporções bem menores e em formatos diferenciados. Desenha-se, dessa forma, os primeiros questionamentos a serem respondidos por meio das entrevistas semiestruturadas com atores do campo: *Por que o Jacarezinho foi notícia na Folha de Pernambuco? Qual a opinião dos atores do campo sobre a operação do Jacarezinho? Qual é a estrutura que a Folha de Pernambuco tem para comprar material de agências? Por que tão poucas reportagens são assinadas pela própria Folha de Pernambuco?*

Também destacamos o protagonismo das autoridades e especialistas entre as personagens apresentadas, além das citações diretas colocadas, as fontes oficiais representadas por órgãos de justiça, seguidos de órgãos de polícia, ONGs, institutos e movimentos sociais e autoridades. Quando pensamos no conceito de fonte, é preciso ter em mente não apenas algo ou alguém com quem se obtêm informações, mas, sobretudo, só pode ser considerado uma fonte aquele que é legitimado para ser ouvido e tem as suas informações igualmente legitimadas para serem utilizadas e veiculadas.

Sendo assim, é necessário crer na possibilidade de veracidade da informação fornecida, seja para checar ou para veicular diretamente. Nesses movimentos, perpassam, principalmente, o capital simbólico, conceito bourdieusiano para expressar a legitimidade e o prestígio nas relações sociais. No campo jornalístico, o capital simbólico se expressa, substancialmente, nas relações que os diversos segmentos têm com os profissionais das redações e as pessoas que decidem o que pode ou não ser veiculado. Também se expressa no prestígio de ser ou não digno de ter o seu discurso veiculado nas páginas dos jornais.

Diante dessa legitimidade de fontes posta pelo capital simbólico, que são, na maioria das vezes, representantes do Estado, como as polícias, Ministério Público e tribunais, é necessário trazer questionamentos acerca do valor de verdade dessas fontes: *os jornalistas acreditam nas fontes oficiais? Quais são as ferramentas de checagem de fatos utilizadas pelos jornalistas? A apuração consegue ser feita na rua ou apenas na redação? Qual é o tempo para a construção de cada notícia? Quando se considera que uma reportagem está terminada e pronta para publicar?*

Por fim, consideramos essencial destacar a segurança pública e a justiça como os principais assuntos trabalhados na cobertura da Folha de Pernambuco, que nos leva a perguntar: *Como os jornalistas da Folha de Pernambuco enxergam a questão das drogas? Uma vez que a maioria das reportagens são de agências, cabe mencionar a impossibilidade de falar*

diretamente com os autores desses conteúdos. Dessa forma, precisamos nos perguntar por que a cobertura deste jornal em específico se desenha dessa maneira; se os profissionais que selecionam essas notícias para edição concordam com o conteúdo; se é uma publicação apenas para preencher o espaço e sobre o motivo de haver tão pouco material relacionado às ocorrências em Pernambuco, apesar da proximidade, deixando, assim, o destaque para o evento do Rio de Janeiro, mesmo entendendo que houve um grande número de mortes na capital fluminense, o que é, evidentemente, um grande critério de noticiabilidade. Por fim, vale ressaltar os crimes mencionados para questionar: *jornalistas acreditam que a venda informal de drogas deve ser uma atividade criminosa? Acreditam que é uma atividade violenta?*

Consideramos importante destacar alguns movimentos de naturalização da política de drogas no discurso jornalístico, especialmente sobre o fato de considerar a venda de drogas como um crime. Isso ocorre porque existem disputas no campo político, no campo da saúde e no da segurança pública que trazem esse questionamento e chegam a defender uma regulamentação ou legalização das drogas. É o caso, por exemplo, da Escola Livre de Redução de Danos, que foi notícia na Folha de Pernambuco em 4 de maio de 2021, com o título "Pesquisa avalia o impacto do isolamento na saúde mental e realidade econômica de usuários de drogas"²¹.

A reportagem mostra resultados de uma pesquisa sobre o comportamento dos usuários de drogas durante a pandemia da covid-19 e traz esse usuário para a condição de ser observado a partir da área da saúde mental: "Entre os principais achados, foi possível identificar que a pandemia da covid-19 afetou de forma diferente os diferentes estratos sociais, financeira e psicologicamente" (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2021).

Movimentos como a Marcha da Maconha e a Rede de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) também disputam espaço pela narrativa contra o discurso da proibição, conforme manifesto da RENFA:

Fomentar legislações sobre a lógica da educação para o desenvolvimento de autonomia das pessoas, incidindo sobre a educação para gestão dos prazeres, sobre o uso adulto e responsável de drogas e para efetivação de uma justiça de transição sobre a caminhada em prol da regulamentação do uso de drogas. (MANIFESTO DA REDE NACIONAL DE FEMINISTAS ANTIPROIBICIONISTAS, 2022, p. 7).

Quando o texto vai para a área da segurança pública, os protagonistas - entre suspeitos, criminosos e policiais - não atuam no campo da saúde nem no de acesso aos direitos, mas na esfera do encarceramento, deixando subentendida a ideia de que o direito à segurança pública

²¹ Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/pesquisa-avalia-o-impacto-do-isolamento-social-na-saude-mental-e/182347/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

da maior parte da população será garantido com a prisão dos indivíduos envolvidos na venda das drogas. Na reportagem "Mulher é presa com haxixe em fundo falso de mala no Aeroporto do Recife"²², veiculada em 27 de abril de 2021, a informação dada é de uma prisão em flagrante devido ao porte de entorpecentes. Não existe o questionamento ou a explicação do porquê aquilo é considerado um crime, ainda que nenhum ato violento apareça associado à ação.

Já na reportagem "Virginia, primeiro estado do sul dos EUA a legalizar a maconha"²³, uma crítica manifesta à política proibicionista é colocada. A reportagem expõe uma fala do governador norte-americano Ralph Northam, que diz: "As leis sobre maconha foram elaboradas explicitamente para prejudicar as comunidades de cor, e os virginianos negros têm uma probabilidade desproporcional de serem detidos, acusados e condenados" (AFP, 2021). Essa colocação expõe um movimento anterior de se perguntar: *Por que as drogas são proibidas? Quem mais é afetado com essa lei?* Nesse caso, não há um questionamento do jornal sobre a política proibicionista, mas é uma questão colocada na citação direta do político e produzida pela agência de notícias AFP.

Esse contexto, entretanto, não chega no eixo local. Não há, no período analisado, nenhuma crítica – do jornal ou de fontes ouvidas – à política proibicionista no cenário brasileiro ou pernambucano. No próximo capítulo, veremos que isso é um posicionamento do próprio jornal em se colocar como governista, devido à dependência financeira das verbas de publicidade vindas das gestões estaduais e municipais.

Outro aspecto que julgamos necessário destacar é a área de "justiça", com vastas informações de órgãos como o Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público (MP) e a Defensoria Pública (DP). Na reportagem "Após ação com 25 mortos, polícia do RJ diz que cumpriu regras do STF e critica ativismo"²⁴ (NOGUEIRA; BARBON, 2021), o posicionamento da polícia aparece criticando o que chamam de "ativismo judicial", referindo-se à decisão do STF em fazer operações nas favelas do Rio de Janeiro apenas em casos excepcionais durante a pandemia. O porta-voz da Polícia Civil do Rio de Janeiro afirmou que "o resultado disso nada mais é do que o fortalecimento do tráfico". Nas diversas reportagens, expõe-se uma versão da Polícia Civil de que os mortos na operação do Jacarezinho eram suspeitos de aliciamento de

²² Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/mulher-e-presa-com-haxixe-em-fundo-falso-de-mala-no-aeroporto-do/181497/>>. Acesso em: 10 jan 2023.

²³ Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/virginia-primeiro-estado-do-sul-dos-eua-a-legalizar-a-maconha/179301/>>. Acesso em: 10 jan 2023.

²⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/apos-acao-com-25-mortos-policia-do-rj-diz-que-cumpriu-regras-do-stf-e-critica-ativismo.shtml>>. Acesso em: 16 set 2023.

menores, sequestros de trens e de homicídios, crimes que constam entre os mais citados na análise.

Dessa forma, cabe questionar sobre a rotina dos profissionais de imprensa e sobre o quanto utilizam informações das assessorias de órgãos públicos dos quais falam nas publicações, como é o relacionamento entre jornais e assessorias, se questionam os conteúdos vindos dessas fontes oficiais e se têm tempo para prosseguir com os seus questionamentos.

Na reportagem "PM apreende quase 50 kg de maconha e prende sete suspeitos de tráfico na Zona Oeste do Recife²⁵", publicada pela Folha de Pernambuco em 20 de maio de 2021, observa-se o destaque para os 50 kg de maconha e a prisão dos sete suspeitos. A Polícia Militar aparece como sujeito, na frase do título, representando um protagonismo e um tom de proatividade e heroísmo. O recurso ao jornalismo declaratório é visto logo no subtítulo da reportagem com "segundo informações preliminares da polícia".

Toda essa reportagem foi construída com dados da PM, inclusive a fotografia, fornecida pela assessoria do órgão, mostrando as drogas apreendidas e a placa com o brasão da Polícia Militar como uma assinatura em frente aos materiais fotografados, numa declarada postura de herói. Os agentes militares são os sujeitos da frase do lide também: "policiais militares apreenderam cerca de 50 quilos de maconha e prenderam sete suspeitos de tráfico na noite desta quarta-feira (19)" (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2021). Variações possíveis para a mesma informação seriam "sete suspeitos foram presos" ou, ainda, "Nesta quarta-feira (19), ocorreu uma prisão e apreensão de drogas na Zona Oeste do Recife".

Ao todo, usa-se o termo "segundo informações da polícia" por três vezes no texto, indicando o recurso ao modelo de jornalismo declaratório, sendo duas delas com o destaque de que é uma "informação preliminar". Ou seja, além de isentar o jornal da responsabilidade por uma possível informação errada, também resguarda a polícia, por estar prevenindo os leitores de que a informação ainda é preliminar. Chagas (2022) traz a problematização de que essa é uma prática que não compartilha conhecimentos, mas sim informações, ou melhor, dados sem checagem.

Desse modo, não há um compromisso da fonte nem do veiculador sobre a veracidade da informação. Apesar de não identificar nem acusar ninguém, o texto revela a proatividade da polícia em divulgar sua ação de prisão e apreensão com informações e fotografias. Nesse caso, o espaço do jornal funciona para publicar uma ação de interesse do órgão policial - sem qualquer

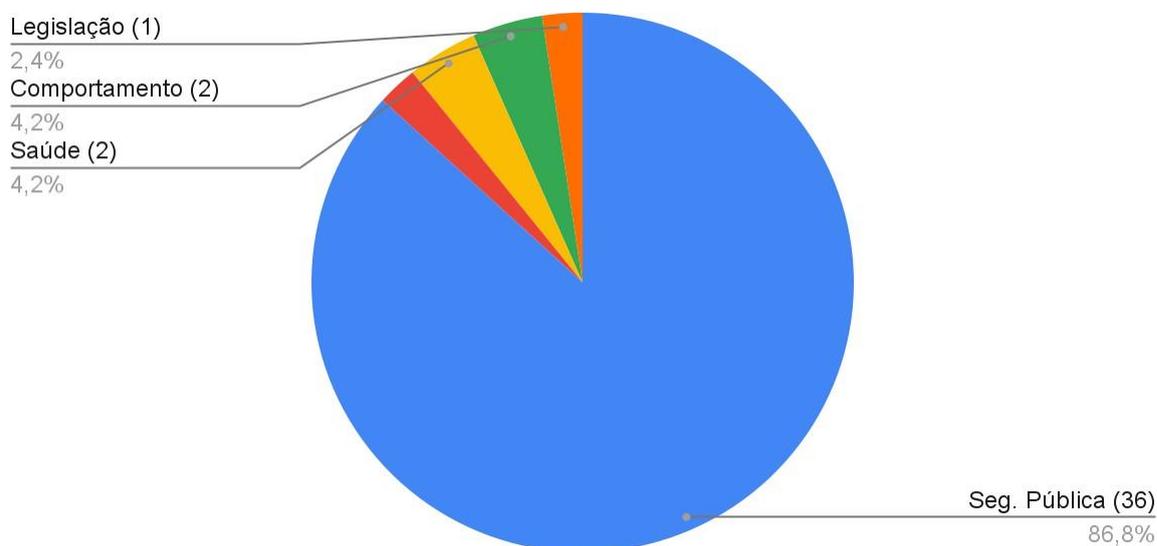
²⁵ Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/pm-apreende-cerca-de-50-quilos-de-maconha-e-prende-sete-suspeitos-de/184332/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

questionamento aparente ou outras fontes. Há de se questionar, também, o interesse público dessa reportagem, visto que traz uma informação isolada e sem análise sistêmica, sem indicação de impacto na vida das pessoas e que contribui apenas para mostrar a imagem da proatividade do órgão da polícia.

2.3.1.2. Diario de Pernambuco

Na análise do portal Diario de Pernambuco, foram destacadas 41 publicações sobre drogas (sendo todas notícias). O assunto que mais foi abordado foi o de segurança pública, seguido de saúde e comportamento (embora bem distantes em números absolutos), conforme o Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 - Assuntos das publicações sobre drogas no Diario de Pernambuco



Fonte: Elaboração própria, 2023.

A contagem dos vocábulos com a separação dos substantivos mostrou uma frequência maior de palavras ligadas à polícia (policiais, PF, PM, policial, etc) e às drogas, como mostra a Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 - Substantivos com mais incidência e suas frequências no Diario de Pernambuco

SUBSTANTIVO	OCORRÊNCIAS POR VOCÁBULO	OCORRÊNCIAS POR GRUPO DE SINÔNIMOS
Polícia	91	227
Policiais	52	
PF	21	
PM	17	
Policial	10	
Efetivo	13	

Militar	12	
Militares	11	
Drogas	77	119
Droga	28	
Entorpecentes	14	
Maconha	45	64
Cannabis	19	
Cocaína	20	20
Crack	15	15
Operação	65	65
Tráfico	60	60
Traficantes	7	7
Criminosa	21	67
Crime	21	
Crimes	9	
Criminal	7	
Prisão	29	29
Rio de Janeiro	27	27
Mato Grosso	12	12
Local	27	47
Região	20	
Calibre	24	62
Munições	13	
Armas	11	
Espingarda	7	
Arma	7	
Homem	23	23
Pessoas	19	19
Mulher	13	13
Mandados	21	21
Delegacia	20	20
Suspeito	20	46
Suspeitos	14	
Suspeita	12	
Apreensão	19	19
Estado	18	18
Ação	18	18
Pernambuco	17	17
Recife	14	14
Material	16	16
Organização	16	16
Grupo	15	15
Kg	14	14
Investigações	14	14
Projeto	14	14
Preso	13	13
Apreendidos	12	22
Apreendido	10	
Informações	12	12
Deputado	12	12
MC Kevin	12	12
Internacional	12	12
Dinheiro	11	11
Balança de Precisão	11	11
Casa	11	11
Objetivo	11	11
Comissão	11	11
Tratamento	11	21

Medicamentos	10	
Investigação	10	10
Bairro	10	10
Paulista	10	10
Ilegal	10	10
Integrantes	10	10
Prática	10	10
Homicídio	10	10

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na separação dos grupos semânticos, os eixos de “Poder Público” e “Violência e criminalidade” foram os que tiveram o maior número de vocábulos, com 398 e 372 respectivamente, conforme a Tabela 6 a seguir:

Tabela 6 - Grupos semânticos dos substantivos com maior frequência nos textos do Diário de Pernambuco

GRUPO SEMÂNTICO	OCORRÊNCIAS	VOCÁBULOS	OCORRÊNCIAS POR VOCÁBULO
Poder público	398	Polícia	91
		Policiais	52
		PF	21
		PM	17
		Policial	10
		Efetivo	13
		Militar	12
		Militares	11
		Operação	65
		Mandados	21
		Estado	18
		Delegacia	20
		Investigações	14
		Investigação	10
		Comissão	11
		Deputado	12
Violência e criminalidade	372	Criminosa	21
		Crime	21
		Crimes	9
		Criminal	7
		Tráfico	60
		Traficantes	7
		Prisão	29
		Calibre	24
		Munições	13
		Armas	11
		Espingarda	7
		Arma	7
		Suspeito	20
		Suspeitos	14
		Suspeita	12
		Apreensão	19
		Apreendidos	12
		Apreendido	10
		Preso	13
		Balança de Precisão	11

		Illegal	10
		Homicídio	10
		Dinheiro	11
		Kg	14
Pessoas anônimas	55	Homem	23
		Pessoas	19
		Mulher	13
Pessoas famosas	12	MC Kevin	12
Saúde	21	Tratamento	11
		Medicamentos	10
Substâncias	218	Drogas	77
		Droga	28
		Entorpecentes	14
		Maconha	45
		Cannabis	19
		Cocaína	20
		Crack	15
Localização	137	Pernambuco	17
		Recife	14
		Local	27
		Região	20
		Rio de Janeiro	27
		Mato Grosso	12
		Bairro	10
		Paulista	10
Sem contexto nítido	145	Organização	16
		Grupo	15
		Ação	18
		Material	16
		Internacional	12
		Informações	12
		Objetivo	11
		Casa	11
		Projeto	14
		Integrantes	10
		Prática	10

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao todo, são feitas 72 menções a crimes nas reportagens analisadas. Entretanto, diferente da Folha de Pernambuco, apenas 22 das 72 referências foram feitas a crimes violentos, com a maioria associada à práticas como plantio de maconha, tráfico de drogas, organização criminosa e contrabando que, por si só, não se configuram como crimes violentos.

Tabela 7 – Crimes mencionados e seus tipos entre violento e não violento no Diário de Pernambuco

TIPO DE CRIME	Nº DE PUBLICAÇÕES POR TIPO DE CRIME	CRIME MENCIONADO	Nº DE PUBLICAÇÕES POR CRIME
VIOLENTO	23	Aliciamento de menores	1
		Assalto	2
		Lesão corporal sob efeito de álcool	1
		Homicídio/Homicídio culposo/latrocínio	6

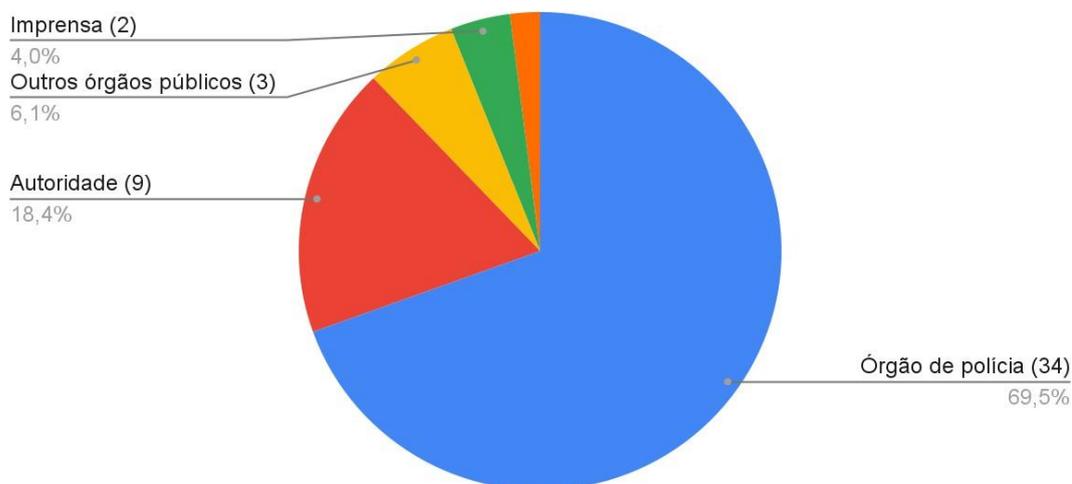
		Porte ilegal de armas	6
		Roubo	4
		Sequestro	1
		Terrorismo	1
		Tortura	1
NÃO VIOLENTO	46	Associação criminosa/organização criminosa	3
		Tráfico de drogas/Tráfico internacional de drogas/associação para o tráfico	35
		Dirigir sob efeito de álcool e outras substâncias psicoativas	1
		Falsidade ideológica	1
		Lavagem de dinheiro	3
		Contrabando	1
		Plantio de maconha	5

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A partir da busca por "drogas" no Diário de Pernambuco, foram encontradas as nomeações para 11 tipos de drogas (maconha, cocaína, haxixe, crack, álcool, cannabis, MD, skunk, morfina, heroína e metanfetamina) e um sinônimo (substâncias psicoativas). Essas drogas aparecem em 28 notícias do *corpus*. Em 13 das 41 notícias, nenhuma droga é mencionada. Entretanto, entre as ocorrências de drogas mencionadas, 76,9% são ilícitas. De maneira que "álcool" é citado em apenas duas reportagens e "morfina" em uma.

Posteriormente, analisamos as fontes ouvidas nas publicações do portal do Diário de Pernambuco contabilizando as frequências. O resultado foi uma incidência de 100% dos discursos de poder, sendo 96% oficial e 4% para-oficial. Isso pode ser verificado no Gráfico 6 abaixo.

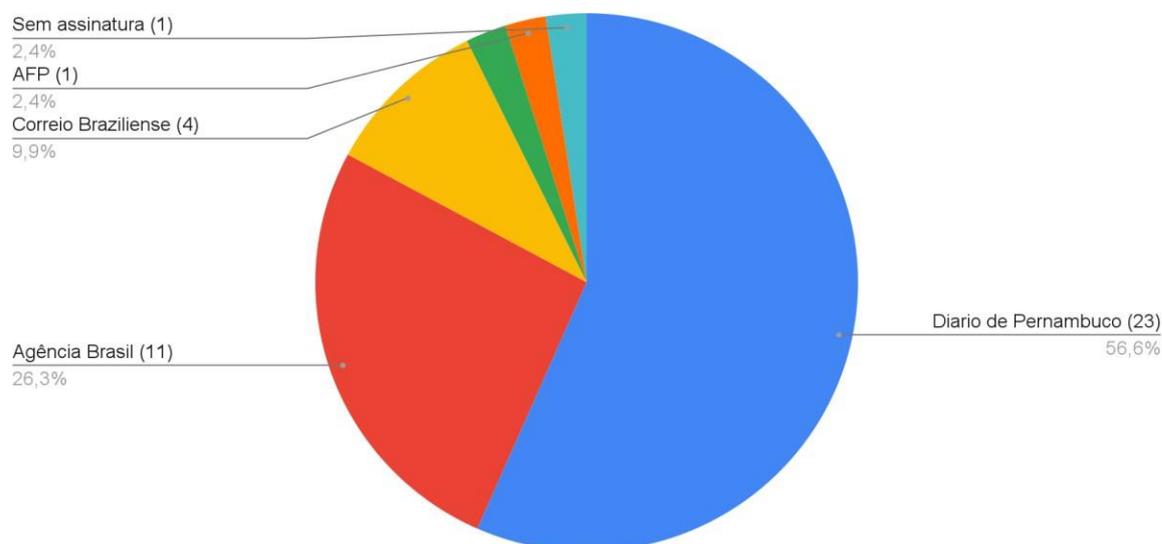
Gráfico 6 - Frequência das fontes ouvidas nas publicações do Diário de Pernambuco



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao contrário da Folha de Pernambuco, apesar de o Diário de Pernambuco incluir a assinatura de autoria da maioria das suas notícias, como podemos ver no Gráfico 7 a seguir, o DP não apresenta diferença no que diz respeito à estrutura organizacional para formação das notícias, visto que, assim como a Folha de Pernambuco, ele utiliza notícias das agências e recorre, majoritariamente, às notícias das assessorias de comunicação dos órgãos públicos. Esse fator também é problemático, porque mostra a fragilidade do jornal na produção de conteúdo próprio e na compra de conteúdos das agências, resultando no grande uso das assessorias de imprensa na produção de publicações.

Gráfico 7 - Frequência das assinaturas nas publicações sobre drogas no Diário de Pernambuco



Fonte: Elaboração própria, 2023.

No que diz respeito aos verbos introdutórios de opinião, os discursos de poder presentes no jornal, no caso das fontes oficiais, são introduzidos pelo verbo “dizer” e pelo verbo “informar”. Esse segundo verbo indica proatividade e, de acordo com Marcuschi (1991), posições oficiais e afirmações positivas, assim como o verbo “afirmar”, que encontramos com muita frequência e de maneira forte nos discursos de oposição. O verbo “frisar” também é encontrado no discurso de poder oficial e aponta uma força argumentativa. Os discursos populares, por outro lado, são introduzidos pelo verbo “contar”, na maioria das vezes, indicando uma ação testemunhal, mas sem força de argumentação.

Tabela 8 - Verbos introdutórios de opinião e suas frequências – Diário de Pernambuco

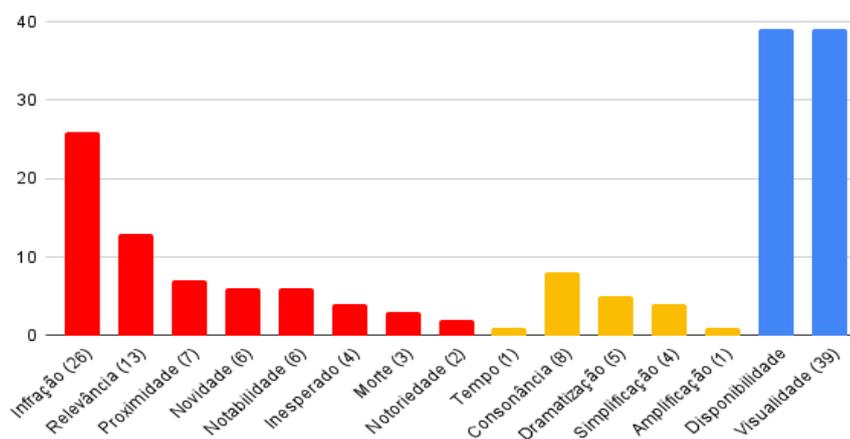
TIPO DE DISCURSO	OCORRÊNCIAS DOS DISCURSOS	VERBOS	OCORRÊNCIAS DOS VERBOS
Discursos de poder – Discurso oficial	25	Classificar	1
		Confirmar	1
		Descrever	1
		Detalhar	1
		Dizer	10
		Explicar	1
		Frisar	1
		Informar	6
		Ponderar	1
		Pontuar	1
Rebater	1		
Discursos de poder – Discurso para-oficial	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
Discurso de poder – Discurso de oposição	7	Afirmar	3
		Assinalar	1
		Contar	1
		Explicar	1
		Ressaltar	1
Discursos populares	5	Contar	2
		Afirmar	1
		Dizer	1
		Pontuar	1

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No Gráfico 8, a seguir, mostramos os critérios de noticiabilidade identificados na cobertura analisada. Ao todo, foram 15 critérios repetidos em 124 ocorrências. É importante atentar para o critério contextual “disponibilidade” em 39 dos 41 casos – seja com informações de assessoria de imprensa ou de agências de notícias, as informações chegam até as redações sem que os repórteres precisem sair para ir em busca delas, o que sustenta o novo formato de jornalismo de gabinete, feito diretamente da redação, que, por sua vez, sustenta as grandes veiculações de narrativas cujas instituições têm poder para acessá-las. A “visibilidade” aparece em 39 das 41 publicações analisadas. Essa frequência se dá devido a disponibilização de

imagens, seja pelas agências de notícias ou assessorias de imprensa. Em nenhum caso o jornal produziu as próprias fotografias publicadas.

Gráfico 8 - Critérios de noticiabilidade identificados na cobertura sobre drogas do Diário de Pernambuco



- Critérios de seleção - substantivos
- Critérios de construção
- Critérios de seleção - Contextuais

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Faz-se necessário salientar a subjetividade da interpretação para a seleção dos critérios de noticiabilidade em cada notícia. Por exemplo, na notícia "Polícia prende traficantes cultivando maconha em casa de classe média alta em Jaboatão" ²⁶ foram identificados os critérios de "infração" e "inesperado", tanto porque a infração é vista como algo a ser noticiado, quanto porque a notícia traz a dramatização do flagrante da ação, com tentativa de fuga da pessoa envolvida no caso. Conforme ressalta Traquina:

Por infração refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras. Assim podemos compreender a importância do crime como notícia. Uma parte importante das notícias sobre o crime são rotineiras e breves, porque o grosso do crime é visto como uma rotina. O crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente, e assim grande parte dele é observado pelos media noticiosos de uma forma igualmente rotinizada. Muita desta cobertura do crime assinala, no entanto, a transgressão das fronteiras normativas. A cobertura mais pormenorizada de certas circunstâncias dramáticas de um crime resulta e sobressai do pano de fundo deste tratamento rotinizado do crime. [...] Qualquer crime pode ficar com mais valor-notícia se a violência estiver associada. (TRAQUINA, 2008, p. 85).

²⁶ Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/policia-prende-trafficantes-cultivando-maconha-em-casa-de-classe-media.html>>. Acesso em: 17 set. 2023.

Dessa forma, temos uma explicação possível para a prática de associar o tráfico de drogas a outros crimes violentos, tais como homicídios, latrocínios e roubos. Além do critério de "infração" na notícia, relacionada à prisão dos traficantes em casa de classe média alta de Jaboatão, foi escolhido destacar o critério de "inesperado", por conta da localização e do perfil de classe social dos envolvidos, que foi destaque na reportagem, sendo incluída no título. Apesar dessa classificação, é imprescindível ouvir dos jornalistas se, de fato, uma prisão por tráfico de drogas em área de classe média alta é um acontecimento inesperado para, então, problematizar essas informações.

A mesma lógica vale para o critério de "relevância", definido por Traquina (2008, p. 80) como "a preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas". Uma notícia como "Homens são suspeitos de integrar organização criminosa voltada à prática de homicídio e tráfico"²⁷ foi enquadrada como relevante devido ao crime de "homicídio". Já a notícia "Polícia Federal faz operação contra tráfico de drogas no Rio"²⁸ não foi considerada relevante, porque não aborda crimes violentos.

No entanto, a intenção, do assessor de comunicação ou do repórter pode ser passar a sensação de segurança a partir da crença de que o combate ao tráfico de drogas pode levar a mais segurança. Nesse caso, caberia a classificação da relevância como valor-notícia, mas uma relevância a partir de uma crença que não é verdadeira: a de que o tráfico de drogas é um crime violento em todos os casos, uma vez que, em muitos momentos, pode ter relações próximas e sem violências estabelecidas em comunidades como vizinhança, escolas, universidades etc., como ressaltam Daudelin e Ratton (2017).

Um texto a ser destacado é o da reportagem "Suspeito de homicídios e tráfico morre em confronto com a Polícia"²⁹. A notícia traz elementos interessantes como a frase "homem considerado de alta periculosidade morreu, na noite desta terça-feira (18/01), em confronto com o BOPE"(DIARIO DE PERNAMBUCO, 2021) Não existe nenhum questionamento sobre a morte do homem, nem mesmo sobre a atuação do batalhão no confronto que levou a uma morte. Antes, coloca-se a informação da alta periculosidade e do confronto, possivelmente como uma justificativa para o óbito. No mesmo parágrafo, a narrativa continua: "Foi dada ordem para que

²⁷ Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/homens-sao-presos-suspeitos-de-integrar-organizacao-criminosa-voltada.html>>. Acesso em: 17 set. 2023.

²⁸ Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2021/05/policia-federal-faz-operacao-contratrafico-de-drogas-no-rio.html>>. Acesso em: 17 set. 2023.

²⁹ Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/suspeito-de-homicidios-e-trafico-morre-em-confronto-com-a-policia.html>>. Acesso em: 17 set. 2023.

ele se entregasse, mas como continuou atirando, houve o revide à injusta agressão" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2021). O adjetivo "injusta" também evidencia a opinião no texto.

Esse formato, no entanto, não é regra na cobertura do Diário de Pernambuco. No *corpus* das 41 notícias analisadas, foram comuns reportagens curtas informando o serviço da polícia em prisão de pessoas acusadas de tráfico de drogas. Essa conduta leva à necessidade de questionamentos acerca da opinião dos que alimentam o *site*, da estrutura da equipe e sobre a influência das assessorias de imprensa dos órgãos públicos, especialmente das polícias.

Na reportagem “Polícia apreende mais de 60 kg de maconha na Zona Rural de Pesqueira”³⁰, publicada em 4 de maio de 2021, observamos, mais uma vez, a polícia como sujeito na frase do título e o destaque dado para a quantidade de drogas apreendidas também no título. Os créditos da fotografia também são da PM e, de novo, identificamos a placa com o brasão da corporação servindo como uma assinatura da operação, conforme pode ser visto na Figura 1 a seguir:

Figura 1: representação fotográfica de tráfico de drogas no Diário de Pernambuco



Foto: PM/ Divulgação

Fonte: Portal Diário de Pernambuco.

A fotografia mostra a apreensão de armas, munição e drogas, embora o título fale somente das drogas, a maconha, provavelmente devido à alta quantidade, que traz o critério de noticiabilidade de notabilidade. O texto traz o seguinte relato: “O homem que seria responsável

³⁰ Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/policia-apreende-mais-de-60-kg-de-maconha-na-zona-rural-de-pesqueira.html>>. Acesso em: 17 set. 2023.

pelo material apreendido foi visto portando uma espingarda e, ao perceber a presença do efetivo, conseguiu fugir por uma densa vegetação, mas deixou a arma cair ao pular uma cerca de arame farpado” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2021). O relato só pode ser contado por fontes primárias que seriam, nesse caso, policiais, suspeitos ou testemunhas.

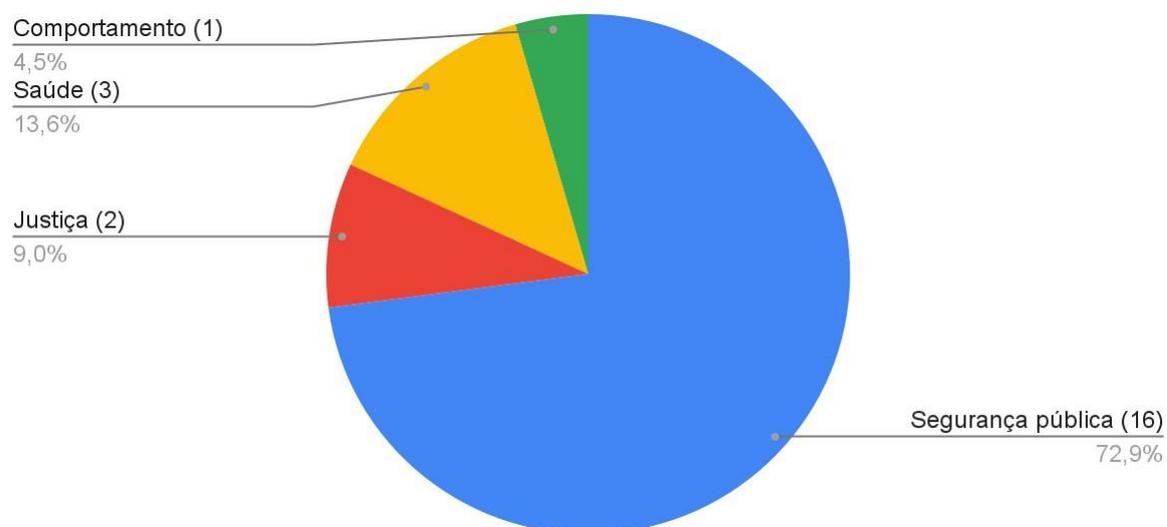
Tendo em vista que houve uma fuga e que a cidade onde o fato ocorreu é distante da cidade onde está localizada a redação, a maior possibilidade é que a fonte da informação seja a própria polícia. Isso torna a afirmação dos detalhes da operação, como foi feito na reportagem, uma atividade complexa e problemática, pois se faz necessário trazer à luz o interesse dessa fonte em promover a sua proatividade. O texto traz uma narrativa testemunhal do acontecimento sem citação de fonte e, aparentemente, sem haver mais de uma fonte ouvida.

Especificamente nesse texto, não conseguimos identificar elementos de uma heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 2011), que seriam formas para inscrever o outro no discurso, isso acontece porque não há citações diretas indicadas por aspas, introdução de falas ou mesmo fontes mencionadas. Entretanto, ao pesquisar trechos da publicação, observamos que diversos outros sites a veicularam, o que reforça a hipótese de que foi um texto produzido pela assessoria de imprensa da polícia. A heterogeneidade constitutiva - aquela que emerge na narrativa sem que se perceba com clareza - fica evidenciada nesse exemplo em que não se consegue identificar a fonte. Dessa forma, para além da produção de um discurso construído como produto de disputas de classe, temos a publicação de um texto que traz o discurso do Estado como uma verdade sem questionamentos, nem mesmo citação das fontes.

2.3.1.3. JC online

Na análise do portal JC Online, foram destacadas 22 publicações sobre drogas (sendo 12 reportagens e 10 notícias). O assunto mais abordado foi o de segurança pública, seguido de saúde (embora o de segurança tenha representatividade quantitativa maior), conforme o Gráfico 9 a seguir:

Gráfico 9 - Assuntos das publicações sobre drogas no JC Online



Fonte: Elaboração própria, 2023.

A cobertura do portal JC Online é diferenciada neste *corpus*, porque o veículo possui uma coluna de Segurança Pública com um repórter setorista³¹ para esse assunto. Por isso, apesar de trazer menos publicações sobre drogas, identificamos um aprofundamento maior e, principalmente, mais proatividade do jornal em debater os assuntos e apurar, sem necessariamente publicar informações vindas de *releases* dos órgãos públicos ou de agências de notícias, como veremos na análise adiante.

Ter uma coluna voltada para debater segurança pública faz com que os fatos sobre drogas fiquem bastante ligados a esse assunto, porém, é importante esclarecer que o portal também possui uma coluna de saúde, com um repórter setorista, que representa apenas 13,6% das publicações sobre drogas, contra 72,7% no caso de segurança pública. A seguir, identificamos as frequências de repetições de palavras, concluindo que assuntos ligados a segurança pública estão no topo da lista, com as maiores quantidades, como mostra a Tabela 9 a seguir:

Tabela 9 - Substantivos com mais incidência e suas frequências no JC Online

SUBSTANTIVO	OCORRÊNCIAS POR VOCÁBULO	OCORRÊNCIAS POR GRUPO DE SINÔNIMOS
Polícia	82	144
SDS	19	
Policiais	18	
Policial	15	

³¹ Jargão jornalístico utilizado para designar o repórter que se dedica exclusivamente à produção de conteúdo de determinado assunto. Durante a realização desta pesquisa, o Jornal do Commercio possuía setoristas de segurança pública, saúde, mobilidade urbana, economia e educação.

Policiamento	10	
Drogas	60	60
Recife	43	59
Capital	16	
Operação	36	49
Operações	13	
Pernambuco	24	47
Estado	23	
Tráfico	45	45
Homicídios	30	43
Assassinatos	13	
Crimes	15	40
Crime	13	
Criminosos	12	
Bairro	29	41
Bairros	12	
Mortes	22	37
Mortos	15	
Violência	36	36
Pessoas	28	28
Moradores	25	25
Rio de Janeiro	21	21
Ação	19	19
Segurança	19	19
Nova Descoberta	19	19
Prisão	18	18
Organização	16	16
Jacarezinho	15	15
Pandemia	15	15
Mandados	14	14
Ibura	14	14
Investigação	11	11
Instituto	11	11
Corpo	11	11
Guerra	10	10
MC Kevin	10	10
Habitantes	10	10

Fonte: Elaboração própria, 2023

Na separação dos grupos semânticos, os eixos de “Poder público” e “Violência e criminalidade” foram os que tiveram o maior número de vocábulos, com 267 e 256, respectivamente, conforme a Tabela 10 adiante:

Tabela 10 - Grupos semânticos dos substantivos com maior frequência nos textos do JC Online

GRUPO SEMÂNTICO	OCORRÊNCIAS	VOCÁBULOS	OCORRÊNCIAS POR VOCÁBULO
Poder público	267	Polícia	82
		SDS	19
		Policiais	18
		Policial	15
		Policiamento	10
		Operação	26
		Operações	13
		Ação	19

		Segurança	19
		Mandados	14
		Investigação	11
		Instituto	11
Violência e criminalidade	256	Tráfico	45
		Homicídios	30
		Assassinatos	13
		Crimes	15
		Crime	13
		Criminosos	12
		Mortes	22
		Mortos	15
		Violência	36
		Prisão	18
		Organização	16
		Corpo	11
		Guerra	10
		Pessoas anônimas	63
Moradores	25		
Habitantes	10		
Pessoas famosas	10	MC Kevin	10
Substâncias	60	Drogas	60
Localização	169	Recife	43
		Capital	16
		Bairro	29
		Bairros	12
		Rio de Janeiro	21
		Nova Descoberta	19
		Jacarezinho	15
		Ibura	14
Contextual	15	Pandemia (15)	15

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao todo, são feitas 51 referências a crimes nas reportagens analisadas, 28 delas foram a crimes violentos, a maioria a assassinato/assassinato em massa/homicídio/latrocínio. Veja a tabela 11 abaixo.

Tabela 11 – Crimes mencionados e seus tipos entre violento e não violento no JC Online

TIPO DE CRIME	Nº DE PUBLICAÇÕES POR TIPO DE CRIME	CRIME MENCIONADO	Nº DE PUBLICAÇÕES POR CRIME
VIOLENTO		Assassinato/Assassinato em massa/Homicídio/Latrocínio	15
		Aliciamento de crianças ou de menores	4
		Sequestro/Sequestro de trem	2
		Roubo/Furto	2
		Terrorismos/Atentados	2
		Execução	1
		Crime contra a humanidade	1

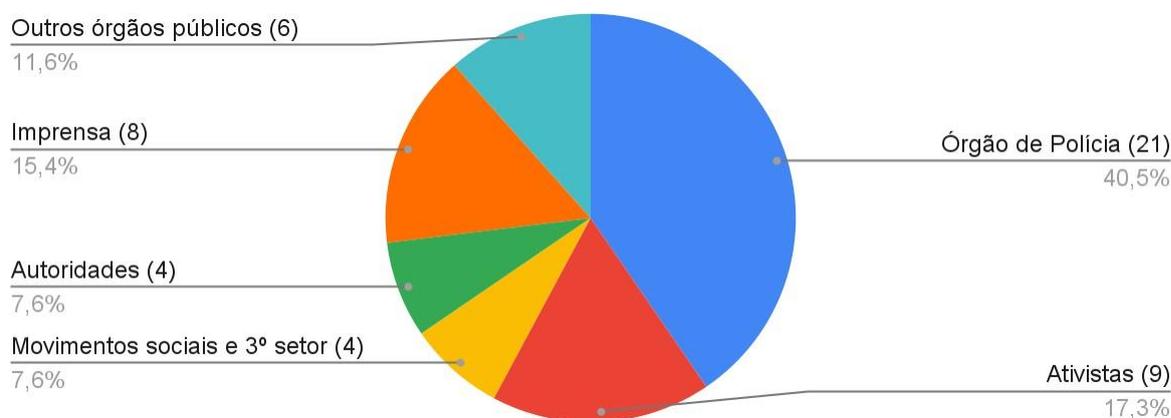
		Violência contra a mulher/criança/idoso	1
		Intolerância	1
NÃO VIOLENTO		Tráfico de drogas	17
		Estelionato/Falsidade ideológica	2
		Organização criminosa	1
		Lavagem de dinheiro	1
		Extorsão	1

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A partir da busca por "drogas" no JC online, foram encontradas as nomeações para oito tipos de drogas (tabaco, álcool, haxixe, maconha, metanfetamina, heroína, crack e cocaína). Essas drogas aparecem em 10 notícias do *corpus*. Em 12 das 22 notícias, nenhuma droga é mencionada. Entretanto, entre as ocorrências de drogas citadas, 76,9% são ilícitas. De maneira que "álcool" é citado em apenas duas reportagens e "tabaco" em uma. Esse é um dado importante ao observar o assunto de drogas mais voltado para a coluna de segurança pública do que para a coluna de saúde. O que gera, inclusive, uma desinformação sobre os efeitos das drogas ilícitas na saúde, uma vez que as drogas ilícitas são tratadas no eixo de segurança pública e não dos seus efeitos na saúde das pessoas.

Posteriormente, analisamos as fontes ouvidas nas publicações do portal JC Online, contabilizando as frequências. O resultado foi uma incidência de 100% dos discursos relacionados a fontes jornalísticas detentoras de poder, sendo 51,6% fontes oficiais, 13,3% para-oficiais e 26,6% de oposição. Observe o Gráfico 10 adiante.

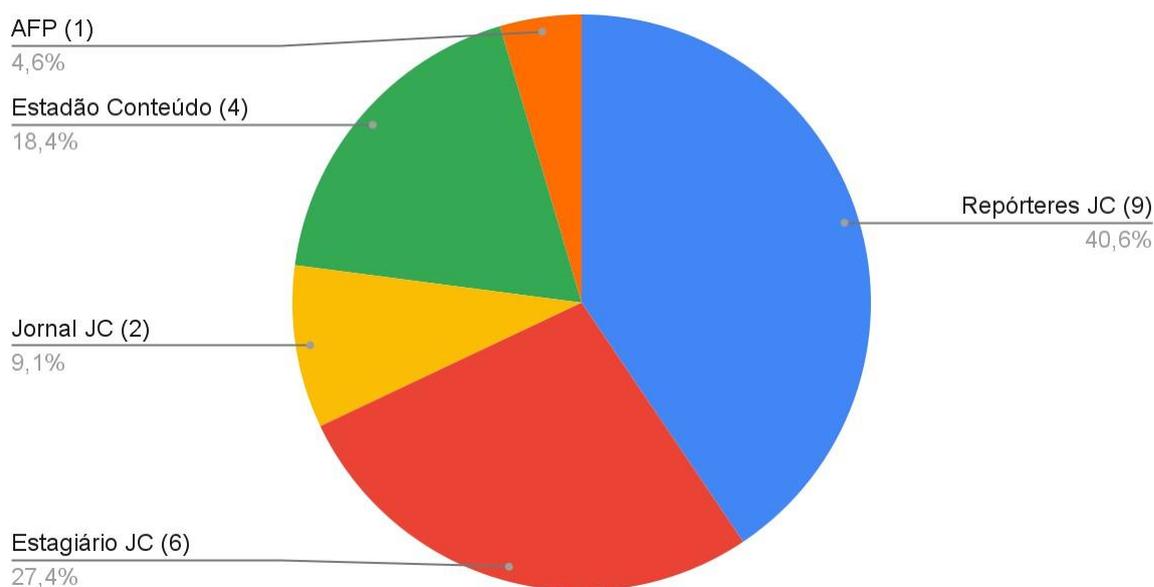
Gráfico 10 - Frequência das fontes ouvidas nas publicações do JC Online



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Diferentemente dos outros dois jornais, o JC Online apresenta a maioria das suas publicações sobre drogas assinadas por seus autores e produzidas pela própria redação, com repórteres e estagiários, conforme o Gráfico 11 apresenta. Isso gera menos conteúdos que os outros portais analisados. Ainda assim, as fontes oficiais representam 60% das fontes utilizadas.

Gráfico 11 - Frequência das assinaturas nas publicações sobre drogas no JC Online



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Alguns verbos que, no caso do discurso de poder, apresentam grande força, são: “afirmar”, “anunciar”, “informar”, indicando posições oficiais e afirmações positivas (Marcuschi, 1991). Já no caso do discurso de oposição, observamos uma legitimação de conhecimento em “avaliar”, “analisar”, “argumentar”, “pontuar” e “classificar”. Chama atenção o verbo “desabafar” no discurso popular que, de acordo com Marcuschi (1991) indica emoção circunstancial. Portanto, interpretamos que pode enfraquecer o discurso inserido, compreendido como não objetivo.

Tabela 12 - Verbos introdutores de opinião e suas frequências no JC Online

TIPO DE DISCURSO	OCORRÊNCIAS DOS DISCURSOS	VERBOS	OCORRÊNCIAS DOS VERBOS
Discursos de poder – Discurso oficial	35	Dizer	8
		Afirmar	7
		Explicar	5
		Contar	1
		Informar	5
		Anunciar	1
		Detalhar	1
		Defender	1

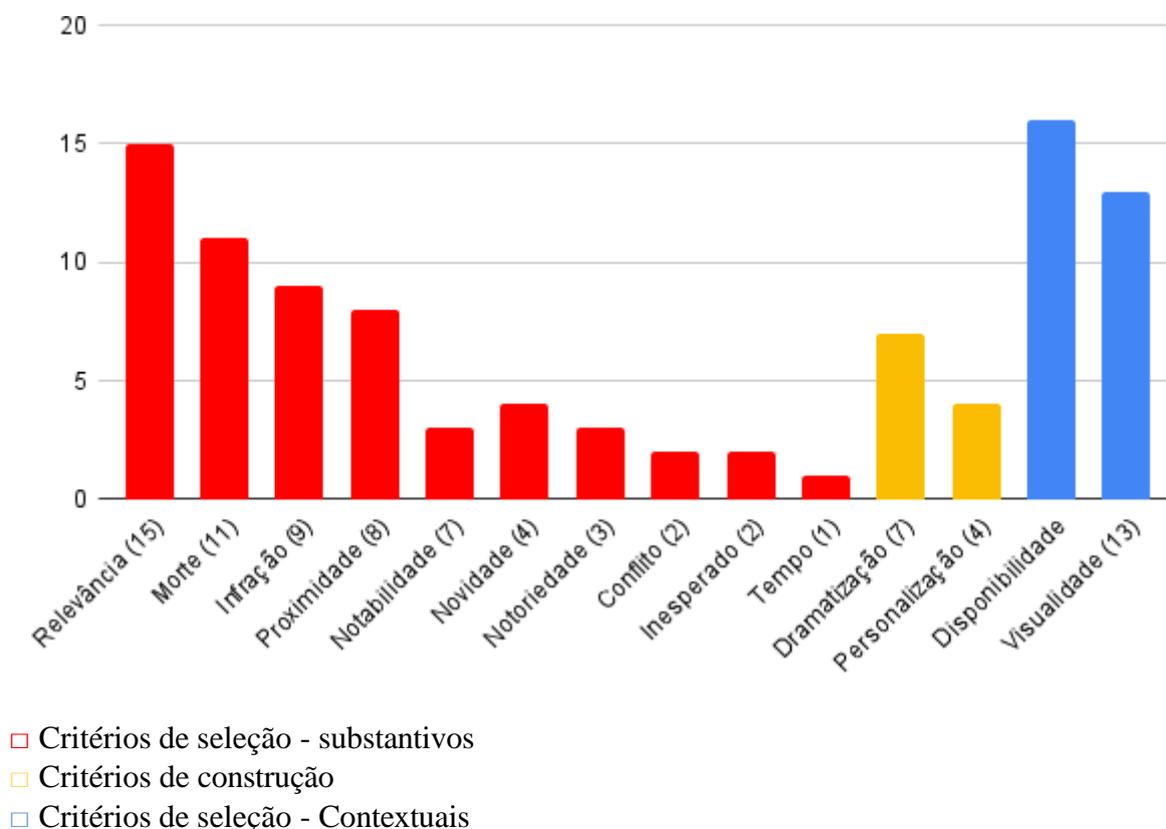
		Seguir	1
		Argumentar	1
		Comentar	1
		Lamentar	1
		Completar	1
		Criticar	1
Discursos de poder – Discurso para-oficial	4	Dizer	2
		Ressaltar	1
		Frisar	1
Discurso de poder – Discurso de oposição	13	Afirmar	3
		Avaliar	2
		Analisar	1
		Relatar	1
		Descrever	1
		Argumentar	1
		Pontuar	1
		Questionar	1
		Classificar	1
		Dizer	1
Discursos populares	5	Dizer	3
		Afirmar	1
		Desabafar	1

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No Gráfico 12, mostramos os critérios de noticiabilidade identificados na cobertura analisada. Ao todo, foram 14 critérios repetidos em 102 ocorrências. É importante atentar para o critério de visualidade. Apesar de 76,2% das publicações serem produzidas pelo Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC)³², apenas 31,8% das imagens são assinadas por repórteres fotográficos do SJCC. Dessas imagens assinadas, 85,7% são do banco de imagens SJCC, o JC Imagem, ou seja, apesar de contar com produções internas, os repórteres do JC Online, assim como os dos demais jornais analisados, têm dificuldade de cobrir os fatos nos locais de ocorrência, o que leva à necessidade de reprodução de fotografias antigas ou de recorrer às imagens fornecidas pelas assessorias de imprensa. O único caso de fotografia no local da ocorrência foi com o uso de uma imagem da TV Jornal, a emissora de televisão que integra o SJCC.

³² O sistema integra os veículos Jornal do Commercio (no formato de jornal impresso e, desde 2020, apenas com a versão *flip* (que é o arquivo do jornal diagramado e veiculado de forma online), o portal JC Online, a Rádio Jornal e a TV Jornal.

Gráfico 12 - Critérios de noticiabilidade identificados na cobertura sobre drogas do JC Online



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Observar os critérios de noticiabilidade de “morte” e “relevância” como destaques na cobertura do JC chama atenção especialmente por causa das assinaturas diferenciadas, isto é, conteúdos com esses critérios de noticiabilidade são assinados, em sua maioria, por repórteres cuja carreira é consolidada, não apenas com assinatura do jornal. Isso nos leva a questionar: *os critérios de noticiabilidade utilizados nas matérias funcionam como um elemento de distinção no campo jornalístico?*

Na reportagem “Polícia mira organização suspeita de tráfico de drogas em Caruaru, no Agreste de Pernambuco”³³, publicada em 24 de maio de 2021 no JC Online, o vocábulo “polícia” aparece como o sujeito do título e a quantidade do efetivo de policiais aparece em destaque no subtítulo, outra forma de mostrar o empenho e proatividade da corporação nessa operação. Em um esforço para compreender o interesse público da notícia, identificamos, principalmente, uma prestação de conta da polícia, para trazer a sensação de segurança, mas sem a profundidade da análise que informa se a segurança está, de fato, melhorando, com dados

³³ Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/05/12127695-policia-mira-organizacao-suspeita-de-trafico-de-drogas-em-caruaru-no-agreste-de-pernambuco.html>>. Acesso em: 20 set. 2023.

indicativos mostrando uma informação geral sobre a localidade, e não necessariamente a intenção de prender uma determinada organização criminosa.

A fotografia tem os créditos de divulgação da Polícia Civil. O objetivo da matéria aparenta querer oferecer uma sensação de segurança e, com isso, a ideia de que a polícia “faz a sua parte”. Porém, essa é uma meta da corporação da qual o jornal se torna um aliado. Essa publicação recorre ao modelo do jornalismo declaratório, com a construção adverbial “segundo a polícia”. Há, ainda, a descrição no texto do objetivo da polícia em “indicar e desarticular” o tráfico de drogas, a extorsão e a usura. Daí o caráter valorativo atrelado ao serviço da polícia. Mais uma vez, a reportagem vem sem checagem das versões das fontes. Outro ponto de grande relevância a ser analisado e que será desenvolvido nas entrevistas é a relação entre o aprofundamento da reportagem e o capital simbólico do repórter. Analisaremos, abaixo, dois textos sobre drogas, sendo o primeiro escrito por um estagiário do JC Online e o segundo, escrito pelo setorista de segurança pública.

O primeiro, publicado em 27 de abril de 2021, com o título "Mulher é presa em flagrante no Aeroporto Internacional dos Guararapes com 5,8 kg de haxixe"³⁴ demonstra o valor-notícia de dramatização. No próximo capítulo, quando as entrevistas com os assessores de imprensa forem apresentadas, identificaremos que o flagrante é utilizado por esses profissionais para chamar a atenção dos repórteres e fazer com que as pautas enviadas às redações tenham mais possibilidade de publicação.

No caso da fotografia vinculada ao primeiro texto, que vem com os créditos "Divulgação/PF", a imagem traz as drogas sobre uma balança de precisão, em uma mesa que aparenta ser um escritório, possivelmente da própria polícia. Dessa forma, observamos uma estética diferenciada da Polícia Civil e da Polícia Militar, em que esta utiliza placas nas suas fotografias para identificar as corporações.

³⁴ Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/04/12117510-mulher-e-presa-em-flagrante-no-aeroporto-internacional-dos-guararapes-com-58-kg-de-haxixe.html>>. Acesso em: 20 set. 2023.

Figura 2: representação fotográfica de tráfico de drogas no JC Online



A droga foi encontrada em fundo falso de mala - Divulgação/PF

Fonte: Portal JC Online.

Na continuidade do texto, observamos a narração da história "a droga foi encontrada em fundo falso da mala" (MOURA, V. 2021b). Essa narração demonstra uma proatividade da polícia em evitar que a droga seja vendida e, na concepção do senso comum proibicionista, combater o crime.

No decorrer da notícia, os dados relativos ao fato são trazidos como resultado da aplicação do modelo de jornalismo declaratório, que introduz as informações com a construção adverbial "de acordo com a polícia". Essa prática do jornalismo declaratório pode nos dizer mais do que simplesmente o fato de o jornal e do jornalista se absterem da responsabilidade da informação. Ela pode sinalizar uma manifestação do *ethos* jornalístico, pois se o *ethos* dessa profissão prevê a valorização da verdade, a veiculação de notícias falsas tiraria a credibilidade do jornal e possivelmente do jornalista, o que levaria à perda de capital simbólico dentro do campo. Desse modo, o profissional recorre tanto ao formato do jornalismo declaratório como à aplicação de verbos no futuro do pretérito: "estaria", por exemplo.

Esses recursos linguísticos são utilizados para evitar que, no caso daquela informação veiculada ser falsa ou imprecisa, o erro seja atribuído ao emissor (jornal e jornalista). Mas o que esses artifícios linguísticos sinalizam no texto é, efetivamente, a pouca potência da redação em apurar informação - seja por falta de capacidade técnica dos repórteres que são, em sua maioria, estagiários ou recém-formados - ou por falta de recursos. Com isso, a problemática

exposta nesta pesquisa vai além da necessidade de recorrer a várias fontes para garantir a representatividade no jornal ou para diminuir a violência simbólica posta entre os setores cujo debate é mediado pelo campo jornalístico. A questão está na própria matéria-prima das notícias: o fato. Os jornalistas, mesmo os do Jornal do Commercio - que é o mais estruturado entre os três analisados e que foi o que menos publicou informações relacionadas às drogas - não estão conseguindo afirmar com certeza expressa se um fato que eles veiculam é ou não verdade.

Já no segundo texto, veiculado em 23 de maio de 2021, escrito pelo setorista de segurança pública do veículo, verificamos um esforço em observar de maneira crítica as informações divulgadas pelo governo do estado. A reportagem com o título "Radiografia de onde mais se mata no Recife"³⁵ traz um tratamento dos dados sobre os homicídios na capital pernambucana e dá informações sobre os bairros, elencando regiões periféricas como Ibura e Nova Descoberta. No fim das contas, o discurso proibicionista permanece o mesmo, apesar da especialização do repórter como setorista no assunto. Ainda no subtítulo, o texto traz que "Bairros de Nova Descoberta e do Ibura convivem com o medo do crescimento do tráfico de drogas, que resulta também no aumento de mortes violentas" (GUERRA, 2021), mais uma vez, trazendo a representação do tráfico de drogas com a violência, e deixando as problemáticas da vulnerabilidade social em segundo plano.

A novidade da reportagem para chamar a discussão, ou seja, o gancho jornalístico, é a divulgação do aumento de 10,58% no número de homicídios no Recife durante os primeiros quatro meses de 2021. Antes de analisar o discurso do texto, é importante observarmos o formato do lide, que, apesar de responder aos questionamentos necessários para a estrutura do texto jornalístico, apresenta-se de uma maneira mais narrativa, estabelecendo uma estética diferenciada:

Viver em meio à criminalidade e sob a ameaça de ser a próxima vítima da violência. É assim a realidade de milhares de moradores de bairros periféricos do Recife, onde a pobreza ganha cada vez mais espaço em meio ao desemprego acelerado pela pandemia da covid-19. Soma-se a isso o tráfico de drogas, comandado por facções que se rivalizam e tiram a vida de seus oponentes. Recife registrou 209 homicídios entre janeiro e abril - aumento de 10,58% se comparado com o mesmo período de 2020. Segundo a polícia, boa parte das mortes é resultado da disputa pelo domínio do tráfico, a exemplo do que ocorre nos bairros de Nova Descoberta e no Ibura. (GUERRA, 2021).

³⁵ Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/ronda-jc/2021/05/12127172-radiografia-de-onde-mais-se-mata-no-recife.html>>. Acesso em: 20 set. 2023.

Quadro 1 - Estrutura do lide da reportagem e sua ordem no texto

COMO? QUEM?	Viver em meio à criminalidade e sob a ameaça de ser a próxima vítima da violência. É assim a realidade de milhares de moradores de bairros periféricos do Recife
POR QUÊ?	onde a pobreza ganha cada vez mais espaço em meio ao desemprego acelerado pela pandemia da covid-19. Soma-se a isso o tráfico de drogas, comandado por facções que se rivalizam e tiram a vida de seus oponentes.
O QUE? ONDE? QUANDO?	Recife registrou 209 homicídios entre janeiro e abril - aumento de 10,58% se comparado com o mesmo período de 2020.
POR QUÊ?	Segundo a polícia, boa parte das mortes é resultado da disputa pelo domínio do tráfico, a exemplo do que ocorre nos bairros de Nova Descoberta e no Ibura.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A inversão da ordem das informações, sem começar pelo "O que?" e "Quem?", funciona como um elemento de distinção no campo para indicar jornalistas que têm um texto mais trabalhado, além de indicar a sensação de tempo para escrever, levando à ideia de que o jornal investe nas publicações desse profissional. Também observamos elementos de posicionamentos do repórter, que afirma fatos que são subjetivos, o que não significa irreal, como: "onde a pobreza ganha cada vez mais espaço" e "viver em meio à criminalidade e sob a ameaça de ser a próxima vítima da violência".

Na continuação da reportagem, percebemos que a informação da violência aliada ao tráfico de drogas é uma reprodução dos dados da Polícia Civil. O parágrafo seguinte começa com "Em bairros periféricos, na Zona Sul do Recife, a violência está presente e alinhada ao tráfico de drogas." No terceiro parágrafo, o repórter expõe uma citação direta de um delegado que diz: "quase todos os casos têm relação com as drogas. Grupos rivais ficam disputando espaço e, por isso, matam". O texto continua com "Segundo ele (o delegado), pessoas também foram mortas, recentemente, por dívidas de drogas". Após afirmar que o delegado informou ações de repressão ao tráfico de drogas nos últimos anos, a reportagem se posiciona a favor das atividades: "Essas ações foram necessárias porque, em 2018, moradores de Vila dos Milagres, no Ibura, viveram momentos de terror. Lá, um grupo, ostentando armas de grosso calibre, ameaçavam e ditavam regras" (GUERRA, 2021).

Ao falar sobre o bairro de Nova Descoberta, a reportagem afirma que "o consumo e o tráfico de drogas imperam e inibem a circulação de pessoas pelas ruas". E entra, aí, a nova dimensão do consumo como algo ligado à violência. Melo, Miranda e Benzaquen (2011) analisam esse discurso do ponto de vista da imprensa e da psicologia, porque não existe confirmação científica da relação entre o consumo de drogas e a violência. Mas existe, no entanto, um imaginário que é reforçado pela imprensa de que o consumo de drogas faz com que as pessoas fiquem violentas.

Além das fontes oficiais do governo do estado, o repórter ouviu também uma representante do Coletivo Ibura Mais Cultura e do Gabinete de Assessoria Jurídica Popular (Gajop). Ele utilizou ainda informações do Instituto Fogo Cruzado e do Movimento Pró-Criança, o que revela um relacionamento do repórter com fontes diferenciadas sobre esse assunto, para além dos órgãos do governo, demonstrando um indicativo de seu capital social no campo.

Apesar de o formato das duas publicações analisadas serem diferenciadas – em nível de variedade de fontes e aprofundamento das informações – o discurso de vinculação do tráfico e consumo de drogas à demanda de segurança pública, entretanto, é o mesmo, como veremos nos trechos a seguir, no Quadro 2. Seguindo uma mesma estrutura, as demandas por saúde e assistência social, estabelecidas na própria Lei de Drogas, são secundárias:

Quadro 2 - Trechos que vinculam o tráfico e consumo de drogas à violência

Primeiro texto	Segundo texto
Os policiais chegaram até o local após a delegacia de Piedade, também em Jaboatão dos Guararapes, realizar uma investigação sobre o tráfico de drogas nos bairros de Piedade, Candeias, Porta Larga e Barra de Jangada, localizados no mesmo município.	Bairros de Nova Descoberta e do Ibura convivem com o medo do crescimento do tráfico de drogas, que resulta também no aumento de mortes violentas
Na ocasião, eles receberam a informação de que um ex-presidiário estava guardando maconha em uma casa.	Soma-se a isso o tráfico de drogas, comandado por facções que se rivalizam e tiram a vida de seus oponentes. Recife registrou 209 homicídios entre janeiro e abril - aumento de 10.58% se comparado ao mesmo período de 2020.
A partir daí, agentes iniciaram a revista e encontraram a droga escondida no fundo falso da bagagem.	Segundo a polícia, boa parte das mortes é resultado da disputa pelo domínio do tráfico, a exemplo do que ocorre nos bairros de Nova Descoberta e no Ibura.
	a violência está presente e alinhada ao tráfico de drogas.
	O delegado Bruno de Ugalde, titular da 4ª Delegacia de Homicídios, diz que a disputa entre organizações criminosas pelo domínio do tráfico de drogas no bairro ainda é forte, o que resulta em parte dos homicídios.
	Apesar da forte presença do tráfico de drogas na localidade, a Polícia Militar diz que garante o "policimento ostensivo por meio de Guarnições Táticas, diuturnamente.
	DESIGUALDADE: Bairro periférico da Zona Norte da capital, Nova Descoberta convive com o tráfico de drogas, que eleva o medo dos moradores
	Mas à noite não há como desviar dos sinais: o consumo e o tráfico de drogas imperam e inibem a circulação de pessoas pelas ruas.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Outro dado interessante é observar, no segundo texto, que os discursos de poder configurados como “de oposição” não vinculam a violência ao tráfico de drogas, mas sim à desigualdade, apesar de esses discursos aparecerem como uma segunda opinião e não como o principal na reportagem, como o Quadro 3 adiante apresenta:

Quadro 3 - Discursos de poder – de oposição no segundo texto

Discurso	Fonte
"A dinâmica da violência sempre existiu, mas cresceu também por causa do desemprego ", relata.	Lídia Lins, moradora do bairro e integrante do Coletivo Ibura Mais Cultura
Somente nos quatro primeiros meses do ano, pelo menos 11 pessoas foram assassinadas em Nova Descoberta.	Instituto Fogo Cruzado.
"A pandemia aumentou a desigualdade e a pobreza , que historicamente atingem primeiro as cidades com mais de 100 mil habitantes. A pobreza eleva a violência , porque muita gente entra para o mundo das drogas para sobreviver."	Socióloga e coordenadora do Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares (Gajop), Edna Jatobá

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Apesar de mostrar o discurso oficial diferente do discurso de oposição, o Jornal do Comercio não se posiciona diante desses discursos, mas sim apresenta um alinhamento com o discurso oficial. Tanto que, nas notícias produzidas pelos estagiários, apenas as fontes oficiais aparecem, tornando o discurso oficial majoritário. Isso faz emergir um “arbitrário cultural”, ou seja, a ideia de uma cultura única e dominante quando, na verdade, é apenas a cultura da classe dominante. No fim, o discurso prioritário do jornal é pelo proibicionismo e pela explicação de que a violência vem do tráfico de drogas. Isso acontece devido grande parte das notícias virem de estagiários, que se utilizam dos *releases* das assessorias de imprensa da polícia, diferentemente do setorista de segurança pública, que tem acesso a diferentes fontes de oposição, como movimentos sociais e pesquisadores.

Esse discurso oficial prevalece, por ter, na prática jornalística, o uso principal dos *releases* de assessorias de imprensa, que faz emergir o “arbitrário cultural”, a saber, a ideia de que o posicionamento padrão é pelo proibicionismo e que a explicação para as violências, geralmente, é o tráfico de drogas. Porém, como vimos anteriormente, quando o discurso oficial apareceu, trouxe outras causas, como a vulnerabilidade e o desemprego, para a motivação das violências.

No caso do segundo texto, percebemos a tendência individual prevalecer, uma vez que o repórter demonstra ter acesso a fontes e especialistas variados, que têm o discurso contrário ao oficial. Apesar dessas possibilidades, há a escolha por trazer a proatividade dos órgãos de segurança pública em combater a violência através da guerra às drogas. No primeiro texto, entretanto, demonstra-se uma tendência organizacional à frente da individual, com a reprodução

de informações da assessoria de imprensa e uso dessa fonte como única, pelo fato de que os estagiários têm a possibilidade de apuração diminuída tanto nas relações com o campo quanto no tempo de apuração e prática profissional.

Na prática, a diferença entre um estagiário e um repórter setorista é grande. Tanto no que diz respeito ao conhecimento do assunto – teórico, do que é considerado notícia ou não, do que é um problema no que diz respeito ao assunto de drogas ou não – quanto no conhecimento prático – de conhecer fontes diferenciadas, ter relacionamentos com assessores e profissionais e o próprio respeito das fontes, especialmente as oficiais, para responder as informações. Além disso, a rotina produtiva do estagiário é diferenciada no que diz respeito à carga horária de seis horas diárias e um nível de experiência e senso crítico ainda não tão desenvolvido quanto o do repórter setorista, o que vai fazer esse trabalhador, que ainda é aprendiz, desenvolver um conteúdo menos aprofundado.

Nesses dois eixos, temos o tráfico de drogas tratado como um crime violento sem a devida problematização e, principalmente, que a violência é devida ao tráfico de drogas, sem trazer, necessariamente, fatores como a vulnerabilidade social e as ações frágeis dos órgãos de segurança pública para a questão. Discussões de setores como os de assistência social, saúde, bem como de pesquisadores não conseguem acessar o jornal para veicular seus argumentos que podem apontar para outros possíveis sentidos para o tráfico e, por isso, a formatação do “arbitrário cultural”.

Nesse discurso, duas crenças são complementares: a de que a violência é fruto do tráfico de drogas e, portanto, que o tráfico de drogas é violento. Essa informação, apesar de poder ser verdadeira, se apresentada de maneira naturalizada, exclui problemáticas colocadas em segundo plano, como as próprias fontes independentes nos discursos de oposição apresentados em algumas reportagens analisadas – a de que a verdadeira causa da violência é a desigualdade social e a baixa presença do Estado ou, ainda, a forma violenta como o Estado se faz presente. Dessa forma, a crença de que a violência é fruto do tráfico de drogas vem, principalmente, das fontes oficiais, que traz consigo a preferência na formação do discurso e, portanto, a formação de um arbitrário cultural, a partir do momento em que traz como verdade absoluta e sem confrontos de outras perspectivas, mesmo sabendo que essas análises diferenciadas existem, mas ocupam um espaço mínimo na cobertura.

2.3.2 Análise comparativa

Neste tópico, analisaremos, de forma comparativa, as três coberturas selecionadas no *corpus* da pesquisa. Aqui, é possível que o eixo organizacional se sobressaia, uma vez que é o ponto em comum nos três tópicos, o que permite identificar as divergências e consequências das estruturas de cada jornal.

A primeira questão que vemos aqui são as assinaturas das notícias e reportagens, algo muito variado entre os três jornais, que revela uma estrutura diferenciada das redações. Os maiores produtores de notícia na Folha de Pernambuco são agências de notícias, o que pode ser uma justificativa para maior incidência de publicações sobre o Jacarezinho, devido à disponibilidade de reportagens a serem publicadas, além, é claro, de uma escolha editorial e individual dos editores. No Diário de Pernambuco, pouco mais da metade das publicações são assinadas pelo próprio jornal, sem identificar os jornalistas, seguidos por agências de notícias. Já no Jornal do Commercio, os nomes dos repórteres aparecem mais, sendo 40% produções de profissionais, seguidos de 27% de estagiários do jornal.

Esses dados revelam a disponibilidade de jornalistas na redação do Jornal do Commercio, especialmente essa diferenciação entre profissionais e estagiários. Observamos que, apesar de existirem estagiários como uma grande força de trabalho nessa redação, no que diz respeito a assuntos sobre drogas, temos profissionais formados realizando a cobertura além dos estagiários. No caso do Diário de Pernambuco, isso não é possível de identificar, uma vez que o jornal assina as notícias e reportagens com o próprio nome da empresa. Entretanto, problematizaremos mais essa questão das estruturas das redações na continuação da análise. Na Tabela 13, é possível verificar as frequências de assinaturas de notícias e reportagens:

Tabela 13 - Análise comparativa - frequência das assinaturas das publicações

JORNAL	ASSINATURA	FREQUÊNCIA DAS ASSINATURAS
Folha de Pernambuco	Folha de Pernambuco	45%
	Agência Brasil	24%
	Agence France-Presse	16%
Diário de Pernambuco	Jornal Diário de Pernambuco	56%
	Agência Brasil	26%
	Correio Braziliense	9,75%
Jornal do Commercio	Repórteres profissionais do JC	40%
	Estagiário do JC	27%
	Estadão Conteúdo	18,1%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Entre os três principais assuntos abordados, vemos que a segurança pública e a justiça são os temas mais frequentes na Folha de Pernambuco. O assunto “justiça” não aparece entre os mais abordados no Diário de Pernambuco. Já no Jornal do Commercio, esse tópico cai para o terceiro lugar. O tema “saúde” é o segundo lugar, porque o veículo investe em um setorista desse assunto. Ainda assim, “segurança pública” é o principal assunto nesse jornal. Dessa forma, compreendemos que o JC identifica como assunto de segurança pública as políticas de drogas, mas não o vincula como um assunto de saúde.

Outro movimento importante é o de observar comparativamente o espaço que a segurança pública toma nos três jornais. Chega a ser mais equilibrado na cobertura da Folha de Pernambuco no que diz respeito ao tema “justiça”, muito provavelmente porque houve uma cobertura nacional intensificada com uso de agências de notícias abordando as questões judiciais nos desdobramentos da ocorrência no Jacarezinho. Já no Diário de Pernambuco e no Jornal do Commercio, conteúdo de segurança pública é a grande maioria, o que leva a uma cobertura praticamente monotemática sobre um tópico que acontece em várias esferas.

Tabela 14 - Análise comparativa - assuntos das notícias veiculadas

JORNAL	ASSUNTO	FREQUÊNCIA
Folha de Pernambuco	Segurança pública	45,9%
	Justiça	18,9%
	Segurança pública e justiça	16,2%
Diário de Pernambuco	Segurança pública	86,8%
	Saúde	4,2%
	Comportamento	4,2%
Jornal do Commercio	Segurança pública	72,7%
	Saúde	13,6%
	Justiça	4,5%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A análise dos grupos semânticos nos faz observar a prevalência de um discurso de protagonismo do poder público no que diz respeito ao tema de drogas e um eixo discursivo em que “drogas” liga os grupos semânticos de “poder público” e “violência e criminalidade”, fazendo prevalecer a seguinte ideia:

PODER PÚBLICO > combate as > DROGAS > contra a >VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

É interessante observar que esses grupos semânticos são construídos de maneira muito similar nos três jornais, apesar de as três empresas terem processos construtivos diferenciados, o que faz emergir o eixo social na produção do discurso. Apesar de a Folha de Pernambuco utilizar mais notícias nacionais e de agências, o Diário de Pernambuco reproduzir mais *releases* e o Jornal do Commercio ter um repórter setorista de segurança pública e outro de saúde,

caracterizando diferenças nas estruturas da redação, os grupos semânticos dos vocábulos trazem um protagonismo forte do poder público e do tema da violência e da criminalidade no que diz respeito às drogas. Não vemos, entre os principais grupos semânticos, por exemplo, políticas de saúde, assistência social, ações do terceiro setor, investidas de movimentos sociais.

É importante destacar o significado dado a "drogas" no contexto do discurso da imprensa pernambucana, uma vez que as substâncias destacadas são, em sua grande maioria, drogas ilícitas. O fato de ter uma cobertura muito ligada à segurança pública leva a esse cenário, uma vez que não fala sobre o uso de drogas, em si, mas sim sobre os crimes ligados a elas, especialmente o tráfico de drogas. As drogas lícitas, tal como álcool ou cigarro, aparecem, principalmente, nos contextos dos assuntos de saúde e, por se afastarem do assunto de segurança pública, trazem informações pertinentes como as afetações causadas à saúde humana. Ao tratar o assunto apenas como algo de segurança pública, além de fortalecer o discurso proibicionista que oprime as classes populares com a política de guerra às drogas e encarceramento, também nega a informação aos leitores no que diz respeito ao uso.

A Lei Federal 11.343/2006 estabelece que a venda de drogas ilícitas é proibida, mas não o consumo. Dessa maneira, o discurso dos jornais, ao se afastar de informações sobre drogas ilícitas e trazer apenas algo ligado à criminalidade, não ao consumo, traz uma ideia de que o uso, em si, ou não existe ou é algo que deve ficar encoberto por não ser um comportamento legítimo. A partir disso, faltam informações para os usuários como, por exemplo, quais substâncias não podem ser misturadas, quais os procedimentos para evitar maiores danos durante o consumo de drogas, quais sintomas devem ser preocupantes após o uso e quais são normais, quais são os efeitos dessas substâncias no organismo.

A palavra droga admite muitos significados. Do ponto de vista farmacológico, ela pode ser definida como “qualquer substância que pode afetar o funcionamento de um organismo”. É por isso que chamamos farmácias de drogarias e, por sua vez, poderíamos chamar qualquer remédio ou mesmo chás e até o açúcar de droga. Mas é mais comum chamarmos essas substâncias de medicamentos, bebida e alimento, respectivamente. No dia a dia, reservamos a palavra droga para aquelas substâncias que atuam no cérebro e afetam nossa percepção ou nosso comportamento. Ou seja, informalmente usamos a palavra droga como sinônimo de uma classe mais específica de drogas psicotrópicas ou psicoativas. É assim que a imprensa usa essa palavra. (ARAÚJO, 2017, p. 21).

Respondendo ao questionamento de “como as notícias sobre drogas são?” podemos dizer que são construídas, principalmente, com informações de assessorias de imprensa dos governos, especialmente das polícias, que têm grande investimento em material e funcionários. Sendo assim, permanece o discurso da polícia, não necessariamente o farmacológico. Dessa forma, “drogas” para imprensa é, na grande maioria dos casos apresentados neste *corpus*, sinônimo de substâncias ilícitas e manejadas pelas camadas populares – uma vez que são o alvo

da maioria das ocorrências das polícias, tendo em vista os dados da população carcerária apresentados nesta pesquisa.

Identificamos, assim, vozes que são silenciadas, representadas, principalmente, pelos discursos populares. Ainda que algumas vozes sejam de oposição ao discurso oficial, ainda assim, são consideradas como "discursos de poder", uma vez que trazem certas legitimações, como o capital cultural certificado, o título de especialista etc. No caso das vozes populares, que são deslegitimadas por não ocuparem uma posição elevada na estrutura social, não atuarem nos órgãos de gestão da segurança e de não serem pessoas especialistas no assunto, a exemplo de um usuário de drogas, de uma mãe de preso por drogas ou uma mãe de vítima morta por consumo de drogas.

Por outro lado, ainda existem os temas silenciados. Apesar de haver pessoas legitimadas a falar, por exemplo, sobre antiproibicionismo, uso medicinal de maconha, as problemáticas de violência atreladas à guerra às drogas, experiências de políticas de redução de danos em outros países, encarceramento em massa, esses são temas que, ainda que apareçam, têm mais dificuldade para chegar às páginas dos jornais, uma vez que não são integram o discurso oficial.

No fim das contas, é o discurso oficial quem impera nos jornais pernambucanos - seja pela característica organizacional, decorrente das redações não disporem de equipes suficientes para produzir e/ou se aprofundar os assuntos e as análises; seja pela característica social, de considerar as fontes oficiais como a própria verdade, na maioria das vezes, inquestionável. Essa repetição e legitimação dos discursos oficiais levam a uma semelhança grande entre as coberturas, tanto nos eventos que são noticiados, quanto na estrutura discursiva dos textos jornalísticos. Resta-nos, aqui, pelo menos duas hipóteses em nível social e organizacional para responder ao motivo dessa semelhança:

- a) As assessorias de imprensa governamentais têm grande acesso aos jornais e, com isso, maior potencial de produção de conteúdo, assim também como maior interesse em vincular o eixo de segurança pública ao de drogas.
- b) A produção do discurso, sendo discurso uma forma de poder, privilegia as classes mais altas, uma vez que os próprios jornais são de propriedade de pessoas ou grupos empresariais de classes e frações de classe mais elevadas.

No entanto, temos, nos dois casos, o elemento da luta de classes exposto, tendo em vista que o discurso "PODER PÚBLICO > combate as > DROGAS > contra a > VIOÊNCIA E CRIMINALIDADE" é, potencialmente, um discurso de poder, pois justifica ações do Estado para combater a violência e a criminalidade. A política da guerra às drogas, todavia, como já argumentamos anteriormente, massacra pessoas de classes populares – como trabalhadores,

peessoas negras e residentes das periferias. Dessa maneira, podemos afirmar que um discurso que justifica a guerra às drogas é também um discurso que justifica suas consequências de massacre e encarceramento em massa de um segmento da população – pessoas negras, periféricas e pobres.

Tabela 15 - Análise comparativa - grupos semânticos dos principais vocábulos

JORNAL	GRUPO SEMÂNTICO	OCORRÊNCIAS DE VOCÁBULOS
Folha de Pernambuco	Poder público	770
	Violência e criminalidade	464
	Localização	266
Diario de Pernambuco	Poder público	398
	Violência e criminalidade	372
	Pessoas anônimas	55
Jornal do Commercio	Poder público	267
	Violência e criminalidade	256
	Pessoas anônimas	63

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na continuação desse argumento, temos os crimes citados nas publicações, para além de “tráfico de drogas”, que tomou a maioria dos casos em todos os jornais analisados. Com exceção de “Plantio de Maconha” e de “Estelionato ou falsidade ideológica”, ambos em terceiro lugar entre os mais mencionados no Diario de Pernambuco e Jornal do Commercio, respectivamente, todos os outros crimes citados em publicações que envolviam o assunto de drogas foram crimes violentos.

Esse cenário fortalece, mais uma vez, o discurso de justificativa “PODER PÚBLICO > combate as > DROGAS > contra a > VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE”, dado que liga o tráfico de drogas a práticas de violência, o que coloca em risco a própria vida das pessoas. Como destacamos anteriormente, a violência é um critério de noticiabilidade da prática jornalística (TRAQUINA, 2008), o que se justifica pelo fato de que deve ser combatida e o campo jornalístico funciona como um mediador entre diversos setores da sociedade (MELO, 2010). Havendo ocorrências de violência, então, o campo jornalístico denunciaria para cobrar respostas do poder público para proteger os cidadãos. Essa prática, entretanto, precisa ser desnaturalizada, já que, potencialmente, pode ocorrer diversos fatos envolvendo “drogas” que não são noticiados porque não há violência associada. Dessa maneira, a representação massiva das drogas é feita vinculada a crimes violentos, levando à ideia de que este mercado – tanto o consumo quanto a venda - está ligado à violência na maioria ou em todos os casos. Porém, o uso de drogas lícitas ou ilícitas faz parte do cotidiano das pessoas, seja no uso do álcool, da maconha, entre outras. As relações, inclusive vivenciadas pelos próprios repórteres e relatadas

nas entrevistas dos próximos capítulos, não foram de práticas violentas, no entanto, pelo fato de a violência ser um valor-notícia, a representação das drogas é feita para apresentá-la como o fator que gera violência.

Tabela 16 - Análise comparativa - crimes mencionados além do “tráfico de drogas” e semelhantes

JORNAL	CRIME MENCIONADO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES ONDE É CITADO
Folha de Pernambuco	Assassinato/homicídio/homicídio triplamente qualificado	9
	Aliciamento de adolescentes/de menores/de crianças	9
	Execução	7
Diario de Pernambuco	Homicídio/homicídio culposo/latrocínio	6
	Porte ilegal de armas	6
	Plantio de maconha	5
Jornal do Commercio	Assassinato/assassinato em massa/ homicídio/latrocínio (15 publicações)	15
	Aliciamento de crianças ou menores	4
	Terrorismo/atentados	2
	Estelionato/Falsidade ideológica	2

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Podemos continuar a observação do discurso mais frequente na imprensa quando analisamos as fontes ouvidas nas reportagens – isto é, as que puderam ser identificadas, posto que nem todas as fontes precisam ser citadas nominalmente no texto. Entre as fontes mais ouvidas, chama atenção a precariedade da cobertura do Diario de Pernambuco, uma vez que traz o segmento de “órgãos de polícia” como uma maioria alta (69,3%) das fontes identificadas, seguidos de autoridades e outros órgãos públicos.

Na comparação da Folha de Pernambuco com o Diario de Pernambuco, observamos que ambos trazem fontes oficiais entre as mais ouvidas, entretanto, a Folha de Pernambuco traz uma variação entre essas fontes oficiais, principalmente, entre os órgãos de justiça e de polícia. No caso do Jornal do Commercio, percebemos os recursos das fontes independentes, representadas pelos ativistas, em virtude de esse veículo possuir um repórter setorista de segurança pública. Com isso, podemos identificar o capital social do jornalista - identificado a partir do seu relacionamento com diversos atores do campo e a possibilidade de alcançar objetivos a partir desses relacionamentos - e até mesmo o capital simbólico - identificado a partir do prestígio do jornalista no campo da segurança pública. Com reportagens mais elaboradas e apuradas, a legitimação no campo vem, por exemplo, por meio da publicação na capa do jornal ou por uma premiação.

Nesse caso, as regras do jogo giram em torno de exercer o *ethos* da profissão, baseado, principalmente, na ideia de que o jornalismo é um quarto poder a ser exercido, tendo o objetivo de vigiar os três poderes. Quando um repórter setorista consegue se especializar em determinado assunto, possivelmente, fará críticas contundentes aos governos e, diferente dos demais, focando sempre no mesmo tema – seja segurança pública, mobilidade ou saúde. Assim, o repórter vai ter a oportunidade de acompanhar os fatos ao longo dos tempos e, então, ser legitimado pelo próprio público contrário ao governo como um “jornalista de verdade”, ou seja, um jornalista que cumpre o seu papel de acordo com seu *ethos*. Dessa forma, conquista-se, no formato de prestígio e legitimação, o capital simbólico.

Sendo assim, apesar de as publicações do JC serem produzidas, em sua maioria, com os profissionais nas redações e não nas ruas, ou seja, sem a oportunidade de acompanhar e narrar os fatos a partir do local do acontecimento, buscando fontes diferenciadas *in loco*, o uso de setoristas que já conhecem as políticas públicas que abordam, os gestores, os ativistas e fontes diferenciadas, é uma escolha organizacional que faz toda a diferença na cobertura sobre drogas analisada. Ao se relacionar com o campo da política de drogas, o setorista consegue diversificar as fontes ouvidas, mesmo que tudo seja apurado direto da redação.

Tabela 17 - Análise comparativa - frequência das fontes ouvidas - frequência das fontes ouvidas

JORNAL	TIPO DE FONTE	FREQUÊNCIA
Folha de Pernambuco	Órgãos de justiça	26,3%
	Órgãos de polícia	14,4%
	Autoridades	8,7%
Diario de Pernambuco	Órgãos de polícia	69,3%
	Autoridades	18,3%
	Outros órgãos públicos	6,1%
Jornal do Commercio	Órgãos de polícia	35%
	Ativistas	15%
	Imprensa	13,3%)

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A escuta das fontes se reflete na incidência dos discursos com citações indiretas. A partir de Marcuschi (1991), selecionamos os discursos de poder (divididos entre oficial, para-oficial e de oposição) e os discursos populares. Inicialmente, é importante identificar a quantidade de citações diretas nos textos do *corpus* da notícia ou reportagem. Apesar de, no que diz respeito à quantidade de publicações, o maior *corpus* ser o da Folha de Pernambuco, seguido pelo Diario de Pernambuco e depois o Jornal do Commercio, o Diario de Pernambuco apresenta uma concentração menor de citações diretas, o que aponta para a possibilidade de menos práticas de entrevistas e mais práticas de reprodução de informações de assessorias de imprensa – seja com fala direta com o assessor, o que se reproduz, por exemplo, como “de acordo com a Polícia

Militar” ou com a reprodução de informações de *release*. Esses dois casos têm diferenças importantes no que diz respeito à origem da informação, porque se o jornal procura a assessoria de imprensa, a fonte inicial pode ser um cidadão ou o próprio testemunho do repórter que levou à provocação do poder público. Entretanto, se há reprodução de *release*, a fonte inicial é o próprio poder público que tem interesse em veicular aquela informação.

Nos três casos, o discurso oficial prevalece, reafirmando a escolha das fontes vistas no quadro anterior. No caso do Diário de Pernambuco, não há discurso para-oficial como citação direta e, no caso do Jornal do Commercio, percebemos uma baixa recorrência aos discursos populares, o que pode, mais uma vez, ser um indicativo de que o repórter não apura as informações diretamente nos locais de ocorrência, já que os sujeitos comuns, que se enquadram no perfil dos discursos populares, não têm a mesma facilidade de acessar a imprensa que os sujeitos titulares de posições de autoridade, que se inserem no tipo dos que proferem os discursos de poder.

Consideramos importante adiantar uma fala de um profissional do Diário de Pernambuco no que diz respeito ao discurso popular quando perguntado acerca de ouvir os presos em delegacias acusados de tráfico de drogas. Além de não haver possibilidade em relação às estruturas impostas pelos jornais e pelas polícias, o jornalista afirmou: “apesar de que a gente já sabe o que ele [o preso] vai dizer”. Essa fala será problematizada de forma mais profunda no próximo capítulo, contudo, é necessário observar que existe nesse argumento um julgamento prévio sobre o que vai ouvir, gerando a crença de que não é necessário realizar a entrevista. Nesse contexto, identificamos o nível individual prevalecendo, isto é, um juízo de valor que, apesar de – provavelmente – vir de uma estrutura de nível social, revela-se no indivíduo e afeta a construção da notícia. Desse modo, observamos a seguinte estrutura do discurso: “O poder público combate as drogas contra a violência”. Nesse discurso, identificamos alguns fatos, são eles:

- a) **A convicção de que as fontes oficiais proferem a verdade** – identificamos um arbitrário cultural, que é a legitimação de uma cultura única quando, na realidade, é a cultura da classe dominante. Nesse caso, identificamos a cultura da classe dominante nas fontes oficiais porque reproduzem posicionamentos conservadores, além de deterem poder sobre as pessoas, assim como as suas relações com a classe dominante para tomada de decisões. Dessa forma, a dimensão das fontes oficiais como fontes que dizem a verdade é uma crença comum compartilhada por todos os jornalistas entrevistados, seja pela crença na ética do assessor de imprensa, que também tem formação em jornalismo, seja no prestígio das fontes oficiais. Isso faz com que não haja, em nenhum

dos jornais analisados, mecanismos de checagem de informações. O que existe, apenas no caso do Jornal do Commercio, é uma prática de questionar as análises dos dados, mas não os dados em si.

- b) **O potencial jurídico das fontes oficiais** – diferentemente das fontes que proferem discursos populares, as fontes oficiais são munidas de equipes jurídicas com potencial, muitas vezes, maior que a do próprio jornal. Nas entrevistas, veremos que o JC, por exemplo, tem uma equipe de juristas com o objetivo de evitar processos contra o jornal. O setor atua diretamente na produção de notícias no que diz respeito às palavras que se deve usar, o que falar ou não falar a depender do assunto abordado e, ainda, quais fontes os jornais devem procurar (proativamente) para oferecer o direito de resposta. Isso geralmente é pautado no poder jurídico das fontes do qual a equipe jurídica do jornal quer evitar confronto. Revela-se aí um indicativo de capital econômico pautando a legitimação de quem é procurado para falar nas reportagens.
- c) **Dependência das verbas de publicidade** – como veremos nas entrevistas, as verbas de publicidade são uma cobrança central feita aos repórteres – seja ao reproduzir o discurso exato do governo, no caso da Folha de Pernambuco, que anuncia publicidades do governo do estado e das prefeituras, seja em precisar garantir uma audiência, no caso do Jornal do Commercio. Dessa forma, como veremos nas falas dos repórteres e editores entrevistados, o jornalismo precisa se manter atraente, clicável – isto é, atrair visualizações nas páginas da *internet* para aumentar as métricas de audiência – e não confrontar o poder público, que é um dos seus maiores anunciantes. Seguindo essas orientações, o jornal continuará se sustentando. Nas entrevistas expostas no capítulo a seguir, veremos essa insatisfação dos repórteres.

Tabela 18 - Análise comparativa - frequência das fontes ouvidas - incidência de discursos como citações diretas

JORNAL	TOTAL DE CITAÇÕES DIRETAS	TIPO DE DISCURSO	OCORRÊNCIAS
Folha de Pernambuco	112	Discurso de poder – oficial	80
		Discurso de poder – para-oficial	11
		Discurso de poder – de oposição	36
		Discurso popular	21
Diario de Pernambuco	37	Discurso de poder – oficial	25
		Discurso de poder – para-oficial	0
		Discurso de poder – de oposição	7
		Discurso popular	5
Jornal do Commercio	57	Discurso de poder – oficial	35
		Discurso de poder – para-oficial	4
		Discurso de poder – de oposição	13
		Discurso popular	5

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Por fim, comparamos, abaixo, os critérios de noticiabilidade identificados nas publicações, lembrando que um fato pode ter vários critérios de noticiabilidade. Dessa forma, destacamos critérios de construção representados por disponibilidade e visualidade. Os critérios de construção não são, necessariamente, valores que fazem um episódio necessário ou interessante de ser noticiado, mas dizem respeito às possibilidades de aquele fato ser noticiado. Com isso, destacamos como “disponibilidade” as publicações que têm fontes acessíveis, ou seja, com publicações de *press releases* de algum órgão ou instituição ou disponibilização de porta-vozes. No eixo de “visualidade” marcamos quando há fotografia disponível.

Ter critérios de noticiabilidade de construção como os mais utilizados no jornalismo pernambucano demonstra uma precariedade do fazer jornalístico. Isso se deve ao fato de que os três jornais falharam no que diz respeito a recursos e liberdade para construir notícias que confrontem o poder público. Os motivos variam, existindo desde a falta de equipe e estrutura para uma apuração que utilize mais fontes do que a assessoria de imprensa ou também a liberdade de conseguir criticar o poder público, que está entre os maiores anunciantes dos três jornais. No Diário de Pernambuco, um dos critérios de construção identificados é o de infração, que mostra a proatividade do governo em “combater infrações”, uma vez que as principais fontes e discursos são oficiais.

A relevância, assim como o critério de infração, é classificada como um critério substantivo de seleção, ou seja, um critério que diz respeito ao fato em si, não ao jornal. A relevância traz a noção de interesse público de aquela informação ser noticiada e, apesar de ser subjetivo tanto para o jornalista que decide quanto para realizar a análise, observa-se o critério de seleção de notícias em relação ao próprio episódio e não em relação ao jornal. Entretanto, decidir o que é ou não relevante e decidir de forma coesa com o campo, demonstra que a escolha do que é ou não notícia é um processo social, compartilhado entre os diversos atores do campo jornalístico, uma vez que as mesmas notícias se repetem em diversos jornais.

Tabela 19 - Análise comparativa - critérios de noticiabilidade identificados

JORNAL	CRITÉRIO DE NOTICIABILIDADE	OCORRÊNCIAS
Folha de Pernambuco	Disponibilidade	35
	Visualidade	32
	Relevância	21
	Novidade	21
Diário de Pernambuco	Disponibilidade	39
	Visualidade	39
	Infração	26
Jornal do Commercio	Disponibilidade	16

	Relevância	15
	Visualidade	13

Fonte: Elaboração própria, 2023.

3. O *ETHOS* JORNALÍSTICO E A LEGITIMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

As notícias são o produto da atividade jornalística. Essa atividade, por sua vez, é exercida a partir de crenças e ritos estabelecidos no que se chama *campo jornalístico*. O campo jornalístico, como aponta Traquina (2005) foi historicamente construído a partir de marcos importantes, especialmente no século XIX, como a industrialização da imprensa e o nascimento da ideia do “Quarto Poder”. Nesse cenário, emergem pessoas qualificadas por técnicas especializadas – com um olhar sobre os fatos capaz de identificar o que será transformado em notícia, pessoas que são dotadas de uma identidade profissional, apontada, nesta pesquisa, como o *ethos* jornalístico, uma maneira de agir profissionalmente e de forma semelhante entre os pares. É importante destacar a disputa entre o *ethos* jornalístico e o polo econômico do campo, representado pelos donos de jornais e seus anunciantes, fazendo manifestar-se, nesse ponto, as forças dos eixos social e organizacional na construção da notícia.

Traquina (2005) mostra que a legitimidade do jornalismo passou por um processo de disputa com o campo político na sociedade democrática, uma vez que a imprensa era vista como oposição a todos os partidos e, portanto, destruiria o que estava tentando ser construído. Nesse contexto, no início do século XIX, nasce o termo “Quarto poder”, inicialmente aludindo aos três poderes de referência da Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o *troisième état* (burgueses e povo). Entretanto, no contexto democrático, refere-se aos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - que se controlam entre si e, juntos, são monitorados pela imprensa.

Cabia, ainda, superar a ideia da ilegitimidade da atividade jornalística. Isso veio a partir de crescimentos da teoria da opinião pública e das teorias democráticas (TRAQUINA, 2005). A imprensa, nesse caso, surgiu como um elo entre a opinião pública e os poderes, capaz de denunciar e "assegurar a proteção contra a tirania invisível" (TRAQUINA, p. 47, 2005). Dessa forma, a legitimidade da imprensa está, exatamente, na desconfiança dos poderes para garantir uma vigilância em favor do povo e contra as vulnerabilidades.

Na análise das entrevistas, exposta a seguir, veremos as disputas entre o polo econômico - representado pelos interesses dos jornais – e o *ethos* jornalístico - representado pelos interesses e aspirações dos jornalistas para aquisição de capital simbólico. Identificamos quatro pontos principais: a **censura**, expressa, na maioria das vezes, pela dependência que os jornais analisados têm das verbas de publicidade do Governo de Pernambuco e da Prefeitura do Recife, mas essencialmente pelos interesses dos donos dos jornais e quem os influenciam, seja de maneira velada ou direta; a **estrutura das redações**, cada vez mais enxutas devido às crises financeiras enfrentadas por esses jornais, fazem os jornalistas perderem para o fator *tempo*, o

que leva à publicação de conteúdos cada vez menos aprofundados e mais superficiais; somado a isso, a **relação com as assessorias de imprensa** é um fator primordial na análise, uma vez que as equipes de comunicação dos órgãos públicos, especialmente das polícias, estão cada vez mais fortalecidas. Esses fatores mostram as ameaças do polo econômico se sobressaindo ao *ethos* profissional. Além disso, a produção de notícias também é afetada pelo posicionamento e formação dos próprios jornalistas que, no que diz respeito à política de drogas entre os entrevistados, evidencia traços de conservadorismo.

Traquina (2005) analisa o *ethos* do campo jornalístico como algo que constitui a identidade entre os próprios profissionais. O autor elenca uma “constelação de valores” que serão identificados a seguir nas falas dos jornalistas entrevistados. É importante perceber que a demonstração desses valores culmina na caracterização do que Weber (2013) conceituou como *vocação*, ou seja, um conjunto de características que legitimam para determinado ofício. No caso dos jornalistas, as características legitimadoras da profissão são a liberdade, o compromisso com a verdade, a defesa do jornalismo como um serviço público, a defesa da democracia, a objetividade e a equidistância entre as partes da notícia (TRAQUINA, 2005). Essas características estão presentes no próprio Código de Ética dos jornalistas brasileiros, como nos seguintes exemplos:

A produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

[...]

O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.

[...]

O jornalista deve:

I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas;

II - buscar provas que fundamentem as informações de interesse público. (FENAJ, 2007).

Esses valores, ensinados nos cursos de jornalismo, valorizados entre os pares e presentes nos discursos em ambientes de legitimação – como palestras, prêmios e artigos científicos – na prática, dão lugar a uma rotina de fazer o que é permitido. No contexto do jornalismo pernambucano, como apresentamos neste trabalho, as entrevistas nos dizem que, além da precarização do trabalho e do pouco tempo para produzir muito conteúdo, existe a censura em prol dos interesses dos jornais enquanto empresa de mercado. Dessa maneira, vemos que a disputa entre o *ethos* da profissão e o campo econômico é uma ameaça ao modo como o jornalismo foi idealizado na sua teoria, com liberdade para fiscalizar os diversos poderes.

O valor de *liberdade* é muito presente nas falas dos jornalistas entrevistados por demonstrarem a necessidade dessa premissa para realizar o trabalho e por não terem a liberdade concreta devido à necessidade de satisfazer os interesses empresariais dos jornais. A independência e autonomia dos profissionais vêm, em Traquina (2005), como um produto da liberdade. Essa autonomia, no entanto, pelo que foi ouvido nas entrevistas, é ameaçada diariamente pela possibilidade cada vez mais limitada de apuração de informações e pelo uso cada vez mais recorrente de materiais de assessorias de comunicação devido às estruturas enfraquecidas nas redações.

A *objetividade* aparece em Traquina (2005) como um valor a ser perseguido pelos jornalistas. O autor critica abordagens que entendem esse conceito como a negação da subjetividade. A objetividade seria, na verdade, um método adotado pelos jornalistas como prevenção às críticas dadas ao trabalho.

O surgimento do conceito de objetividade nos anos 1920 e 1930 nos Estados Unidos não foi a expressão final de uma fé que já existia no jornalismo no culto dos fatos mas, pelo contrário, um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança. (TRAQUINA, 2005, p. 135).

Gaye Tuchman (1972) elenca procedimentos dos jornalistas para alcançar a objetividade. O primeiro é o que hoje conhecemos como “jornalismo declaratório” que, por não conseguir checar uma informação dada por uma fonte, o jornalista afirma o que a fonte disse, modificando o fato noticiado. Por exemplo: no lugar de afirmar que "um homem portava maconha" afirma-se que "a polícia informou que o homem portava maconha". Esse movimento traz uma mudança sutil para o “o que” do lide da notícia. Não é mais “o homem portando a maconha”, mas sim o fato de a polícia ter informado que o homem portava a maconha, trazendo, dessa forma, um protagonismo para a fonte policial. Protagonismo esse que traz uma significação de proatividade também. Sendo assim, com a prova do que o órgão disse em nota oficial, o jornalista jamais estaria faltando com a verdade.

O segundo procedimento identificado por Tuchman é a apresentação de provas para validar a afirmação feita na reportagem, como fotografias, documentos e gravações. O uso de citações diretas marcadas por aspas também é um procedimento muito utilizado. De modo semelhante ao jornalismo declaratório, esse recurso dá a impressão de que o repórter mostra o fato bruto, sem recortes, levando o leitor direto à cena do acontecimento para ouvir o que foi dito no local. O quarto e último procedimento é o uso da pirâmide invertida na forma do texto, construindo um lide para a notícia, o que dá a ideia de que não é uma escolha, e sim um formato específico da notícia para responder "o que/quem/quando/onde/como/por que?". Mas o próprio

"o que" condiciona a resposta das outras perguntas, fato que traria variações na própria abordagem da notícia. Por exemplo, o lide a seguir foi publicado pelo Diário de Pernambuco em maio de 2021, seguido do segundo parágrafo da notícia:

Um homem foi preso por tráfico de drogas e porte ilegal de arma na comunidade Nave Sul, em Itapissuma, Região Metropolitana, pela Polícia Militar de Pernambuco (PM-PE). De acordo com a polícia, na hora da captura, o suspeito estava com 11 pedras de crack no bolso. O suspeito informou que estava traficando para uma outra pessoa. Segundo os policiais do 26º Batalhão, o efetivo recebeu informações de que o envolvido estaria realizando o comércio ilegal e foi até o local fazer a checagem. Durante a abordagem dos policiais, o homem jogou fora uma pistola calibre 765 e tentou fugir, mas foi alcançado com onze pedras de crack no bolso³⁶.

O mesmo lide poderia ser escrito da seguinte forma:

A Polícia Militar de Pernambuco (PM-PE) foi surpreendida nesta segunda-feira (16) com a tentativa de fuga de um suspeito. Policiais do 26º Batalhão, ao realizarem a abordagem, flagraram o indivíduo com uma pistola calibre 765 e onze pedras de crack no bolso. (Reescrita da autora, 2023).

A notícia, neste caso, seria a tentativa de fuga e não a prisão, o que leva à variação das respostas para as outras perguntas do lide. Diante disso, percebe-se que a objetividade funciona como uma vigilância do próprio jornalista para aparentar uma profissionalização das contações dos fatos. Atrelados mais à forma que ao conteúdo e à checagem de fatos rigorosa, os jornalistas de Pernambuco têm cada vez mais recorrido ao jornalismo declaratório com informações vindas das assessorias de imprensa dos órgãos públicos, assim como o uso do futuro do pretérito (como “estaria”) para indicar hipóteses ainda não provadas. Dessa forma, o jornal garante a sua audiência, enquanto não compromete os jornalistas e a própria empresa com informações falsas ou enviesadas que foram noticiadas. Da maneira como foi publicado, emerge tanto o caráter narrativo da história - provavelmente com a intenção de atrair mais leitores - quanto o foco no tráfico de drogas, que contribui para construção narrativa. Além disso, o uso do jornalismo declaratório no próprio lide da notícia nos leva a inferir que a principal informação - o fato noticiado - não é checado pelo jornal, apenas republicado com afirmações dos órgãos oficiais.

A objetividade, da maneira que está posta na prática da maioria dos jornalistas em Pernambuco, nega o caráter socialmente construído dos valores-notícia ao tentar fazer da produção de notícias uma prática positivista. A perseguição pela objetividade, enquanto método, é necessária no *ethos* jornalístico para legitimar o jornalismo como veiculador da verdade, mas não retira dos jornais e dos jornalistas que seguem as suas normativas a autonomia

³⁶ Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/homem-e-presos-pela-pm-com-pedras-de-crack-no-bolso-em-itapissuma.html>>. Acesso em: 10 out. 2023.

de escolher pautas, ganchos e abordagens e, conseqüentemente, rejeitar outras pautas, outros ganchos e outras abordagens.

A seguir, serão elencadas problemáticas em nível organizacional - a censura e a estrutura das redações -, social - a relação com as assessorias de imprensa -, e pessoal - a formação dos jornalistas e a opinião como expressão dessa formação. Essa categorização é dada pelas próprias discussões nas teorias do jornalismo que analisam o motivo pelo qual as notícias são como são. Diversos teóricos defendem as relações do posicionamento das empresas, dos jornalistas ou o meio em que as notícias são produzidas. As teorias mais modernas, no entanto, analisam todos esses fatores como contribuintes para afetar o campo jornalístico na produção de notícias (TRAQUINA, 2005; PENA, 2020).

3.1. DISPUTAS ENTRE O POLO ECONÔMICO E O *ETHOS* JORNALÍSTICO - CASOS DE CENSURA

No quadro 4, a seguir, destacamos as principais ocorrências de discurso ligados à censura e a temas relacionados a isso nas entrevistas, que serão analisadas a partir deste tópico.

Quadro 4 – Ocorrências de discursos ligados à censura nas entrevistas coletadas

Categorias analíticas	Unidades discursivas de registro
Categoria 1 (censura)	Graças a Deus, no tempo que eu tô lá, eu sempre tive muita liberdade, nunca chegaram pra mim: ó, alivia pra cá ou alivia pra lá. Eu, realmente, assim, eu fui do Diario, fui da Folha, sei como é, e no JC eu nunca tive um alerta, não, tipo: “ó, essa matéria não pode”. Nunca, nunca tive, graças a Deus. E se tiver, no dia que tiver, eu vou entender, paciência, eu sei que eu trabalho numa empresa privada e que existem seus interesses, né? (Jornalista 1)
	Eu acho que tem que ser assim, né? Acho que esse caminho é o que tem que seguir mesmo. Infelizmente, os outros jornais não seguiram. Mas aí é aquela ideia que eu comentei com você: no Diario e [n]a Folha existem muitas questões políticas, existem questões financeiras. A Folha tá alinhado, muito, a quem tá no poder, o Diario sempre teve e, mais ainda, agora que o Diario tá passando por uma crise gigantesca, então, assim, termina que eles vão seguir esse caminho mesmo e o JC vai se sobressair... até quando der também, né? (Jornalista 1)
	É financeira. Do que a prefeitura e o governo representam como clientes, né? Às vezes a gente não pode, tipo, por exemplo, essa semana veio <i>release</i> da prefeitura falando que o Recife anuncia a suspensão do carnaval. Aí a gente teve que especificar bastante que era suspensão. A gente tem que usar o verbo que a prefeitura usou. (Jornalista 4)
	Tem algumas coisas que não precisam ser ditas, digamos assim, que já pairam no ar, assim, todo mundo já tem a ideia. Outras coisas são ditas expressamente, mas não pra redação, são ditas pra chefia e a chefia passa. Mas é uma coisa de conhecimento, assim, as pessoas sabem que algumas coisas são mais delicadas. [...] eu digo que pairam porque você é repórter, você foi contratado por uma empresa, que o dono da empresa ele tem outros negócios, né, de uma determinada área, sei lá, tem um shopping center, alguma coisa assim, você sabe que dificilmente você vai... ou sei lá, vou dar uma situação hipotética, o dono do jornal é dono de uma construtora, você sabe que você não vai poder falar que as construtoras estão dominando a cidade e como aquilo pode ser nocivo. Então, assim, existem interesses mercadológicos que lhe impedem de falar sobre isso e quando você vai, se você quando é contratado pra uma empresa, você estuda

	minimamente você sabe algumas coisas... né, eita, isso aqui eu preciso consultar, isso aqui, mas como todos os textos que são publicados tanto no impresso, quanto no portal, passam pelas chefias, então isso, enfim, mesmo que a pessoa não saiba, ela vai saber, naquele momento, entendeu? (Jornalista 3).
	Rapaz, olhe, de quando eu entrei pra lá, é como eu digo, claro que todo veículo tem suas, né, suas ali, né, suas relações com o poder e tal. Mas, assim, se você não pode bater no poder diretamente tanto quanto você gostaria, pelo menos tente denunciar absurdos sociais e promover projetos, ONGs, gente que tá aí na rua todo dia tentando combater a fome, tentando combater a pobreza, tentando combater as doenças. Essa pandemia ³⁷ a gente sempre... gente militou contra o... militou não, né, a gente reportou contra o negacionismo, contra o obscurantismo. (Jornalista 5).
	Mas no Diário, assim, a gente tinha, realmente, de fato, uma ideia do tipo: olha, esse assunto não pode, aquele assunto não, vamos pegar leve no Pacto pela Vida ³⁸ , também já foi uma época que tava muito próximo até da campanha de Eduardo Campos pra presidente, então, assim, existia toda uma cobertura mais sensível em relação à segurança, de vez em quando a gente dava lapada ³⁹ , mas, assim, era uma coisa muito rara. Eu lembro muito, assim, a expressão "Pacto pela Vida" só em matérias positivas, matérias negativas não se usava essa expressão, principalmente de 2013 em diante, que já era mais próximo dele (Eduardo Campos) sair pra fazer campanha (presidencial). [...] Então, por exemplo, a do Pacto Pela Vida, essa expressão mesmo eu sei porque a editora chegou e saiu apagando da página e claramente ela chegou e foi tirando e tá, ok... (Jornalista 1)
Categoria 2 (autocensura)	Por exemplo, se tiver uma confusão no shopping eu sei que não vou poder publicar . E tá tudo bem, assim, eu sei que também não sou daquele que vou morrer "tenho que publicar" e vou brigar com o chefe e vou me descabelar, não. Eu entendo. (Jornalista 1)
Categoria 3 (<i>ethos</i> jornalístico)	Eu gosto muito dessa parte de denunciar, assim, de fazer a cobrança, de fazer o poder público... de tentar, de alguma forma, contribuir para ajudar as pessoas , assim, não só na área de segurança, mas assim, uma denúncia de comunidade, o pouquinho que a gente possa fazer pra ajudar as pessoas, né? Porque a gente sabe que tem muita gente que precisa mesmo da ajuda da imprensa e sabe que a imprensa é uma forma, é um meio deles conseguirem aquela ajuda que o poder público muitas vezes não dá a devida atenção. (Jornalista 1)
	Sim [me sinto frustrado]. Eu acho que quando a gente fica refém dessa visão governista, a gente não pode aprofundar, a gente não pode dar um ponto de vista diferente. Porque o jornalismo basicamente precisa viver de um ponto de vista diferente, né? De fontes diferentes. Quando a gente não tem, é como eu te falei, até o leitor, o leitor comum talvez não perceba, mas o leitor que é mais crítico, ele percebe, nas entrelinhas, que aquilo ali poderia ser mais completo. Aquilo ali poderia ser mais aprofundado. E a gente fica, realmente, tipo, ah, a polícia mandou isso e é isso. (Jornalista 4)
	De um modo geral, eu nunca fui... nunca deixei de fazer nenhuma matéria porque os donos não queriam ou porque ia repercutir mal ou... até porque eu nunca fiz matéria pra repercutir mal pra jornal nenhum, sempre fiz matéria, enfim, como eu tava te dizendo, pras pessoas. Então, se vai repercutir mal pro governo, ou pra prefeitura, eu não tô nem aí, contanto que eu consiga ajudar as pessoas que estão falando, que é isso que a gente faz, é o jornalismo . (Jornalista 6)

Fonte: Elaboração própria, 2023.

As características do *ethos* jornalístico no campo elencadas em Traquina (2005) estão presentes nas falas dos entrevistados para este capítulo - um editor e um repórter em cada um dos três portais analisados. Uma das falas mais presentes foi a importância de fazer denúncias

³⁷ Refere-se à pandemia da covid-19, iniciada em 2020 no Brasil. As entrevistas foram realizadas entre 2021 e 2022.

³⁸ Programa de Segurança Pública do governo do estado de Pernambuco durante a gestão do governador Eduardo Campos (PSB), uma das principais marcas da gestão e do político.

³⁹ Dialeto popular que significa "bater". Neste caso, significa "fazer críticas grandes".

ao poder público - seja pela experiência de ter feito ou na frustração de não poder fazer devido às censuras impostas pelo jornal, dado o contexto do campo. Um dos editores do JC Online (Jornalista 1)⁴⁰ ouvido para esta pesquisa, falou não apenas na necessidade de denunciar, mas em como gosta dessa prática.

É importante destacar que o formato de gestão dos portais JC Online, Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco é feito de forma empresarial. As notícias, assim como o espaço comercial, são produtos a serem vendidos. A disputa se dá porque os interesses dos donos dos jornais tentam prevalecer em detrimento do que se entende como interesse público.

Muitas vezes, a empresa jornalística oferece ao repórter, ao redator, ao editor, modernos recursos de processamento dos dados, mas o conteúdo da pauta à edição, está marcado por um modelo paternalista de decisão na escolha dos temas, no encaminhamento da edição e, portanto, no resultado final. A tecnologia apressou o fluxo noticioso, agilizando os processos de codificação, mas esse fluxo não se põe a serviço integral da demanda social. A informatização proporciona o eficiente aprofundamento das fontes de informação, mas por enquanto ela só serve aos interesses econômicos da circulação do mercado. (MEDINA, 1998, p. 138).

A jornalista e pesquisadora Cremilda Medina (1988) alerta para a atividade jornalística como parte da indústria da informação e traz dois principais destaques. O primeiro, chama-nos atenção para a censura no que diz respeito a, muitas vezes, um esforço para munir os profissionais de imprensa com equipamentos e recursos modernos, mas com a definição de temas cravados com o que a autora chama de "modelo paternalista". É o caso do que vemos nos três jornais analisados, que têm os interesses próprios dos seus donos e suas outras empresas e, com isso, temas proibidos para se falar nas edições, funcionando como uma autocensura, na maioria dos casos. Jornalistas dos três veículos afirmaram saber o que pode ou não falar, e destacaram como é importante pesquisar sobre os jornais antes de começar a trabalhar neles, para não falar algo que não pode e, até mesmo, ter orientações diretas sobre o posicionamento das publicações.

Outro ponto é a problematização que vimos em Traquina, (2005) da legitimidade jornalística estar pautada na defesa dos males da sociedade, da imprensa como um mediador entre os três poderes e o povo. Medina (1988) complexifica a questão da tecnologia, que, segundo ela, aumenta o fluxo noticioso, mas não necessariamente traz um fluxo de notícias que serve à demanda social. Essa também é uma preocupação colocada pelos entrevistados, devido à alta pressão por cliques⁴¹. Nesse contexto, fazem reportagens utilizando tecnologias como

⁴⁰ A identificação de cada entrevistado está no Apêndice A..

⁴¹ Nos referimos a "cliques" como o ato de abrir a reportagem no dispositivo eletrônico – seja o computador ou celular – para consumir. Esse "clique" como atitude do usuário em escolher abrir é utilizado para contagem como uma audiência da notícia e, quanto maior a audiência, maior o potencial de garantir verba na publicidade, que será mais vista junto à notícia de maior consumo do público.

telefone, *WhatsApp* e e-mail, para garantir a economia do tempo de deslocamento entre o local do acontecimento e a redação. Entretanto, isso interfere na legitimidade da imprensa, uma vez que afeta a desconfiança das fontes oficiais, já que a maioria das reportagens têm sido construídas apenas com fontes oficiais, afetando a denúncia dos casos da população, uma vez que os jornais têm aderido a critérios de noticiabilidade não necessariamente pelo interesse público, mas principalmente pelo interesse da audiência, ou seja, reportagens capazes de gerar cliques e engajamentos, especialmente atreladas ao algoritmo das mídias sociais.

Eu gosto muito dessa parte de denunciar, assim, de fazer a cobrança, de fazer com poder público, de tentar, de alguma forma, **contribuir para ajudar as pessoas**, assim, não só na área de segurança, mas assim, uma denúncia de comunidade, o pouquinho que a gente possa fazer pra ajudar as pessoas, né? Porque a gente sabe que tem muita gente que precisa mesmo da ajuda da imprensa e sabe que a imprensa é uma forma, é um meio deles conseguirem aquela ajuda que o poder público muitas vezes não dá a devida atenção. (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Observa-se, nesse trecho, não somente a valorização da imprensa em fazer as coisas acontecerem nos contextos das políticas públicas, como o entendimento da prática do jornalismo como um serviço público, com o objetivo de “ajudar as pessoas”. Essa ajuda, pelo que entendemos nas falas dos jornalistas, daria-se de forma a afetar o campo político por meio das atividades no campo jornalístico. Aparece, então, o campo jornalístico como um espaço de disputas para afetar outros campos correlacionados, como o político. Jornalista 1 conta sobre uma reportagem que fez no início da carreira, em uma época de dia das mães, que, por meio da abrangência do jornal que trabalhava, conseguiu reaproximar uma mãe e uma filha separadas pouco tempo após o parto: “foi sensacional a história porque a gente ajudou, a gente fez um encontro [...] foi sensacional pra mim, eu vi que, poxa, a gente pode ajudar, né, as pessoas, de alguma forma” (Jornalista 1).

Outra fala interessante de Jornalista 1 foi a que revela uma visão de superioridade do *Jornal do Commercio* em relação aos demais jornais, devido à crise financeira enfrentada pela *Folha de Pernambuco* e pelo *Diário de Pernambuco*, que levam a uma rotina de censura nas duas últimas redações: “Porque vem muito como dá a paulada o tempo inteiro e o JC tem mais esse perfil, que não é que seja errado ou seja certo, mas é que eu, na minha visão, acho que o problema não está no JC, tá nos outros”. Aqui, o entrevistado se refere à prática constante de fazer cobranças, criticar (dar as pauladas) nas reportagens, no que diz respeito às políticas de segurança pública. O entrevistado também falou sobre o posicionamento “equilibrado”, no seu entendimento, que a linha editorial do JC seguiu em 2020, durante as eleições municipais:

Eu acho que tem que ser assim, né? Acho que esse caminho é o que tem que seguir mesmo. Infelizmente, os outros jornais não seguiram. Mas aí é aquela ideia que eu comentei com você: no Diário e [n]a Folha existem muitas questões políticas, existem questões financeiras. A Folha tá alinhada, muito, a quem tá no poder, o Diário sempre teve e, mais ainda, agora que o Diário tá passando por uma crise gigantesca, então, assim, termina que eles vão seguir esse caminho mesmo e **o JC vai se sobressair...** até quando der também, né? (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

A fala acima é interessante porque revela o reconhecimento de estar no lugar onde se pode exercer o *ethos* da profissão apontada por Traquina (2008) - na cobrança do poder público, na busca pela verdade, na liberdade. Mas há, na fala do próprio Jornalista 1, a possibilidade de censura. No que diz respeito às críticas ao governo, o SJCC tem liberdade, porque este é o próprio posicionamento de João Carlos Paes Mendonça (JCPM) - oposição ao governo do PSB, eleito e reeleito desde 2007 em Pernambuco. Mas, em uma alternância de poder, é possível que a liberdade não seja a mesma para criticar os poderes. Sendo assim, tem-se, na realidade, a sensação de liberdade. Jornalista 1 demonstra uma resignação da possibilidade de haver censura a determinadas pautas no contexto da sua própria redação:

Graças a Deus, no tempo que eu tô lá, eu sempre tive muita liberdade, nunca chegaram pra mim: ó, alivia pra cá ou alivia pra lá. Eu, realmente, assim, eu fui do Diário, fui da Folha, sei como é, e no JC eu nunca tive um alerta, não, tipo: “ó, essa matéria não pode”. Nunca, nunca tive, graças a Deus. E se tiver, no dia que tiver, eu vou entender, paciência, eu sei que eu trabalho numa empresa privada e que existem seus interesses, né? Por exemplo, se tiver uma confusão no shopping eu sei que não vou poder publicar. E tá tudo bem, assim, eu sei que também não sou daquele que vou morrer "tenho que publicar" e vou brigar com o chefe e vou me descabelar, não. Eu entendo. (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Jornalista 1 mostra um posicionamento de quem passou pelos outros jornais analisados nesta pesquisa e viu de perto o que chamou de “alerta” sobre determinadas pautas, algo que nunca presenciou na redação do JC. Revelou, porém, a possibilidade de haver censura por existirem temas sensíveis aos interesses do JC como, por exemplo, a menção ao *shopping*, referindo-se subliminarmente aos empreendimentos de João Carlos Paes Mendonça, dono do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação e de diversos *shoppings* e empresariais em Pernambuco e de outros estados. A diferença é que, apesar de haver o tema sensível ao jornal, aparentemente, Jornalista 1 nunca precisou se deparar com a escolha entre publicar e contrariar a chefia ou não publicar e contrariar o próprio *ethos* profissional. Sabendo que existe a ameaça concreta de demissão e exclusão da reportagem se a chefia for contrariada, o que diminui as opções do repórter e concretiza mais a existência de censura na redação.

Podemos identificar, no entanto, a posição inversa na fala do profissional da Folha de Pernambuco, identificado como Jornalista 4, ao demonstrar um sentimento de frustração

quando lida com a censura imposta, principalmente, devido aos interesses econômicos do jornal - seja pela necessidade de alinhar-se tanto ao governo eleito como aos interesses dos executivos do jornal, no que diz respeito aos outros investimentos. “Mas eu acho que o que dificulta também bastante é essa questão editorial, né? Por exemplo, com prefeitura, governo do estado, a gente tem uma linha editorial que a palavra que vem de lá é a palavra certa.” Sobre a linha editorial da Folha de Pernambuco, Jornalista 4 afirma:

É financeira. Do que a prefeitura e o governo representam como clientes, né? Às vezes, a gente não pode, tipo, por exemplo, essa semana veio *release* da prefeitura falando que o Recife anuncia a suspensão do carnaval. Aí, a gente teve que especificar bastante que era suspensão. **A gente tem que usar o verbo que a prefeitura usou.** (Jornalista 4. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

A censura, nesse caso da Folha de Pernambuco, dá-se de forma velada, como uma norma que se sabe que existe, mas que não é falada abertamente na redação. Jornalista 4 afirma: “É velado [...] Nunca chegou um chefe pra mim e ‘olha, você não pode escrever sobre isso’, mas é um senso comum, sabe? Uma coisa que a gente sabe que existe”. A fala de Jornalista 4 revela um movimento de autocensura e uma resignação em saber que não vai poder falar sobre determinados assuntos: “Eu acho que como a gente tá tão amarrado e a gente sabe que a gente vai chegar lá e vai levar o não, eu, particularmente, tipo, já nem chego, porque eu sei que a resposta vai ser negativa, sabe?” Todo esse contexto de censura alinhada ao *ethos* da profissão leva ao sentimento de frustração com o trabalho, como Jornalista 4 afirmou se sentir, assim como outros entrevistados.

Como vimos no primeiro capítulo, o campo é um espaço de disputas travadas por seus agentes e, no caso do campo jornalístico, a disputa dos campos externos é pelo discurso e pela significação nas notícias. Dessa maneira, as ocorrências de censuras que vemos emergir nas entrevistas são frutos de fenômenos como, por exemplo, a violência simbólica, quando o jornalista quer falar sobre determinados temas, mas não se sente à vontade ou se sente ameaçado pelos interesses dos jornais. A possibilidade de poder ser demitido já funciona para censurar o profissional e impedir coberturas diferenciadas sobre o assunto.

Sim (me sinto frustrado). Eu acho que quando a gente fica refém dessa visão governista, a gente não pode aprofundar, a gente não pode dar um ponto de vista diferente. Porque o jornalismo basicamente precisa viver de um ponto de vista diferente, né? De fontes diferentes. Quando a gente não tem, é como eu te falei, até o leitor, o leitor comum talvez não perceba, mas o leitor que é mais crítico, ele percebe, nas entrelinhas, que aquilo ali poderia ser mais completo. Aquilo ali poderia ser mais aprofundado. E a gente fica, realmente, tipo, ah, a polícia mandou isso e é isso. (Jornalista 4. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Na fala acima, percebemos o sentimento de frustração por não exercer a vocação de ser jornalista, porque a prática de não ouvir várias fontes não coaduna com o *ethos* do jornalismo. Para ser jornalista, é preciso, no discurso de Jornalista 4, ouvir o diferente. Dessa forma, Jornalista 4 se sente frustrado por não exercer esse *ethos* jornalístico e, portanto, não ser um jornalista legítimo. Um jornalista do portal Folha de Pernambuco, identificado como Jornalista 3, confirmou as informações dadas por Jornalista 4 no que diz respeito à censura na redação do veículo quanto à existência de temas que podem ou não ser falados, assim como a necessidade de um posicionamento governista devido às verbas de publicidade.

Tem algumas coisas que não precisam ser ditas, digamos assim, que já pairam no ar, assim, todo mundo já tem a ideia. Outras coisas são ditas expressamente, mas não pra redação, são ditas pra chefia e a chefia passa. Mas é uma coisa de conhecimento, assim, as pessoas sabem que algumas coisas são mais delicadas. [...] eu digo que pairam porque você é repórter, você foi contratado por uma empresa, que o dono da empresa ele tem outros negócios, né, de uma determinada área, sei lá, tem um *shopping center*, alguma coisa assim, você sabe que dificilmente você vai... ou sei lá, vou dar uma situação hipotética: o dono do jornal é dono de uma construtora, você sabe que você não vai poder falar que as construtoras estão dominando a cidade e como aquilo pode ser nocivo. Então, assim, existem interesses mercadológicos que lhe impedem de falar sobre isso e quando você vai, se você quando é contratado pra uma empresa, você estuda minimamente você sabe algumas coisas... né, eita, isso aqui eu preciso consultar, isso aqui, mas como todos os textos que são publicados tanto no impresso, quanto no portal, passam pelas chefias, então isso, enfim, mesmo que a pessoa não saiba, ela vai saber, naquele momento, entendeu? (Jornalista 3. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Observa-se, em Jornalista 3, uma fala de naturalização das censuras nas redações, devido aos interesses mercadológicos das outras empresas dos donos desses jornais. Além disso, há a naturalização do fato de o repórter procurar saber o que pode ou não falar naquele veículo para seguir os interesses dos executivos. Essa circunstância se dá, no entanto, pela política de comunicação em vigor nos jornais analisados e na grande maioria dos veículos de imprensa brasileiros sem independência financeira para as redações. Essa falta de independência enfraquece a prática do *ethos* jornalístico no que diz respeito à profissão afirmar-se enquanto produtora de notícias e não de publicidade, como registra Traquina (2008).

No que se refere às reportagens sobre drogas, Jornalista 3 afirma que o portal da Folha de Pernambuco não tem uma política específica sobre isso, mas que “dificilmente a gente faz uma pauta mais trabalhada sobre isso. E aí porque, né, existem instâncias superiores de governo, de prefeitura, que, às vezes, não é bom pro jornal se indispor naquele momento”. O profissional revela que algumas vezes as pautas até são sugeridas por repórteres “mas não passam por alguns motivos de ‘não podemos nos indispor agora’”. Vem daí o sentimento de frustração revelado por Jornalista 4, e de orgulho, que aparece em Jornalista 1, por estar em uma redação que, apesar

de saber da possibilidade de censura, não se identificava como censurado no período da pesquisa.

No entanto, existem registros, como na pesquisa de Rebecca Botelho Portela de Melo (2018), da censura expressa do JC no que diz respeito à cobertura do Movimento Ocupe Estelita. Com isso, a fala de Jornalista 1, e dos demais profissionais entrevistados para esta pesquisa, revela a conjuntura atual das suas redações - na qual o JC demonstra uma aparente saúde financeira melhor que a da Folha e do Diário de Pernambuco, que se evidenciam, inclusive, nos atrasos de salários. A realidade dessas três redações, entretanto, encontra-se no formato gerenciado por empresas com interesses mercadológicos, fazendo das notícias não apenas produtos a serem vendidos, mas também produtos a serem somados aos interesses dos jornais e às demais empresas dos seus donos.

A fala que funciona para naturalizar censura imposta nos jornais é presente na entrevista com um profissional do Diário de Pernambuco identificado como Jornalista 5. Ele conta:

Rapaz, olhe, de quando eu entrei pra lá, é como eu digo, claro que todo veículo tem suas, né, suas ali, né, suas relações com o poder e tal. Mas, assim, se você não pode bater no poder diretamente tanto quanto você gostaria, pelo menos tente denunciar absurdos sociais e promover projetos, ONGs, gente que tá aí na rua todo dia tentando combater a fome, tentando combater a pobreza, tentando combater as doenças. Essa pandemia⁴² a gente sempre... a gente militou contra o... militou não, né, a gente reportou contra o negacionismo, contra o obscurantismo. (Jornalista 5. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

O Jornalista 5 expressa a necessidade de enfrentar a disputa posta pelo mercado. Apesar de reconhecer e naturalizar a censura, fala em meios para atenuar os seus danos, como encontrar formas diferentes de abordar determinado assunto ou não fazer as denúncias diretamente, mas colocar luz em pessoas e organizações que denunciam certas questões. Jornalista 1, no entanto, narra as vivências de censura quando era repórter do Diário de Pernambuco:

Mas no Diário, assim, a gente tinha, realmente, de fato, uma ideia do tipo: olha, esse assunto não pode, aquele assunto não, vamos pegar leve no Pacto pela Vida⁴³, também já foi uma época que tava muito próximo até da campanha de Eduardo Campos pra presidente, então, assim, existia toda uma cobertura mais sensível em relação à segurança, de vez em quando a gente dava lapada, mas, assim, era uma coisa muito rara. Eu lembro muito, assim, a expressão "Pacto pela Vida" só em matérias positivas, matérias negativas não se usava essa expressão, principalmente de 2013 em diante, que já era mais próximo dele (Eduardo Campos) sair pra fazer campanha (presidencial). [...] Então, por exemplo, a do Pacto Pela Vida, essa expressão mesmo eu sei porque a editora chegou e saiu apagando da página e claramente ela chegou e foi tirando e tá, ok... (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

⁴² Refere-se à pandemia da covid-19, iniciada em 2020 no Brasil. As entrevistas foram realizadas entre 2021 e 2022.

⁴³ Programa de Segurança Pública do governo do estado de Pernambuco durante a gestão do governador Eduardo Campos (PSB), uma das principais marcas da gestão e do político.

Da mesma forma que as relações mercadológicas dos jornais levam à censura, há o emplacamento de pautas que favorecem essas relações, como revela a entrevista do profissional do Diário de Pernambuco nesta pesquisa, identificada como Jornalista 6: “tem matérias, sim, que a gente tem que fazer é... que são pra apoiar algumas situações dos donos, enfim, que vai trazer patrocínio pro Diário.” O jornalista mostra a sua visão sobre o que é “jornalismo”, que estaria alinhada com a prática do serviço público, nas suas palavras, “ajudar as pessoas”:

De um modo geral, eu nunca fui... nunca deixei de fazer nenhuma matéria porque os donos não queriam ou porque ia repercutir mal ou... até porque eu nunca fiz matéria pra repercutir mal pra jornal nenhum, sempre fiz matéria, enfim, como eu tava te dizendo, pras pessoas. Então, se vai repercutir mal pro governo, ou pra prefeitura, eu não tô nem aí, **contanto que eu consiga ajudar as pessoas que estão falando, que é isso que a gente faz, é o jornalismo.** (Jornalista 6. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Mais uma vez, a afirmação do *ethos* jornalístico: “é jornalismo”. Ou seja, o jornalismo legítimo é esse: o de ajudar as pessoas. Jornalista 6 era estagiária do Diário de Pernambuco, na editoria de Vida Urbana, recém-contratada como pessoa jurídica⁴⁴, e demitida por seguir uma página no *instagram* que denunciava os atrasos no salário dos funcionários do DP. Ela conta que ganhou o prêmio pernambucano Cristina Tavares de Jornalismo por uma reportagem que escreveu enquanto ainda era estagiária. Demonstra orgulho do prêmio e do seu trabalho e conta que trabalhou por 15 dias fazendo horas extras para concluir a reportagem e, ainda assim, não recebeu retorno financeiro por isso, mas demonstra satisfação com o reconhecimento do prêmio e com a publicação da reportagem, assim como os seus desdobramentos - aprovação de uma lei municipal sobre o assunto que abordou.

Nesse relato, identificamos que a vocação tem um protagonismo maior que a indignação pelos atrasos dos salários e não pagamento dos serviços. Apesar de a indignação existir, a busca pelo reconhecimento no campo e a visão do jornalismo como um serviço público, o que expressa uma vocação, é o que toma o discurso. É importante lembrar que a boa remuneração e o capital econômico não fazem, necessariamente, parte do *ethos* do jornalismo, ou seja, o *ethos* jornalístico não entende como “sucesso” a boa remuneração, mas sim prêmios e as visibilidades das suas publicações. O *ethos* da profissão prevê o desprendimento e o serviço público como sacerdócio. Paira, na imaginação do jornalista sobre si próprio e na imaginação

⁴⁴ Contratar jornalistas como pessoas jurídicas no formato de Microempreendedor Individual (MEI) é uma estratégia jurídica para não se comprometer com direitos trabalhistas dos funcionários. Dessa maneira, os jornais não contratam empregados, mas sim prestadores de serviços. Entretanto, a relação de carga-horária e dedicação continua idêntica à dos antigos jornalistas contratados como funcionários da empresa.

da sociedade sobre o jornalista, a ideia de que o trabalho realizado pelos repórteres é feito não pela remuneração, nem por interesses pessoais, mas sim pelo próprio serviço público. A ideia de *vocação* para o jornalismo vem dessa noção, que funciona como um chamamento constante dessa comunidade ao dever de estar sempre a postos para dar a notícia.

No “tipo ideal” esboçado, os membros desta comunidade interpretativa são pessoas comprometidas com os valores da profissão em que agem de forma desinteressada, fornecendo informação, ao serviço da opinião pública, e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia. (TRAQUINA, 2005, p. 129).

Esse tipo ideal, entretanto, portador de um *ethos* heróico e guardião da democracia, não é real, mas sim imaginário e performático dentro do campo. Em primeiro lugar, analisando do ponto de vista organizacional, os jornalistas performam entre si a necessidade de fazer questionamentos e cobrar, especialmente do poder executivo. Na realidade, essas possibilidades estão cada vez mais ameaçadas pelos conflitos de interesses econômicos entre os jornalistas, os jornais e os fatos a serem noticiados. É necessária uma autorização prévia do veículo de comunicação – expressa ou implícita – o que põe em xeque a liberdade de imprensa. Em um contexto em que a liberdade de imprensa fica em xeque, não necessariamente por uma afinidade política das empresas, mas sim pelas relações financeiras com os diversos governos eleitos, os jornalistas estão cada vez mais presos aos interesses dos grupos de comunicação. Uma vez que, enquanto categoria, precisam seguir as ordens empresariais.

Em segundo lugar, olhando do prisma individual, jornalistas têm seus pontos de vista e formações que podem – ou não – ser conservadores. Entretanto, apesar de não demonstrarem conservadorismos nas entrevistas, os jornalistas não expressam conhecimento sobre o assunto de drogas. Dessa maneira, o *ethos* heroico de “ajudar as pessoas” pode cair no lugar comum de que ajudar as pessoas é sinônimo de fortalecer a política de guerra às drogas, tanto na segurança pública, com as polícias, quanto na assistência social, por meio de comunidades terapêuticas. O *ethos*, nesses casos, pode levar a um engano. Entre os entrevistados, todos cobriam política de drogas e nenhum deles afirmou ter conhecimento sobre como é feita a política de drogas atualmente, qual as premissas, as críticas, o que funciona e não funciona. Já do ponto de vista social, o *ethos* pode levar à problemática que vemos até mesmo nas reportagens mais robustas: o silenciamento dos discursos populares. Jornalistas são, por si só, pessoas com algum capital cultural, no mínimo o capital cultural certificado pelo diploma universitário. Fazem parte de um grupo legitimado pela sociedade a analisar e noticiar os fatos. Ao imporem o *ethos* de imparcialidade, alimentam a ilusão de que afirmam a verdade e criticam apenas o que deve ser criticado, ao mesmo tempo em que os discursos populares são silenciados, provocando como

efeito de sentido de que estas vozes não existem, bem como os temas silenciados nos assuntos sobre drogas. A imprensa tem o poder de dizer o que existe e o que não existe por meio dessa legitimação social, assim também como são capazes de legitimar determinados discursos em detrimento de outros.

Essa busca pelo reconhecimento, na publicação de grandes reportagens e conteúdos de impactos - capazes de promover políticas públicas -, revela o *ethos* jornalístico, que está presente nas respostas à pergunta sobre os profissionais que os inspiravam no início da profissão ou atualmente. Nomes como Fabiana Moraes, Marcionila Teixeira e Bianka Carvalho foram citados em praticamente todas as entrevistas. Essas profissionais têm em comum, além da publicação de grandes reportagens de denúncias e envolvimento com Direitos Humanos, a vivência de jornalismo em outras condições que as atuais - seja pelo investimento no jornal impresso, que permitiam grandes reportagens como *O nascimento de Joicy* (Fabiana Moraes - JC) e *“Mulheres Caranguejo” no mangue de Santo Amaro* (Marcionila Teixeira - DP), seja a maior liberdade editorial em relação aos governos devido à autonomia financeira da TV Globo, no caso de Bianka Carvalho.

Essa exibição do *ethos* tanto para o público, quanto dentro do próprio campo jornalístico, é problemática porque legitima cada vez mais a imprensa como um espaço de poder no qual não cabem questionamento aos discursos. O *ethos* jornalístico produz um sentido de verdade para o discurso da imprensa, validando-o como o que deve ser ouvido e consumido, como os fatos que as pessoas devem saber naquele dia. Entretanto, como constatamos nesta pesquisa, verificamos que as notícias são feitas a partir de uma série de disputas de discurso, não necessariamente a partir do que é mais importante ser noticiado, visto que até mesmo a noção de “importância” é fruto de disputas simbólicas.

Diante disso, é possível que os jornalistas entrevistados se vejam sem opções a seguir para se legitimarem enquanto jornalistas ao representarem os seus valores, porque não há, dentro do contexto dos portais analisados, autonomia editorial para que esses profissionais façam uso da liberdade de imprensa, nem mesmo estrutura nas suas redações para realizar com excelência o jornalismo como um serviço público. É o que analisaremos adiante.

3.2. DISPUTAS ENTRE O POLO ECONÔMICO E O *ETHOS* JORNALÍSTICO - ESTRUTURAS DAS REDAÇÕES

No quadro 5, a seguir, destacamos as principais ocorrências de discurso ligados à estrutura das redações nas entrevistas.

Quadro 5 – Ocorrências de discursos ligados à estrutura das redações nas entrevistas coletadas

Categoria 4 (estrutura das redações)	[...] Infelizmente, hoje em dia, a gente faz bem pouco, né? Não só pela dificuldade de ter acesso às informações, porque hoje as assessorias também ficam muito ao redor dos delegados, a gente também não tem mais aquele acesso pra a gente entrar em delegacia, é muito difícil conseguir, hoje em dia, entrar, e também por questão de tempo mesmo, né? Por que cada vez as redações são menores, assim, menos repórteres, e a gente tem que se virar nos 30 mesmo e apurar da redação mesmo muitas vezes. (Jornalista 1)
	Agora é claro, também tem a TV ⁴⁵ que cobre, às vezes faz uma suíte ⁴⁶ , faz outra, então, assim, existe a parceria com a TV, mas é difícil, é realmente difícil. A gente tenta... por isso que eu tento cobrir amplamente os problemas do estado, assim, a gente voltou esse mês a cobrir a questão do feminicídio, então todo mês a gente vai dar matéria sobre o feminicídio, mas a gente vai conseguir fazer família de vítima? Muito difícil. A gente vai conseguir fazer uma por mês. Mas a gente vai cobrar políticas de segurança, vai ficar no pé do governo pra fazer... ó, e aí, aquele programa que você prometeu de prevenção, cadê aquele programa? E as polícias, como é que tá as delegacias? Tão abrindo mesmo todo dia? A gente vai tentar fazer o que a gente pode, o melhor (Jornalista 1).
	Na verdade, em relação a drogas, a gente faz muita prisão, né? Prisão de traficante ou senão apreensão de drogas que a PF divulga muito <i>release</i> de quando tem uma quantidade muito grande de apreensão de drogas, acho que, infelizmente, pela dificuldade de ter acesso a delegado e ter acesso a delegacia pra conseguir falar com suspeito a gente diminuiu muito essa cobertura de drogas, por exemplo, faz tempo que eu não faço uma matéria sobre drogas, assim, tipo, qual droga que vende mais? É <i>crack</i> ainda? Por que teve uma época que se fazia muito matéria sobre <i>crack</i> , né? Até porque tinham pontos de <i>crack</i> na cidade, Recife Antigo, também tinha aquela ideia na Cracolândia, no começo de São Paulo, que a gente ficava muito ligado aqui: vai ter pontos? A gente fazia muita matéria de <i>crack</i> , principalmente no Diário, eu lembro que a gente fazia muito, Marcionila fazia muito matéria também sobre <i>crack</i> e aqui a gente meio que parou, mas também muito pela dificuldade. Porque as coisas vão se atropelando, a gente também não tem tempo mais de ficar... Não existe mais isso de ficar uma semana fazendo matéria. Existia no passado, você ficava às vezes até um mês fazendo uma matéria. Não existe. Aí se atropelou por isso e também pela dificuldade de ter acesso de pessoas pra conversar (Jornalista 1).
	Da empresa, eu acho que falta, por exemplo, acho que a gente poderia fazer uma ronda na rua. Sei lá, na delegacia, ver na cidade o que é que tá acontecendo. A gente tinha um <i>Whatsapp</i> que os leitores mandavam o que é que estava acontecendo e faz muito tempo, acho que desde antes da pandemia que a gente está sem esse canal de comunicação diretamente. Mas eu acho que a estrutura poderia ser assim mesmo, sabe? Acho que isso passa muito até pela fidelização da fonte, sabe? Quando você tá lá, tô todo dia no DHPP ⁴⁷ aí, pego o contato daquele policial ali, aí ele manda, aí vai, enfim, vai apurar, vai checar com a polícia. Acho que falta muito, assim, de criar o seu próprio <i>networking</i> . (Jornalista 4)

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Além do posicionamento editorial alinhado aos interesses mercadológicos, fator que leva à censura e à autocensura, existem as estruturas das redações cada vez mais enxutas. Um

⁴⁵ Refere-se à TV Jornal, afiliada do SBT no Recife e parte do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, junto à Rádio Jornal e ao JC Online.

⁴⁶ Jargão jornalístico que diz respeito a um desdobramento da notícia inicial. Numa suíte, o jornalista utiliza o acontecimento inicial de um ou mais dias anteriores para lembrar outros fatos e trazer outras informações sobre aquele assunto.

⁴⁷ Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

fato revelado pelos repórteres e editores das três redações é a incapacidade de os jornalistas estarem nos locais para realizarem as coberturas, medida adotada para reduzir os gastos com deslocamento, o que leva a uma prática de *jornalismo de gabinete*, isto é, jornalismo com conteúdo apurado diretamente das suas redações, com uso de telefones, *e-mails* ou aplicativos de mensagem. Essa prática limita as fontes dos jornalistas a, praticamente, fontes oficiais, que têm acesso aos jornalistas e às redações, ou seja, que são legitimadas diariamente para dar informações sobre os fatos a serem apurados. Na fala dos jornalistas entrevistados, isso leva à prática de um jornalismo declaratório, além da aproximação entre os conceitos de “fonte oficial” e de “verdade”.

Jornalista 1, é possível observar uma fala em relação à sobrecarga, por acumular funções ligadas à edição e à construção de notícias. O profissional avalia que a cobertura sobre segurança e sobre drogas fica comprometida por não haver profissionais suficientes para acompanhar esses assuntos. Dessa forma, apesar de demonstrar ter liberdade editorial, a possibilidade de produção de conteúdo informativo diminuiu ao longo do tempo.

[...] Infelizmente, hoje em dia, a gente faz bem pouco, né? Não só pela dificuldade de ter acesso às informações, porque hoje as assessorias também ficam muito ao redor dos delegados, a gente também não tem mais aquele acesso pra a gente entrar em delegacia, é muito difícil conseguir, hoje em dia, entrar, e também por questão de tempo mesmo, né? Por que cada vez as redações são menores, assim, menos repórteres, e a gente tem que se virar nos 30 mesmo e apurar da redação mesmo muitas vezes. [...] Antigamente a gente tinha dois, três repórteres pra cobrir segurança, agora eu tenho eu, (...) e mal tenho tempo de cobrir uma matéria por dia. Então assim, é difícil (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

A alternativa dos profissionais do JC Online foi integrar os conteúdos do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação - que inclui o JC Online, o Jornal do Commercio, a Rádio Jornal e a TV Jornal. Jornalista 1 conta que, em 2018, houve uma reestruturação na qual os repórteres da TV Jornal passaram a gravar conteúdos também para rádio e a entrar com *flashes* ao vivo para a Rádio Jornal. Os profissionais da rádio ficaram restritos à redação. Em 2020, essa prática, que já era colocada no portal, foi institucionalizada, então as câmeras dos cinegrafistas de TV foram adaptadas para fotografias e o repórter de TV passou a enviar informações para a equipe do *online*, de forma que a apuração é feita por telefone em contato com fontes, na sua maioria, oficiais, ou de forma terceirizada pelas equipes de TV.

Agora é claro, também tem a TV que cobre, às vezes faz uma suíte, faz outra, então, assim, existe a parceria com a TV, mas é difícil, é realmente difícil. A gente tenta... por isso que eu tento cobrir amplamente os problemas do estado, assim, a gente voltou esse mês a cobrir a questão do feminicídio, então todo mês a gente vai dar matéria sobre o feminicídio, mas a gente vai conseguir fazer família de vítima? Muito difícil. A gente vai conseguir fazer uma por mês. Mas a gente vai cobrar políticas de segurança, vai ficar no pé do governo pra fazer... ó, e aí, aquele programa que você prometeu de prevenção, cadê aquele programa? E as polícias, como é que tá as delegacias? Tão abrindo mesmo todo dia? A gente vai tentar fazer o que a gente pode, o melhor (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

No caso do jornalismo sobre drogas, esse fator influencia diretamente na cobertura do jornal. De acordo com Jornalista 1, a ideia da divisão entre os veículos do Sistema Jornal do Comercio de Comunicação é de que a TV trabalhe com *hard news* e que o *online* possa aprofundar nas matérias. Entretanto, existe dificuldade no aprofundamento e na humanização das histórias, sem a possibilidade de estar *in loco*, apenas recebendo informações do repórter de TV - que está ali com o objetivo de informar o acontecimento daquele momento, sem aprofundar o caso. Dessa forma, percebe-se, no JC Online, um aprofundamento voltado para ouvir especialistas no assunto e para a análise dos dados de segurança pública da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco.

Tudo isso, no entanto, são fontes e informações capazes de chegar ao jornalista. Há, porém, um silenciamento de fontes como famílias de vítimas, famílias de pessoas aprisionadas, pessoas que estão nas comunidades e são afetadas com a guerra às drogas, pessoas que são usuárias de drogas, fontes e “personagens” de histórias que, por seu estatuto social, não têm acesso às redações e, com o enfraquecimento do poder desses ambientes, as coberturas tornam-se mais desumanizadas no sentido de que têm falas menos diversas.

Na verdade, em relação às drogas, a gente faz muita prisão, né? Prisão de traficante ou senão apreensão de drogas que a PF divulga muito *release* de quando tem uma quantidade muito grande de apreensão de drogas, acho que, infelizmente, pela dificuldade de ter acesso a delegado e ter acesso à delegacia pra conseguir falar com suspeito a gente diminuiu muito essa cobertura de drogas, por exemplo, faz tempo que eu não faço uma matéria sobre drogas, assim, tipo, qual droga que vende mais? É *crack* ainda? Por que teve uma época que se fazia muito matéria sobre *crack*, né? Até porque tinham pontos de *crack* na cidade, Recife Antigo, também tinha aquela ideia na Cracolândia no começo, de São Paulo, que a gente ficava muito ligado aqui: vai ter pontos? A gente fazia muita matéria de *crack*, principalmente no Diário, eu lembro que a gente fazia muito, Marcionila fazia muito matéria também sobre *crack* e aqui a gente meio que parou, mas também muito pela dificuldade. Porque as coisas vão se atropelando, a gente também não tem tempo mais de ficar... **Não existe mais isso de ficar uma semana fazendo matéria. Existia no passado, você ficava às vezes até um mês fazendo uma matéria. Não existe.** Aí se atropelou por isso e também pela dificuldade de ter acesso de pessoas pra conversar (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

“Eu não lembro a última vez que fui pra rua, por exemplo, é sempre dentro da redação”. A fala é de Jornalista 4, no contexto da redação do portal da Folha de Pernambuco. Ele conta que não é uma prática dos jornalistas do portal irem às ruas construir reportagens, tanto porque isso é uma prática do impresso da Folha de Pernambuco, quanto porque as demandas maiores ficam para o profissional, por serem os responsáveis pelo que chamam *factual*, ou seja, as *hard news*. A rotina produtiva da redação do portal da Folha de Pernambuco conta com oito repórteres por dia, contando com um editor e dois subeditores. Jornalista 3 analisa: “Então todas as matérias até mais produzidas ficam com a gente, sabe? As matérias mais produzidas pro impresso ficam com (a equipe do) impresso, obviamente, mas o reme-reme do dia a dia é só o portal que faz.” Jornalista 4 analisa que a possibilidade de realizar as rondas e apurações nos locais dos acontecimentos poderia dar mais autonomia na apuração das informações, criando relacionamentos com as fontes.

Da empresa, eu acho que falta, por exemplo, acho que a gente poderia fazer uma ronda na rua. Sei lá, na delegacia, ver na cidade o que é que tá acontecendo. A gente tinha um *Whatsapp* que os leitores mandavam o que é que estava acontecendo e faz muito tempo, acho que desde antes da pandemia que a gente está sem esse canal de comunicação diretamente. Mas eu acho que a estrutura poderia ser assim mesmo, sabe? Acho que isso passa muito até pela fidelização da fonte, sabe? Quando você tá lá, tô todo dia no DHPP⁴⁸, aí pego o contato daquele policial ali, aí ele manda, aí vai, enfim, vai apurar, vai checar com a polícia. Acho que falta muito, assim, de criar o seu próprio *networking* (Jornalista 4. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Já na redação do Diário de Pernambuco, a estrutura é ainda menor, dado que os profissionais são divididos na editoria de Vida Urbana para impresso e *online*, com seis repórteres mais dois editores (titular e assistente). Jornalista 6 fala sobre a reportagem que o fez levar o prêmio Cristina Tavares de Jornalismo e diz que poderia ter sido uma reportagem mais completa se tivesse oportunidade de estar na rua. Ele também pontua um problema importante, que é a territorialidade. Apesar de o veículo abranger, pelo nome, todo o estado de Pernambuco, os repórteres ficam restritos à Região Metropolitana por falta de transporte para cobrir as demandas do interior:

A gente, às vezes, recebe sugestão de pauta. Eu tinha inúmeras pautas pra fazer, por exemplo, em Bezerros, sei lá, outras cidades daqui como Jaboatão. Jaboatão você ainda consegue, Jaboatão, Paulista, Olinda, você ainda consegue, mas quando vai passando disso, desse limite aí, você não vai conseguir, porque o carro tem que voltar, porque as pessoas estão precisando, porque o carro também leva o pessoal do administrativo, pessoal de outros setores. Então, você sabe que você poderia fazer um trabalho bem melhor se você tivesse uma estrutura melhor, com certeza (Jornalista 6. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

⁴⁸ Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

Ao passo que as redações estão cada vez mais enxutas, cresce, no mercado do jornalismo, a contratação de profissionais de comunicação para fortalecer as assessorias de imprensa de empresas e, principalmente, de órgãos públicos. Para a realização desta pesquisa, ouvimos profissionais das polícias civil e militar sobre as suas rotinas produtivas. Além disso, ouvimos os editores e repórteres sobre as suas relações com as assessorias de imprensa, que revelaremos a seguir.

3.3. DISPUTAS ENTRE O POLO ECONÔMICO E O *ETHOS* JORNALÍSTICO - TENSÕES COM AS ASSESSORIAS DE IMPRENSA

No quadro 6, a seguir, destacamos as principais ocorrências de discurso ligadas à relação com as assessorias de imprensa.

Quadro 6 – Ocorrências de discursos ligadas à relação com assessoria de imprensa nas entrevistas coletadas

Categoria 5 (trabalho dos assessores de imprensa)	Porque às vezes, por exemplo, a imprensa quer informação sobre um crime que acabou de acontecer, no calor do crime, o corpo ainda não foi removido pelo IML. E a imprensa quer que o delegado fale, mas o delegado não pode falar naquele momento, porque ainda não fez uma investigação, então tem que ter um pouquinho de paciência. Eu sei que é difícil para a imprensa entender isso em alguns momentos, porque às vezes, é um caso simples, digamos assim, simples entre aspas, mas tem vezes que é um caso mais complexo e uma coisa dita em um momento errado pode ser mal interpretada e gerar problemas futuramente, então, às vezes, a gente segura um pouquinho pra depois poder falar. (Assessor 3)
	A gente não passa o crime que aconteceu. Até porque, a gente não faz assessoria de imprensa do crime. [...] A gente trabalha pra Polícia Civil, não para os criminosos para divulgar o que o criminoso fez. A gente trabalha com o que a Polícia Civil faz para a sociedade. Tá apurando, tá investigando, em função do que prendeu ou não prendeu, vai prender, não dizendo que houve um crime não sei aonde. As providências que a Polícia Civil tá tomando em relação àquele fato. (Assessor 3)
	É notícia pra divulgar uma prisão que tenha sido feita pela Polícia Civil e muitas vezes essa prisão é feita em parceria com a Polícia Militar também, é bom destacar essa integração entre as forças, é... de um traficante importante que tenha uma relevância pra determinada área, a prisão dele é... a divulgação da prisão dele pode trazer mais tranquilidade para aquela comunidade, inclusive, então, eles podem ver aquela notícia e se sentir um pouco mais seguros, digamos assim. A quantidade de drogas também é uma questão para divulgação, quando existe uma grande quantidade de drogas ela chama muito mais atenção da imprensa do que pequenas quantidades que são feitas diariamente. Quando tem um volume maior, como a gente teve esse da delegacia de Paulista com 100 kg de maconha, ele chama mais atenção da imprensa e também tem um impacto maior visualmente e na informação (Assessor 3).
Categoria 5 (relação entre repórteres e assessores)	Eu trato todo mundo bem, eu sou compreensivo, agora eu vou pedir todo dia, eu vou insistir, e se não me derem eu vou tentar de novo, vou ligar, vou tentar os meios que eu conseguir. E, assim, não me deram porta-voz, eu vou tentar ligar direto pro porta-voz, vou tentar falar, se o porta-voz não quiser falar, tudo bem, mas assim, a gente tem a obrigação de tentar. Eu tento o máximo possível ser muito tranquilo, muito educado. O pessoal me manda demanda, eu respondo, se eu puder publicar, eu publico, não tenho problema nenhum com assessoria, já teve assessor grosso que brigou comigo e aí se precisar eu brigo também e tá tudo certo. E assim, também, eu brigo hoje... a gente briga hoje e amanhã tá tudo bem. É difícil pra todo mundo. É difícil pra mim porque eu tenho que dar a matéria, é difícil pro assessor também que tem que tentar segurar, de alguma forma (Jornalista 1).

	Tudo é uma conversa. “Ó, aqui pra nós, é isso e isso, eu não posso dar essa informação e pronto.” Mas tem gente que acha que a gente vai... e às vezes tudo é uma conversa, uma conversa derrubada até uma página. É “ó, chefe, não <i>vamo</i> dar hoje não, o assessor conversou comigo e é isso e isso. A gente se resolve por esse caminho. [...] É aquela coisa, é uma troca, também. Hoje eu dei uma paulada, mas se amanhã tiver uma pauta boa, me manda que a gente também dá uma aliviada. Tudo vai se adaptando (Jornalista 1)
	Às vezes eu acho que tem, tipo, um material que normalmente você acha que não entraria, aí “ah, mas o assessor é bem prestativo”, então entra. Tem material que eu digo: “ah, não vou colocar porque não rende muito”, mas quando você é mais próximo do assessor, entra. Eu falo isso até meio que geral, assim, sabe? Ou até tem uma relação ruim, “mas ele negou uma coisa lá, eu já pedi a ele, assim” eu não sei se isso é muito legal, não, mas às vezes tem. (Jornalista 4)
	Quando a gente entrava numa delegacia, era na mesa do delegado, bate-papo pra cá, bate-papo pra lá. Eu já cheguei a sentar no corredor e ouvir depoimento de testemunha. Não que isso fosse certo, claro, assim, também existia um exagero lá atrás. Mas, assim, hoje existe uma dificuldade de conversar com delegado, de conversar com perito, sabe? Tudo é muito via assessoria. A assessoria instrui esses profissionais a não darem entrevista, a não passarem informação nenhuma, que senão eles podem responder a processo administrativo, é uma relação muito difícil, assim, alguns ainda falam, outros falam em <i>off</i> , mas é uma relação bem difícil e que se configurou por conta desses novos assessores, que, claro, não é eles, especificamente, de repente foi uma orientação do Palácio, ou uma orientação do Secretário, ou uma orientação do governador. Mas a relação, de fato, ficou muito difícil pra todo mundo que cobre polícia, cobre segurança, mas, especificamente, como essas pessoas cobrem mais polícia pela polícia, os fatos, coletiva de imprensa, é uma relação menos difícil que a minha que cubro segurança mesmo e não polícia (Jornalista 1).
	A gente publica informação oficial muitas vezes ligada ao governo do estado e à prefeitura do Recife. Muitas vezes ligadas à covid ou de coisas que não há muito como você checar por fora - prefeitura investe tanto na construção de... - isso a gente dá muito menos, mas às vezes dá, dependendo da importância do negócio a gente dá. E a gente publica muito <i>release</i> de projeto social de iniciativa social de... às vezes você vê, né, que tem uma seriedade e tal, não é qualquer coisa . Mas a orientação que eu dou pro pessoal, ah, se a assessoria escreveu <i>release</i> da primeira à última linha? Às vezes não, mas você tem que tirar todo e qualquer tipo de ufanismo, que o governador é maravilhoso, que o prefeito é lindo e deixar aquela segura da reportagem. Colocar Segundo... de acordo... e tal . Infelizmente, no mundo ideal, nem toda pauta você vai ter duas, três, quatro fontes, mas... (Jornalista 5).

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Tanto pelas entrevistas como pelo *corpus* de textos da pesquisa, observamos o alto índice de fontes oficiais entrevistadas para a construção das notícias analisadas nos três jornais e as próprias notícias pautadas pelas assessorias de comunicação das fontes oficiais, assim como os relatos de todos os entrevistados ocupantes de veículos jornalísticos, que revelam não contar com um mecanismo de checagem de fatos dos *releases*, tomando o termo “fonte oficial” como um sinônimo de verdade a ser reproduzida, à exceção da entrevista de Jornalista 1. A partir desse cenário, resolvemos ouvir as assessorias de imprensa dos órgãos oficiais - Polícia Militar (PM) e Polícia Civil de Pernambuco.

É importante destacar os critérios de noticiabilidade de cada assessoria de imprensa, ou seja, o que consideram ou não um fato a ser noticiado por esses órgãos. Um órgão de polícia civil ou militar, por exemplo, deverá veicular informações ligadas à sua jurisdição, seja uma

apreensão, o resultado de uma investigação ou serviços oferecidos pelo seu órgão. De forma, por exemplo, que um fato como mostrar o *modus operandi* do criminoso não é o fato principal a ser noticiado pelo órgão de polícia civil, mas sim as descobertas do órgão acerca do *modus operandi* do criminoso.

Essa diferença é essencial na análise das notícias e na observação das influências dos órgãos oficiais na construção da notícia, porque é sutil e vai influenciar diretamente na construção do texto. Ao invés de matérias como “Traficante é preso com 100 kg de maconha”, com a influência de uma assessoria de comunicação, é mais possível que o título saia como “Polícia Civil prende traficante com 100 kg de maconha”. Como vimos na Análise do Discurso, a centralidade das notícias é dos discursos oficiais, cujos órgãos dispõem de assessoria de imprensa.

É de responsabilidade das assessorias de imprensa zelar pela imagem do seu assessorado, seja evitando que pautas negativas sejam emplacadas nos jornais ou provocando para que pautas positivas ao assessorado ocupem o espaço nesses veículos de comunicação. Cada vez mais, essas equipes estão alinhadas com uma comunicação corporativa que envolve redes sociais e publicidade. É o caso da Polícia Militar de Pernambuco (PM-PE), um dos órgãos responsáveis pela repressão às drogas no Estado. A equipe de comunicação conta, hoje, com 28 integrantes, o que revela um aumento de mais de 64% na equipe desde 2017, quando havia 17 integrantes.

A assessoria conta, além do assessor de imprensa, com fotógrafo, operador de câmera, operador de drone, *designer* e todos os equipamentos necessários. A informação foi obtida por meio de entrevista com a chefia de comunicação, que comanda as equipes de assessoria de imprensa, cerimonial e de mídias sociais, além de atuar como porta-voz da corporação. Esse entrevistado, aqui identificado como Assessor 1, apesar de comandar a equipe de comunicação, é formado em direito e é integrante da corporação como um policial militar de alta patente.

O grande investimento na assessoria de comunicação revela não apenas a importância da corporação da PM-PE em passar uma imagem positiva à população, mas é um dado interessante quando observamos a diminuição dos cargos nos jornais, demonstrados nas

entrevistas anteriormente, nos passarálhos ⁴⁹ e débitos de pagamento, ⁵⁰ que levam à precarização do trabalho dos jornalistas que ocupam as redações de jornais. Dessa forma, com as equipes dos órgãos oficiais fortalecidas e a das redações enfraquecidas, a produção de conteúdo a ser utilizada pelos jornais está cada vez mais dependente dos órgãos públicos, que têm, assim, mais facilidade em emplacar pautas positivas alinhadas ao pensamento da corporação.

A equipe da corporação da PM-PE, por exemplo, era integrada por 14 pessoas em 2017 e conta, hoje, com 28 integrantes – entre assessoria de imprensa, gerenciamento de redes sociais e cerimonial. Essa informação foi concedida durante a entrevista realizada em 2022, na sede da Polícia Militar pela chefia da assessoria de comunicação.

O pensamento da corporação não é algo fácil de compreender através de entrevista, no que diz respeito à PM-PE, apesar de o senso comum sugerir o conservadorismo, a necessidade de demonstrar honra e a obediência à hierarquia. Pela entrevista com Assessor 1, foi possível observar, inicialmente, uma resistência à fala. Nenhum dos contatos iniciais foram bem-sucedidos tanto no que diz respeito aos cargos subordinados quanto à própria chefia, de forma que o encontro só foi possível graças a indicações de colegas de trabalho em comum com a pesquisadora. Mesmo assim, o entrevistado insistiu em se reunir no próprio Quartel do Derby e não quis disponibilizar uma sala com privacidade, o que impedia que conteúdos sensíveis fossem falados. Também não houve autorização para gravar a entrevista. Por isso, a análise será feita a partir das notas que foram tomadas durante a fala do entrevistado.

Outra postura que chamou a atenção foi a da ordem das perguntas. O entrevistado, usando técnicas da própria função de porta-voz que ocupa na corporação, não esperava que as perguntas fossem feitas para responder. Ele falava o que era sua intenção e o que julgava positivo para a PM-PE. As perguntas eram feitas entre uma pausa de respiração ou outra e, muitas vezes, precisavam ser repetidas, porque eram respondidas com outros conteúdos. Tudo

⁴⁹ Passarálho é um jargão utilizado no campo jornalístico para definir demissões em massas nas redações. A prática é comum nos três portais analisados. Entretanto, nos últimos anos, foi registrado pelo menos dois grandes passarálhos no Sistema Jornal do Comercio de Comunicação, em 2018 e em 2020. O Sindicato dos jornalistas de Pernambuco registrou os eventos nas seguintes publicações:

Disponível em: <<https://www.sinjope.org.br/2018/12/26/sjcc-demite-em-massa-sob-pretexto-de-modernizacao-e-ajuste-de-planejamento/>> acesso em 27 de outubro de 2022.

<Disponível em: <<https://www.sinjope.org.br/2020/12/17/sistema-jornal-do-comercio-de-comunicacao-sjcc-demite-em-massa/>> acesso em 27 de outubro de 2022.

⁵⁰ O Sindicato de Jornalistas de Pernambuco denuncia, desde 2020, atrasos de salário no Diário de Pernambuco e, pelo menos desde 2019, os atrasos na Folha de Pernambuco. Pelas entrevistas, no entanto, é possível afirmar que os atrasos são de anos anteriores.

isso revela um profissional treinado e comprometido em preservar a imagem da corporação, mas também na defensiva a perguntas que possivelmente terão suas respostas criticadas.

Durante a entrevista, um dos seus subordinados apareceu com uma demanda de um repórter do portal G1 Pernambuco. Pelo que foi relatado, um policial militar disparou uma arma e atingiu o braço de um policial civil. Quando o entrevistado soube da ocorrência, deu uma gargalhada, virou-se para mim e falou: “Olhe, aqui é só bronca!” O subordinado mostrou a nota de resposta ao entrevistado, que respondeu: “Eu acho que a resposta está bastante coerente, certo? Por mim, pode ser essa, só combine com Assessor 3 antes de mandar”. Assessor 3 é o assessor da Polícia Civil, inclusive entrevistado nesta pesquisa. Quando perguntado se eles têm diálogo com a Polícia Civil para gerenciar a comunicação, Assessor 1 respondeu: “o tempo todo”. Esse relato é importante para identificar uma organização a nível governamental para manter um alinhamento no discurso sobre os assuntos que dizem respeito à gestão. Uma comunicação integrada entre as duas corporações. Além disso, revela uma banalização da violência no fato de rir de um policial atirando no outro e tratar como mais uma “bronca” a ser gerenciada pela equipe de comunicação.

Em determinado momento, Assessor 1 revelou a sua intenção em disseminar informações sobre uma série de condutas exigidas aos policiais militares. A pergunta não foi feita expressamente ao militar, o que revela uma proatividade em dar essa informação. Ele falou sobre a obrigação de estar fardado em atividades policiais e que, por exemplo, se um policial militar, mesmo à paisana e fora do horário de serviço, for identificado bêbado na rua, qualquer cidadão pode chamar a polícia pelo 190 e o militar será “recolhido para o quartel”. O Assessor 1 citou a Lei nº 22.114, que estabelece o Código de Ética que regulamenta a conduta deles. O entrevistado foi firme nas respostas que dizem respeito à fala de militares com a imprensa, disse que todos são orientados por portaria técnica⁵¹, de forma que toda comunicação é alinhada com a assessoria. Inclusive, as assessorias do interior do estado devem se reportar à assessoria do Quartel do Comando Geral, no Derby.

O viés conservador, tanto da corporação quanto do entrevistado em se preocupar no destaque de informações como, por exemplo, o que a Polícia Militar de Pernambuco faz se um policial militar fora do seu horário de serviço e à paisana for identificado bêbado nas ruas do

⁵¹ A portaria normativa do Comando Geral nº 347 de 16 de outubro de 2019 estabelece que: "a concessão de entrevistas e esclarecimentos jornalísticos ocorram sob a orientação e designação da 5ª Seção do Estado-Maior Geral - 5ª EMG, quando não exclusivas dela, ressalvados os casos devidamente autorizados por este Comando Geral." Disponível em: <http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=13029&folderId=58114933&name=DLFE-419603.pdf>. Acesso em 27 de out. de 2022.

estado foi se desenhando em falas como essa. Posteriormente, falando rapidamente com um subordinado (Assessor 2), ele citou a repressão da Polícia Militar de Pernambuco a um ato que pedia a saída do presidente Jair Bolsonaro. “As pessoas falam muito sem saber das coisas, né? De vez em quando é um “Quem deu a ordem?”. A frase diz respeito ao episódio de quando os manifestantes, que atuavam de forma pacífica⁵², em 29 de maio de 2021, foram reprimidos com violência. A vereadora Liana Cirne (PT) recebeu *spray* de pimenta no rosto ao tentar negociar com a PM-PE e um cidadão que não fazia parte da manifestação recebeu um tiro de bala de borracha que o deixou cego de um olho. Com o passar dos dias, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), afirmou que não deu a ordem de repressão ao ato, o que levantou a suspeita sobre a competência do comando da Polícia Militar por parte do governador.

Essa suspeita levou a uma série de manifestações, especialmente *online* que diziam “Quem deu a ordem?” Além da banalização da violência entre os policiais civis e militares por parte de Assessor 1, percebemos que Assessor 2 minimizou o ato de violência em uma manifestação pacífica⁵³. Quanto ao que é ou não um fato a ser considerado notícia para a PM-PE, Assessor 1 informou que são, principalmente “ações proativas” da corporação. Ele deu exemplos de salvamentos, partos e afirmou que esses tipos de fatos “viram realmente manchete positiva”. O entrevistado citou alguns exemplos sobre drogas: “um grande carregamento de drogas rende muito na imprensa”. Citou o caso da apreensão de duas toneladas de cocaína no Alphaville, um complexo habitacional de luxo. Afirmou que apreensões menores como “cinco big-bigs de maconha⁵⁴” não rendem na imprensa.

Nessa fala, podemos identificar pelo menos quatro critérios de noticiabilidade: a notabilidade, a infração, a disponibilidade e a visualidade. Os dois primeiros critérios são classificados por Traquina como “critérios substantivos”, ou seja, critérios que analisam o acontecimento por si só, para observar a sua relevância em se tornar ou não uma notícia. Sendo assim, a notabilidade é definida como “a qualidade de ser visível, de ser tangível” (TRAQUINA, 2008, p. 82) e a infração, que alude à “violação, transgressão das regras” (TRAQUINA, 2008, p. 85). Os dois últimos critérios, caracterizados como contextuais, dizem

⁵² Apesar de a manifestação não precisar ser pacífica para ser legítima, destacamos o viés sem uso de violência física para afirmar a discrepância entre uso da força dos manifestantes e a do Estado.

⁵³ Apesar de os atos institucionais serem violentos para grande parcela da sociedade que é marginalizada e, dessa maneira, a violência enquanto ato de protesto ser considerada como legítima pela pesquisadora, o fato de uma manifestação pacífica ser respondida com violência demonstra a discrepância das ações entre o Estado e a sociedade, militares e civis, o que torna ainda mais justificável o uso da violência militar em cidadãos civis.

⁵⁴ “Refere-se à modalidade de maconha em “big-big” (pequenos tabletes em forma quadrangular) que, na verdade, tratam-se vulgarmente do que se conhece como “prensado” (maconha processada quimicamente com outras substâncias, como amônia).” (GONÇALVES, 2016, p. 8). Na entrevista, o entrevistado menciona “cinco big-bigs de maconha” como uma quantidade pequena para chamar a atenção da imprensa.

respeito à produção da própria notícia e, neste exemplo, podemos observar a disponibilidade, que diz respeito à “facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento” (TRAQUINA, 2008, p. 88) e a visualidade - “se há elementos visuais como fotografias ou filme” (TRAQUINA, 2008, p. 89).

Com a observação e identificação, no exemplo mencionado acima, e na própria análise do discurso realizada no capítulo anterior, é possível considerar que as assessorias de imprensa agem como um mecanismo para atribuir valor-notícia aos fatos que desejam emplacar nos jornais, disponibilizando fotografias, vídeos, entrevistados e informações para construção das reportagens. Outra forma de observar a disponibilidade enquanto critério contextual é a existência de um grupo de *WhatsApp* da Polícia Militar de Pernambuco com a imprensa. De acordo com Assessor 1, o grupo serve tanto para fazer publicações da PM-PE quanto para solicitações dos jornalistas à assessoria. A entrada no grupo é feita diante da permissão do veículo de comunicação ou por indicação de outra pessoa que já esteja no grupo. Essa regra revela um filtro e, possivelmente, pode dificultar o acesso à informação por parte de jornalistas independentes, *freelancers* ou comunitários, já que não têm um veículo para o autorizar a entrar no grupo.

Conforme informações colhidas na entrevista, a assessoria de imprensa da PM-PE é orientada pela Secretaria de Defesa Social e por uma chefia superior, o secretário de imprensa do estado. O entrevistado afirmou que as demandas são tratadas em cada chefia de acordo com a gravidade e importância do assunto. Ou seja, quanto mais crise um assunto puder gerar à imagem da corporação, mais alto o cargo a analisar o conteúdo a ser veiculado para imprensa. Dessa forma, percebe-se que as principais fontes de informação dos jornais pernambucanos analisados alinham as suas informações a serem divulgadas observando interesses políticos da gestão pública.

Na análise da entrevista com Assessor 1, foi possível identificar uma série de crenças e valores. Quando perguntado sobre o objetivo do seu trabalho, Assessor 1 afirmou que seria transmitir a informação com clareza. Contou que “o episódio mais gritante foi a crise da ocorrência em Santa Cruz do Capibaribe. Tiveram muitas mortes, não de civis, mas de suspeitos. Eu consegui mostrar que a violência não foi da polícia, e sim dos criminosos”. Aqui, é interessante o termo “não de civis, mas de suspeitos” porque traz o tom de justificativa para as mortes e revela um posicionamento da chefia da assessoria de comunicação da PM-PE. Além disso, Assessor 1 se refere aos mortos da operação, inicialmente, como suspeitos e, posteriormente, como criminosos, o que revela um juízo de valor antecipado ao julgamento oficial.

Quando Assessor 1 foi perguntado sobre sua opinião em relação à atuação da PM em relação ao tráfico de drogas, disse: “A Polícia Militar é uma instituição de Estado, não de governo. A obrigação é de ver e combater. Não podemos criar um juízo de valor. A obrigação que temos é de cumprir a lei. Os delegados tomam a decisão se vai gerar TCO⁵⁵ ou autuar em flagrante”. Assessor 1 tentou explicar que eles devem ser “legalistas”, então citou o exemplo do uso da maconha medicinal e disse que não é a Polícia Militar quem vai decidir se deve ou não ser permitido. “Por ser droga e por ser ilícita, tem que estar embasado na legislação [...]. A PM vai continuar destruindo a plantação, quantas foram plantadas, mesmo que medicinal, cumprindo somente a lei. Temos que ser altamente legalistas.” Assessor 1 teve resistência em responder sobre a sua opinião quanto ao tráfico de drogas em si, respondendo sempre que não era para a polícia ter opinião, e sim fazer cumprir a lei. Perguntei, então: “E se a lei mudar?” Ele respondeu que precisaria haver um entendimento e um treinamento com toda a PM para fazer cumprir a lei vigente.

Entretanto, a opinião do entrevistado foi apresentada ao falar da relação da família. Quando perguntei a sua opinião pessoal sobre o uso de drogas, ele informou que nunca usou e que não gosta nem de álcool ou cigarro, disse que não tem casos na família e que acredita que “o uso da droga tem uma orientação familiar. Quanto mais a família é agregada, menos o risco de se envolver com drogas.” Aqui, o entrevistado estabelece uma relação dicotômica interessante entre família e drogas. A capacidade de não se envolver com drogas estaria, na sua visão, condicionada à agregação familiar, o que pode revelar um pensamento conservador, uma vez que a significação de “família” está, na maioria das vezes, ligada a um padrão familiar composto por homem, mulher e filhos. Entretanto, o que se vê, por exemplo, nas periferias, são famílias formadas por mães solo, em grande parte.

De acordo com dados do IBGE, 56,9% das famílias chefiadas por mulheres vivem abaixo da linha da pobreza e, quando são mulheres negras, o percentual aumenta para 64,4%⁵⁶. Desse modo, é importante destacar que assim como os laços familiares são importantes para prevenção ao uso de drogas, principalmente, ao seu uso abusivo, a pobreza é uma vulnerabilidade, seja pela exposição dos jovens nas áreas onde o Estado não tem grande presença para garantia de direitos ou pela necessidade de acesso a dinheiro de maneira mais

⁵⁵ Termo Circunstanciado de Ocorrência.

⁵⁶ Mulher, solo e pobre: Por que a maioria das mães solo brasileira vivem abaixo da linha de pobreza? Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/por-que-a-maioria-das-maes-solo-brasileiras-vive-abaixo-da-pobreza/>>. Acesso em 8 dez. 23.

rápida. Sendo assim, a família estruturada por pai e mãe, ou outros modelos familiares, é de extrema importância não apenas pelos vínculos afetivos, mas pela estabilidade financeira.

Essa vulnerabilidade decorrente da instabilidade financeira, entretanto, poderia ser superada com a presença forte do Estado para além dos órgãos de polícia e mais serviços de diminuição da vulnerabilidade social, como educação, assistência social, saúde e lazer nessas áreas periféricas. Dessa maneira, existe uma naturalização na fala do entrevistado de que “se a família não está estruturada, existe vulnerabilidade para o uso abusivo de drogas”. Ora, se a família não está estruturada, existem aí duas vulnerabilidades – a afetiva e a social – a segunda, porém, poderia ser superada para reduzir as chances do uso abusivo. Por si só, Assessor 1 deu a entrevista por encerrada antes que as minhas perguntas fossem concluídas e me direcionou a Assessor 2, seu subordinado, que me mostrou a estrutura da equipe e respondeu sobre as identificações da corporação nas fotografias das apreensões que são divulgadas à imprensa.

Essas fotografias são feitas a partir de uma regra instituída pela Portaria nº 183, de 25 de setembro de 2014, que define os padrões para identificação na fotografia das apreensões. Isso deixa em evidência a centralidade e a importância que a PM-PE dá à comunicação, estabelecendo suas normas em portarias, para ter fim legal e, com isso, obrigar os policiais a cumprirem - tanto no que diz respeito à identificação quanto no que diz respeito às entrevistas que não podem dar à imprensa e ao alinhamento da comunicação entre as assessorias do interior, subordinadas à assessoria do Quartel do Comando Geral. Apesar de não informar a quantidade de pessoas, a equipe possui um jornalista civil e diversos militares com funções como: *social media*, fotógrafo, *videomaker*, operador de drone, assessor de imprensa, publicitário, além de uma equipe completa dedicada ao cerimonial.

Também entrevistamos o assessor de imprensa da Polícia Civil, identificado como Assessor 3. Diferentemente de Assessor 1, este assessor é civil, formado em jornalismo e traz consigo opiniões conservadoras e de apego à defesa da instituição da Polícia Civil, assim como o *ethos* jornalístico obtido na formação e atuação na profissão. Quando perguntado sobre as referências na profissão, Assessor 3 citou nomes como Inácio França, Vandec Santiago e Paulo Fernando Craveiros, os três com um capital simbólico reconhecido no campo pelo seu trabalho e atuação no Diário de Pernambuco. Assessor 3 afirma que gostava da apuração e da maneira de escrever desses jornalistas. A valorização da apuração é uma valorização da própria verdade.

Porque a apuração é o objeto da matéria. Se for bem apurada, a matéria será bem escrita. E a maneira de escrever é como a pessoa relata aquilo que apurou. Se for de uma maneira muito burocrática ou de maneira muito dura, fica difícil atrair o leitor. Até a gente que é jornalista fica com um pouquinho de preguiça, entre aspas, de ler aquilo. Se for um texto que informa melhor, que seja mais informativo, informa de maneira mais agradável, é mais interessante. (Assessor 3. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Esse relato mostra uma valorização de conteúdos jornalísticos que informem a população e que tenham zelo na apuração, ou seja, compromisso em checar fatos, um princípio da profissão. O *ethos* jornalístico se demonstra na preocupação com o interesse público e com as informações que veicula. Pedindo para desligar o microfone, o entrevistado revelou que não divulgou uma notícia positiva para Polícia Civil, porque atrapalharia as investigações e poderia gerar o efeito de incentivar pessoas ao uso de drogas. Além disso, o entrevistado falou repetidas vezes sobre a necessidade de divulgar informações sem prejudicar as investigações da instituição.

Porque às vezes, por exemplo, a imprensa quer informação sobre um crime que acabou de acontecer, no calor do crime, o corpo ainda não foi removido pelo IML. E a imprensa quer que o delegado fale, mas o delegado não pode falar naquele momento, porque ainda não fez uma investigação, então tem que ter um pouquinho de paciência, eu sei que é difícil para imprensa entender isso em alguns momentos, porque às vezes é um caso simples, digamos assim, simples entre aspas, mas tem vezes que é um caso mais complexo e uma coisa dita em um momento errado pode ser mal interpretado e gerar problemas futuramente, então às vezes a gente segura um pouquinho pra depois poder falar. (Assessor 3. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Outro elemento da cultura jornalística encontrado em Assessor 3 é a objetividade demonstrada por meio de uma exposição de imparcialidade. Ao perguntar se o profissional, por ser ocupante de um cargo comissionado na estrutura da Polícia Civil, tinha receio de ser demitido, ele responde: “Eu sou técnico, não tenho nenhuma vinculação política, já trabalhei com gente de diversos partidos, não tenho vínculo com ninguém, então eu me sinto seguro para fazer o meu trabalho do jeito que acho certo sem ter essa preocupação”. A afirmação de “eu sou técnico” revela a necessidade de exibir uma objetividade (demonstrada pela imparcialidade) diante dos diversos partidos que trabalhou, fazendo apenas o trabalho como assessor de imprensa, sem misturar as próprias opiniões com o serviço. Esse é um posicionamento parecido com o dos jornalistas entrevistados nesta pesquisa.

A valorização da objetividade está colocada na análise de Assessor 3 no que diz respeito à cobertura sobre drogas. Ele revela que a cobertura “não aprofunda tanto os assuntos como aprofundava antigamente” e diz que isso acontece, principalmente, porque os jornais não têm mais equipe suficiente para fazer esse serviço. Revela, entretanto, que as equipes de TV dão as

matérias mais completas, mostrando um conteúdo maior, e afirma: “não vejo (na televisão) muito juízo de valor e tudo, acho que eles mostram tranquilamente. É um crime, é um crime e pronto”. Mostrando, aí, a valorização da objetividade, de uma verdade absoluta, - que apenas pelo fato de considerar um crime, já se mostra parcial - como a opinião que é alinhada com o senso dominante. Essa parcialidade se demonstra por meio do conceito de “arbitrário cultural”, já referido no primeiro capítulo, que é o fenômeno que faz parecer que apenas a cultura dominante existe, trazendo um apagamento das culturas diversas. Nesse caso, o entrevistado nem mesmo considera haver uma alternativa para a política de drogas. Sendo assim, o arbitrário cultural emerge a partir da crença que existe apenas uma cultura: a dominante.

O pensamento de Assessor 3 se revela conservador e de forma parecida com Assessor 1, estabelecendo uma dicotomia entre família e envolvimento com drogas. Assessor 3 observa:

Drogas não é uma questão só de prisão, de prender traficante ou de prender usuário e coisa e tal. Acho que é uma questão muito mais ampla, uma questão social, é uma questão que envolve educação, uma questão que envolve lazer, uma questão que envolve economia também, ter comida dentro de casa, ter um lugar pra morar, ter uma estrutura familiar mais organizada. E ter uma estrutura familiar organizada tem a ver com tudo isso, com o pai estar empregado, a mãe estar empregada, ter comida pra botar na mesa, é uma questão muito mais ampla do que só prender. A prisão acontece porque ela tem que acontecer, porque é um crime, mas o caminho que o... que a pessoa segue até ser preso, tem várias variantes aí, né? (Assessor 3. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

A fala de Assessor 3, entretanto, observa a necessidade de assistência às famílias e garantia de direitos básicos para que haja estrutura familiar preservada, de modo que seja uma prevenção ao envolvimento com drogas. É uma opinião diferenciada de Assessor 1, pois revela a responsabilidade do Estado com as prisões que são feitas. Não há, entretanto, um questionamento o aprisionamento das pessoas por tráfico de drogas, como revelado no trecho “a prisão acontece porque ela tem que acontecer, porque é um crime”, mas existe o questionamento sobre o porquê as pessoas chegam a cometer o crime “mas o caminho que o... que a pessoa segue até ser preso, tem várias variantes aí”. Ainda sobre considerar a venda de drogas como um crime, inicialmente, Assessor 3 tem dificuldade em responder à pergunta “Você acha que o tráfico de drogas deve ser considerado crime?” Porque ele segue observando a lei e só depois a questiona, mas, mesmo assim, concorda com o fato de ser considerado crime porque entende que é uma atividade violenta:

O tráfico de drogas é um crime, né? No Código Penal é um crime. Tô falando como Assessor 3, não tô falando como assessor de comunicação da Polícia Civil. Mas eu considero um crime, sim, um crime muito violento, que provoca muitos homicídios, que amedronta muito as pessoas, e que infelizmente faz muitas vítimas também, porque não atinge só quem usa drogas, atinge toda uma estrutura, né? Família, amigos, é muito triste tudo isso. (Assessor 3. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

A visão de Assessor 3 sobre a Polícia Civil também é bastante positiva, afirmando que a corporação trabalha com afinco para resolver os casos que recebe e que trabalha tanto para crimes contra pessoas pobres, quanto para crimes de pessoas ricas. Foi possível identificar uma autocensura no que diz respeito aos seus posicionamentos na vida pessoal. Assessor 3 disse que não se posiciona politicamente nas suas redes sociais, porque a política é muito dinâmica, “mas eu termino achando uma maneira de dizer o que eu quero”, explica. Apesar de ter informado não ter medo de ser demitido, essa relação de trabalho estabelecida junto a partidos políticos de diferentes lados termina silenciando o jornalista enquanto cidadão.

No que diz respeito à estrutura da equipe de assessoria de imprensa da Polícia Civil de Pernambuco, Assessor 3 revelou que ela é composta por oito profissionais, sendo dois assessores de imprensa (comissionados), um *social media*, três responsáveis por responder *e-mails* da imprensa, um cinegrafista e fotógrafo, um editor de vídeo (todos concursados como policiais). Todas as informações são alinhadas com a chefia da corporação, o que revela um posicionamento de gestão sobre os conteúdos divulgados pela Polícia Civil de Pernambuco. Assessor 3 afirma: “Ele (o chefe da polícia) é muito cuidadoso com a questão da comunicação, porque tem noção da importância de uma ASCOM dentro de uma corporação”. Dessa forma, assim como a Polícia Militar, é possível perceber a Polícia Civil dando centralidade ao setor de comunicação em um esforço de veicular a própria narrativa sobre o órgão. Isso é revelado na fala de Assessor 3, quando destaca que, ao chegar na corporação, a equipe de comunicação era bem menor, mas que, no momento, está com “um tamanho bom”.

A equipe de assessoria de imprensa da Polícia Civil de Pernambuco também conta com grupos de *Whatsapp* com a imprensa local - dois grupos com a imprensa da Região Metropolitana do Recife e dois grupos com a imprensa do interior. Apenas assessores de imprensa e membros dela estão nesses grupos. Entre os assessores de imprensa, estão representantes do Centro Integrado de Comunicação (Cicom) e da Secretaria de Defesa Social (SDS). O grupo funciona para divulgação de *releases*, imagens e materiais para serem usados pela imprensa e para tirar dúvidas dos jornalistas. Essa ferramenta funciona para facilitar a divulgação das pautas da própria corporação e, como falado anteriormente, agrega valor-notícia contextuais aos fatos, porque a própria corporação conseguiu produzir o material que a

imprensa não conseguiu - seja por falta de acesso, porque a instituição e a estrutura das redações podem não permitir que se chegue tão perto dos fatos, seja por falta de equipe nos jornais para produzir esses materiais.

A dependência das assessorias por parte da imprensa se expressa não apenas nas porcentagens de fontes oficiais ouvidas na nossa análise do discurso, mas também na impressão do entrevistado Assessor 3. Ele revela que, durante a pandemia da covid-19, a corporação perdeu espaço nos jornais, porque a assessoria de imprensa passou a produzir menos conteúdos. As coletivas diminuíram devido à necessidade de distanciamento social, as operações também diminuíram e, com isso, diminuíram as demandas de divulgação e visitas da imprensa à sede do órgão. No que diz respeito aos critérios de noticiabilidade da assessoria de imprensa da Polícia Civil, Assessor 3 afirma:

A gente não passa o crime que aconteceu. **Até porque, a gente não faz assessoria de imprensa do crime. [...] A gente trabalha pra Polícia Civil, não para os criminosos para divulgar o que o criminoso fez. A gente trabalha com o que a Polícia Civil faz para a sociedade.** Tá apurando, tá investigando, em função do que prendeu ou não prendeu, vai prender, não dizendo que houve um crime não sei aonde. As providências que a Polícia Civil tá tomando em relação àquele fato. (Assessor 3. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Essa fala revela o principal critério de noticiabilidade da assessoria de imprensa da Polícia Civil: ações positivas da corporação, serviços e a conduta de não noticiar, caso não haja uma resposta ou ação feita pela própria instituição. No que diz respeito aos fatos sobre drogas, o entrevistado revela que diariamente a corporação faz apreensões de drogas, mas que nem todas interessam à imprensa:

A gente tem que fazer tipo uma triagem do que chega pra a gente ver o que é interessante divulgar para imprensa ou não. Hoje, por exemplo, a gente fez uma divulgação de uma prisão que teve na madrugada de ontem, uma apreensão de mais de 100 kg de maconha, aí é uma coisa que chamou atenção, aí a gente foi dentro de uma operação chamada Impacto 6, da Diretoria Integrada Metropolitana, aí isso a gente soltou o *release* para imprensa no grupo de hoje e imagens, mas aí eles vão trabalhar com essas informações. (Assessor 3. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

O fato de o assessor de imprensa escolher o que divulgar ou não e atuar como ponte entre a imprensa e a corporação o coloca em uma posição de *gatekeeper*⁵⁷, antes ocupada apenas pelos editores de jornais, que definiam quais seriam as pautas a serem desenvolvidas pelos repórteres naquela edição. Hoje, no entanto, os conteúdos que chegam aos editores já são filtrados pelos profissionais de assessoria de imprensa. Na prática, os editores ainda decidem o

⁵⁷ *Gatekeeper* é o termo utilizado na teoria do jornalismo para designar os atores no campo jornalístico que têm o poder para selecionar as informações e decidir o que será ou não notícia, podendo ser uma pessoa em específico ou um grupo (WOLF, 1999).

que entra ou não como notícia, mas o editor chega ao fato após o filtro do assessor de imprensa em decidir, entre informações brutas, o que será lapidado para ser enviado como *press release* e imagens institucionais a serem veiculados como notícia nos jornais. Quando perguntado sobre o que seria interessante divulgar em relação a drogas, o assessor destaca:

É notícia pra divulgar uma prisão que tenha sido feita pela Polícia Civil e muitas vezes essa prisão é feita em parceria com a Polícia Militar também, é bom destacar essa integração entre as forças, é... de um traficante importante que tenha uma relevância pra determinada área, a prisão dele é... a divulgação da prisão dele pode trazer mais tranquilidade para aquela comunidade, inclusive, então eles podem ver aquela notícia e se sentir um pouco mais seguros, digamos assim. A quantidade de drogas também é uma questão para divulgação, quando existe uma grande quantidade de drogas ela chama muito mais atenção da imprensa do que pequenas quantidades que são feitas diariamente, quando tem um volume maior, como a gente teve esse da delegacia de Paulista com 100 kg de maconha, ele chama mais atenção da imprensa e também tem um impacto maior visualmente e na informação. (Assessor 3. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Assim como Assessor 1 destacou o alinhamento com Assessor 3 para divulgação de informações, Assessor 3 revela a necessidade de mostrar a integração entre as polícias civil e militar. O fato de um traficante importante ser preso revela o critério de noticiabilidade da notoriedade “a notoriedade do ator principal do acontecimento” (TRAQUINA, 2008, p. 79). A relevância como valor-notícia é identificado no fato de que o assessor afirma que determinadas prisões podem dar tranquilidade a algumas comunidades. Para Traquina (2008) a relevância é o que impacta a vida das pessoas. A quantidade de drogas mostra, novamente, a notabilidade como um critério de noticiabilidade e o fato de ser um crime noticiado, o valor-notícia de infração pode ser identificado.

É possível perceber, em Assessor 3, uma fala técnica capaz de saber o que será ou não uma notícia a ser emplacada na imprensa, um conhecimento que, aliado à corporação, é capaz de colocar ou retirar pautas conforme o interesse dela além da influência junto aos editores dos jornais. A partir daí, percebe-se o investimento da corporação na manutenção da sua imagem por meio da veiculação de conteúdo na imprensa.

No que diz respeito à visão dos repórteres e editores dos jornais quanto à relação com a assessoria de imprensa, percebe-se uma disputa pela narrativa sobre os assuntos, na maioria dos casos perdida pelos profissionais da redação. As problemáticas analisadas anteriormente - de enfraquecimento das redações com pouco pessoal, falta de estrutura para cobrir as pautas e censura editorial devido aos interesses mercadológicos - levam os jornalistas de redação a uma relação de serem pautados pelas assessorias de imprensa e de utilizar o seu material com dominância das fontes oficiais nas reportagens, já que não conseguem fontes diversas - tanto pelo cerco da assessoria de imprensa quanto pela falta de condições colocadas pelo jornal.

A fala de Jornalista 1, do JC Online, deixa clara a disputa estabelecida a partir dos objetivos das duas funções - enquanto a assessoria de imprensa precisa manter a boa imagem do assessorado, a reportagem precisa, na visão de Jornalista 1, fazer as denúncias necessárias para “ajudar as pessoas” alvo das políticas públicas.

Eu trato todo mundo bem, eu sou compreensivo, agora eu vou pedir todo dia, eu vou insistir, e se não me derem eu vou tentar de novo, vou ligar, vou tentar os meios que eu conseguir. E, assim, não me deram porta-voz, eu vou tentar ligar direto pro porta-voz, vou tentar falar, se o porta-voz não quiser falar, tudo bem, mas assim, a gente tem a obrigação de tentar. Eu tento o máximo possível ser muito tranquilo, muito educado. O pessoal me manda demanda, eu respondo, se eu puder publicar, eu publico, não tenho problema nenhum com assessoria, já teve assessor grosso que brigou comigo e aí se precisar eu brigo também e tá tudo certo. E assim, também, eu brigo hoje... a gente briga hoje e amanhã tá tudo bem. É difícil pra todo mundo. É difícil pra mim, porque eu tenho que dar a matéria, é difícil pro assessor também que tem que tentar segurar, de alguma forma. (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

É a partir dessa relação, estabelecida com objetivos divergentes que se dá a disputa no campo jornalístico para a construção das notícias. Jornalista 1 mostra que a relação com os assessores de imprensa pode influenciar diretamente na abordagem das reportagens, tendo em vista que a relação entre assessores de imprensa, na maioria das vezes, é estabelecida como uma relação entre colegas de profissão, já que os assessores de imprensa, pelo menos aqui, no caso das polícias civil e militar, são jornalistas - com exceção da chefia da assessoria da PM, que é bacharel em direito -, mas que também conta com jornalistas civis.

Tudo é uma conversa. “Ó, aqui pra nós, é isso e isso, eu não posso dar essa informação e pronto.” Mas tem gente que acha que a gente vai... e às vezes tudo é uma conversa, uma conversa derrubada até uma página. É “ó, chefe, não *vamo* dar hoje não, o assessor conversou comigo e é isso e isso. A gente se resolve por esse caminho. [...] É aquela coisa, é uma troca também. Hoje eu dei uma paulada, mas se amanhã tiver uma pauta boa, me manda que a gente também dá uma aliviada. Tudo vai se adaptando. (Jornalista 1, informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

É imprescindível observar os movimentos dos assessores de imprensa, porque eles são a interseção entre o campo jornalístico e o campo político, uma vez que têm a formação, em sua maioria, em jornalismo, já fizeram parte da imprensa, em muitos casos, e têm relacionamentos diretos com os repórteres e editores dos jornais. Portanto, os assessores de imprensa permeiam e compreendem muito bem o funcionamento do campo jornalístico. Relacionam-se com as pessoas que acumulam capital social e simbólico, e, a partir desse capital, conseguem construir as imagens dos seus assessorados na imprensa. Apesar de ser necessário construir imagens e textos relevantes para a publicação, o relacionamento com editores e repórteres é essencial para uma boa imagem na imprensa e os assessores constroem

essa relação como ponta da lança na disputa do campo político que é travada dentro do campo jornalístico.

Para Jornalista 2, do JC Online, a relação com a assessoria de imprensa é importante, porque os gestores públicos não teriam como lidar com todas as demandas da imprensa sozinhos. Entretanto, o profissional não está satisfeito com a assessoria de imprensa se colocando como uma barreira entre os repórteres e o gestor público “Na prefeitura [...], se fixa que a gente só fala com assessor e isso é um problema, porque a gente precisa ter acesso às pessoas que estão ali”. A fala do Jornalista 2 é parecida com a do Jornalista 1 no que diz respeito a falar com as fontes. Enquanto Jornalista 1 frisa que uma conversa franca com o assessor explicando a situação poderia até “derrubar uma página”, Jornalista 2 fala que a conversa com o gestor em uma entrevista, não com informações por nota oficial, poderia mudar a opinião do repórter. “Quando você escuta uma pessoa falando [...], você olha com outros olhos do que quando vem uma nota seca, sabe? Você entende melhor o trabalho da pessoa, tem mais empatia”. Já o Jornalista 4 fala sobre essa influência do relacionamento com assessores de imprensa na publicação das reportagens:

Às vezes, eu acho que tem, tipo, um material que normalmente você acha que não entraria, aí “ah, mas o assessor é bem prestativo”, então entra. Tem material que eu digo: “ah, não vou colocar, porque não rende muito”, mas quando você é mais próximo do assessor, entra. Eu falo isso até meio que geral, assim, sabe? Ou até tem uma relação ruim, “mas ele negou uma coisa lá, eu já pedi a ele, assim” eu não sei se isso é muito legal, não, mas às vezes tem. (Jornalista 4. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Esses relacionamentos, somados à estrutura das equipes de assessoria de imprensa, revelam o poder das fontes oficiais em dominar os conteúdos de reportagens sobre os assuntos das suas pastas. No que diz respeito à cobertura sobre drogas, a grande maioria das notícias veiculadas diz respeito às apreensões e prisões por drogas realizadas e divulgadas pelas polícias, ou seja, informações que são de interesses desses órgãos que sejam divulgadas. A partir dos dados colhidos em entrevistas, percebemos que o desenho dessa cobertura se dá, principalmente, por três motivos: o enfraquecimento das estruturas das redações, o fortalecimento das equipes de assessorias de comunicação e o relacionamento dos assessores de comunicação com os repórteres das redações.

Essa relação, contudo, tende a ficar estremecida a partir do perfil da cobertura de cada veículo ou repórter. Além de editor, Jornalista 1 faz bastante reportagens, inclusive sobre segurança pública, e, como tem mais experiência, conseqüentemente, tende a incomodar mais os órgãos de segurança no que diz respeito aos dados, pedidos de informações e publicação de pautas negativas. Ele revela ter dificuldades com a assessoria de imprensa da Secretaria de

Defesa Social de Pernambuco ao ocultar informações, retirá-lo do grupo de *WhatsApp* para divulgação de pautas e, até mesmo, ouviu ameaças de assessor que dizia “ter vontade de atropelar se o visse”. Além do fortalecimento das equipes de comunicação, o Governo de Pernambuco realizou um movimento para distanciar ainda mais os jornalistas dos gestores, ao mudar todos os números de telefones funcionais dos delegados e não disponibilizar mais para a imprensa. Jornalista 1 conta:

Quando a gente entrava numa delegacia, era na mesa do delegado, bate-papo pra cá, bate-papo pra lá. Eu já cheguei a sentar no corredor e ouvir depoimento de testemunha. Não que isso fosse certo, claro, assim, também existia um exagero lá atrás. Mas, assim, hoje existe uma dificuldade de conversar com delegado, de conversar com perito, sabe? Tudo é muito via assessoria. A assessoria instrui esses profissionais a não darem entrevista, a não passarem informação nenhuma, que senão eles podem responder a processo administrativo, é uma relação muito difícil, assim, alguns ainda falam, outros falam em *off*, mas é uma relação bem difícil e que se configurou por conta desses novos assessores, que, claro, não é eles, especificamente, de repente foi uma orientação do Palácio, ou uma orientação do Secretário, ou uma orientação do governador. Mas a relação, de fato, ficou muito difícil pra todo mundo que cobre polícia, cobre segurança, mas, especificamente, como essas pessoas cobrem mais polícia pela polícia, os fatos, coletiva de imprensa, é uma relação menos difícil que a minha que cubro segurança mesmo e não polícia. (Jornalista 1. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Os meios para conseguir influenciar as notícias passam pelo poder e até por situações tidas como engraçadas, mas que revelam o potencial e a valorização da influência para conseguir dominar a narrativa e emplacar notícias que sejam tidas como positivas para os próprios interesses. Jornalista 1 conta que, certa vez, ainda no Diário de Pernambuco, foi constrangido por uma assessora que dizia “olhe, cuidado com a matéria, senão eu falo com Tio Jô”, referindo-se a Jozil Barros, o então presidente do jornal. Jornalista 1 conta que o gato do presidente havia ficado preso no telhado e essa assessora salvou o animal ao acionar os bombeiros. A partir daí, a assessora de imprensa ficou próxima de Jozil Barros e utilizava dessa proximidade para intimidar os repórteres subordinados a Barros. Histórias como essa revelam que as notícias são socialmente construídas a partir da visão de mundo dos jornalistas envolvidos, mas também a partir das relações de poder estabelecidas entre os atores que constroem ou que afetam os construtores das notícias.

Outro ponto importante diz respeito à checagem de fatos informados no *release*. Nenhum dos entrevistados apresentou um mecanismo para checagem dos fatos colocados pelas assessorias de imprensa e aproximam, nos seus discursos, a ideia de “fonte oficial” da de “verdade”. Dessa forma, Jornalista 1 demonstrou uma prática de questionar os dados apresentados pelos órgãos de segurança pública, não no que diz respeito a duvidar dos dados, mas sim da interpretação sobre eles. Já Jornalista 3 e Jornalista 5, editores dos portais Folha de

Pernambuco e Diário de Pernambuco, respectivamente, identificam as fontes oficiais como a própria verdade e revelam orientar as suas equipes a realizar o que se chama *jornalismo declaratório*, citando a fonte e dizendo “de acordo com”. Essa prática é problemática, porque revela a incapacidade do órgão de imprensa em realizar a checagem e a legitimação da fonte oficial de um fato que vai ocupar o espaço do jornal sem a devida checagem. Como vimos no primeiro capítulo, esse é um mecanismo que retira a responsabilidade do jornal na checagem da informação, uma vez que terceiriza a fonte do que está sendo dito (Marcuschi, 1991).

A gente publica informação oficial muitas vezes ligada ao governo do estado e à Prefeitura do Recife. Muitas vezes ligadas à covid ou de coisas que não há muito como você checar por fora - prefeitura investe tanto na construção de... - isso a gente dá muito menos, mas às vezes dá, dependendo da importância do negócio a gente dá. E a gente publica muito *release* de projeto social de iniciativa social de... às vezes você vê, né, que **tem uma seriedade e tal, não é qualquer coisa**. Mas a orientação que eu dou pro pessoal, ah, se a assessoria escreveu *release* da primeira à última linha? Às vezes não, mas você tem que tirar todo e qualquer tipo de ufanismo, que o governador é maravilhoso, que o prefeito é lindo e deixar aquela *secura* da reportagem. **Colocar “Segundo...” “De acordo”... e tal**. Infelizmente, no mundo ideal nem toda pauta você vai ter duas, três, quatro fontes, mas... (Jornalista 5. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Essa legitimação das fontes oficiais se dá não somente pelas estruturas dos jornais que estão enfraquecidas ou pelas relações com as assessorias de imprensa, mas também pela vivência dos próprios jornalistas. Entre os entrevistados nesta pesquisa, é possível observar uma vivência conservadora na formação, apesar de apresentarem uma ideologia liberal – alinhada ao próprio *ethos* jornalístico. A seguir, faremos a exposição da análise das entrevistas no que diz respeito à formação dos jornalistas ouvidos para esta pesquisa e tentaremos estabelecer mais respostas para o problema central da nossa pesquisa: “Por que essas notícias são como são?”

3.4. DISPUTAS ENTRE O POLO ECONÔMICO E O *ETHOS* JORNALÍSTICO - A VIVÊNCIA CONSERVADORA DOS PRÓPRIOS JORNALISTAS

No quadro 7, a seguir, destacamos as principais ocorrências de discurso ligados à visão de mundo dos jornalistas:

Quadro 7 – Ocorrências de discursos ligados à visão de mundo nas entrevistas coletadas

Categoria 6 (visão de mundo)	Drogas não é uma questão só de prisão, de prender traficante ou de prender usuário e coisa e tal. Acho que é uma questão muito mais ampla, uma questão social, é uma questão que envolve educação, uma questão que envolve lazer, uma questão que envolve economia também, ter comida dentro de casa, ter um lugar pra morar, ter uma estrutura familiar mais organizada. E ter uma estrutura familiar organizada tem a ver com tudo isso, com o pai estar empregado, a mãe estar empregada, ter comida pra botar na mesa, é uma questão muito mais ampla do que só prender. A prisão acontece porque ela tem que acontecer, porque é um crime, mas o caminho que o... que a pessoa segue até ser preso, tem várias variantes aí, né? (Assessor 3).
---------------------------------	---

	O tráfico de drogas é um crime, né? No Código Penal é um crime. Tô falando como Assessor 3, não tô falando como assessor de comunicação da Polícia Civil. Mas eu considero um crime, sim, um crime muito violento, que provoca muitos homicídios, que amedronta muito as pessoas, e que infelizmente faz muitas vítimas também, porque não atinge só quem usa drogas, atinge toda uma estrutura, né? Família, amigos, é muito triste tudo isso. (Assessor 3).
	Eu lembro que quando eu chegava no CAC, o Centro de Artes e Comunicação, eu já sentia de longe o cheiro de maconha. Tem aquele jardinzinho lá, o pessoal consumia drogas. Eu falo muito maconha, porque é o que deixa o cheiro mais característico, né, acredito que usavam outros tipos de drogas também, mas o que marcava mesmo era a maconha sempre. Eu chegava, passava, sentia o cheiro e eu lembro que teve uma vez que eu tava voltando pra casa e tinha uma menina da minha turma que tinha carro, ela oferecia carona de vez em quando pra a gente. E teve um dia que ela tava usando... acho que ela tava com um cigarro de maconha, sabe, dentro do carro, e chegavam meio que oferecendo dentro do carro. Aí eu meio que recusei. Eu nunca quis, não, nunca me interessou, mas é a lembrança muito específica que eu tenho, sabe, na faculdade, de ela montando o cigarro ali e me oferecendo. (Jornalista 4).

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Para além das características das empresas jornalísticas, das redações e das relações com a assessoria de imprensa, foi possível observar pontos de encontro na formação pessoal dos editores e repórteres ouvidos nas entrevistas, que nos permitiram desenhar uma visão que esses jornalistas têm sobre drogas, guerra às drogas, tráfico de drogas e suas consequências. Identifica-se, na formação dos editores, um nível elevado de capital cultural ou simbólico dentro do campo jornalístico. Jornalista 1, do JC Online, apesar de não saber falar outros idiomas, é um jornalista reconhecido no estado de Pernambuco por publicar livros e demonstra interesse por literatura - tanto na leitura, quanto na escrita. Conta que, durante a pandemia, assinou um clube de livros para receber e passar o tempo lendo como lazer.

Já Jornalista 3, da Folha de Pernambuco, tem o nível de inglês avançado e é mais próximo das artes plásticas. Relata que, apesar da família ser pobre, viajavam para o interior de Pernambuco e visitavam, no caminho, a cidade de Tracunhaém, na Mata Norte do estado, conhecida como “a cidade do barro”. Desde então, ele se interessa por artes plásticas como esculturas e pinturas e trouxe essa vivência para o seu trabalho, quando passou pelo caderno de cultura da Folha de Pernambuco. Jornalista 5, do Diário de Pernambuco, demonstra interesses por séries televisivas, mas também pelo consumo de conteúdo jornalístico internacional. Sua formação foi completamente diferenciada dos demais, porque a mãe era professora universitária e cursou um doutorado em Londres, durante a sua infância, que o fez falar inglês fluentemente e ter a vivência de outras cidades. As aspirações profissionais de Jornalista 5 passam por um imaginário do jornalista perigoso e herói, que se arrisca para conseguir as informações. O grande sonho de Jornalista 5 é ser correspondente de guerra e ele consome esse tipo de conteúdo.

Entre os repórteres, o cenário é parecido. Jornalista 2, do JC Online, fala inglês fluentemente e se ocupa com leituras sobre a profissão, sonha em ser repórter especial para contar grandes histórias e apurar com tempo. Jornalista 4, da Folha de Pernambuco, sonha com o trabalho em televisão, não fala outros idiomas e tem como referências profissionais Marcelo Rezende, apresentador de televisão. Ambos são de bairros periféricos (Iputinga e Rio Doce, respectivamente), mas o Jornalista 2 parece ter, na formação de nível superior dos pais, uma vantagem para a aquisição de capital cultural, enquanto os pais do Jornalista 4 não têm ensino superior completo. No caso do Jornalista 6, do Diário de Pernambuco, que também mora em bairro periférico, na Mustardinha, o pai é ausente, mas a figura de referência é a mãe, que tem ensino superior completo na área de assistência social e, na fala do repórter, valorizava dar informações desde criança sobre drogas e outros assuntos.

No que diz respeito à vivência de drogas, Jornalista 1 relata nunca ter usado drogas ilícitas, apenas álcool. Utiliza, para isso, falas conservadoras como “nunca dei trabalho aos meus pais”, ao afirmar que nunca usou drogas ilícitas, estabelecendo uma relação entre ser um filho trabalhoso e usar drogas e, por sua vez, entre ser um bom filho e não usar drogas. Sua formação, aparentemente, é conservadora, tanto por ser de família católica quanto por estudar em colégio católico durante toda a formação e, posteriormente, em universidade católica. Jornalista 3 e Jornalista 5 relatam uma formação menos conservadora - com influências do catolicismo e do espiritismo, no caso de Jornalista 3 e de catolicismo e ateísmo, no caso de Jornalista 5. Ambos contaram já ter feito uso de maconha, embora essa vivência tenha sido apenas depois dos 18 anos, o que revela uma proteção até chegar à idade adulta e ter, em teoria, capacidade para identificar os limites do uso.

No caso do Jornalista 2, apesar de ter uma formação conservadora com um pai evangélico, de extrema direita e de ter se envolvido em igreja evangélica, ele demonstra uma ruptura com a igreja durante a época de faculdade e, então, passou a fazer uso de drogas em ambientes de lazer. O Jornalista 2 conta que já usou “maconha e bala⁵⁸”, mas que não gostou da última experiência que teve com a maconha e preferiu não utilizar mais. Jornalista 4 e Jornalista 6 nunca fizeram uso de drogas. No caso do Jornalista 4, a fala demonstra orgulho. Ele diz que ouvia dos colegas no colégio estadual do seu bairro que todos usavam, mas fala de si como um menino “aplicado” e “que estudava”, então não se envolvia com “essas coisas”. Sobre a experiência da faculdade, Jornalista 4 conta:

⁵⁸ *Ecstasy*.

Eu lembro que quando eu chegava no CAC, o Centro de Artes e Comunicação, eu já sentia de longe o cheiro de maconha. Tem aquele jardinzinho lá, o pessoal consumia drogas. Eu falo muito maconha porque é o que deixa o cheiro mais característico, né, acredito que usavam outros tipos de drogas também, mas o que marcava mesmo era a maconha sempre. Eu chegava, passava, sentia o cheiro e eu lembro que teve uma vez que eu tava voltando pra casa e tinha uma menina da minha turma que tinha carro, ela oferecia carona de vez em quando pra a gente. E teve uma dia que ela tava usando... acho que ela tava com um cigarro de maconha, sabe, dentro do carro, e chegavam meio que oferecendo dentro do carro. Aí eu meio que recusei. Eu nunca quis, não, nunca me interessou, mas é a lembrança muito específica que eu tenho, sabe, na faculdade, de ela montando o cigarro ali e me oferecendo. (Jornalista 4. Informação obtida via entrevista oral concedida à pesquisadora).

Em outro momento da entrevista, Jornalista 4 fala sobre a sua visão quanto às pessoas que usam drogas. Ele diz: “mas eu acho que a sociedade vê muito como negativo também, né, de ser como problema e tal, até um mau exemplo, né. Olha aquela pessoa ali como um mau exemplo pros seus filhos e tudo mais”. A visão é completamente diferente da de Jornalista 6, que foi criado em bairro periférico e conviveu com usuários de drogas na sua comunidade. Provavelmente, pela formação da mãe, Jornalista 6 tem um posicionamento de nunca ter se interessado pelo uso de drogas ilícitas, mas não se incomodar com o uso de drogas na sua presença. Mesmo assim, esse posicionamento de não fazer uso de drogas pode ter sido a partir da experiência de ter visto pessoas próximas na família morrendo por uso de cigarro. Jornalista 6 presenciou amigos, na época de juventude, em situação de dependência química.

Todavia, nesses seis casos, quando perguntados se, na opinião deles, a venda de drogas deve ser considerada crime, todos responderam que sim, de forma direta ou indireta. Apesar de ser um crime no atual cenário, a pergunta girou em torno da opinião do entrevistado sobre a lei considerar a atividade como um crime. Jornalista 1 frisou a violência envolvida na prática de tráfico de drogas e observou o quanto as comunidades mais pobres são “refêns” das facções, mas disse que precisaria estudar mais o assunto para opinar melhor.

Jornalista 3 disse não saber responder, porque seria uma pergunta muito complexa e Jornalista 5 mencionou outros países que já legalizaram as drogas, mas que o Brasil estaria em um estágio anterior, ou seja, que não estaríamos prontos para uma legalização. O Jornalista 4 aponta que não sabe responder o questionamento, Jornalista 4 aponta que deve, sim, ser considerado como um crime, porque “as pessoas morrem por isso” e Jornalista afirma que deveria “se as políticas públicas tivessem caminhando junto, se realmente fizesse essa assistência”. Todos os entrevistados, no entanto, observam que a falta de políticas de garantias de direitos sociais nas áreas mais pobres afeta diretamente no aumento do consumo de drogas e no envolvimento das pessoas como usuárias e traficantes.

Esses posicionamentos, apesar de parecerem, em sua maioria, de cobrança, por políticas de garantias de direitos sociais, legitimam, no fim das contas, o discurso das polícias de que o uso de drogas é uma anomalia que deve ser combatida na sociedade, daí a visão de que o tráfico de drogas é violento (Jornalista 1 e Jornalista 4), de que são necessárias políticas públicas para combater o uso de drogas (Jornalista 3, Jornalista 5, Jornalista 2 e Jornalista 6), de que a polícia precisa reprimir, mas dentro da lei, garantindo a dignidade das pessoas asseguradas na legislação (Jornalista 1). Das diversas outras problemáticas, como o encarceramento em massa e a legalização das drogas, que são discutidas na nossa sociedade, apenas Jornalista 2 e Jornalista 3 levantaram a possibilidade de fazer matéria, mas apenas sobre a legalização. Porém, disseram que a matéria nunca entraria nos jornais, porque o público seria conservador (Jornalista 2) e seria algo que incomodaria o governo do estado, então não seria aprovada para publicação no jornal.

Outro ponto importante a ser percebido na análise das notícias e das entrevistas é a legitimação das fontes. A grande maioria das fontes utilizadas nos jornais no que diz respeito às falas sobre drogas são as fontes oficiais e, quando não, fontes independentes especializadas no assunto, com legitimação via capital cultural ou simbólico, o que leva a um recorte específico de classe das pessoas ouvidas pelos jornais. Inicialmente, vimos que isso se dá pelo acesso dos jornalistas às fontes, que é cada vez mais limitado. Mas se observarmos o posicionamento ao perguntarmos “quem deve ser ouvido numa reportagem sobre drogas?”, as respostas padrão em todos os casos, com exceção de Jornalista 6 foram “a polícia”, “a fonte oficial”, “algum órgão de direitos humanos” e/ou “a defesa”. Em alguns casos, a família foi mencionada. No caso de Jornalista 6, a família apareceu em primeiro lugar na sua resposta.

No caso do Jornalista 5, ele conta que não tem acesso ao suspeito, mas que acharia importante falar com ele: “embora você já saiba o que ele vá dizer, mas é muito importante, porque seria mais legal ouvir da boca dele do que do advogado”. O profissional continua para responder o que seria esse “embora já saiba o que ele vai dizer”: “Depende do caso, ele vai tentar amenizar a situação dele. Ou ele vai dizer que não fez nada, ou vai dizer que foi por causa disso ou daquilo. Mas por razões que ele amenize a situação, né.” Essa fala demonstra uma opinião já formada, antes mesmo de ouvir o suspeito, apenas especulando a possibilidade de um sujeito hipotético ser ouvido pelo editor, ou seja, haveria a possibilidade de ouvi-lo e publicar sua fala, mas, provavelmente, sem o benefício da dúvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias do jornalismo preocuparam-se, historicamente, em responder às seguintes questões: por que as notícias são como são? E quais efeitos elas geram? (PENA, 2020). Seguindo essa linha de raciocínio, este trabalho se ateve ao primeiro questionamento, desmembrando-o, principalmente, em duas perguntas: “como as notícias sobre drogas são?” Para, então, respondermos ao questionamento de “por que elas são como são?”

A escolha teórico-metodológica da Análise do Discurso foi importante para responder ao primeiro questionamento, porque, a partir da abordagem teórica bourdieusiana acerca da teoria dos campos, identificamos que as disputas por poder são travadas no campo jornalístico para concorrer à veiculação do próprio discurso nas notícias, que é o produto desse campo, ou seja, o discurso é uma expressão de poder dentro do campo jornalístico. No caso desse campo, a legitimação é dada tanto para fazer a intermediação entre os campos e a sociedade - campo político, jurídico, governamental, entre outros - quanto para dar significação sobre os fatos e interpretá-los para a sociedade (MELO, 2010).

Portanto, o campo jornalístico é legitimado para exercer a atividade de publicar textos em formatos de notícia sobre assuntos diversos. No caso do jornalismo sobre drogas, identificamos disputas que giram, principalmente, em torno do proibicionismo e antiproibicionismo, travadas em campos como o político, o religioso e até mesmo no interior do próprio governo, entre Secretarias de Saúde, Defesa Social e de Assistência Social. Há quem defenda a chamada “guerra às drogas” como política de segurança pública, outros dizem que, na verdade, a guerra às drogas causa mais mortes da população negra periférica. Também há quem diga que a principal abordagem de assistência social e de saúde deve ser a redução de danos, outros, especialmente igrejas evangélicas, defendem tratamentos com abstinência ao uso de drogas, sempre com uma disputa entre conservadorismo e não conservadorismo, proibir ou não proibir.

Buscamos, dessa maneira, identificar o discurso predominante nas narrativas da imprensa, uma vez que o campo jornalístico, em teoria, é o que tem legitimidade para fazer essa mediação do debate, mas o que encontramos foi uma cobertura pautada, principalmente, no discurso governamental, que, por sua vez, é, quase que na totalidade dos casos, o discurso da polícia. Ao todo, os três jornais analisados têm as suas peculiaridades em relação à estrutura, que trazem diferenciações na própria cobertura do assunto. O portal Diário de Pernambuco não tem setorista e os repórteres são, principalmente, estagiários. As notícias são feitas, em sua maioria, com *releases* e fotografias de assessoria de imprensa das polícias civil ou militar do

Governo de Pernambuco. Sem questionamentos, nem mesmo críticas. Já no caso do portal Folha de Pernambuco, identificamos o mesmo padrão do Diário de Pernambuco para as notícias locais, entretanto, para notícias nacionais, houve, por exemplo, um grande número de publicações sobre o Massacre do Jacarezinho, que vitimou dezenas de pessoas em uma operação no Rio de Janeiro. No portal JC Online, as publicações foram em menor quantidade e reuniam notícias de assessoria de imprensa, no mesmo padrão das do Diário de Pernambuco, todavia, o jornal tem uma coluna de segurança pública, cujo repórter setorista dedica diversas reportagens à política de drogas. É importante destacar que esse veículo também possui uma colunista de saúde que, entretanto, não faz publicações contínuas sobre drogas ilícitas. No período analisado, apenas uma droga foi assunto na coluna, o tabaco, considerado substância lícita.

Os principais dados da Análise do Discurso, dessa forma, são que na Folha de Pernambuco, os assuntos das publicações sobre drogas foram em 45,9% dos casos o de segurança pública, seguido de justiça 18,9% e, em 16,2% das publicações, segurança pública e justiça. A FP foi a que mais falou no assunto de saúde, com 10,8% das publicações. Já no Diário de Pernambuco, o tema de segurança pública esteve em 86,8% das publicações analisadas, enquanto justiça esteve em 2,4% e saúde em 4,2%, junto a comportamento, com também 4,2%. No JC Online, segurança pública apareceu em 73% das publicações, seguido de justiça, com 9% e saúde, com 13%.

Quando observamos as fontes ouvidas, apesar de o padrão de questionamento ser diferenciado nos três jornais e, principalmente, a frequência dos assuntos trazerem alguma discrepância, as fontes permanecem as mesmas nos três veículos analisados: fontes oficiais ou legitimadas para falar por algum motivo como, por exemplo, um título acadêmico ou representação social que o torne "especialista". Na Folha de Pernambuco, os órgãos de justiça foram 26,3% das fontes ouvidas, seguidos dos órgãos de polícia, com 14,4% e de ONGs e movimentos sociais (10,5%). Já no Diário de Pernambuco, os órgãos de polícia foram a maioria das fontes ouvidas (69,3%), seguidos de autoridades (18,3%) e outros órgãos públicos (6,1%). No JC Online, os órgãos de polícia foram 35% das fontes escutadas, seguidos de ativistas (15%), imprensa (13,3%), outros órgãos públicos (10%), ONGs e movimentos sociais (6,6%) e autoridades (6,6%).

Com esses dados, é possível identificar a violência simbólica decorrente da produção jornalística desses três portais de notícias de Pernambuco, que se expressa no silenciamento de vozes como das personagens das histórias, pessoas encarceradas, famílias de vítimas, usuários

de drogas, profissionais de saúde e de assistência social. Há ainda uma discrepância nas vezes que as fontes como ativistas e especialistas de fora do governo foram ouvidos.

À pergunta “como as notícias são?”, a resposta é de que são alinhadas à gestão pública e ao senso da cultura dominante, que não questionam a política proibicionista de drogas e que, dessa forma, exercem violência por meio do silenciamento. Violência essa legitimada pela atividade-fim do campo jornalístico, que é a de produzir notícias e interpretar o mundo. Além disso, as notícias fazem emergir o que Bourdieu chamou de “arbitrário cultural”, conceito que fala sobre a expressão da cultura dominante como sendo uma única cultura (BOURDIEU E PASSERON, 1992). Nesse caso, ao não questionar a política de drogas e ao tratar o proibicionismo como sendo óbvio e a única solução para a questão das drogas, o campo jornalístico de Pernambuco silencia uma cultura de usuários de drogas, de vítimas das políticas proibicionistas e de especialistas da área, que não têm espaço para discutir a sua visão da questão.

Apartir do diagnóstico de como as notícias são, tentamos compreender por que são dessa maneira. Portanto, criamos hipóteses a partir da análise do discurso. Dessa forma, fomos às entrevistas semiestruturadas com repórteres e assessores de imprensa com informações como as de que os três jornais trazem características diferenciadas de coberturas, apesar de manter um padrão nas fontes ouvidas. A Folha de Pernambuco faz grande uso de agência de notícias de nível nacional, localizada, principalmente, no eixo Rio-São Paulo e Brasília (Folha Press e Agência Brasil); o Diário de Pernambuco traz assinaturas do Correio Braziliense e da Agência Brasil, o que, possivelmente, limita a cobertura nacional sobre o assunto, em comparação com a Folha Press, que tem um alcance maior; o Jornal do Commercio, apesar de ter um contrato com o Estadão Conteúdo, não tem tantas publicações da agência, porque, segundo as entrevistas, o jornal prioriza a publicação de conteúdos próprios.

Buscamos, então, trabalhar em três principais eixos na entrevista para recolher dados de cunho social, organizacional e individual. No social, para compreender as disputas travadas no campo jornalístico e como isso afeta a produção de notícias; no organizacional, para entender especialmente as possibilidades dos jornalistas em relação ao posicionamento e capacidade do jornal, a estrutura e rotina das redações; e no individual, para perceber o posicionamento dos jornalistas sobre a cultura de consumo de drogas e sobre o ato de vendê-las.

Identificamos que as três redações possuem questões em relação ao financiamento publicitário dos jornais. Todos precisam, uns mais, outros menos, da divulgação publicitária do Governo de Pernambuco e da Prefeitura do Recife, ambas com gestões ligadas ao PSB durante o período analisado. A Folha de Pernambuco tem orientação direta para utilizar até os mesmos

verbos utilizados pela gestão, adotando sempre uma postura governista, independentemente do partido que está no poder. Isso ocorre porque o jornal depende completamente da verba de publicidade para compromissos financeiros. O Diário de Pernambuco também encara problemas dessa ordem. Esses dois veículos enfrentam, há anos, dificuldades para pagar seus funcionários, inclusive os jornalistas das redações, como observamos em registros no *site* do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope).

No caso do JC Online, identificamos que, no que diz respeito à política de drogas, não há uma censura propriamente dita, até porque o veículo tem uma maior estabilidade financeira em relação às verbas públicas de publicidade, mas, ainda assim, é financiado por empresas que têm outros interesses, como o de *shopping centers* e o de construtoras de imóveis. Sendo assim, é possível que haja mais liberdade de imprensa no Jornal do Commercio, mas não sobre todos os temas, como identificamos nas entrevistas.

Um terceiro ponto é que, enquanto nas redações dos jornais vêm sendo feitas demissões em massa anualmente, as equipes das assessorias de imprensa dos órgãos públicos vêm sendo fortalecidas. Durante o período analisado, as assessorias de comunicação das polícias civil e militar eram compostas por equipes multidisciplinares, com profissionais de imagem, redes sociais e assessores de imprensa. Esses profissionais conseguem produzir os conteúdos para serem publicados nos jornais, de maneira que os repórteres deixam de se deslocar para fazer reportagens. Com equipes responsáveis pelo contato com jornalistas e, principalmente, com assessores de imprensa com capital social e influência no campo jornalístico, as notícias se tornam cada vez mais produzidas com os conteúdos das fontes oficiais. Isso resulta nos dados vistos anteriormente em relação às fontes ouvidas e ao assunto principal, que é a segurança pública, uma vez que os governos se mostram proativos ao mostrar apreensão de drogas e prisão de pessoas envolvidas com a venda ilegal dessas substâncias.

Outro destaque importante é o de uma cultura jornalística que chamamos de *ethos* da profissão, composta por um conjunto de práticas comuns aos jornalistas, que fizemos o esforço de desnaturalizar nesta pesquisa. A partir da ideia de que o jornalismo é uma atividade imparcial, em prol da democracia e que tem uma metodologia pautada na objetividade, verificamos o silenciamento de parte da sociedade, porção que é historicamente subjugada. Ao passo que os jornais não mostram as possibilidades de um antiproibicionismo e de uma descriminalização das drogas, não mostram as violências sofridas nos presídios e nas periferias. Apesar disso, a cultura jornalística está imbuída de critérios de noticiabilidade ou valores-notícias. Analisamos a divisão desses critérios por Nelson Traquina (2008) e identificamos os valores-notícia utilizados no *corpus* da pesquisa. Os critérios de

noticiabilidade de construção, em outros termos, os critérios que dizem respeito à facilidade de fazer o conteúdo da reportagem, foram os mais presentes. Na Folha de Pernambuco, em 35 notícias, havia o critério de disponibilidade e, em 32, o de visualidade. Isto é, as informações e as imagens estavam disponíveis para os cidadãos. Esse cenário se repetiu no Diário de Pernambuco, com a disponibilidade em 39 casos. No JC Online, os critérios de construção foram colocados em disponibilidade (16 casos) e visualidade (13 casos).

Já no que diz respeito aos critérios de seleção substantivos, ou seja, em relação às características do próprio fato para escolher se são ou não dignos de se tornarem uma notícia, a Folha de Pernambuco trouxe a relevância e a novidade em 21 casos, a infração em 10 e a morte em oito casos. Já o Diário de Pernambuco fez uso da infração em 26 casos, da relevância em 13 casos e da proximidade em sete. O JC Online trouxe a relevância em 15 casos, a morte em 11 e a infração em nove. Um ponto importante para desnaturalizar os critérios de noticiabilidade é o alto número de publicações que utilizam o critério de infração. A infração é definida pelos campos político e jurídico, e não pelo campo jornalístico, ou seja, para que algo seja infração, é necessário que os representantes dos campos político e jurídico determinem, antes, que é.

Assim, o papel do campo jornalístico é o de corroborar o que esses dois campos dizem acerca do que é e do que não é uma infração, fazendo o fato de isso ser ou não considerado infração algo fora de questionamento. Essa desnaturalização é necessária para compreender a legitimação das fontes oficiais e, principalmente, a significação de verdade que essas fontes têm diante do campo jornalístico. No caso do critério de relevância, é preciso refletir sobre a definição do que é ou não importante a ponto de ser notícia, papel esse exercido segundo as subjetividades de grupos de comando das redações.

No eixo individual, identificamos construções diversas, dotadas de altos e baixos capitais culturais ao longo da formação dos profissionais, entretanto, todos eles imbuídos da cultura jornalística e todos com o senso do “arbitrário cultural”, de que a descriminalização ou não é uma alternativa cabível, ou que não se sentem com conhecimento para opinar sobre esse assunto, apesar de escreverem notícias que veiculam o discurso proibicionista sobre drogas. Identificamos, inclusive, profissionais que dizem fazer uso de drogas - especialmente maconha -, mas não concordam que uma política alternativa seja possível no momento, especialmente por acreditarem que “o Brasil não está preparado para isso”.

Sendo assim, compreendemos que as notícias sobre drogas em Pernambuco são produto da disputa no campo jornalístico e repercutem as desigualdades sociais, por um lado, por meio do acesso e influência de certos grupos e, por outro, pela falta de acesso de determinados setores à imprensa para disputar discursos sobre o assunto de drogas. Além disso, identificamos, por

meio da cultura jornalística, uma valorização da classe dominante na construção dos critérios de noticiabilidade, que reafirmam os posicionamentos do estado de Pernambuco, seja por meio dos critérios de noticiabilidade adotados entre os profissionais de jornalismo, seja pela legitimação contínua das fontes oficiais como fontes que dizem sempre a verdade.

Esses fatos podem trazer consequências que devem ser analisadas em pesquisas posteriores, por exemplo, em relação ao efeito que essas notícias geram, especialmente no que diz respeito ao imaginário popular e à opinião pública. Isso pode ser verificado tanto em relação às abordagens discursivas em notícias sobre drogas, quanto em relação às pessoas subjugadas pela política de guerra às drogas, observando como essas notícias têm impacto sobre fenômenos como racismo, encarceramento em massa e construção de políticas públicas para redução da violência e da desigualdade.

BIBLIOGRAFIA

AFP, Virginia, primeiro estado do sul dos EUA a legalizar a maconha. **Portal da Folha de Pernambuco**, Recife, 08 abr. 21. Disponível em:

<<https://www.folhape.com.br/noticias/virginia-primeiro-estado-do-sul-dos-eua-a-legalizar-a-maconha/179301/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

AGÊNCIA BRASIL, Polícia Federal faz operação contra tráfico de drogas no Rio. **Diario de Pernambuco**, 13 maio. 2021. Disponível em:

<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2021/05/policia-federal-faz-operacao-contratrafico-de-drogas-no-rio.html>>. Acesso em: 17 set. 2023.

ALEPE, Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Descriminalização e uso medicinal de drogas motivam debate em plenário**. 2019. Disponível em:

<<https://www.alepe.pe.gov.br/2019/11/04/descriminalizacao-e-uso-medicinal-de-drogas-motivam-debate-em-plenario/>> . Acesso em 25 jun. 2023.

ALSINA, M.R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1996.

ALSINA, M.R. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1985.

ARAÚJO, T. **Guia sobre drogas para jornalistas**. São Paulo, SP: IBCCRIM-PBPD-CATALIZE-SSRS, 2017.

AUTHIER-REVUZ, J. Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades–interlocutiva e interdiscursiva–no coração do dizer. **Letras de Hoje**, v. 46, n. 1, p. 6-20, 2011.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 19, p. 25-42, 1990.

BERGER, P.L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre, RS, 2018.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

BOURDIEU, P. **Capital Simbólico e Classes Sociais**. Novos Estudos CEBRAP, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/B4QLbKSYLfXdCtHFWDnVxfM/?lang=pt>>. Acesso em 25 jun. 2023.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed. 1997.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, RJ. Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1992.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Marco Zero Limitada. 1983.

BRASIL. Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARLOS, C. SJCC demite em massa sob pretexto de “enxugar gastos”. **Sinjope**. Recife, 26 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.sinjope.org.br/2018/12/26/sjcc-demite-em-massa-sob-pretexto-de-modernizacao-e-ajuste-de-planejamento/>>. Acesso em 25 jun. 2023.

CEPAD, Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas. **Ata de reunião do dia 28/06/2021**. Disponível em: <https://www.prevencao.pe.gov.br/images/conselhos/Relacao_Final_das_Entidades_Habilitadas_22.06.pdf>. Acesso em 25 jun. 2023.

CHAGAS. L.J.V. Jornalismo declaratório e a naturalização dos fatos na seleção das fontes. **Revista Contemporânea**, v. 20, n. 2, p. 50-67, 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v20i2.48436>. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/48436/29214>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COURTINE, J.C. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DAMASCENO, V. Mulher, solo e pobre: Por que a maioria das mães solo brasileiras vive abaixo da linha da pobreza? **Revista AzMina**. 17 dez. 2018. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/por-que-a-maioria-das-maes-solo-brasileiras-vive-abaixo-da-pobreza/>>. Acesso em: 8 dez. 23.

DAUDELIN, J.; RATTON, J. L. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. **Tempo Social**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 115-133, 2017. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.125670. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125670>>. Acesso em: 22 out. 2023.

DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen. 2014**; Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/infopen-dez14.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2023.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Polícia apreende mais de 60 kg de maconha na zona rural de Pesqueira. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 maio 2021. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/policia-apreende-mais-de-60-kg-de-maconha-na-zona-rural-de-pesqueira.html>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Polícia prende traficantes cultivando maconha em casa de classe média alta em Jaboatão. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 maio. 21. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/policia-prende-trafficantes-cultivando-maconha-em-casa-de-classe-media.html>>. Acesso em 17 set. 2023.

DIARIO DE PERNAMBUCO. HOMENS são presos suspeitos de integrar organização criminosa voltada a prática de homicídio e tráfico. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 maio. 2021. Disponível em:

<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/homens-sao-presos-suspeitos-de-integrar-organizacao-criminosa-voltada.html>>. Acesso em: 17 set. 2023.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Suspeito de homicídios e tráfico morre em confronto com a Polícia. **Diário de Pernambuco**, 19 maio. 2021. Disponível em:

<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/suspeito-de-homicidios-e-trafico-morre-em-confronto-com-a-policia.html>>. Acesso em 17 set. 2023.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Homem é preso pela PM com pedras de crack no bolso, em Itapissuma. **Diário de Pernambuco**, 16 maio. 2021. Disponível em:

<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/05/homem-e-presos-pela-pm-com-pedras-de-crack-no-bolso-em-itapissuma.html>>. Acesso em 17 set. 2023.

FALCÃO, L.A.. **Mídia e Movimento LGBT [recurso eletrônico]:** um estudo do campo jornalístico a partir da cobertura da Parada da Diversidade em Pernambuco. Recife, PE: Ed. UFPE, 2018.

IORE, M. **Escolhas morais e evidências científicas no debate sobre política de drogas.** 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8879/1/bapi_18_cap_5.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

_____ O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estudos CEBRAP**. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/yQFZQG48VQvdYW8hQVMYbCd/?lang=pt#> Acesso em 25 jun. 2023.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Suplemento Normativo**. Recife, 24 dez. 2019. Disponível em:

<http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=13029&folderId=58114933&name=DLFE-419603.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

GUERRA, R. Radiografia de onde mais se mata no Recife. **Portal do JC Online**. Recife, 23 maio. 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/ronda-jc/2021/05/12127172-radiografia-de-onde-mais-se-mata-no-recife.html>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GUERRA, R. Guerra entre gangues eleva violência no Recife; abril teve maior nº de homicídios em 41 meses. **Portal do JC Online**. Recife, 18 maio 2021. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/ronda-jc/2021/05/12125288-guerra-entre-gangues-eleva-violencia-no-recife-abril-teve-maior-n-de-homicidios-em-41-meses.html>>. Acesso em: 20 set. 2023.

GONÇALVES, C. Gerência de drogas e engrenagem policial na cidade do Recife: notas sobre uma pesquisa empírica. **RIOS Eletrônica**. Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro. a.10, n.11 (Dez.2016) Paulo Afonso, BA:FASETE, 2016

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2014.

LIMA, S.P; MICK, Jacques et al. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis, SC: Quorum Comunicações, 2022.

MACIEL, L.C. **Pode entrar: manifestações de gosto no âmbito da moradia e da decoração das elites culturais na Região Metropolitana de Recife**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32425>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARCONDES FILHO, C . **O capital da notícia**. Jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSCHI, L.A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. **Revista Intercom**, São Paulo, ano XIV, n. 64, jan-jun 1991, p. 74-92

MEDINA, C. (1978). **Notícia: um produto à venda**. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega.

MELO, P.B. **Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo**. 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MELO, P.B; MIRANDA, E.B.; BENZAQUEN, G.F. **Pânico e controvérsias: história, consumo controlado e tratamento do crack**. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, PR, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271909557_Panico_e_controversias_historia_consumo_controlado_e_tratamento_do_crack>. Acesso em 25 jun. 2023.

MELO, P.B.; ASSIS, R.V. **A imprensa como espaço dos discursos de poder**. In: DOURADO, J.L. et al. (orgs). **Economia Política do Jornalismo: tendências, perspectivas e jornalismo** Noticiabilidade, enquadramento e cultura jornalística: uma discussão teórica. In: 8º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR, 2010, São Luís-MA. 8º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR, 2010.o regional. Teresina: EDUFPI, 2016, p. 233-253.

MELO, P.R. **Noticiabilidade, enquadramento e cultura jornalística: uma discussão teórica**. In: 8º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR, 2010, São Luís-MA. 8º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MOREIRA, J.B. **Proibicionismo e política de drogas como fatores de superlotação carcerária e seletividade social da criminalização**. 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário em Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12914>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MOURA, V. Polícia mira organização suspeita de tráfico de drogas em Caruaru, no Agreste de Pernambuco. **Portal do JC Online**. Recife, 24 maio. 2021a. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/05/12127695-policia-mira-organizacao-suspeita-de-trafico-de-drogas-em-caruaru-no-agreste-de-pernambuco.html>>. Acesso em 20 set. 2023.

MOURA, V. Mulher é presa em flagrante no Aeroporto Internacional dos Guararapes com 5,8 kg de haxixe. **Portal do JC Online**. Recife, 27 abr. 2021b. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/04/12117510-mulher-e-presa-em-flagrante-no-aeroporto-internacional-dos-guararapes-com-58-kg-de-haxixe.html>>. Acesso em 20 set. 2023.

NOGUEIRA, I; BARON, J. Após ação com 25 mortos, polícia do RJ diz que cumpriu regras do STF e critica ativismo. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 06 maio. 2021.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/apos-acao-com-25-mortos-policia-do-rj-diz-que-cumpriu-regras-do-stf-e-critica-ativismo.shtml>>. Acesso em: 16 set 2023.

NOGUEIRA, M.A. Capital Cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo, SP: Contexto, 2020.

PERNAMBUCO, Conselho estadual de políticas sobre drogas - CEPAD. Ofício n. 2008-Procon. Recife. Disponível em: <https://www.prevencao.pe.gov.br/images/conselhos/Publicacao_Entidades_Habilitadas_15.06.2021.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PINI, M. **Breves considerações sobre os conceitos de ethos e de persona poética na antiguidade clássica**. *ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, [S.l.], n. 6, p. 84-97, maio 2017. ISSN 2525-4529. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/546>>. Acesso em: 13 set. 2023.

PORTAL DA FOLHA DE PERNAMBUCO. Pesquisa avalia o impacto do isolamento na saúde mental e realidade econômica de usuários de drogas. **Portal da Folha de Pernambuco**, Recife, 04 maio. 21. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/pesquisa-avalia-o-impacto-do-isolamento-social-na-saude-mental-e/182347/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PORTAL DA FOLHA DE PERNAMBUCO. PM apreende quase 50 kg de maconha e prende sete suspeitos de tráfico na Zona Oeste do Recife. **Portal da Folha de Pernambuco**, Recife, 20 maio. 2021. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/pm-apreende-cerca-de-50-quilos-de-maconha-e-prende-sete-suspeitos-de/184332/>>. Acesso em 16 set. 2023.

PORTAL DA FOLHA DE PERNAMBUCO. Mulher é presa com haxixe em fundo falso de mala no Aeroporto do Recife. **Portal da Folha de Pernambuco**, Recife, 27 abr. 21.

Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/mulher-e-presas-com-haxixe-em-fundo-falso-de-mala-no-aeroporto-do/181497/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PORTELA DE MELO, R.B. **A sociologia dos emissores**: uma análise sobre a produção de notícias sobre o Movimento Ocupe Estelita em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Eduarda da Mota Rocha. 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei Nº 11.323, de 23 de Agosto de 2006. **Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Sisnad**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em 30 jun 2023.

RENFA. **Manifesto da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas**, 2022. Disponível em: <[RENFA » Manifesto RENFA - Nosso Partido é o Feminismo Negro Decolonial](#)> Acesso em: 1 out. 2023.

RETENÇÕES na Avenida Antônio de Góes continuam grandes após Faixa Azul. **JC ONLINE**, Recife, 28 fev. 2018. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/jc-transito/noticia/2018/02/28/retencoes-na-avenida-antonio-de-goes-continuam-grandes-apos-faixa-azul-329477.php>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SÍNDROME da imunodeficiência adquirida. **Biblioteca Virtual em Saúde**. Disponível em: <<https://bvsmis.saude.gov.br/sindrome-de-imunodeficiencia-adquirida-32/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SISTEMA Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC) demite em massa. **Sinjope**. Recife, 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.sinjope.org.br/2020/12/17/sistema-jornal-do-comercio-de-comunicacao-sjcc-demite-em-massa/>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis, SC: Insular, 2005.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo. **A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis, SC: Insular, 2008.

TUCHMAN, G. (1978). **Making news**. New York: Free Press.

TUCHMAN, G. **A objectividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

VIZEU, A. **Decidindo o que é notícia**: os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre, RS: EdIPucrs, 2014.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, RJ: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1974.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2013.

WEININGER, E.B. Fundamentos de uma análise de classe de Pierre Bourdieu. In WEIGHT, E.O. (Org). **Análise de classe: abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 2004.

APÊNDICE A - IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ENTREVISTADO	CÓDIGO
Assessor de imprensa da Polícia Militar	Assessor 1
Assessor de imprensa da Polícia Militar	Assessor 2
Assessor de imprensa da Polícia Civil	Assessor 3
Jornalista do JC Online	Jornalista 1
Jornalista do JC Online	Jornalista 2
Jornalista da Folha de Pernambuco	Jornalista 3
Jornalista da Folha de Pernambuco	Jornalista 4
Jornalista do Diario de Pernambuco	Jornalista 5
Jornalista do Diario de Pernambuco	Jornalista 6

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Como foi sua infância?
2. Qual a sua idade?
3. Seus pais trabalhavam com o que nessa época da tua infância?
4. De onde você e sua família são?
5. E como era a rotina de vocês na infância?
6. Vocês moravam em que bairro?
7. E vocês têm alguma religião?
8. Onde você estudou na infância e adolescência?
9. E você lembra de alguma vez na sua infância ou adolescência que a sua família tenha chegado pra conversar sobre uso de drogas?
10. Você lembra, na sua escola, de ter visto algum aviãozinho?
11. O que você lembra de ter visto em relação a drogas na infância e adolescência?
12. Você já usou drogas?
 - Se sim, quando foi a primeira vez?
13. Onde você se formou?
14. E como foi a passagem pela universidade? O que você se lembra?
15. Quando você se formou?
16. Quando entrou na faculdade?
17. E como foi sua experiência de estágio durante a faculdade?
18. Nessa experiência da faculdade você via muita gente fumando? A diferença da escola, qual era?
19. E você já viu gente vendendo na faculdade?
20. Como é no trabalho?
21. E sobre a sua formação, você fala outros idiomas?
22. E fez algum curso além da graduação?
23. E por que você decidiu fazer jornalismo?
24. Como você imaginava que seria a profissão?
25. Quais eram os profissionais que te inspiravam?
26. Por que eles te inspiram?
27. E como você chegou no jornal?
28. Você gosta de lá?
29. Como é a sua rotina?

30. Quais são seus sonhos profissionais hoje em dia?
31. O que você faz no seu tempo livre?
32. Com quem você mora?
33. E sobre essa estrutura de equipe no portal, vocês têm ferramentas como carro, motorista, pessoal e tempo para apurar informações na rua ou vocês não vão pra rua?
34. E no portal, com quantos repórteres eles estão hoje?
35. E vocês fazem quantas notícias em média, por dia, tu tens como mensurar?
36. Quando vocês recebem um release de assessoria, vocês têm algum meio de checagem desses fatos?
37. Como seria seu relacionamento com os assessores de imprensa? Já teve algum problema pra conseguir alguma informação?
38. Você acha que ter ou não um relacionamento com um assessor de imprensa influencia na publicação da pauta?
39. Você acha que a assessoria de imprensa atrapalha ou ajuda?
40. Você acha que a política editorial do jornal é mais alinhada à esquerda ou à direita?
41. Você já se sentiu inibido de alguma forma na redação para publicar algum assunto sobre drogas?
42. O que é que você publica, geralmente, sobre drogas?
43. Qual é o posicionamento que você acha que o jornal tem sobre tráfico de drogas?
44. Na sua opinião, você acha que o tráfico de drogas deve ser considerado crime?
45. Qual a solução você acha que deveria ter pra questão das drogas?
46. E em tudo o que envolve drogas, assim, segurança pública, saúde, assistência social e tudo mais, o que é que você acha que tem valor como notícia?
47. E quando chegam esses releases de apreensão, porque vocês acham que tem valor como notícia?
48. E sobre o tráfico de drogas especificamente na população, como é que tu achas que as pessoas lidam com isso na ponta?
49. Aí sobre essas notícias em relação a tráfico de drogas, no ideal, assim, quais seriam as fontes mínimas que você deveria ouvir?
50. Você se sente frustrado?
51. Você se sente estável no teu emprego?
52. Como é sua relação com a chefia?
53. Você sente alguma pressão em relação à audiência?
54. E o que é que você faz que considera importante?

55. E sobre essa visão do público. Quem você acha que é seu público? Qual é o perfil que você acha que as pessoas que leem você têm?
56. E você acha que esse público pensa o que sobre o tráfico de drogas?
57. E essa sua opinião sobre o seu público vem tanto dos comentários do instagram, vem dos comentários no portal, vem de onde?
58. Você acha que tem chances de perder leitores quando se fala alguma coisa que seja de opinião diferente da deles?
59. Qual foi a tua principal experiência como jornalista? Uma experiência que você disse "a partir disso daqui que eu virei jornalista".